Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café

Antecedentes, Criação e Evolução

José Luís dos Santos Rufino

Embrapa

Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café

Antecedentes, Criação e Evolução

República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Roberto Rodrigues
Ministro

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Conselho de Administração

Luis Carlos Guedes Pinto
Presidente

Silvio Crestana
Vice-Presidente

Alexandre Kalil Pires
Cláudia Assunção dos Santos Viegas
Ernesto Paterniani
Hélio Tollini
Membros

Diretoria-Executiva

Silvio Crestana
Diretor-Presidente

José Geraldo Eugênio de França
Kepler Euclides Filho
Tatiana Deane de Abreu Sá
Diretores-Executivos

Embrapa Café

Gabriel Ferreira Bartholo
Gerente-Geral

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Café
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café

Antecedentes, Criação e Evolução

José Luís dos Santos Rufino

Embrapa Informação Tecnológica
Brasília, DF
2006

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Café
Parque Estação Biológica (PqEB)
Av. W3 Norte (final)
CEP 70770-901 Brasília, DF
Fone: (61) 3448-4378
Fax: (61) 3448-4425
sac.cafe@embrapa.br
www.embrapa.br/cafe

Supervisão editorial: *Jurema Iara Campos*
Revisão de texto: *Socorro de Maria Rufino Oliveira*
Tratamento das ilustrações, projeto gráfico e editoração eletrônica: *Júlio César da Silva Delfino* – Embrapa Informação Tecnológica
Capa: *André Luís X. de Souza*

1ª edição
1ª impressão (2006): 1.000 exemplares

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.160).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Embrapa Informação Tecnológica

Rufino, José Luís dos Santos.
Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café: antecedentes, criação e evolução / José Luís dos Santos Rufino; Embrapa Café. – Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2006.
348 p. ; 16 cm.

Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café).

ISBN 85-7383-336-X

1. Agronegócio. 2. Cafeicultura. 3. Desenvolvimento Econômico. 4. Economia agrícola. 5. História. 6. Pesquisa. 7. Política agrícola. 8. Política de desenvolvimento. I. Título. II. Embrapa Café. III. PNP&D/Café.

CDD 633.0722

© Embrapa 2006

Para os maiores motivos da vida: Amélia, com carinho, Érica, André, Raphael José e Wallison, com esperança.

Agradecimentos

São muitos os que colaboraram para a publicação deste livro. Portanto, muitos são os agradecimentos devidos. Os principais são:

– À Embrapa, pela satisfação e realização profissional durante os anos de aprendizado como empregado da empresa e, especificamente, pela oportunidade concedida para participação deste treinamento.

– Ao Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (DER/UFV), reconhecido núcleo de competência em ensino e pesquisa, pelo apoio e incentivo de seus professores e funcionários durante o treinamento.

– Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela confiança, prestígio e incentivo financeiro que nos proporcionou na concessão de bolsa de pós-doutorado durante esse treinamento.

– Ao professor Carlos Antônio Moreira Leite, prestigiado professor titular do DER/UFV, pelo incentivo, orientações técnicas e ações de camaradagem.

– À dra. Mirian Therezinha Sousa da Eira, ilustre pesquisadora da Embrapa Café, que, por designação da Embrapa, teve a seu cargo a difícil missão de ser minha conselheira durante o treinamento.

– À professora Socorro de Maria Rufino Oliveira, pela especial dedicação na leitura dos originais, sempre sugerindo que vírgulas, crases, pontos e formas de redação ficassem adequadamente colocados.

– Aos empregados e empregadas da Embrapa Café, grandes e diletos amigos, que, sempre com muita presteza, providenciaram as informações e os serviços que freqüentemente lhes solicitava.

– Ao Gerente-Geral da Embrapa Café, dr. Gabriel Ferreira Bartholo, pela amizade e por prover o irrestrito apoio institucional.

– Ao amigo dr. Antônio de Pádua Nacif, grande responsável pela coordenação do Consórcio em seus primeiros anos de funcionamento, pelo exemplo de dedicação aos interesses maiores do Programa

Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café e do agronegócio café brasileiro.

– Aos pesquisadores e dirigentes das instituições que compõem o Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, que não mediram esforços para prestar informações e fornecer material que embasaram esta publicação.

Obviamente, nenhum dos colaboradores citados é co-responsável por eventuais erros e imperfeições neste trabalho. Estes, só ao autor deverão ser debitados.

Apresentação

Existe uma forte ligação histórica entre a cadeia produtiva do café e o desenvolvimento de novas tecnologias e conhecimentos. Indiretamente, o ato de degustar e apreciar um bom café, de forma isolada – induzindo à introspecção – e em grupo – por incentivar a sociabilidade – tem sido fonte de inspiração para muitos avanços nas ciências em geral, nas artes e na qualidade de vida das pessoas.

Diretamente, as atividades envolvidas desde o plantio até o consumo desse nobre fruto têm mantido estreitos vínculos com a busca de soluções que proporcionem maiores benefícios para toda a sociedade brasileira, tanto com o aumento de produção, o decréscimo de custos, a preservação ambiental, quanto com a melhoria das suas características sanitárias, nutricionais e organolépticas.

A criação do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café) faz parte da história contemporânea dessa estreita ligação. Descrever os antecedentes, a concepção e o arranjo inovador para a execução desse programa, que conta com importantes instituições de pesquisa e transferência de tecnologia, reunidas no Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café), é o objetivo desta publicação.

Documentar a evolução dessa proposta de trabalho reveste-se de maior importância, dado o caráter inédito, atual e abrangente da concepção do PNP&D/Café e da proposta de intervenção do CBP&D/Café. Eles enfocam um produto com ampla distribuição geográfica e uma complexa cadeia produtiva, por meio de ações integradas nos diferentes Estados da Federação.

Estão descritos nesta publicação o contexto, as dificuldades e as realizações da ação conjunta de centenas de técnicos, pesquisadores e gestores, públicos e privados, envolvidos num programa de grande magnitude, que, em um conjunto sistêmico, elaboraram e executaram proposta adequada a responder ao desafio de gerar, da melhor maneira possível, soluções tecnológicas que proporcionem trabalho, renda e bem-

estar para a sociedade brasileira, a partir de uma produção com sustentabilidade econômica, social, ambiental e tecnológica.

Mais do que oferecer um relato de fatos ocorridos, o estudo proporciona uma análise histórica que contribui para o registro e a avaliação das ações efetuadas e, principalmente, fornece base para correções de rumos e avanços no fortalecimento do vínculo entre a cadeia produtiva do café e o desenvolvimento de atividades de pesquisa e transferência de tecnologia. O trabalho fornece também parâmetros que servem de ponto de partida para novas propostas de ações de pesquisa e transferência de tecnologia no âmbito do agronegócio brasileiro.

Gabriel Ferreira Bartholo
Gerente-Geral da Embrapa Café

Sumário

História da Pesquisa Cafeeira no Brasil 15
Introdução 15
Objetivo deste capítulo 15
Estrutura e composição deste capítulo 17
A origem do café 19
Período Colonial: introdução e livre adaptação do cafeeiro (1927-1807) 21
Período Imperial: ações pioneiras de pesquisa no Brasil (1808-1888) 24
Primeiro Período Intervencionista: a valorização do café (1889-1950) 29
Segundo Período Intervencionista: o confisco cambial (1951-1990) 52
Evolução dos indicadores econômicos e da política setorial do café 52
As instituições de P&D e suas propostas de trabalho 67

Antecedentes do Consórcio e do Programa 81
Conjuntura política e institucional do agronegócio café 81
Conjuntura econômica e tecnológica da produção cafeeira 89

Evolução do Consórcio (1998-2004) 97
Implantação do consórcio: documentos básicos e arranjos iniciais 97
Evolução do consórcio: primeira fase (3/1997 a 7/2001) 104
Evolução do consórcio: segunda fase (7/2001 a 12/2004) 128
As mudanças no programa e na coordenação 128
A nova programação 143

Realizações e Custos do Programa 173
Recursos financeiros aplicados 173
Programação realizada e custos unitários 186

Referências 199

Anexos 203
Lista de Anexos 203

Anexo 1 – Informações sobre a produção e a economia cafeeira brasileira e mundial no período de 1889 a 1950 204
Anexo 2 – Informações sobre a produção e a economia cafeeira brasileira e mundial no período de 1951 a 1991 223
Anexo 3 – Decreto nº 2.047 233
Anexo 4 – Decreto nº 3.152 236
Anexo 5 – Protocolo de intenções 239
Anexo 6 – Termo de constituição da CBP&D/Café 242
Anexo 7 – Termo de referência do PNP&D/Café 248
Anexo 8 – Resolução nº 02 256
Anexo 9 – Ata da 16ª Reunião do CDPC 258
Anexo 10 – Ata da 2ª Reunião da CTPC 264
Anexo 11 – Focos temáticos do PNP&D/Café 267
Anexo 12 – Ata da 7ª Reunião do Comitê Diretor do PNP&D/Café 278
Anexo 13 – Edital 01 do PNP&D/Café 280
Anexo 14 – Ata da 4ª Reunião do Comitê Diretor do PNP&D/Café 292
Anexo 15 – Ata da 5ª Reunião do Comitê Diretor do PNP&D/Café 293
Anexo 16 – Extratos de publicação do Termo de Constituição do CBPD/Café e do Termo de Referência do PNP&D/Café no Diário Oficial da União 297
Anexo 17 – Recursos financeiros corrigidos por núcleo de referência 298
Anexo 18 – Recursos e subprojetos por instituições com custos unitários em andamento 299
Anexo 19 – Recursos e subprojetos por instituições com custos unitários executados 301
Anexo 20 – Valores totais e anuais aplicados aos subprojetos do Programa Café, por instituição consorciada 303

Anexo 21 – Recursos e quantidade anual de subprojetos iniciados pelos núcleos de referência 318
Anexo 22 – Recursos e quantidade anual de subprojetos em andamento pelos núcleos de referência 319
Anexo 23 – Manual de bolsas 320
Anexo 24 – Quantidade e valor das bolsas concebidas pelo PNP&D/ Café por categoria e ano 347

História da Pesquisa Cafeeira no Brasil

Não se conhece completamente uma ciência, a menos que se saiba sua história (Augusto Comte[1]).

Introdução

Objetivo deste capítulo

Vivemos um momento centrado no desenvolvimento tecnológico. A competência técnico-científica tornou-se decisiva na determinação de competitividade de cada atividade econômica, de cada região e de cada cadeia produtiva. Essa é, sem dúvida, em nossos dias, uma percepção verdadeira e generalizada em todos os segmentos da sociedade.

Nesse contexto, para os agentes do agronegócio café brasileiro, o conhecimento e a inovação possuem, atualmente, grande vigor como fatores estratégicos para efetuarem mudanças relevantes no sentido de desenvolverem processos e produtos mais eficazes e adequados aos padrões de exigência de uma atividade sustentável econômica, social, política, cultural e ambientalmente.

A percepção atual que os agentes do agronegócio café possuem sobre a geração de conhecimentos e inovação tecnológica, certamente, está respaldada em um conjunto de fatos que justificam essa aderência entre as atividades produtivas e os acontecimentos marcantes de P&D ocorridos ao longo da história dessa cadeia produtiva no Brasil. No caso do café brasileiro, do seu cultivo ao impacto da ingestão da bebida pelo consumidor, há um vínculo tradicional entre o desempenho dessa atividade e a geração e transferência de conhecimentos operacionais

[1] Do *Cours de Philosophie Positive*. Citação extraída da publicação *Breve Histórico da Estatística*, de José Maria Pompeu de Memória. Brasília: Embrapa, 2004. 111 p.

para o setor produtivo, sempre em conexão com o contexto social, econômico e político de cada época. Essas conexões entre ciência e sociedade às vezes são complexas e, sobretudo, não lineares. São essas conexões para o café brasileiro que se busca observar, desde sua introdução no País, no início do século 18, até o ano de 1990.

Assim, pretende-se apresentar uma visão histórica do surgimento e das transformações das instituições de pesquisa e experimentação vinculadas à cadeia produtiva do café no Brasil. Seu desenvolvimento será, tanto quanto possível, cronológico. Atenção especial será dada à forma como foram compostas as diferentes matrizes institucionais de ciência e de tecnologia no País, em cada época. Como contexto analítico, será feita a apresentação de um quadro geral da evolução tecnológica da cafeicultura brasileira e das relações socioeconômicas existentes no mercado do produto, em cada período.

Este capítulo foi concebido no intuito de buscar uma compreensão mais profunda e lúcida das inter-relações do desenvolvimento da cadeia produtiva do café com as realizações de P&D em cada período. São descritas as participações dos diversos grupos de interesse, inclusive do Governo, e discutidas as conseqüências em termos de articulações institucionais em cada tempo. Aqui estamos reconhecendo a importância de entender a história não só através de fatos imediatos, mas principalmente por meio de um embasamento histórico que lhe proporcione maiores perspectivas.

Nesse sentido, faz-se importante lembrar o que disse o conceituado historiador Francisco Iglésias (IGLESIAS, 1979):

> Vista até há pouco como estudo patriótico ou genealógico, a História abandona aos poucos essa orientação e procura entender o processo do País, dos primeiros tempos aos dias de hoje, à luz de sua realidade econômica, política e social, na tentativa de compreender as sucessivas mudanças, da trama de estruturas nem sempre visíveis às exterioridades mais atraentes.

O objetivo, portanto, desse capítulo é indagar sobre quais são os condicionantes dos diversos arranjos institucionais responsáveis pelo planejamento e execução das atividades de P&D na cafeicultura brasileira. A hipótese aventada para responder essa indagação é a de

que a organização do sistema de pesquisa cafeeira é orientada no sentido do que dele se espera para o desenvolvimento contemporâneo da cadeia produtiva, sujeito às pressões dos grupos de interesse, inclusive do Governo.

Além disso, objetiva-se oferecer elementos importantes para o entendimento do argumento central deste trabalho, que é a análise do atual arranjo para condução do PNP&D/Café, de instituições de pesquisa, a partir de uma visão de seus antecedentes históricos. Move-nos a certeza de que as opções atuais têm raízes históricas e que, portanto, é sempre bom e útil lembrar o percurso transcorrido até ao panorama de geração e transferência de tecnologia que ora se apresenta.

Estrutura e composição deste capítulo

A discussão que se apresenta neste estudo sobre a história da pesquisa cafeeira no Brasil é constituída de seis subitens. O primeiro deles é esta introdução, onde se procura explicar os objetivos da realização desta abordagem histórica e, visando orientar o leitor sobre o que ele vai encontrar a seguir, é feita uma exposição global sobre o conteúdo e a lógica de apresentação do capítulo.

O segundo subitem faz uma exposição sobre fatos e lendas que marcam a história da origem do café, dos seus primórdios, na Etiópia, até seus primeiros plantios no Brasil, em 1927.

A história do café no Brasil, do ponto de interesse das suas relações com a realização de pesquisa e experimentação na atividade cafeeira, é relatada nos quatro subitens seguintes que, para fins deste estudo, foram separados em períodos distintos, por suas fortes características diferenciadoras.

O primeiro período vai de 1727, quando os primeiros cafeeiros foram plantados no Brasil, até um ano antes da chegada da Família Real ao Rio de Janeiro em 1807. Este momento inicial será denominado de Período de Introdução e Livre Adaptação do Cafeeiro, e caracteriza-se pela ausência de atividades formais de pesquisa e experimentação na cafeicultura nacional.

O segundo período vai de 1808 até 1888, quando é promulgada a Lei Áurea e é criado o Instituto Agronômico de Campinas. Este período

caracteriza-se pelos primórdios das atividades de pesquisa agropecuária no Brasil, a partir de iniciativas da Família Real e desvinculadas da problemática produtiva. Esta fase receberá a denominação de Período Imperial.

O terceiro período teve a duração de aproximadamente seis décadas, e vai de 1889, quando ocorre a Proclamação da República, até 1950, quando se inicia o período de retomada da economia no pós-guerra. Este período é denominado de Primeiro Período Republicano e caracteriza-se pela forte ampliação da atividade cafeeira, pela implantação de uma forte política de valorização do produto e pela realização de pesquisa e experimentações atreladas à problemática produtiva.

O Segundo Período Republicano, o nosso quarto espaço temporal de análise da história da pesquisa cafeeira no Brasil, vai de 1951 até 1990, quando foi rompido o Acordo Internacional do Café e extinto o Instituto Brasileiro do Café. Caracteriza-se por ser uma época de forte intervenção do Estado, marcada pelo exercício do confisco cambial no agronegócio café.

O período de 1991 até 1997, quando foi criado o Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café) e instituído o Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café), é tratado separadamente no Capítulo 2, pela ênfase que se quer dar aos fatos imediatamente antecedentes à criação do novo modelo de P&D para a cadeia produtiva do café brasileiro.

Os Capítulos 3 e 4 tratam do período entre 1997 e 2004, descrevendo a implantação do programa de P & D, sua evolução, o volume de recursos investidos e os resultados alcançados, destacando o conjunto de ações das diversas instituições que compõem o CBP&D/Café.

É importante alertar que os relatos históricos expressos neste capítulo são declaradamente seletivos, concentrados na discussão de tendências e fatos considerados relevantes. Para tentar amenizar as lacunas óbvias sobre nomes, datas e fatos, foram incluídas sugestões de consulta para os leitores interessados num desenvolvimento cronológico mais completo.

A origem do café

A pesquisa, entendida aqui como a observação de determinado fenômeno seguida da investigação de informações acerca de suas causas, apresenta uma estreita relação com o café desde suas origens.

O cafeeiro é uma planta da família Rubiacea, que tem sua origem nas regiões montanhosas da Abissínia, compreendendo hoje a região Sudoeste da Etiópia, o Sudeste do Sudão e o Norte do Quênia. Segundo a lenda, foi nessa região que o pastor Kaldir observou que suas cabras ficavam mais alegres e saltitantes quando comiam os pequenos frutos vermelhos de determinados arbustos. Observado o fenômeno, esse pastor buscou saber quais suas causas. Experimentando os frutos, ficou alegre e pôs-se a dançar. Não conseguindo levar seus estudos muito adiante, buscou a parceria dos monges – sábios da época – de um mosteiro da região.

Os monges, intrigados com o fenômeno descrito, começaram a experimentar aqueles frutos para ver se a sensação se repetia com eles. Ao ingerirem os frutos, os religiosos foram tomados de uma agitação semelhante à descrita pelo pastor. Começaram então a utilizar o fruto durante suas vigílias noturnas com a finalidade de prorrogarem suas orações, resistindo ao sono.

Como o sabor e a forma de consumo não agradavam a todos, começaram a desenvolver novos produtos derivados, a fim de tornarem mais agradável ao paladar, potencializando seus efeitos tão benéficos. Nessa busca, certa noite um monge deixa os frutos para secar próximos a uma fogueira e pega no sono. Ao acordar, verifica que os grãos estavam torrados e, para aproveitá-los, faz uma infusão e ingere. Estava inventado o café, a partir de um evento fortuito prontamente percebido durante uma experimentação, à semelhança do que ocorreu na física quando dos enunciados do princípio do Empuxo e da 3ª Lei de Newton. Era uma mente atenta, observando com curiosidade o desenrolar de um fenômeno de interesse.

Embora seja uma lenda cuja origem se perde no tempo, fica evidente que, em suas várias versões, há o cuidado de colocar a pesquisa associada à origem do café, mesmo que em sua dimensão experimental

e de desenvolvimento de produto. Essa é uma ligação que faz parte da tradição da atividade cafeeira.

Outras lendas sobre a origem do café são descritas em Oliveira (1984, p. 29-42). Esse autor diz que "A proto-história do café é um caos absoluto, de que muito se tem abusado, dando asas à imaginação, nem sempre com a discrição que o assunto merece". Mais adiante, ele arremata dizendo "Sobre os primórdios do café, o material disponível é, em verdade, precaríssimo; ou mesmo inexistente".

Ao certo mesmo sabe-se (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO – ABAG, 2002) que da Etiópia, no Nordeste do continente africano, o cafeeiro migrou para a Península Arábica, entre 600 d.C. e 700 d.C. Segundo outra lenda da origem do café, foi nesse período que o arcanjo Gabriel trouxe do céu um pouco de café para Maomé (falecido em 632 d.C.), contribuindo assim para prolongar a vigília do servo dileto de Alá que, a partir daí, estimulou seus sacerdotes a ferverem as frutinhas em água e beberem o líquido formado para que todos pudessem ficar acordados durante a noite e orarem com fervor.

Para Encarnação e Lima (2003), a primeira referência escrita sobre o café data do ano 900 de nossa Era, em um livro árabe sobre medicina que sugere o uso do café para quase todos os problemas médicos, tais como: apatia sexual e febres em geral, incluindo o sarampo. Para esses autores, essa nova idéia fez com que o consumo de café aumentasse vertiginosamente através dos anos. Porém, ao que tudo indica, a bebida, durante centenas de anos, manteve seu consumo restrito ao sul da península Arábica, onde os iemenitas se tornaram os primeiros cafeicultores do mundo.

Até o final da Idade Média, o café era uma bebida consumida intensamente pelos "turcos pagãos" e evitada veementemente pelos cristãos. Apenas no século 16 é que seu consumo regular foi permitido entre os cristãos pelo Papa Clemente VIII (1592-1605), que provou e gostou da bebida. A partir de então, os cristãos passaram a fazer o mesmo, provocando, no mundo ocidental, um crescimento significativo no consumo de café.

Introduzido no Novo Mundo pela Companhia das Índias Ocidentais, o café tornou-se um dos principais produtos agrícolas comercializados.

Em meados do século 17, cafeterias surgiram e proliferaram na Inglaterra e na França, criando um novo costume, que se espalhou por toda a Europa, de as pessoas se reunirem para degustá-lo.

O café, inicialmente uma bebida das elites européias, depois teve seu consumo generalizado, com fama de possuir excelentes propriedades medicinais e de ser um tônico para revigorar o intelecto. Segundo a Abag (2002), nessa época, o pó de café torrado era lançado em água quente, consumindo-se a bebida resultante sem filtração e adicionando-se açúcar e especiarias, como cravo e canela.

A história do consumo de café na Europa, nos séculos 17 e 18 ostenta uma relação de inúmeros nomes célebres (poetas, cientistas, músicos, políticos e romancistas) que fizeram referência a essa bebida, em algumas oportunidades. São inúmeras as provas de popularidade do café nesse período em todo o Continente. Oliveira (1984, p. 157-174) apresenta diversas citações feitas ao café em músicas, poesias e na prosa desses séculos. Para ele, "... Se muitos trataram o produto sobre o aspecto comercial, ou técnico-científico, outros tantos viram nele um motivo literário, dedicando-lhe páginas ainda hoje lidas com prazer".

Os holandeses foram os principais responsáveis pela difusão da cultura do café em todo mundo. Por volta de 1690, levaram-no da Península Arábica para várias de suas colônias do Oriente. De lá os plantios alcançaram outras regiões da Ásia, em rápida sucessão.

Segundo Pozza et al. (2000), os cafeeiros plantados no jardim botânico de Amsterdã também deram origem, por duas vias, aos cafezais das Américas. Por um lado, foram levados para Paris e, de lá, para a Ilha de Martinica de onde se espalharam pela América Central, México e Colômbia; por outro, foram levados para a Guiana Holandesa, daí para a Guiana Francesa e a seguir para o Brasil.

Período Colonial: introdução e livre adaptação do cafeeiro (1927-1807)

A versão mais aceita para a introdução do café no Brasil diz que ela ocorreu em 1927, quando o sargento-mor Vicente de Melo Palheta

trouxe da Guiana Francesa um punhado de sementes e algumas mudas que foram plantadas no Estado do Pará, nas proximidades de Belém.

Devido às divergências econômicas entre Portugal e França nessa época, era vetado aos portugueses, na colônia francesa, o acesso a sementes e mudas de café em condições de reprodução. Aproveitando viagem de reconhecimento de fronteiras e de transporte de correspondência de protesto sobre violações do tratado de Utrecht para o governador de Caiena, o representante da Coroa Portuguesa, governador João da Maia, instruiu seu emissário a usar de artifícios para burlar a proibição do governo francês e conseguir contrabandear sementes de café para o território brasileiro.

Oliveira (1984, p. 198) relata um trecho da carta que o Governador João da Maia da Gama escreveu ao Sargento-mor Francisco de Melo Palheta, em 20 de fevereiro de 1727, "... e se acauzo entrar em quintal ou jardim ou Rossa ahonde houver Caffé, com pretexto de provar alguma fruta, verá se pode esconder algum par de graons com todo o disfarce e com toda a cautela".

O oficial Palheta cumpriu a missão que, anos mais tarde, foi assim narrada por ele próprio, em 1733, em petição de benefícios e favores pelos serviços prestados à Coroa portuguesa:

> ... vendo que o Govor. de Cayana determinara que ninguém désse caffé aos Portugueses capaz de nascer, se informou o Suppe. do valor daquella droga, e vendo o q'. hera fez delligas. por trazer algumas sementes, ... e não só troche mil e tantas fructas q'. entregou aos Offciaes do Senado pa. que o repartissem com os moradores, como também sinco plantas adultas... (OLIVEIRA, 1984, p. 204).

Fica claro, portanto, que a introdução de sementes de café no Brasil se deu num contexto de fortes disputas pelo controle do comércio internacional, no qual já se colocava o café como um recurso estratégico, daí a proibição do acesso de portugueses às sementes.

Segundo Carvalho (1993, p. 2), "O café deu-se bem no Pará e em 1731, já era plantado em vários locais próximos de Belém". Contudo, aí, a extração de borracha contribuiu para o desinteresse e a decadência do cultivo do cafeeiro, que migra buscando novas regiões. Inicialmente

é plantado no Maranhão, de onde é levado para outros Estados vizinhos e para a Bahia. Nesse processo experimental de procura da região ecológica mais apta ao plantio, o café é plantado nos morros dos arredores da cidade do Rio de Janeiro em 1783. Portanto, algumas décadas antes de a família real portuguesa chegar ao Brasil, a atividade cafeeira já era uma realidade.

Nesse período, a pequena safra de café produzida no Brasil, sendo sua maior parte no Rio de Janeiro, destinava-se predominantemente ao mercado interno e as exportações são mínimas. Pozza (2000) diz que a primeira exportação brasileira de café dá-se em 1800 e envolve apenas 13 sacas. Abag (2002) diz que, em 1801, quando a farinha de mandioca ainda era seu principal produto de exportação, foram embarcados 1.940 kg (pouco mais de 30 sacos) no porto de Santos.

Segundo Ocampo (1984), a produção mundial de café em 1791 foi da ordem de 1,2 milhão de sacas de 60 quilos. O Haiti era o grande país produtor de café, com a produção de 650 mil sacas, mais da metade do total produzido em todo o mundo. De acordo com o mesmo autor, o primeiro grande desajuste no mercado do café foi provocado pela revolução haitiana em 1791, que marcou o fim da escravidão naquele país. A redução conseqüente da produção causou um aumento significativo nos preços de café no final do século 18 e início do século 19.

As colônias européias das Antilhas e das Guianas, Cuba e Porto Rico foram as primeiras regiões a responder ao desequilíbrio gerado pela revolução haitiana, aumentando seus plantios e suas produções de café. Logo depois, a partir da segunda década de 1800, o Brasil também apresenta um significativo crescimento de sua produção, como se verá no próximo item.

Vale ressaltar que diversos fatos ocorridos no final do século 18 promoveram uma desordem no mercado mundial de produtos agrícolas e provocaram transtornos em muitas colônias tropicais produtoras de fibra e alimentos. Um desses acontecimentos foi a Independência dos Estados Unidos, em 1776. Depois houve a Revolução Francesa que abalou o sistema colonial da França e, em seguida, vieram as guerras de Napoleão Bonaparte e a desarticulação do vasto império espanhol na América. Em conseqüência, os preços dos produtos coloniais subiram

e o valor total das exportações brasileiras oriundas da agricultura quadruplicou entre 1780 e 1808.

Diferentemente do que se passava na Europa, que durante os séculos 16 e 17 já vivia as conseqüências da chamada Revolução Científica, não houve qualquer tentativa no Brasil de montagem de uma matriz institucional que apoiasse o desenvolvimento da ciência e da tecnologia de maneira geral, e muito menos na cafeicultura nascente.

Sousa (1993) registra que, até a primeira parte do século 19, o ensino no Brasil consistia em aulas de português básico, de latim, de retórica e de filosofia. Nada que se pudesse chamar de estudo de ciências, como física, química, matemática e biologia, existiu no período inicial da história do País. Para esse autor, as restrições ao desenvolvimento técnico da colônia eram tão fortes que um alvará de D. Maria I, de 1785, proibia a instalação de qualquer manufatura no Brasil, e mais, as dificuldades para se conseguir um livro naquela época eram quase que insuperáveis e só possíveis por meio de contrabando.

Período Imperial: ações pioneiras de pesquisa no Brasil (1808-1888)

Em 1808, o exército de Napoleão Bonaparte invade o território português e provoca a transferência da família real para o Brasil. Ao chegar, a Realeza encontra o plantio de café em expansão nos morros em torno do Rio de Janeiro, incentivado por um mercado demandador do produto com os preços em franca ascensão.

Nessas circunstâncias, a corte recém instalada passa a incentivar o surgimento de novos plantios de café, promovendo a entrada de produtores na atividade cafeeira. A orientação que partiu da família real era plantar café para angariar mais divisas com a constante expansão do mercado internacional. Em apoio a esse objetivo foram distribuídas sesmarias e patrocinadas a produção e a distribuição de mudas de cafeeiro, as quais constituíam uma inovação tecnológica de grande repercussão no processo produtivo. Eccardi e Sandalj (2003) destacam a presença do francês Louis François Lecesne, que havia

plantado café no Haiti, ao iniciar a formação de sua exploração cafeeira na fazenda São Luiz, na Gávea Pequena, em 1816.

Para Oliveira (1984, p. 242), o Rio de Janeiro de então era um imenso cafezal. Laranjeiras, Botafogo, Gávea, Tijuca, Rio Comprido, Santa Teresa, Boca do Mato, Andaraí, Engenho Velho, Campo Grande, Jacarepaguá, Inhaúma e Guaratiba eram extensos cafezais de propriedade de nobres da Corte, orgulhosos por possuírem uma propriedade territorial, coisa dificílima na Europa de então.

O marco institucional da pesquisa agropecuária no Brasil foi a criação, pelo Príncipe Regente, D. João, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em 13 de junho de 1808. Essa instituição tinha por objetivo o lazer da população e a realização de estudos relacionados com os principais cultivos da época no Brasil. Sousa (1993) cita registros de 1947 dos arquivos do Jardim Botânico, onde está escrito: "Nesta época já recuada, o Jardim Botânico mantinha, conjuntamente, coleções de plantas vivas, herbário e laboratórios que pesquisavam a solução de problemas agronômicos e florestais".

Dando continuidade ao seu interesse pelas atividades técnicas e científicas, D. João VI cria em 1818, também no Rio de Janeiro, o Museu Real, mais tarde denominado Museu Nacional, que foi a primeira instituição brasileira exclusivamente dedicada ao estudo das ciências naturais.

Continuando sua busca de melhores condições de cultivo, a cafeicultura chega ao Vale do Paraíba. A partir da cidade do Rio, por volta de 1825, as lavouras de café se estenderam em direção ao sul, na faixa de terra que vai até o litoral norte de São Paulo. No começo do século 19, os plantios de café se estendiam por São Sebastião, passando por Parati e Angra dos Reis.

Mesmo com esse empenho para incrementar a cafeicultura, em 1827 o açúcar ainda era o primeiro produto da pauta de exportações do Império, feitas preponderantemente pelo porto do Rio de Janeiro.

Paulatinamente a cafeicultura deixa os morros em torno do Rio de Janeiro, cidade aceleradamente urbanizada como capital do Império, e migra para a nova região de plantio, onde as condições naturais eram melhores e foram responsáveis pela primeira grande explosão da cafeicultura no Brasil.

No começo da década de 1830, de acordo com Ocampo (1984), a produção mundial de café era de aproximadamente 2,5 milhões de sacas anuais. O Brasil era o principal país produtor com cerca de 650 mil sacas, seguido de Cuba, Java e Haiti que, juntos, produziam um pouco mais de 1 milhão de sacas por ano.

O rápido crescimento da produção foi estimulado por uma demanda externa muito aquecida. Ocampo (1984) estima que a demanda mundial cresceu a uma taxa anual de 2,7% no período entre 1830 e 1900. Para esse autor, o mercado mais dinâmico foi o dos Estados Unidos que respondia por 10% do mercado mundial no início do século 19 e alcançou 40% do total a partir de 1880.

A atividade cafeeira em torno do Rio de Janeiro teve fim em 1856, quando o Imperador Pedro II, após sucessivas crises de abastecimento de água na capital, ordenou o fim dos plantios e desapropriou as terras para que fossem reflorestadas. Eccardi e Sandalj (2003) informam que a atual Floresta da Tijuca se deve a esta ação de reflorestamento de áreas antes ocupadas com plantios de café.

No Vale do Paraíba, as encostas das montanhas eram cobertas de substrato muito rico e os solos apresentavam boa fertilidade. A cafeicultura aí implantada tinha um modelo de produção intensivo, conduzido em larga escala e apoiada no uso da mão-de-obra escrava. Assim estruturada, a cafeicultura passa a ter uma grande força comercial e a promover grandes transformações na região. Eccardi e Sandalj (2003) informam que, nessa época, a cafeicultura chegou a representar 15% da economia nacional e criou vilas e cidades que são importantes centros urbanos, entre eles Resende, Barra Mansa e Vassouras.

Em conseqüência dessa pujança da produção fluminense, o Porto do Rio, por onde era escoada a maior parte da produção brasileira, tornou-se o principal porto cafeeiro do mundo. Deriva daí a denominação de "café Rio", por ter sido este tipo de café originalmente exportado pelo Porto do Rio.

No final da década de 1850, em face da importância assumida pelas atividades agropecuárias para a economia brasileira, D. Pedro II cria cinco Imperiais Institutos de Agricultura, localizados nas Províncias de Pernambuco, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Esses institutos, que se destinavam ao ensino e pesquisa agrícola, surgiram

relacionados com as demandas técnicas das áreas produtivas que começavam a exigir novos aportes de conhecimento para solução dos entraves tecnológicos de então.

Sousa (1993) destaca quatro objetivos dos Imperiais Institutos de Agricultura dentre os que são citados pela *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura,* editada em 1878, em seu número 1 do nono volume. São eles:

> 1º – facilitar a substituição dos braços necessários à lavoura por meio de máquinas e instrumentos apropriados, promovendo a introdução e adoção daquelas cuja utilidade for praticamente demonstrada e bem assim estudando e ensaiando o sistema de colonização nacional e estrangeira, que parecer mais profícuo; 2º – fundar estabelecimentos normais, onde se experimentem sistemas mais convenientes da cultura da terra, os métodos adequados ao fabrico, ao aperfeiçoamento e à conservação dos produtos agrícolas, assim como à extinção dos vermes e insetos nocivos; 3º – promover a aquisição das melhores sementes e renovos de plantas, e, experimentada a sua superioridade, facilitar a distribuição pelos lavradores; 4º – cuidar do melhoramento das rações de animais úteis, promovendo generalização das melhores espécies.

Dos cinco institutos criados por D. Pedro II, dois tiveram grande sucesso e influenciaram decisivamente as conquistas da agricultura brasileira. O primeiro deles foi o Imperial Instituto Baiano, que realizou importante trabalho agronômico para a então Província da Bahia. Foi responsável pela introdução de variedades de cana-de-açúcar, fumo, mandioca, trigo, cacau e algodão, além de participação no melhoramento de bovinos e suínos. No setor agroindustrial, esse instituto concentrou-se no aperfeiçoamento da tecnologia de fabricação de açúcar, de aguardente e da farinha de mandioca. Na disseminação dos conhecimentos gerados, foi responsável também por importantes atividades de fomento junto aos agricultores, tais como a distribuição de sementes melhoradas. As atividades de ensino desse Instituto tiveram origem em 1876, com a primeira turma formada em 1880 na Escola de Agricultura da Bahia, precursora da Escola de Agronomia de Cruz das Almas, pertencente à Universidade Federal da Bahia. Nesse Instituto não são registradas pesquisas destinadas à lavoura cafeeira.

O outro órgão que realizou grandes contribuições foi o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA), que contou com forte apoio do governo imperial. Sousa (1993), como exemplo desse apoio, aponta a participação de D. Pedro II em muitas das reuniões de sua diretoria. Esse instituto, pela proximidade com as áreas de plantio, realizou pesquisas e promoveu atividades de fomento à cafeicultura, dentre as quais a distribuição de sementes e mudas.

Em 1861, esse instituto incorporou o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, preservando suas características de área de lazer público. Com a continuidade de relevantes trabalhos realizados, em 1869, é publicada a *Revista Agrícola do IIFA,* abordando temas de agricultura e pecuária, de informações econômicas e de negócios dos principais produtos agropecuários. Sousa (1993) registra que em alguns números eram apresentadas informações técnicas cobrindo todas as partes do sistema de produção, do preparo do solo até a colheita.

Sousa (1993) ressalta que a *Revista Agrícola do IIFA* fazia a clara defesa da ciência como veículo de modernização agropecuária e da garantia de rendimentos para o empresário agrícola. Ele cita um número de 1884, onde está escrito:

> Tudo na agricultura está no lucro, no ganho do produto líquido; para alcançar este, a ciência é um meio e nada mais. Parece, pois, que não há nada mais a fazer pela aplicação das doutrinas que constituem a ciência agrícola do que apresentar no fim do ano um saldo positivo considerável e fazer ver os incrédulos, com 10 ou 15% na mão, como é que a agricultura remunera os crentes do progresso.

As preocupações dessa revista com a modernidade e com a rentabilidade dos empreendimentos agrícolas não era um fato isolado no período. Toda a economia agroexportadora buscava ampliar seus conhecimentos, forçada pela gradual introdução da mão-de-obra livre no campo, principalmente nas fazendas de café, nas quais, a partir de 1870, a mão-de-obra escrava foi sendo gradualmente substituída pelo trabalho assalariado, exigindo maior adequação tecnológica. A Lei da Abolição da Escravatura só aparecerá dezoito anos mais tarde.

O Período Imperial, portanto, caracteriza-se pelo incentivo da cafeicultura nos arredores da cidade do Rio de Janeiro e por sua

transferência para o Vale do Paraíba que, até mais da metade do século 19, liderou a produção cafeeira no País. A partir de então, não obstante os esforços pontuais de geração de conhecimento realizados pela Família Real, a fertilidade dos solos se exauriu rapidamente devido a um cultivo intensivo e a um manejo pouco adequado das lavouras e dos solos, que sofreram rápido processo erosivo. No devido tempo, as lavouras migraram em busca de novas terras, desta feita no oeste da Província de São Paulo, na região de Campinas.

Outra substancial dificuldade para a cafeicultura instalada no Vale do Paraíba foi o fim do comércio internacional de escravos na década de 1850. A Lei Áurea, em 1888, representou a "pá de cal" na cafeicultura da região, cujo sistema havia sido estruturado com base na mão-de-obra escrava.

O surgimento de outros órgãos durante o Governo Imperial merece registro, mesmo não tendo ligação direta com a cafeicultura. Em 1886 foi criada, na Província de São Paulo, a Comissão de Geografia e Geologia, com o objetivo de estudar os recursos minerais, topografia, vias de comunicação, meteorologia e botânica. Essa comissão deu origem ao Instituto Geológico da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Nesse período ainda, vale registrar a criação, em 1883, da Escola de Agricultura de Pelotas, na então Província do Rio Grande do Sul, que é a atual Escola Superior de Agricultura Eliseu Maciel, da Universidade Federal de Pelotas.

Em 1887, já próximo ao final do Governo Imperial, foi criada a Imperial Estação Agronômica de Campinas, ligada à problemática do cultivo do café, o qual havia se deslocado para essa região. As características socioeconômicas e políticas da nova realidade cafeeira, em associação com a fundação desse instituto e a Proclamação da República, marcam o início do novo período, descrito no próximo item.

Primeiro Período Intervencionista: a valorização do café (1889-1950)

Nesse período, a produção cafeeira passou por profundas transformações. Podem ser destacadas mudanças importantes nas

relações de trabalho com a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, no desenvolvimento do mercado, na rápida expansão das estradas e no surgimento das primeiras indústrias. Esse é o período que precede e cria as condições necessárias à industrialização no Brasil.

Nas seis décadas que constituem este período a produção mundial de café mais do que quintuplicou, passando de 7,5 milhões de sacos, no início, para quase 40 milhões de sacos no ano de 1950. Esse crescimento não foi linear, ao contrário, foi marcado por grandes flutuações de produção ao longo dos anos, sendo que a produção máxima foi obtida em 1933, quando foram produzidas 44,5 milhões de sacas (Fig. 1).

Como mostra a Fig. 2, o Brasil foi o grande país produtor, sempre respondendo por mais da metade de toda produção de café no mundo, sendo que nas quatro primeiras décadas do século 20, o percentual da produção brasileira está em torno de 70% do total mundial e, no final do período, esta participação aproxima-se dos 50% do total. Em contrapartida, destacam-se os acréscimos relativos das produções da Colômbia e de países da África que, juntos, respondiam por pouco mais de 3% no final do século 19 e, no final da primeira metade do século seguinte, passam a responder por cerca de 30% do total da produção mundial.

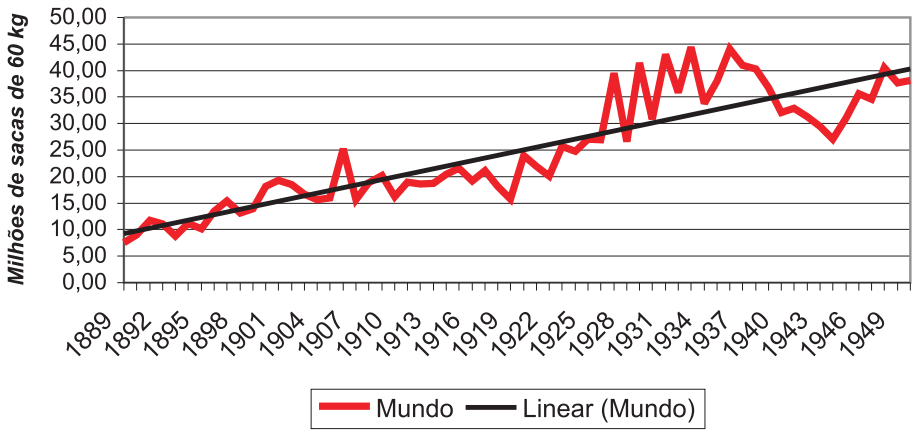


Fig. 1. Produção mundial de café – 1889 a 1950.
Fonte: Anexo 1.

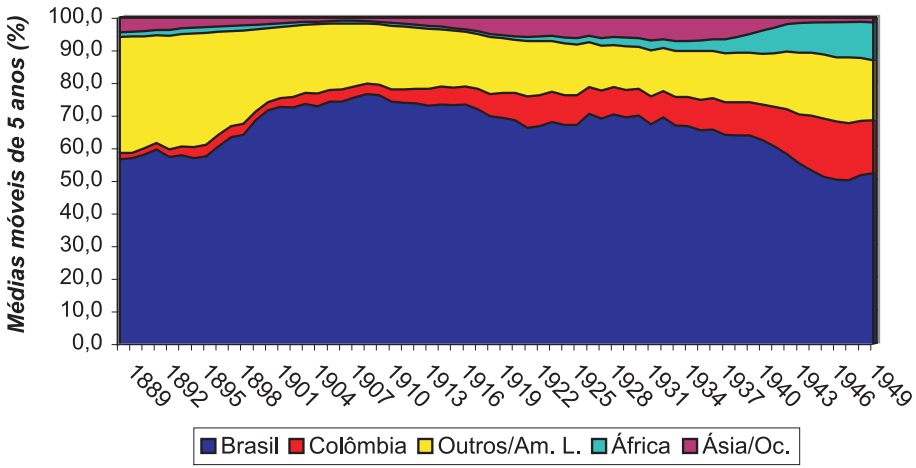


Fig. 2. Evolução da participação dos principais países/regiões produtoras na produção mundial de café – 1889 a 1950.
Fonte: Anexo 1.

Este período caracteriza-se por uma grande dinâmica da cafeicultura brasileira, tanto quantitativa quando de deslocamento regional. A produção brasileira passa de 4,2 milhões de sacos, em 1889, para 16,8 milhões de sacos em 1950, o que representa um crescimento de 300% nas seis décadas consideradas. As grandes flutuações nas quantidades produzidas anualmente, apresentando um máximo de quase 30 milhões de sacos em 1929 e produções reduzidas como nos anos de 1919 (8,9 milhões de sacos) e 1944 (9,1 milhões de sacos), explicam a maior parte da evolução não linear da produção mundial, anteriormente apontada. A Fig. 3. apresenta a evolução das quantidades anuais produzidas no Brasil durante todo o período, enquanto a Fig. 4 mostra a posição dos estados produtores, de 1889 a 1950.

Campinas foi a porta de entrada do café no Oeste paulista e a primeira cidade a cultivá-lo com base em um novo modelo de exploração, pautado no uso da mão-de-obra assalariada. Segundo Carvalho (1993), citando Correia de Melo (1899), em 1842 já se colhia café em Campinas e o município prosperava rapidamente e, em 1899, ano da Proclamação da República, Campinas contava com 26 milhões de cafeeiros, em um total de 278 propriedades, e gerava emprego para cerca de 25 mil trabalhadores.

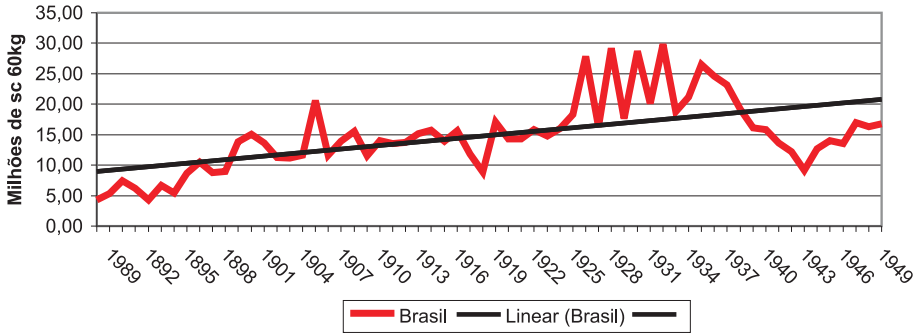


Fig. 3. Produção brasileira de café – 1889 a 1950.
Fonte: Anexo 1.

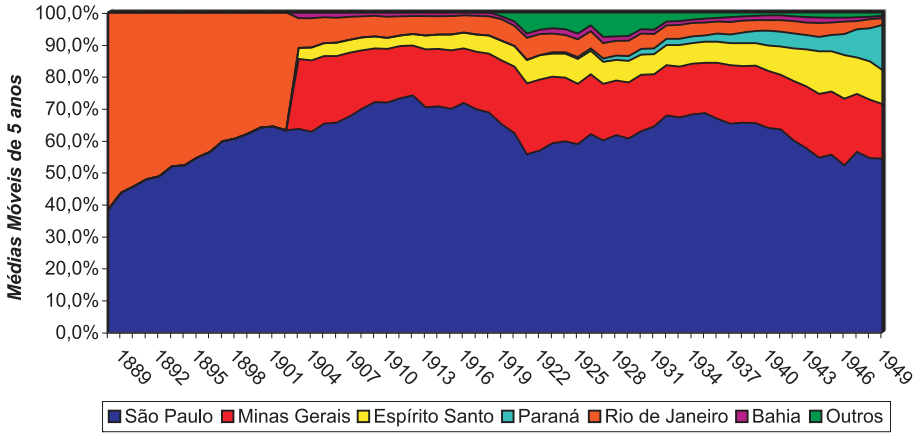


Fig. 4. Posição relativa dos Estados produtores de café no Brasil – 1889 a 1950.
Fonte: Anexo 1.

A grande disponibilidade de terras férteis do oeste paulista propiciou a implantação e fixação da atividade cafeeira na região e o conseqüente povoamento por migrantes ao longo dos principais eixos ferroviários recentemente implantados. O sistema de *plantation*, também utilizado no Vale do Paraíba, foi adaptado para o uso do trabalho livre de migrantes, o que exigiu o desenvolvimento de inovações tecnológicas, principalmente, na secagem e no descascamento do café.

Eccardi e Sandalj (2003) registram exemplo de iniciativas para incentivar a imigração para a nova região cafeeira já em 1870. Esses autores informam também que entre 1890 e 1925 – época do *boom* da cafeicultura no oeste paulista – o sistema de subsídio à imigração respondeu por ¾ da imigração total brasileira, o que prova a importância da cafeicultura na absorção da mão-de-obra de origem européia que aportou no Brasil no final do século 19 e início do século 20. Eles dizem ainda que:

> A Marcha para o Oeste deixou seu legado na diversificação econômica da região paulista, na criação de um amplo mercado interno e no nascimento de uma classe média rural, assim como na possibilidade de mobilidade social, além de contribuir para o enriquecimento do patrimônio cultural brasileiro.

Esse intenso desenvolvimento promovido pela cafeicultura paulista fez com que em 1900 o volume de café exportado pelo Porto de Santos fosse maior que o do Porto do Rio de Janeiro, tornando o "Café Santos" um novo padrão de qualidade no comércio internacional do produto.

Para Delfim Neto (1973), o desenvolvimento da cafeicultura em São Paulo deveu-se principalmente a um conjunto de fatores internos formado por condições ecológicas favoráveis, boa rede de ferrovias facilitando o acesso ao porto de Santos e à existência de uma população treinada para a agricultura como alternativa ao uso da mão-de-obra escrava. Como influência externa importante, ele cita (Delfim Neto, 1979, p. 249-68) a desvalorização cambial que o país experimentou no início da década de 1890, causada principalmente pelos excessos de expansão monetária, em dezembro de 1889, que acompanharam a queda da Monarquia.

Quanto à influência dos aspectos internos parece não haver divergência entre os autores consultados. No que diz respeito aos aspectos externos, Ocampo (1984) atribui forte influência ao aumento dos preços internacionais, causado pela expansão da demanda mundial de café e à redução nos salários reais, devida à expansão da imigração européia. Essa divergência de ponto de vista é analisada em Bacha (1992), ao mostrar que os mecanismos de auto-regulação do mercado

de café no século 19 eram muito limitados. Deixado à sua própria sorte, esse mercado sofreria profundas flutuações de preços a médio prazo; e a longo prazo, essas flutuações tenderiam a ser explosivas.

Essas flutuações foram ainda mais acentuadas na última década do século XIX, quando ocorreu uma enorme expansão do cultivo de café no planalto paulista, aumentando de forma dramática a oferta brasileira desse produto. Como, nessa época, o Brasil contribuía com 75% das exportações mundiais de café (Fig. 5), os preços internacionais foram forçados para baixo entre 1896 e 1902, com forte reflexo no mercado interno gerando problemas de diversas naturezas dada a importância macroeconômica do produto.

Essa importância pode ser avaliada pela grande participação do café nos valores das exportações brasileiras do período, mostrada na Fig. 6. Verifica-se que, quase sempre, o café respondeu por mais de 50% do valor total exportado pelo Brasil, tendo o máximo ocorrido em 1928 (81%), e as participações mínimas foram registradas durante as duas grandes guerras, 31% em 1918 e 26% em 1942.

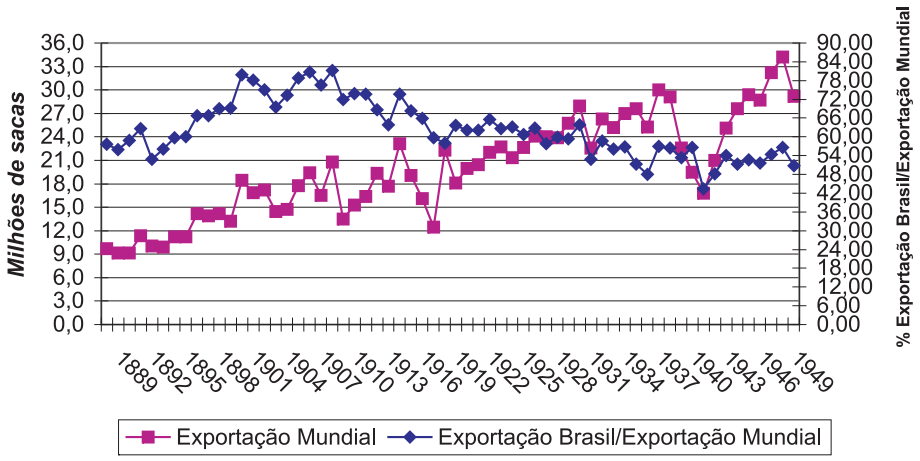


Fig. 5. Exportação mundial de café – 1889 a 1950.
Fonte: Anexo 1.

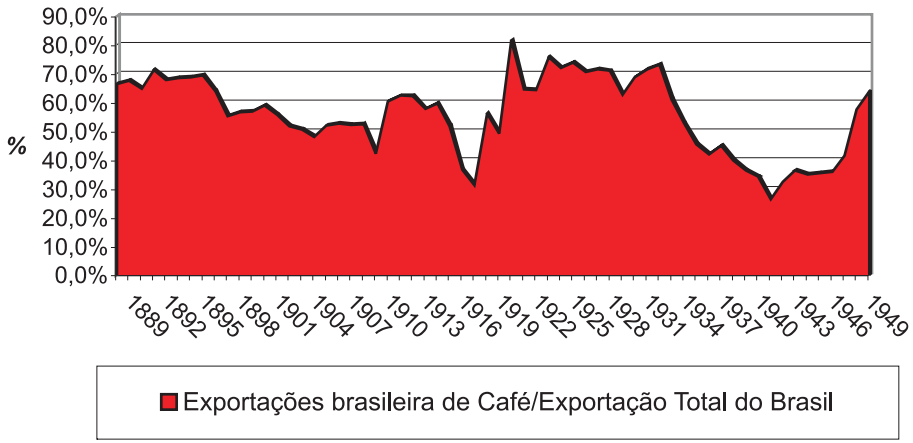


Fig. 6. Impacto do café nas exportações brasileiras – 1889 a 1950.
Fonte: Anexo 1.

Para Bacha (1992), nesse período,

> [...] se o valor das exportações de café caia, a balança comercial brasileira se deteriorava, e o mercado cambial virava-se contra o país, tornando mais difícil para o governo federal lançar empréstimos no exterior, dos quais ele era tão dependente. Ademais, do ponto de vista regional, o café era o centro da economia de São Paulo, o estado mais importante do País [...]

Em paralelo com sua destacada participação nas exportações do Brasil, o café brasileiro tinha fundamental importância no comércio mundial desse produto, contribuindo, em média, com cerca da metade das exportações mundiais, chegando a participar com mais de 80%, em 1911, e registrando uma participação mínima de 30% do total mundial exportado no meado da década de 30 (Fig. 7).

Nesse contexto macroeconômico, as queixas dos produtores, agora mais empresariais e mais organizados que no século 19, encontravam acolhida junto ao governo federal que se via pressionado a patrocinar a execução de políticas de valorização do produto, tendo como motivação inicial a alegação de defesa dos interesses maiores da sociedade brasileira.

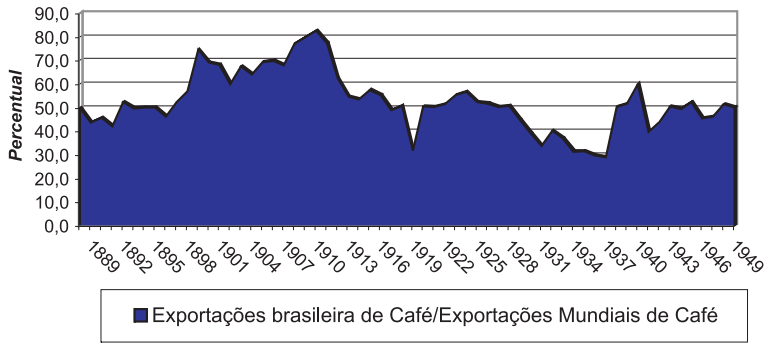


Fig. 7. Participação brasileira nas exportações mundiais de café – 1889 a 1950.
Fonte: Anexo 1.

O segundo motivo alegado era uma produção brasileira caracterizada por variações de ano para ano, alternando anos de colheita excepcional com anos de colheita reduzida, o que promovia conseqüências adversas aos preços recebidos pelos produtores. No ano de grande safra, o preço era reduzido pelo excesso de oferta. Nos anos de safra menores, os preços não reagiam o suficiente porque havia estoque do ano anterior.

À irregularidade da produção de um ano para outro adicionava-se a sazonalidade dentro de cada ano cafeeiro, dos períodos de safra e entressafra que concentravam a oferta e a remessa de café para os portos durante o segundo semestre, onerando os custos dos produtores e beneficiando os agentes intermediários.

O terceiro fato, sempre alegado para justificar a intervenção do governo federal no mercado, era a grande concentração das firmas de exportação de café do país, com o agravante de serem estrangeiras, principalmente inglesas, americanas e alemãs. Sobre isso, Delfim Netto (1979, p. 85) cita um trecho da mensagem do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) ao Congresso, que diz:

> Esta situação se agrava com a falta de organização do mercado produtor, constituído, como é, por uma massa difusa de vendedores, sem coesão, sem unidade de ação, sem resistência financeira, em frente de dez ou doze casas compradoras, apercebidas de todos os recursos para a luta e ligadas pelo interesse comum de comprar a baixo preço.

Além disso, havia de considerar que, na primeira metade do século 20, o café era o centro da vida econômica do Brasil em enorme complementaridade com o ritmo da atividade econômica do país e as irregularidades de produção e de mercado causavam enorme prejuízo econômico e social. Bacha (1992), citando um estudo de 1936, mostra esse encadeamento, dizendo que:

> [...] se os cafeicultores prosperavam e tinham muito dinheiro para pagar bons salários, todo mundo prosperava, e o comércio reluzia. Se a indústria do café estava deprimida, toda a vida econômica do país se deprimia.

Essa importância da cafeicultura para a economia do Estado de São Paulo e, em decorrência, para todo o Brasil naquele período, é mostrada por Bacha (1992), quando diz que os impostos sobre a exportação de café durante a República Velha (1889-1930) representavam em torno de 70% da receita total estadual.

Tendo esses argumentos por fundamento, o governo brasileiro passa a intervir nas operações do mercado internacional de café. As flutuações dos preços de café que justificam e indicam o reflexo das intervenções governamentais propostas e executadas durante esse período são mostradas pela Fig. 8. Ela descreve a trajetória entre 1889,

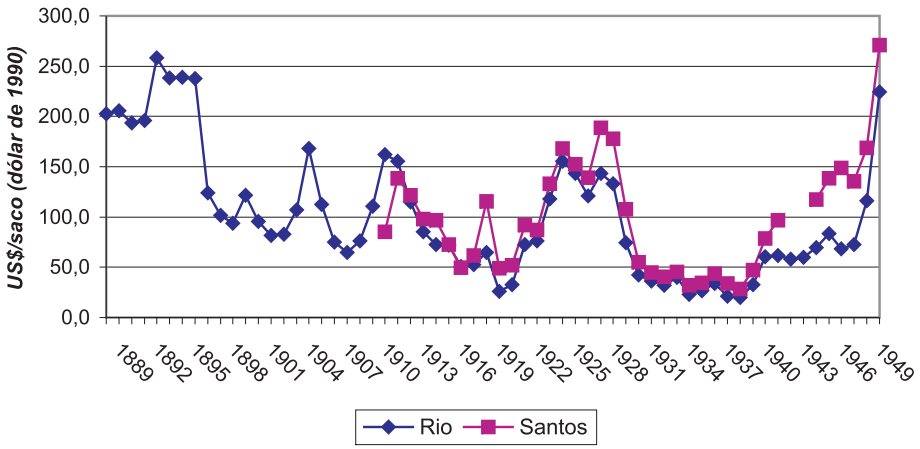


Fig. 8. Preços constantes do café – 1889 a 1950.
Fonte: Anexo 1.

quando o preço era de US$ 202.72/saco, até 1950, quando o café atingiu seu preço da ordem de US$ 224.48/saco. Entre os dois extremos, o preço do café apresentou grandes variações, com o máximo de US$ 258.00/saco, registrado em 1893, e o mínimo registrado em 1939, quando o preço chegou a menos de 20 dólares por saco.

O exercício intervencionista dos governos brasileiro e paulista no mercado cafeeiro tem início em 1906. Nesse ano, o Brasil obteria uma colheita recorde de mais de 20 milhões de sacas, o que aumentaria a oferta disponível para 30 milhões de sacas em 1907, em contraposição a uma demanda estimada de apenas 16 milhões de sacas.

Para evitar uma abrupta queda de preços, o governo de São Paulo, liderando os outros dois importantes estados produtores, Rio de Janeiro e Minas Gerais, encaminhou, para aprovação do Congresso Nacional, o célebre Convênio de Taubaté[2], que propunha os planos de intervenção para defesa dos preços de café frente à crise iminente, o que constituiu a primeira proposta de valorização do café.

O plano proposto, em síntese, previa a obtenção de um grande empréstimo estrangeiro pelo governo paulista, a fim de comprar o café excedente a preços mínimos fixados em moeda estrangeira. Para prover a receita destinada à cobertura desse empréstimo, um imposto seria cobrado sobre cada saca exportada. Além do que, era proposto manter o valor externo da moeda brasileira relativamente desvalorizado, para poder manter o preço interno do café próximo ao mínimo estabelecido.

O Congresso aprovou, com fortes modificações, a proposta que lhe foi enviada. O Estado de São Paulo continuou firme na tentativa de implementar o plano original para a valorização do café que havia proposto, o que foi possível após a obtenção de um grande empréstimo em setembro de 1906. Como resultado dessa ação, foram compradas cerca de 8 milhões de sacas de café, evitando-se uma ampla queda nos preços do produto. No entendimento da época, ficava assim provado

[2] Este convênio é detalhado na publicação *Vida e Morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café,* de Thomas H. Halloway. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 111 p. A segunda e a terceira operações de valorizações do café são descritas e analisadas na publicação o *Problema do Café no Brasil,* de Antônio Delfim Netto. Rio de Janeiro: FGV, 1979. p. 66-82.

que os preços de café podiam ser defendidos por meio da intervenção do governo no mercado.

Com base nos resultados alcançados, em outubro de 1908, o Congresso Nacional aprova uma solicitação do governo de São Paulo para garantia de um empréstimo de longo prazo no valor de 15 milhões de libras esterlinas, negociado junto a um grupo de bancos estrangeiros, com a finalidade de dar amparo financeiro à política de sustentação do mercado de café.

Os preços internacionais de café se mantiveram em alta até o final de 1912, quando os Estados Unidos anunciaram a venda de grande parte de seu estoque, revertendo a tendência de mercado, o que foi agravado pela desorganização do mercado em função da Primeira Guerra que acentuou o declínio do preço.

A grande safra colhida no Brasil em 1917 (15,6 milhões de sacas) complica ainda mais a situação dos preços no mercado e obriga o Governo de São Paulo a realizar a segunda operação de valorização, fazendo compras e operações de redesconto com café. Para Bacha (1992), essa intervenção foi extremamente bem sucedida em função do término da Primeira Guerra e de uma forte geada em junho de 1918, quando o período de colheita estava apenas começando. A perspectiva de excedente de café foi substituída pela de escassez do produto, reiniciando um novo período de preços altos a partir desse ano.

Esse período de preços altos durou pouco. Em 1920 os preços começam a decrescer em função da recessão mundial. No início de 1921 os preços atingiram os patamares mais baixos e, em decorrência, o governo federal associou-se ao governo de São Paulo para, juntos, realizarem a terceira operação de valorização do café, desta vez pautada na expansão do crédito doméstico, posteriormente, convertido em empréstimos de longo prazo sustentados por empréstimo estrangeiro.

Nessa oportunidade, Bacha (1992) mostra que o presidente Epitácio Pessoa (1919-1920) estava convertido às políticas de defesa do café, ao dizer que:

> O café representa a principal parcela no valor global de nossa exportação e é, portanto, o produto que mais ouro fornece à solução dos nossos compromissos no estrangeiro.

> A defesa do valor do café constitui, portanto, um problema nacional, cuja solução se impõe à boa política econômica e financeira do Brasil.

Em função da pequena safra produzida pelo Brasil em 1922, o estoque de café dessa nova operação de valorização foi vendido em 1923. O sucesso de mais essa intervenção fortaleceu a reivindicação dos cafeicultores e da liderança política de São Paulo pelo estabelecimento de uma nova política de estabilização dos preços de café, concebida e executada em caráter permanente.

Novo esquema de comercialização de café no Brasil foi desenhado com inovações básicas em relação ao método usual de controle de preços, que seria agora efetuado pela regulação da quantidade de café fluindo das áreas de produção para os principais portos de embarque. A administração dessa política foi delegada pelo governo federal ao governo do Estado de São Paulo que, para essa finalidade, criou, em 1924, o Instituto Paulista para a Defesa Permanente do Café.

Após conseguir volumosos empréstimos externos, em 1926, esse instituto é renomeado como Instituto Paulista do Café e sua importância para economia é de tal envergadura que seu presidente é o secretário da Fazenda do Estado de São Paulo. O sucesso na execução desse novo conceito de intervenção assegurou ao Instituto, conjuntamente com o governo do Estado, adquirir o controle de um banco que passou a ser denominado Banco do Estado de São Paulo, destinado a manejar as operações financeiras do Instituto. As atividades desenvolvidas pelo Instituto, e suas conseqüências, são mostradas e analisadas em detalhes em Bacha (1992) e Delfim Netto (1979).

O Instituto Paulista de Café coordenou com sucesso sua política de sustentação do preço de café até 1928. No ano de 1929, as circunstâncias adversas da Grande Depressão da economia mundial fizeram do café uma das piores vítimas da queda generalizada de preços de alimentos e matérias-primas. A crise foi tão séria que, em outubro desse ano, as bolsas de café de Santos e do Rio foram fechadas e, no final do ano, quando a queda de preços foi detida, eles estavam um terço abaixo de seus níveis anteriores. O ano de 1930 foi marcado por uma crise de magnitude sem precedentes na história econômica do café.

Nessas circunstâncias, os representantes do comércio e da produção de café voltaram a colocar o problema para as autoridades federais. Em atendimento ao setor, o governo apoiou o Estado de São Paulo na consecução de um empréstimo externo de longo prazo, destinado principalmente a consolidar as obrigações de curto prazo do Instituto. Em contrapartida, retirou de suas mãos a missão de defesa dos preços de café e, com isso, minimizando sua capacidade de influir sobre o mercado.

A partir de então, através de sucessivas decisões tomadas pelas autoridades da Revolução de 30, o governo federal foi assumindo o controle da política do café. No início de 1931 foi criado o Conselho Nacional do Café, no qual tinham assento os Estados produtores, para assumir a responsabilidade pela política de sustentação do preço do café brasileiro. Dois anos depois, em fevereiro de 1933, esse conselho foi substituído pelo Departamento Nacional do Café (DNC), uma autarquia federal subordinada ao Ministério da Fazenda, com amplos poderes para intervir no mercado[3].

Ao assumir a defesa do café, o governo federal deparou-se com um grande estoque desse produto e com um excesso de capacidade de produção do setor e constatou que não havia recursos para continuar custeando um programa de defesa como aquele que estava em curso. Fazia-se necessário criar uma nova alternativa de intervenção no mercado.

Com base na análise da realidade e das perspectivas do setor, o governo federal tomou duas decisões. A primeira foi adquirir os estoques que ainda estavam em mãos de particulares, associado à criação de imposto sobre novas plantações e da criação de mais um imposto sobre exportação que, somados, ajudariam a financiar o programa de defesa.

A segunda decisão tomada foi destruir parte do estoque acumulado, como forma de diminuir a oferta de café e parar a contínua queda de preços. Em 1931 e 1932, 12 milhões de sacas foram destruídas. Em 1933, 14 milhões de sacas de café foram incineradas. A prática da destruição de café foi executada até agosto de 1944 e atingiu um total

[3] Os antecedentes e os decretos-lei que criaram o CNC e o DNC são descritos em Scantimburgo (1980, p. 171-9).

de 78 milhões de sacas[4], o que representa uma quantidade três vezes superior ao consumo mundial anual da época.

O início da Segunda Guerra Mundial, em 1940, provocou o virtual desaparecimento da demanda européia de café, reduzindo drasticamente as exportações brasileiras e fazendo com que o seu preço atingisse níveis baixíssimos. Nessas circunstâncias, o abandono das plantações de café associado a condições climáticas desfavoráveis fez com que o potencial produtivo brasileiro se alinhasse ao nível da demanda deprimida do período de guerra.

Com fim da guerra, a Europa voltou a comprar café, fazendo com que o seu preço voltasse a subir. Como a capacidade de produção brasileira estava particularmente afetada, o aquecimento da demanda, pós-guerra, contribuiu para a rápida exaustão dos estoques de café em mãos do Departamento Nacional do Café e, em conseqüência, para a significativa redução dos estoques mundiais.

A recuperação econômica da Europa e a retomada do crescimento da economia dos Estados Unidos, frente a uma baixa capacidade de produção e a estoques reduzidos, contribuíram para que o período de superprodução fosse substituído por um período de escassez de café no mercado internacional. A conseqüência foi um período de contínua alta de preços que durou até 1951 e promoveu nova expansão da cafeicultura brasileira que, no começo da década de 1950, estava se deslocando rapidamente para o Oeste do Estado do Paraná.

A história da ciência e tecnologia ligada à cafeicultura guarda uma estreita relação com a história da produção e da política econômica cafeeira, sucintamente aqui relatada.

O marco inicial foram as preocupações da Velha República com a geração de novos conhecimentos para a cafeicultura, então a atividade econômica mais importante do País, ao realizar a efetiva implantação da Estação Agronômica de Campinas, que havia sido criado em 27 de junho de 1887 por D. Pedro II, com a denominação de Imperial Estação Agronômica de Campinas. Efetivamente, os trabalhos da Estação Experimental só tiveram início após a assinatura do Decreto n.º 707, de

[4] Segundo Scantimburgo (1980, p. 172), foram incineradas exatamente 78.214.253 sacas de café nesse período.

8 de janeiro de 1902, que transferiu sua administração para o governo de São Paulo no momento da criação da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Para Sousa (1993), o funcionamento inicial do Agronômico esteve integrado aos problemas técnicos vividos na produção agropecuária, principalmente em relação ao café. Os primeiros objetivos dos estudos do Agronômico foram ligados à identificação das práticas culturais (adubação, espaçamento, época de plantio, métodos de cultivo e preparo de solo) mais adequadas ao cultivo do café.

Nesse sentido, Albuquerque et al. (1986a) afirmam que a Estação Agronômica de Campinas tinha também por objetivo, quando de sua implementação, orientar e ensinar práticas racionais aos agricultores, aliadas à preocupação de criar e adaptar novos conhecimentos técnicos científicos. Acrescentam, ainda, que a Estação nos seus primeiros anos foi denominada de Escola Agronômica por adotar um modelo institucional que se aproximava dos *Land Grand Colleges* americanos, que conjugavam ensino, pesquisa e extensão.

Essa orientação de trabalho, pautada na solução dos problemas essenciais da agricultura brasileira da época, marca a primeira década dos trabalhos do Instituto e fica evidente nas palavras de Franz W. Dafert (professor alemão contratado para dirigir a Estação Agronômica na fase inicial) pronunciadas quando da criação dessa Instituição:

> [...] Quem quer que seja nos encontrará pronto a auxiliá-lo em qualquer questão relativa à nossa ciência e não receamos estudos penosos, contanto que sejam exigidos em interesse da lavoura do país. Mas o agricultor inteligente há de compreender que uma atividade frutífera só pode provir do auxílio mútuo entre os agricultores e o Instituto. É fora de dúvida que não está muito longe o tempo em que os agricultores hão de necessitar da Estação Agronômica que, ainda uma vez repetimos, acha-se sempre à sua disposição (ALBUQUERQUE et al., 1986a, p. 86).

Esses autores identificam ainda três outras fases do Instituto Agronômico de Campinas na primeira metade do século20, além dessa fase inicial que dura até 1909. A segunda fase tem início nesse ano e vai até 1924. Nesse período vigorou uma nova orientação mais pragmática, implantada a partir da nomeação de nova diretoria a cargo

de J.J. Arthaud-Berthet em 1909. Vale notar que essa reorganização, direcionada para a busca de resultados imediatos, efetivou-se um ano após a realização do Convênio de Taubaté, em que "a grande burguesia cafeeira definiu os fundamentos de uma nova política de defesa do café".

Nessa segunda fase, as buscas de resultados mais imediatos sem o respaldo de uma fase experimental mais séria, implicaram, algumas vezes, orientações mal fundamentadas para os agricultores, o que acabou gerando certo descrédito da instituição. Albuquerque et al. (1986a, p. 88) relatam que, em 1913:

> [...] o Agronômico importa sementes de café de uma "excelente variedade" proveniente de Uganda, na África, e rapidamente as distribui aos cafeicultores interessados. Inadvertidamente, junto às novas sementes vinha também uma praga então desconhecida por aqui, e não detectada, a Broca do café, que uma década depois infestaria todo o estado de São Paulo [...]

A terceira fase tem início quando a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo passa por importante reforma no sentido de ampliação e especificação das atribuições de seus órgãos componentes. Destaque-se seu desdobramento em duas secretarias: a de Agricultura, Indústria e Comércio e a de Viação e Obras Públicas, indicando que os serviços diretamente ligados à agricultura ganhariam importância na administração pública.

No bojo dessa reforma, Theodureto de Camargo assume a direção do Instituto em 1924 com a proposta de reorganizar suas atividades. A reestruturação que ele implantou tinha dois pontos básicos: o primeiro era imprimir maior vigor aos trabalhos de laboratório, em contraposição à orientação pragmática da fase anterior. Com base nisso, foram criadas seções de pesquisa básica, que teriam uma atuação relevante nos anos seguintes.

O segundo ponto era a ênfase na qualidade e na garantia de produção agrícola. Essa orientação era compatível com a dinâmica econômica e social da época marcada pelo início da mudança do centro hegemônico de produção agrícola para a produção industrial que é acompanhada, no nível político, pela queda da República Velha e ascensão da República Nova.

Em 1927, Theodureto de Camargo faz uma reforma institucional para oficializar a reorientação estratégica iniciada em 1924, criando Seções Técnicas específicas para algodão e café (os dois principais produtos da época), orientando suas pesquisas não apenas no sentido das práticas culturais e experimentação, mas também propondo ênfase nos trabalhos de genética. Albuquerque et al. (1986a, p. 90), citando estudo de Alcides Carvalho em 1961, dizem que:

> [...] em 1927, a diretoria dessa instituição sentindo a necessidade de coordenar os vários planos de melhoramento em execução, criou a seção de genética para dar novo impulso e orientação moderna aos trabalhos dessa natureza.

Mais adiante, esses autores (Albuquerque et al., 1986, p. 91) registram que a Seção de Genética dedica-se ao estudo de genética vegetal aplicada, havendo poucos trabalhos de genética vegetal básica e destacam seu pioneirismo, uma vez que ela surge antes da existência da genética como disciplina regular nas escolas de Agronomia.

Nesse período, o Agronômico especializa-se nas questões de melhoramento da produtividade vegetal, deixando as questões de sanidade a cargo do Instituto Biológico que foi criado em 1927. Apoiado no forte prestígio político de seus dirigentes e no crescimento da agricultura paulista, que passa de uma área plantada de cerca de 2 milhões de hectares em 1920, para um plantio de 4,7 milhões de hectares em 1938, o Agronômico vive sua fase áurea da primeira metade do século, do ponto de vista de sua integração com a agricultura, durante esse período.

É exatamente nesse período que começa o tradicional esforço do Agronômico na obtenção de melhores e mais produtivas variedades de café. De acordo com Carvalho (1993, p. 5):

> Em 1932 , no Instituto Agronômico, deu-se início a um plano bastante amplo de estudos biológicos e agronômicos do cafeeiro (*C. arabica*) e, particularmente, de seu melhoramento. Assim, foram programados os mais diversos estudos, de sistemática, de citologia, de biologia da reprodução, de genética e de técnicas agronômicas, tendo por objetivo reunir informações básicas para o plano de melhoramento e renovação cafeeira.

Para dar sustentação a esses estudos uma das providências tomadas foi a instalação, em Campinas, de um experimento com as cultivares mais conhecidas na época, a saber: Arábica, Amarelo de Botucatu, Sumatra, Bourbon Vermelho, Bourbon Amarelo e Maragogipe. Segundo Carvalho (1993), depois de vários anos de colheita desse experimento, verificou-se que o Bourbon Amarelo era a mais produtiva, seguindo-se a Bourbon Vermelho e, por isso, muitos cafeeiros dessas cultivares foram selecionados para estudo de suas progênies.

No início de 1942, com a situação político-econômica tencionada pela Segunda Guerra Mundial, a Secretaria de Agricultura de São Paulo é submetida a uma reforma institucional no sentido de participar do esforço de guerra, privilegiando o aumento da produção agrícola e o fomento às atividades produtivas. Começa, então, a quarta fase do Instituto Agronômico nesse período.

Nessa reforma, foi criado o Departamento de Produção Vegetal (DPV), ao qual ficaram subordinadas três divisões com a mesma importância: Fiscalização e Classificação, Fomento Agrícola e Experimentação e Pesquisa, sendo esta última o novo nome do Instituto Agronômico. Com isso, para Albuquerque et al. (1986a, p. 95), ele perde força política na medida em que todo complexo de atividade por ele desenvolvido foi jogado no mesmo nível da Divisão de Fiscalização, e, ao mesmo tempo, perdia a articulação direta com a produção agrícola para a Divisão de Fomento.

Nessa fase, a pesquisa com resultados de mais longo prazo foi relegada a uma posição secundária, dada a necessidade de apresentar resultados mais imediatos. Além do que, a reforma retira do Instituto a função de difusão de tecnologia à qual ele se dedicara ao longo de sua toda sua história até então. Inclusive, o último número da primeira série do Boletim do Agronômico, conceituada publicação técnica do Instituto de grande aceitação pelos agricultores, é editado em janeiro de 1942, quando a reforma é efetuada. Em seu lugar, é lançada a revista oficial do DPV, intitulada *Colheita e Mercado,* que, segundo Albuquerque et al. (1986a, p. 98), tinha qualidade gráfica e técnica bastante inferior.

Mesmo com as dificuldades e a perda de prestígio, a história do Instituto no período entre 1942 e 1949 não registra interrupções ou decréscimos nas tarefas de pesquisa. Ao que tudo indica, a equipe técnica

permaneceu vigilante à espera de novas oportunidades socioeconômicas e políticas para recuperar seu prestígio. Inclusive, segundo Carvalho (1993, p. 5):

> O café Mundo Novo começou a ser estudado em 1943, com o estabelecimento de vários experimentos. A seleção entre progênies e dentro delas foi bastante efetiva, sendo obtidas linhagens particularmente produtivas e de bom rendimento... obtidas após o estudo de milhares de plantas individuais.

E mais, tiveram início nesse período os trabalhos e estudos de combinações híbridas que deram origem, após várias gerações, às variedades Catuaí Amarelo e Catuaí Vermelho, mais tarde disseminados por grande parte das regiões cafeeiras do Brasil.

Outra instituição de pesquisa vinculada à cafeicultura e que merece destaque neste período é o Instituto Biológico, criado em 1927 em decorrência direta de problemas associados à lavoura cafeeira. O estudo da dinâmica da criação e evolução desse órgão de pesquisa tem início em maio de 1924. Nessa oportunidade, a broca-do-café (*Hypothenemus hampei*) apresentou generalizada incidência nos cafezais paulistas, perfurando os frutos e desvalorizando o produto.

Dada a importância econômica e política da cafeicultura em São Paulo, a Secretaria de Agricultura constituía a Comissão Técnica de Identificação e Combate da Broca-do-Café, formada por três membros de alto nível técnico e encarregada de identificar as características da praga e de propor medidas de controle. Segundo Sousa (1993, p. 31):

> Um mês após a formação da Comissão, o trabalho solicitado não só fica pronto como também o governo paulista inicia o processo efetivo de combate. É então organizado o Serviço de Defesa do Café, que em seguida, é substituído pela Comissão de Estudo e Debelação da Praga do Cafeeiro.

Compunham a Comissão três nomes ilustres: Artur Neiva, Edmundo Navarro de Andrade e Alberto de Queirós Teles.

A partir das orientações da Comissão ocorreu um substancial decréscimo da incidência da praga nos cafezais paulistas. A campanha de educação dos produtores, em conjunto com a utilização da vespa-

de-uganda e o uso de controle químico específico, foi a estratégia usada para alcançar esse resultado.

O sucesso alcançado pela Comissão proporcionou repercussão ao seu trabalho, cercando de grande prestígio seus colaboradores e transformando-se no embrião do Instituto Biológico. Albuquerque et al. (1986b, p. 278) dizem que:

> Justificava o futuro Instituto Biológico pela impossibilidade de manter a riqueza agrícola devidamente protegida, e muito menos assegurar-lhe oportunidades de crescimento, sem uma organização fitossanitária permanente, lastreada em ativo trabalho de pesquisa e com diferenciação técnica adequada às muitas funções que a defesa da agricultura abrange.

Mais adiante, esses autores acrescentam que:

> A especificidade da área de biologia é defendida ressaltando-se que o Instituto Agronômico de Campinas, até então, concentrava todas as suas atividades em pesquisa agrícola e estava canalizando sua atuação para a pesquisa genética das culturas economicamente mais importantes... Ficaria assim, a descoberto a pesquisa em defesa fitossanitária, cuja eficiência seria tanto maior quanto mais conseguisse antecipar-se, estudando a biologia dos insetos e pragas que conviviam com o meio agrícola, e que não era efetuada no Agronômico, preocupado com acréscimos na produção vegetal.

Coerente com essa justificativa, para Sousa (1993), o espaço para a criação do atual Instituto Biológico de São Paulo foi aberto porque estava faltando uma pesquisa concentrada em defesa sanitária para antecipar eventos e estudar o ciclo de vida de fungos e insetos, detalhando a sua biologia.

O Instituto Biológico inicia suas atividades absorvendo técnicos e cientistas de diversas áreas e diversos núcleos universitários. Assim, o espírito acadêmico e a atuação multidisciplinar constituem a principal característica dos trabalhos iniciais, sendo a difusão relegada a uma posição secundária. A esse respeito, Albuquerque et al. (1986b, p. 281) dizem que, enquanto Instituto Biológico, em sua fase inicial, dedicava-se ao ensino e pesquisa da biologia, o Instituto Agronômico se dedicava a um trabalho mais prático e experimental, de maior demanda dos

cafeicultores e da agroindústria nascente. Para eles, essa distinção pode ser muito bem observada na publicação do IB intitulada *Arquivos do Instituto Biológico*, cujo conteúdo era reservado a especialistas técnicos ou universitários.

Em 1934, o Instituto Biológico tem suas atribuições ampliadas e suas diretrizes modificadas para acomodar a dupla atuação de pesquisa básica e aplicação prática na defesa agropecuária. Para reforçar a idéia de realização de pesquisa aplicada, foi criado o campo experimental da Fazenda Mato Dentro, em Campinas, que começa a operar em 1937. E para viabilizar a diretriz de que o Instituto se integrasse de forma mais efetiva aos esforços de levar ao meio agrícola os resultados de sua pesquisa, foi criada uma nova publicação intitulada *O Biológico,* que passa a divulgar, mensalmente, os resultados práticos da instituição, ampliando sua articulação com a atividade agrícola.

A reforma administrativa da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo realizada em 1934, e já referenciada no caso do Instituto Agronômico, transforma o IB no Departamento da Defesa Sanitária da Agricultura. Contudo, na nova estrutura organizacional, consegue manter a Divisão de Biologia que é o pólo científico onde se concentram as ciências básicas e os cursos de especialização. Outras duas Divisões de Defesa (animal e vegetal) ficaram encarregadas dos trabalhos de caráter aplicado, em atenção às novas normas.

Para Albuquerque et al. (1986b, p. 283), essa estrutura permite ao IB realizar importantes contribuições para o controle de diversas doenças e pragas de culturas importantes para a economia nacional durante, e logo após, a Segunda Guerra, com a impossibilidade de importar inseticidas, foram realizados estudos práticos sobre produtos químicos e testada a eficiência de uso de vários produtos de fabricação nacional, por meio de um grande número de ensaios.

Simultaneamente, o mesmo sucesso não ocorre com as atividades de pesquisa básica que, segundo os mesmos autores, foram envolvidas com problemas análogos aos vivenciados pelo Agronômico em igual período. Programas importantíssimos como o das pragas do cafeeiro foram, de uma hora para outra, abandonados e a equipe técnica desfez-se com o êxodo de seus principais pesquisadores para outras instituições públicas e privadas.

Sem dúvida, a criação e o funcionamento dos institutos paulistas, Agronômico e Biológico, são os dois maiores acontecimentos ligados à pesquisa cafeeira na primeira metade do século 20. No entanto, algumas realizações do governo federal merecem registro pela sua importância geral e pelos efeitos indiretos relevantes que exerceram sobre as atividades de ciência e tecnologia da cafeicultura no período em análise.

No início do governo republicano, o Ministério da Agricultura perde a importância que desfrutou no período imperial, sendo extinto em 1892. Sua reinstalação efetiva só ocorre em 1909, após intensa luta liderada pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), fundada em 1887, para representar os interesses do setor produtivo da agricultura brasileira. A SNA, dentre outras coisas, propugnava pelo apoio ao ensino agrícola e pelo incentivo à atividade de pesquisa agropecuária. Nesse sentido, Sousa (1993) cita que a Sociedade chegou a desenvolver trabalhos de pesquisa em campos experimentais por ela organizados, cujos resultados eram divulgados na revista *A Lavoura*, editada pela própria Sociedade.

Acompanhando a experiência já desenvolvida pela SNA, o Ministério da Agricultura, reinstalado, optou pela estratégia de desenvolver suas atividades de pesquisa por meio de estações experimentais em regiões produtoras das culturas mais importantes.

A primeira dessas estações experimentais foi fundada em 1910, no município de Campos, RJ, e destinava-se à realização de pesquisas com cana-de-açúcar. Outras estações foram criadas pouco tempo depois, dentre elas a de cana-de-açúcar de Escada, PE (1911), as estações de sericicultura de Bento Gonçalves, RS (1912), e de Barbacena, MG (1912) e a estação experimental de algodão em Coroatá, MA (1913). Nesse período, não foi criada qualquer estação experimental do Ministério da Agricultura dedicada ao estudo da atividade cafeeira.

Ao lado do desenvolvimento das instituições especializadas em experimentação e pesquisa, ocorrido nos primeiros 30 anos do século 20, aconteceu também o desenvolvimento de importantes instituições de ensino que, ao longo de suas histórias, proporcionaram significativas contribuições à geração e à transferência de conhecimento e tecnologia.

Três instituições de ensino merecem destaque, pela formação de quadros técnico-científicos para a cafeicultura brasileira e por suas contribuições diretas ao avanço do conhecimento sobre a lavoura cafeeira. Em 1901, é inaugurada a Escola Prática de Agricultura Luiz de Queiroz, localizada em Piracicaba, no Estado de São Paulo. Em 1926, ela passa a funcionar como instituição de ensino superior e pesquisa, com a diplomação de engenheiros agrônomos. Mais tarde, em 1934, ela passa a integrar os quadros da então criada Universidade de São Paulo (USP). A Escola Superior de Agricultura de Lavras, que deu origem à Universidade Federal de Lavras, em Minas Gerais, foi fundada em 1908. Em 1922, foi criada a Escola Superior de Agricultura e Veterinária, localizada em Viçosa, Minas Gerais, e precursora da Universidade Federal de Viçosa. As contribuições dessas unidades de ensino e pesquisa serão relatadas no próximo item.

É importante registrar ainda a fundação de outras importantes unidades de ensino agrícola, criadas na mesma época e que tiveram participações menores na cafeicultura. São elas: a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, a hoje Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1910) e a Escola de Agronomia do Ceará, hoje pertencente à Universidade Federal do Ceará (1918).

Ainda nesse período, vale destacar, em termos das estratégias para ciência e tecnologia na agricultura brasileira e da evolução das instituições federais dedicadas à pesquisa daí decorrentes, a mudança ocorrida a partir de 1932, quando Juarez Távora, então ministro da Agricultura, promoveu uma forte mudança estrutural no Ministério e implantou quatro diretorias-gerais para gerenciar suas atividades-fim: a de Agricultura, a de Pesquisas Científicas, a de Indústria Animal e a de Produção Mineral (Sousa, 1993, p. 33).

A Diretoria-Geral de Pesquisas Científicas foi a grande inovação dessa reforma. Dificuldades de toda ordem impediram a implantação dessa Diretoria, que teve vida curta. Criada em 11 de janeiro de 1933, terminou por ser extinta em 8 de março de 1934, no bojo de outro rearranjo estrutural promovido por Juarez Távora, que descaracterizou por completo a reforma inicial e se rendeu às dificuldades, orçamentária e material, de promover, como prioridade, os avanços de conhecimento no setor agrícola.

Em 1938, o governo federal novamente resolve reforçar sua presença na coordenação dos trabalhos de pesquisa efetuados pelos Estados e voltados para agricultura. Em nova reforma do setor, criou o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (Cnepa).

Em dezembro de 1943, o Cnepa passou por uma reorganização e suas funções na coordenação da pesquisa agrícola brasileira foram assumidas pelo recém criado Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas (SNPA) que, entre outras coisas, passou a deter a superintendência dos institutos federais de experimentação agrícola.

Sob a superintendência do SNPA ficaram 13 Institutos: de Ecologia e Experimentação Agrícola, de Química Agrícola, de Óleos, de Fermentação, o de Biologia, de Zootecnia, o Agronômico do Norte, Agronômico do Nordeste, o Agronômico do Leste, o Agronômico do Oeste e o Agronômico do Sul.

Segundo Período Intervencionista: o confisco cambial (1951-1990)

Evolução dos indicadores econômicos e da política setorial do café

Este período caracteriza-se pelo declínio gradual da importância da cafeicultura brasileira no mercado internacional do produto, bem como pelo decréscimo da sua parcela de participação da economia nacional. Ele começa no início da década de 1950, quando do apogeu da influência da cafeicultura brasileira em termos de participação no mercado mundial de café e em termos de sua contribuição para a economia nacional. Dessa posição de grande importância, a economia setorial do café evolui para ocupar uma posição, em 1990, de menor relevância quer no que diz respeito à geração de renda interna do país, quer no que se refere a sua contribuição em termos do volume total produzido e comercializado no mundo.

Para proporcionar um melhor entendimento dessa evolução econômica, bem como das transformações políticas e institucionais da pesquisa cafeeira ocorridas neste período, será feita, inicialmente, uma

descrição panorâmica dos principais indicadores da produção e do mercado cafeeiro no mundo e no Brasil. O propósito é contextualizar os cenários interno e externo que serviram de pano-de-fundo para as modificações que serão posteriormente relatadas.

O período do pós-Segunda Guerra assiste a uma fase de euforia na produção mundial de café. Em 1951, a produção mundial anual, que era de 38,5 milhões de sacos de café, tem acelerado crescimento até 1959, quando a produção global apresenta um volume de cerca de 79 milhões de sacos, pouco mais do dobro da produção alcançada do início da década (Fig. 9).

A partir do início da década de 1960, a produção mundial de café apresenta uma evolução positiva, mas com grandes flutuações anuais, alternando períodos de aumento com períodos de decréscimos nos volumes produzidos. A menor produção do período (50,6 milhões de sacos) foi registrada em 1964 e a produção recorde (103,1 milhões de sacos) foi obtida em 1987. O período ora analisado se encerra com uma produção mundial de café da ordem de 100 milhões de sacos/ano.

Portanto, considerando-se as duas extremidades desse período, o acréscimo de produção nas quatro décadas consideradas foi de aproximadamente 260%. Como em igual período a população do mundo aumentou em 208,6%, indo de 2,519 em 1950, para 5,255 bilhões de pessoas em 1990, infere-se um aumento do consumo per capita globalizado.

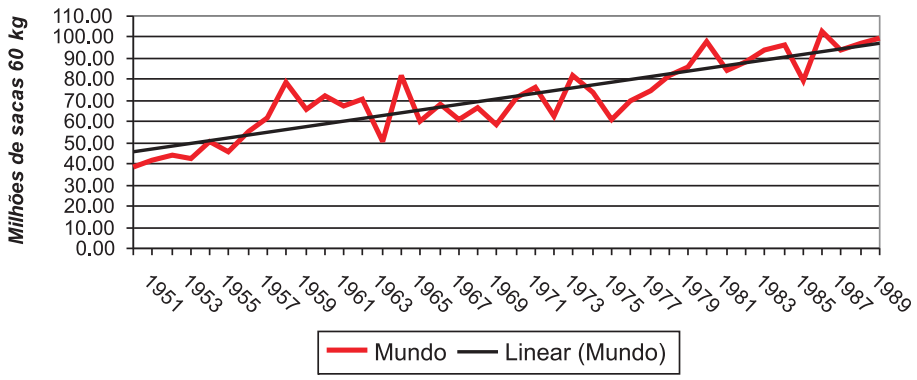


Fig. 9. Produção mundial de café – 1951 a 1990.
Fonte: Anexo 2.

A evolução da participação relativa dos principais países/regiões produtores ao longo desse período é mostrada na Fig. 10. A análise dessa figura evidencia o decréscimo da importância relativa da produção brasileira, que passa de pouco mais de 50% do total mundial no início do período, para cerca de 30% em 1990.

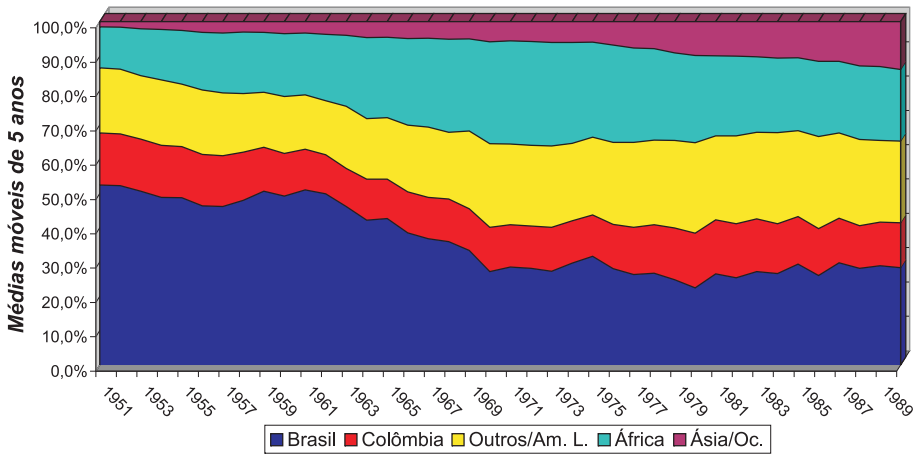


Fig. 10. Participação dos principais países/regiões produtores de café – 1951 a 1990.

Por outro lado, mostra a crescente participação relativa dos países da Ásia e da África no total da produção mundial de café. Os dois continentes que, em conjunto, respondiam por cerca de 13% da produção mundial em 1950, passam a responder por 33,5% do total de café produzido no final do período considerado.

Com a produção oriunda dos continentes asiático e africano ocupando a importância relativa na produção mundial de café que foi cedida pelo Brasil, verifica-se que a participação relativa dos países latinos no total, basicamente, não se altera ao longo do período. A Colômbia tem uma participação que varia de 12% a 15% do total e os demais países da América Central respondem, em média, por cerca de 18% a 26% do volume total produzido.

O decréscimo da participação relativa do Brasil na produção mundial tem seus reflexos na importância do país no mercado mundial. Em 1951 o Brasil respondia pela metade das exportações de café no

comércio mundial. Essa participação é de apenas 22% em 1990, índice esse que chegou apenas a 13% em 1986 (Fig. 11).

Orientada por indicadores de mercado e condicionada por fatores climáticos, a produção brasileira apresentou acentuadas e freqüentes flutuações de mercado nestas quatro décadas. Tendo iniciado o período com uma produção anual de 15 milhões de sacos, ao longo do tempo apresentou produções mínimas, como em 1964 (8,3 milhões de sacos) e em 1976 (6 milhões de sacos). No outro extremo, apresentou produções superiores a 40 milhões de sacos, como em 1959 e 1987 (Fig. 12).

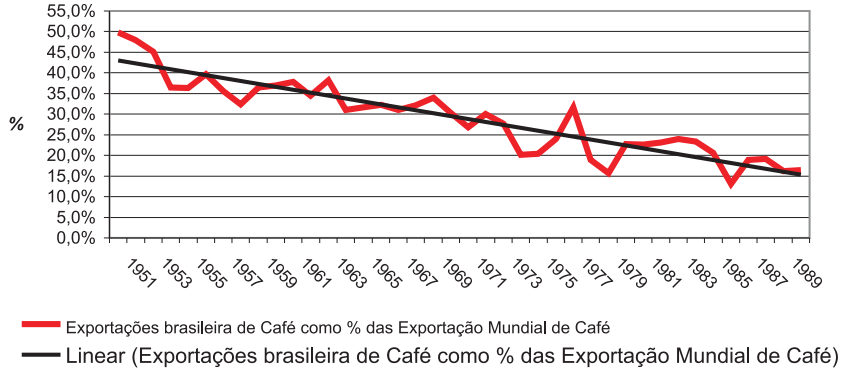


Fig. 11. Participação brasileira nas exportações mundiais de café – 1951 a 1990.

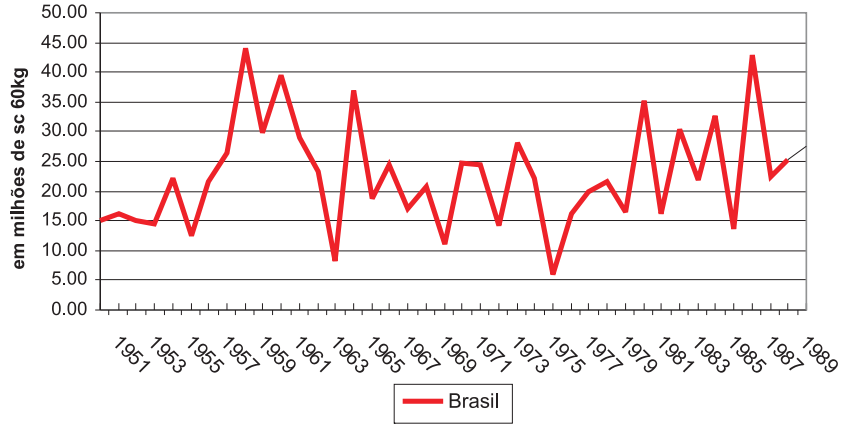


Fig. 12. Produção brasileira de café – 1951 a 1990.

Ao final do período, em 1990, a produção brasileira de café foi de 26,6 milhões de sacos, o que representa um crescimento linear de 77% durante as quatro décadas, portanto, bem mais modesto que o incremento da produção mundial que foi da ordem de 260%, como destacado anteriormente.

No período de 1951 a 1990, quatro Estados brasileiros se destacam como importantes produtores de café. O Estado de São Paulo, que no início do período participa com mais da metade da produção brasileira, tem uma importância decrescente ao longo do tempo e, ao final, participa apenas com 22% do total produzido. O Estado do Paraná inicia e termina o período contribuindo com cerca de 16% da produção nacional. No entanto, teve uma crescente participação a partir de meados da década de 1950, atingindo o auge na década de 1960, quando a sua participação era de aproximadamente metade da produção brasileira. Participação essa, que decresce a partir do começo da década de 1970 até estabilizar-se, por volta do início dos anos 80, em um patamar inferior a 20% (Fig. 13).

É nesse contexto que se inserem as novas medidas intervencionistas do governo brasileiro durante as quatro décadas aqui consideradas. Para apresentar resumo das principais providências políticas adotadas nesse período, é interessante lembrar que, no item anterior, destacou-se

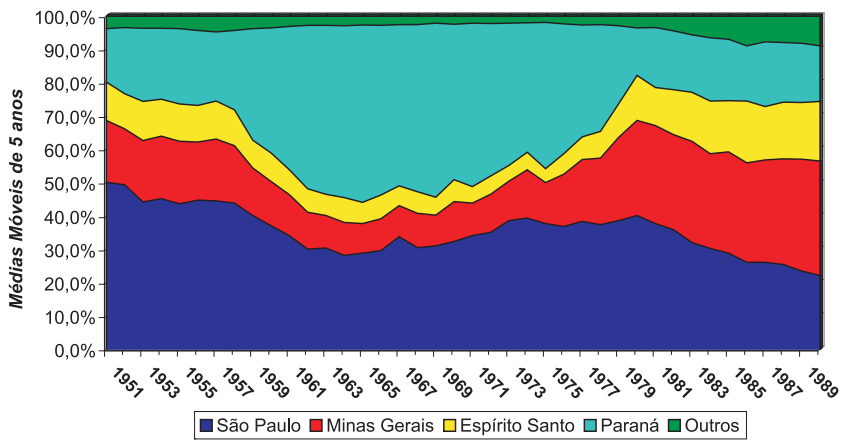


Fig. 13. Posição relativa dos estados produtores de café no Brasil – 1951 a 1990.

a evolução de alta de preços de café, ocorrida na segunda metade da década de 1940 e foi até 1951, tornando dispensáveis maiores intervenções do governo brasileiro nessa oportunidade.

A tendência ascendente dos preços foi interrompida em 1951 com o início da Guerra da Coréia e com as medidas de controle de preço tomadas pelo governo americano na época. Em conseqüência, já a partir de 1952, o governo federal voltou a engendrar um novo programa de apoio aos preços de café. Como parte dessa nova filosofia intervencionista, vale destacar a criação, no final de 1952, do Instituto Brasileiro do Café (IBC), uma autarquia federal com mandato para executar a política econômica do café brasileiro, no país e no exterior, substituindo o Departamento Nacional de Café.

O novo programa brasileiro de apoio ao negócio café não teve grandes intervenções em 1952 e em 1953, ano em que se anunciou a ocorrência de uma geada que diminuiria sensivelmente a safra 1953/54, fazendo com que os preços do café se elevassem intensamente até o meado de 1954. Quando o mercado descobriu que os efeitos da geada não tinham sido tão severos quanto os anunciados e os preços começaram a cair, o governo do Brasil fez uma intervenção ousada, contrariando a tendência do mercado e aumentando o preço mínimo de garantia do café.

Conforme documentado em Bacha (1992), a reação do mercado foi muito severa, ocorrendo:

> Uma súbita e profunda queda das exportações, na medida em que os importadores começaram a usar os estoques previamente acumulados; uma campanha de boicote ao consumo nos EUA; a instalação de um novo subcomitê de investigação no Senado americano; uma investigação independente da Federal Trade Comission; a renúncia do presidente do IBC; profundos protestos dos representantes dos cafeicultores brasileiros.

Atribuem-se também a essas campanhas efeitos de longo prazo, tais como: a substituição de café torrado e moído por café solúvel e do estabelecimento do hábito de preparar uma bebida mais diluída em água do que antes, de uso comum pelo consumidor americano até hoje.

Faz-se útil aqui esclarecer que a lógica econômica de intervenção do governo, nesse período, é diferente da lógica que vigorou até o início da década de 1950. A ótica das intervenções governamentais no mercado cafeeiro, efetuadas na primeira metade do século, visava a defesa do valor externo da moeda, considerada vital para a defesa do nível geral dos preços naquele período. Para Bacha (1992) "... o café era importante porque gerava a receita em divisas que poderia permitir a sustentação do valor externo da moeda nacional, conforme necessário para manter a estabilidade macroeconômica, como então entendida". Como exemplo desse propósito, ele cita a compra e a queima de café na década de 1930 como sendo, primariamente, uma política de defesa do valor externo da moeda.

Os formuladores da política econômica, a partir do início da década de 1950, começam a ver as exportações de café como geradoras de divisas necessárias para comprar bens de capital e outras importações essenciais para apoiar o nascente processo de industrialização. Essa percepção se torna mais explícita a partir do Governo Juscelino Kubitschek (1955-59). Para Scantimburgo (1980, p. 188-189), o processo de desenvolvimento brasileiro só foi possível graças aos arranjos econômicos e políticos feitos com o café. Afirma ele que: "Não o possuíssemos e, seguramente, não teríamos alcançado o atual estágio de industrialização", donde conclui que "As origens do capitalismo brasileiro são cafezistas" [5] (sic).

Outra percepção que ganha corpo é a constatação de que as exportações não cafeeiras estavam sendo estranguladas sob a pressão de uma moeda extremamente sobrevalorizada.

Essas novas percepções levaram a que, em 1953, o Ministério da Fazenda estabelecesse o sistema de taxas múltiplas de câmbio, envolvendo um regime de leilões cambiais para as importações e taxas fixas diferenciadas para as exportações, na tentativa de resolver o

[5] Essa não é uma posição consensual entre os estudiosos da economia brasileira. A natureza da relação café-industrialização é controversa e, durante os últimos anos, foram publicados diversos trabalhos que procuravam analisá-la. Aos que se interessarem por mais detalhes sobre essa controvérsia, sugere-se iniciar o estudo pelo clássico trabalho de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil* (FURTADO, 2003). Sugere-se também a leitura de Silva (1995), que discute algumas questões relevantes desse debate.

problema criado pela necessidade simultânea de gerar divisas e impostos na presença de um produto dominante de exportação primária.

A estratégia de intervenção, engendrada na base de taxas diferenciais de câmbio, tornou explícita a prática do confisco cambial sobre o café, agora taxado como forma de produzir receita para o governo brasileiro. Bacha (1992) estima que, antes desse período de confisco cambial, os cafeicultores recebiam 90% dos preços de exportação e, a partir de então, passaram a receber um valor próximo a 50% daquele preço, causando descontentamento generalizado aos cafeicultores.

Verifica-se, pois, que a política de defesa do café, cujo objetivo era, na primeira metade do século, maximizar a receita cambial desse produto em busca da estabilidade macroeconômica doméstica, amplia-se para dar apoio ao processo de substituição de importação, sem se promover as exportações não tradicionais, e para gerar receita fiscal para o governo brasileiro.

Nas décadas de 1950 e 1960, coube ao café o ônus de gerar a maior parte das necessidades cambiais do país, com o governo brasileiro mantendo uma política comercial lastreada na manutenção de uma taxa de câmbio sobrevalorizada, conjuntamente sustentada pela valorização do café e pela proteção da indústria nacional contra as importações.

Respaldada nessa política de sustentação, a produção brasileira de café amplia-se vigorosamente a partir de 1951, chegando a uma produção recorde de 44 milhões de sacos em 1959. Segundo dados do Instituto Brasileiro do Café (IBC) (1978), em igual período a população cafeeira do Brasil aproximadamente dobrou, passando de pouco mais de 2 bilhões de pés para cerca de 4 bilhões de pés ao final da década de 1950.

Mesmo com significativos aumentos de produção e de área plantada, o governo brasileiro não fez intervenções maiores no mercado até 1956, embora os preços se apresentassem decrescentes no período. A ocorrência de geada na região produtora do Brasil e a pequena safra da Colômbia, em 1956, tornaram desnecessárias essas intervenções.

Quando a grande safra de café de 1957 atingiu o mercado, o governo brasileiro novamente colocou em prática a compra do produto como forma de defesa de seu preço. Essa opção intervencionista revelou-se

impraticável quando da ocorrência das crescentes safras de 1958 e 1959, cuja chegada ao mercado tornou os preços sucessivamente menores (Fig. 14).

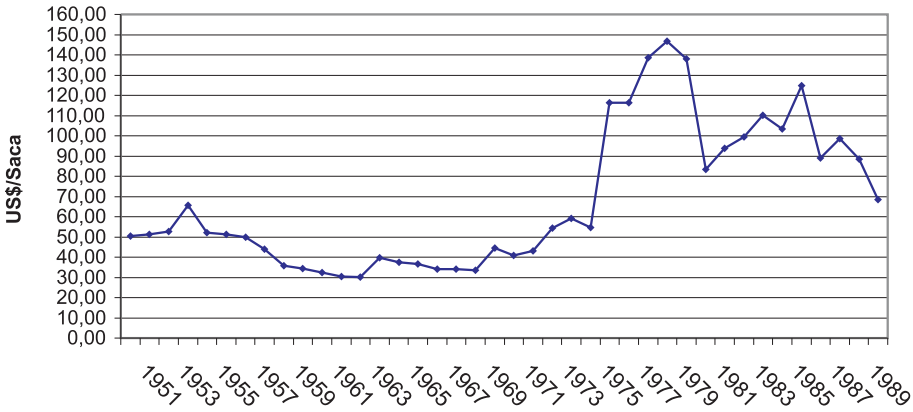


Fig. 14. Preço médio de importação do café nos EUA – 1951 a 1990.

Na impossibilidade de medidas isoladas eficazes que permitissem a sustentação dos preços internos de café, a diplomacia brasileira começou a buscar apoio de outros países produtores para a realização de acordos internacionais que minorassem os efeitos do excesso de oferta no mercado no final da década de 1950. Essa articulação diplomática deu origem a diversos acordos assinados entre países produtores (Acordo Cidade do México, em 1957; Acordo Americano, em 1958; e Acordo Internacional do Café, em 1959). Nos primeiros acordos, os países signatários retinham parte da produção e, no último, foram estabelecidas cotas de exportação.

A dificuldade para que esses acordos atingissem seus objetivos deveu-se, principalmente, à não participação dos grandes países consumidores como signatários. Por essa razão, em 1962, sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas, realizou-se, em Nova Iorque, conferência envolvendo países produtores e consumidores de café, resultando na criação da Organização Internacional do Café (OIC), e na inclusão de quase todos os países produtores e consumidores de café do mundo, elaborando-se o Convênio Internacional do Café, o qual

entrou em vigor a partir de 31 de dezembro desse mesmo ano e vigorou até 1973, tendo passado por uma renegociação em 1967.

Para o IBC (1978), os objetivos principais desse convênio eram: "alcançar um equilíbrio razoável entre oferta e demanda de café; minorar as dificuldades causadas por onerosos excedentes e excessivas flutuações de preços; e estimular o consumo mundial". Segundo essa mesma fonte, esse convênio chegou a ter 67 países membros, sendo 42 exportadores que representavam 99% das exportações mundiais de café e 25 países importadores que respondiam por 96% das importações.

O Convênio instituiu um sistema de cotas de exportação e de reexportação associado a mecanismos de controle desses limites. Outros regulamentos e normas que foram acordados, visando atender demandas de longo prazo, tratavam de controles de produção, política de estoque, fundos de diversificação do café e promoção do consumo. Esse sistema de cotas, após 10 anos de tentativa de regular o mercado, deixou de existir em dezembro de 1972.

No Brasil, as medidas para limitação do plantio e da produção do café antecederam à celebração do Convênio Internacional do Café e algumas foram a ele incorporadas. Em outubro de 1961 foi criado o Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura (Gerca), com o objetivo de erradicar 2 bilhões de pés de café anti-econômicos, promover a racionalização das lavouras em áreas aptas previamente selecionadas e apoiar a diversificação de cultura nas áreas liberadas.

Apoiados por esse Programa, entre junho de 1962 e dezembro de 1963 foram erradicados cerca de 587 milhões de pés de café. Até 1967 foram erradicados 1,73 bilhão de pés, sendo que, destes, 1,38 bilhão teve suporte financeiro de um fundo internacional destinado a financiar programas de diversificação das regiões cafeeiras e os demais 350 milhões de pés, foram erradicados com recursos próprios dos cafeicultores (IBC, 1978).

Em 1969, tendo em vista os resultados dessa erradicação e das fortes geadas que atingiram o estado do Paraná em 1963, 1966 e 1967, o governo brasileiro entendeu que o potencial de produção da cafeicultura nacional estava aquém do seu ponto de equilíbrio com as demandas interna e externa. Em função disso, o IBC achou oportuno

ativar o Programa de Racionalização da Cafeicultura, enfocando principalmente o aumento de produtividade, a melhoria na qualidade do café e a fixação de cafezais em áreas ecológica e economicamente mais favoráveis. Esse programa tinha como meta o plantio de 500 milhões de cafeeiros em três anos, com o respaldo de linhas de crédito especiais.

Tendo em vista a necessidade de adequar, a curto prazo, os níveis brasileiros de produção, afetados pela geada de 1969 a qual reduziu em larga escala a produção do Paraná – então o grande estado produtor –, foi elaborado, pelo IBC, o Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais (PRRC) que ampliava as ações do plano anterior, por incluir, além do plantio de novos cafezais, o incentivo ao uso de fertilizantes, corretivos e de defensivos nas lavouras já em produção.

Quanto à polêmica que se estabelece relativa à intensidade da erradicação versus a necessidade de, logo depois, fazer um programa de incentivo ao cultivo do café, Bacha (1992) diz que:

> *Em retrospecto, é fácil acusar de exagerado o tamanho da erradicação de 1962/67, uma vez que, no início da década seguinte, o governo brasileiro se veria face da necessidade de começar a financiar um novo programa de replantio, pois os níveis de produção estacionaram em 20 milhões de sacas por ano, claramente insuficientes para atender uma demanda de exportação estimada em 17-19 milhões de sacas, mais uma demanda doméstica de 6 a 8 milhões de sacas.*

Mais adiante, esse autor justifica dizendo da difícil previsibilidade dos impactos das duas geadas, de 1967 e 1969, cujos efeitos se somaram ao da erradicação no decréscimo do potencial produtivo brasileiro.

O PRRC passa por sucessivas ampliações, incorporando financiamento para formação de mudas, recepa e decote de cafezais, aquisição de equipamento, dentre outros. Amplia também sua área de ação, incluindo, além dos Estados inicialmente participantes (São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo), os Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Mato Grosso e Goiás (IBC, 1978).

Enquanto o programa de erradicação progredia, as autoridades brasileiras, sempre que entendiam desejável, usavam do artifício de pressionar os preços internacionais para cima, disponibilizando volumes

para exportar em quantidades inferiores aos das quotas internacionais pré-acordadas. Essa estratégia é apontada por alguns com tendo exercido um forte estímulo aos países concorrentes para aumentarem sua produção e pelo fato de o Brasil diminuir continuamente sua parcela no mercado internacional, como mostrado na Fig. 11. Essa questão é detalhada no estudo de Delfim Netto e Andrade Pinto (1965).

A ação governamental no setor cafeeiro intensificou-se após a severíssima geada de 1975 que atingiu 1,5 bilhão de cafeeiros e reduziu a colheita de 1976 a apenas 6 milhões de sacos. Nessa oportunidade foi posto em prática o Plano de Emergência para Recuperação dos Cafezais Geados, que disponibilizava linhas especiais de crédito considerando as diferentes condições dos cafezais atingidos.

A redução da safra brasileira, somada aos problemas políticos na África, fez com que as cotações internacionais de café se elevassem rapidamente e se mantivessem em um patamar elevado até 1980. Os preços remuneradores recebidos pelos produtores, somados aos estímulos do PRRC, promoveram novos plantios e melhorias nos tratos culturais, com o conseqüente aumento do potencial da produção nacional de café.

Após 1967, mudanças radicais ocorrem na política brasileira do comércio exterior, preconizando a remoção do viés anti-exportador que havia vigorado nas duas décadas anteriores. Nessas circunstâncias, crescentemente, a desvalorização cambial passa a ser vista como alternativa mais atrativa do que a valorização do café para gerar um fluxo desejado de divisas. Como conseqüência dessa mudança de política, as exportações não-cafeeiras começaram a crescer com muita intensidade e a parcela de café no total das exportações brasileiras decresce rapidamente (Fig. 15).

No início da década de 1950, o café chegou a representar mais de 70% do total das exportações brasileiras. Com o desenvolvimento brasileiro ao longo das próximas quatro décadas, o café brasileiro passou a representar menos de 5% do valor de uma pauta de exportação muito mais diversificada no princípio da década de 1990.

Com o fracasso das articulações diplomáticas para renovação dos sistemas de cotas em 1972, as autoridades brasileiras conceberam outra

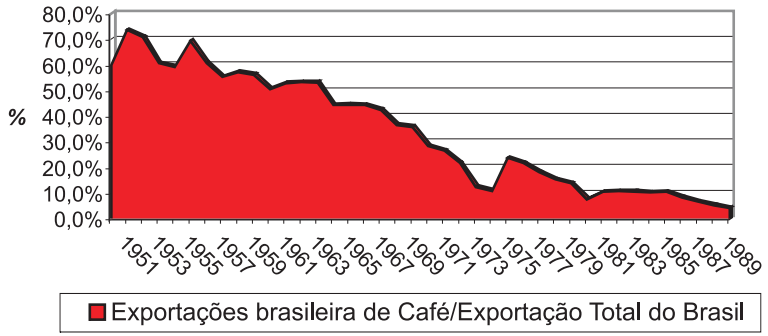


Fig. 15. Participação da exportação de café na exportação total do Brasil – 1951 a 1990.

estratégia comercial para dar sustentação a uma nova política de valorização do café, desta vez lastreado em contratos discricionários de venda que começaram a ser negociados, a partir de maio de 1968, com grandes firmas internacionais de torrefação. Esses contratos previam que as firmas comprariam certo volume de café brasileiro por ano a preços que eram uma média ponderada dos preços dos "outros suaves" e dos "robustas".

Vale ressaltar que, nos primeiros anos de execução dessa política comercial, esses contratos tinham caráter confidencial e discriminatório, o que provocou enorme discussão em torno de práticas irregulares, já que sua lógica, do ponto de vista oligopolista, era impecável, no entendimento de Bacha (1992). A partir de 1980, buscando ampliar parte da parcela do mercado internacional perdida nos últimos anos, o então presidente do IBC, Otávio Rainho (1979-84), com o apoio do ministro Delfim Netto, implantou o uso dos Contratos Padrão de Suprimento, não-discriminatórios e abertos à adesão de qualquer firma de torrefação internacional que pudesse assegurar suas compras anuais ao país. Mais detalhes da formatação e do uso desses contratos podem ser obtidos em Marques (1987).

Assim, na primeira metade da década de 1980, a estratégia brasileira, por um lado, procurava uma recuperação dos níveis históricos de exportação através dos contratos Padrão de Suprimento, e, por outro, tentava a estabilização dos preços mundiais do café por meio da renovação do Acordo Internacional do Café.

Em nível internacional, mostrou-se difícil o exercício de, simultaneamente, manter o preço alto e aumentar o volume exportado. Não obstante, registra-se um parcial sucesso, na medida em que o Brasil conseguiu aumentar sua parcela nas exportações mundiais de 19%, em 1979, para 27% no período 1981-84, próxima da quota histórica de 30% mantida no novo Acordo Internacional do Café, negociado em 1982.

Internamente, a grande dificuldade foi administrar a novidade representada pelo sistema de quotas individuais de exportação, criado em 1981 com a justificativa de evitar que os exportadores corressem para embarcar suas disponibilidades antes que se exaurisse a quota brasileira no acordo. Esse sistema de quotas internas, associado ao confisco cambial, agora denominado de quota de contribuição sobre as exportações de café, representava o foco de toda discussão de um setor comercialmente controlado pelo Estado por meio do IBC. A evolução dessa polêmica pode ser vista em Bacha (1992).

Com o início da Nova República, em 1985, tomou corpo a discussão sobre a necessidade de existência do IBC, que então havia se tornado uma instituição de cerca de cinco mil funcionários. Argumentava-se contra sua existência, afirmando-se que as exportações brasileiras de suco de laranja, soja e minério de ferro já tinham valores similares ao das exportações de café e que nenhum deles precisava de um instituto governamental. A favor do Instituto dizia-se que um regulador era necessário para administrar a cota de contribuição e para organizar a produção e distribuição do café, conforme as regras do Acordo Internacional do Café.

Essa polêmica em torno do IBC durou os primeiros anos do Governo Sarney que, pressionado por uma taxa de inflação superior a 10% ao mês, e considerando a impossibilidade de financiar a comercialização de uma grande safra de 30 milhões de sacos chegada ao mercado naquele ano, criou um programa de retenção para os exportadores, no qual, para cada saca exportada, havia a obrigação da retenção de duas sacas pelo período de 90 dias.

No início de 1986, com o advento do Plano Cruzado, na busca de compatibilizar a política cafeeira com a meta de "inflação zero", um novo programa de retenção foi criado e, neste, os contratos de

exportação existentes foram renegociados e os exportadores tinham que entregar, a partir de então, um saco de café para consumo doméstico para cada três sacos exportados.

Logo no começo do ano seguinte, o IBC passa a ter como novo presidente o embaixador Jório Dáuster (1/1987 a 3/1990). Com ele, nova organização foi dada ao intervencionismo governamental no comércio externo do País. Os contratos de exportação foram extintos, um sistema de preços mínimos flexíveis foi adotado, os preços de mercado passaram a ser estipulados de acordo com os níveis prevalecentes dos preços de "outros suaves" e "robusta" e foi criado o Fundo de Reserva de Defesa do Café (Funcafé), a partir de uma quota de contribuição de 36%[6] sobre as exportações desse produto. O uso desse fundo estava restrito à defesa de preços externos, à promoção da expansão do consumo e à melhoria do padrão de produção da cafeicultura brasileira.

No final da década de 80, a sociedade brasileira, em especial o setor cafeeiro, discutia intensamente a necessidade de desregulamentação do setor e a inconsistência da participação no Acordo Internacional do Café (AIC), cujas cláusulas não eram ordinariamente cumpridas pelos países conveniados. Após alguns conflitos diplomáticos e comerciais, o AIC foi extinto em julho de 1989. Uma mostra das discussões aqui referenciadas pode ser obtida na consulta à Revista do Comércio de Café (1989), que transcreve um manifesto da Federação Brasileira dos Exportadores de Café (Febec), então recém-criada.

Quanto ao potencial produtivo da cafeicultura brasileira, ao final dos anos 1980 ele mostra-se novamente em alta, como conseqüência do estímulo adicional à oferta promovido pelos altos preços internos prevalecentes a partir de 1986. No final dessa década, a cafeicultura do Brasil contava com mais de 4 bilhões de pés de café, dos quais mais de 1 bilhão havia sido plantado nos últimos cinco anos, principalmente no sul de Minas Gerais e no cerrado mineiro, consolidando de vez a hegemonia de Minas como o maior Estado produtor.

[6] A cota de contribuição do Funcafé decresceu para 12% em outubro de 1988 e, posteriormente, para 6% em julho de 1989.

Nesse período, o Estado do Espírito Santo passa a deter a segunda maior produção nacional, com ênfase na produção de café robusta (conilon). Nos dois grandes Estados produtores, a cafeicultura se expande com o uso de propriedades de menor porte, muitas vezes dispersas por diversas regiões e apoiadas em sistemas associativos.

É nesse contexto que, em março de 1990, no início do seu mandado, o presidente Collor, que tinha como premissa a liberalização dos mercados, extingue o IBC, fixa em zero o valor da quota de contribuição e permite que as exportações de café sejam livremente registradas. Assim, chegavam ao fim quase 90 anos de regulamentação governamental do negócio café brasileiro.

As instituições de P&D e suas propostas de trabalho

Os anos de 1951 a 1990 foram um rico período para surgimento e transformações de instituições de pesquisa ligadas à cafeicultura brasileira. Nessa oportunidade podem ser destacadas as presenças do Instituto Brasileiro do Café (IBC), do Instituto Agronômico de Campinas (IAC), do Instituto Biológico (IB), da Universidade Federal de Viçosa (UFV), da Universidade Federal de Lavras (Ufla), da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), do Instituto Agronômico do Paraná (Iapar) e do Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural (Incaper).

O IBC foi criado, em 22 de dezembro de 1952, pela Lei nº 1.779. Com essa nova autarquia, a intervenção federal no negócio café toma uma nova, e mais ampla, dimensão legal e operacional. Para proporcionar uma visão histórica do papel destacado dessa autarquia, é útil citar, na íntegra, alguns artigos principais do texto da lei que a criou. Quais sejam:

> Art. 1º - O Instituto Brasileiro do Café (IBC), entidade autárquica com personalidade jurídica e patrimônio próprio, sede e foro do Distrito Federal e jurisdição nacional, destina-se a realizar através das diretrizes constantes desta lei a política econômica do café brasileiro no país e no estrangeiro.

Art. 2.º - Para realização dessa política, adotará o IBC as seguintes diretrizes: a) **promoção de pesquisa e experimentação** do campo da agronomia e da tecnologia do café, com o fim de baratear o seu custo, aumentar a produção por cafeeiro e melhorar a qualidade do produto; b) **difusão das conclusões das pesquisas** e experimentações úteis à economia cafeeira, inclusive mediante variedades às mesmas adaptáveis; c) radicação do cafeeiro nas zonas ecológica e economicamente mais favoráveis à produção e à obtenção das melhores qualidades, promovendo, inclusive, a recuperação das terras que já produziram café e **o estudo de variedades às mesmas adaptáveis**; d) defesa de um preço justo para o produtor, condicionado à concorrência da produção alienígena e dos artigos congêneres, bem assim à indispensável expansão do consumo; e) aperfeiçoamento do comércio e dos meios de distribuição ao consumo inclusive transporte; f) organização e intensificação da propaganda, objetivando o aumento de consumo nos mercados interno e externo; g) realização de pesquisas e estudos econômicos para perfeito conhecimento dos mercados consumidores de café e de seus sucedâneos, objetivando a regularidade das vendas e a conquista de novos mercados; h) fomento do cooperativismo de produção do crédito e da distribuição entre os cafeicultores.

Art. 3.º - Para fins dos arts. 1.º e 2.º, são atribuições do IBC: 1) Intensificar, mediante acordos remunerados ou não, com o Ministério da Agricultura e as Secretarias de Agricultura e outras entidades públicas ou privadas, as investigações e experimentações necessárias aos aprimoramentos dos processos de cultura, preparo, beneficiamento, industrialização e comércio do café. 2) Regulamentar e fiscalizar o trânsito do café das fontes de produção para os portos ou pontos de escoamento e consumo e o respectivo armazenamento e, ainda, a exportação, inclusive fixando cotas de exportação por porto e exportador. 3) Regular a entrada nos portos, definindo o limite máximo dos estoques liberados em cada um deles. 4) Adotar e sugerir medidas que assegurem a manutenção do equilíbrio estatístico entre a produção e o consumo. 5) Definir a qualidade dos cafés de mercado para o consumo do interior e do exterior, regulamentando e fiscalizando os tipos e qualidades no comércio interno e na exportação, podendo adotar medidas que assegurem o normal abastecimento do mercado interno. 6) Promover a repressão às fraudes no transporte, comércio,

> industrialização e consumo do café brasileiro, bem como as transgressões da presente lei, aplicando as penalidades cabíveis na forma da legislação em vigor. 7) Defender o preço justo para o café, nas fontes de produção ou nos portos de exportação, inclusive, quando necessário, mediante compra do produto para retirada temporária dos mercados. 8) Fiscalizar os preços das vendas para o exterior e os embarques na exportação para efeito do controle cambial, podendo impedir a exportação dos cafés vendidos a preços que não correspondem ao valor da mercadoria, ou que não consultem o interesse nacional. 9) Cooperar diretamente com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na organização de estatísticas concernentes à economia cafeeira. 10) Facilitar, estimular ou organizar e estabelecer sistemas de distribuição visando a colocação mais direta do café dos centros produtores aos de consumo.
>
> Parágrafo 1º - Além das providências previstas neste artigo poderá o Instituto Brasileiro do Café adotar outras implícitas nas finalidades definidas pelo art. 2.º, inclusive assistência financeira aos cafeicultores e suas cooperativas.
>
> Parágrafo 2º - São consideradas cooperativas de cafeicultores, para os efeitos desta lei, as constituídas de proprietários, de arrendatários e de parceiros, todos obrigatoriamente cafeicultores, bem como as especialmente constituídas por cafeicultores para comércio, exportação, beneficiamento, armazenamento, transporte e industrialização do café. (grifo nosso)

Além do Capítulo I, que descreve as diretrizes e as atribuições do IBC, a Lei nº 1.779 traz também um Capítulo II, que trata dos aspectos legais relativos ao organograma e à composição e atribuições da administração dessa autarquia federal.

Nesse segundo capítulo, vale destacar que a administração superior era delegada a uma Junta Administrativa, formada por representantes dos estados produtores de café e dos segmentos que constituíam a cadeia produtiva, a quem cabia deliberar e fiscalizar, em última instância, sobre os valores e aplicações do orçamento anual. Esse *status* manteve-se até 25/2/1967, quando pelo artigo 177 do Decreto-Lei nº 200, essa junta passa a ter função exclusivamente de consulta e assessoramento nas matérias antes sujeitas à sua deliberação e é transferida para a Diretoria do IBC a competência deliberativa.

Destaque-se também a formação da Diretoria, que era constituída por cinco membros indicados pelo Presidente da República, um dos quais designados para exercer a presidência da autarquia. Em nível de direção intermediária, o regimento discrimina onze chefias de unidades departamentais na organização central, 29 projeções nos Estados e cinco no exterior.

Com esse conjunto de diretrizes legais e essa estrutura administrativa, cabia ao IBC, dentre inúmeras outras atribuições da governança da cadeia produtiva do café no Brasil, executar, incentivar, financiar e coordenar os esforços de pesquisa e difusão de tecnologias das diversas instituições de ensino e pesquisa que já dedicavam, ou vieram a dedicar, esforços na geração de novos conhecimentos e inovações tecnológicas úteis ao negócio café brasileiro.

O Departamento de Assistência à Cafeicultura do IBC era o órgão destinado ao planejamento e à execução das medidas necessárias à prestação de assistência técnica e financeira aos cafeicultores, diretamente ou através de suas associações de classe. Segundo Brasil (1970, p. 250-251),

> Os objetivos dessa assistência enquadram os seguintes aspectos: melhoria da produtividade visando ao aumento da produção por unidade de área, à orientação dos cafeicultores na seleção das áreas onde serão implantadas culturas, às variedades a serem cultivadas e à adoção de todas as práticas agrícolas modernas. A melhoria da qualidade do produto objetiva uma orientação para a defesa sanitária das lavouras, bem como dos processos de colheita e de preparo. A organização da propriedade agrícola objetiva dar orientação de planejamento baseada em análises de levantamentos regionais. O desenvolvimento do sistema cooperativista visa a promover e difundir os princípios cooperativistas, inclusive fazendo realizar cursos e treinamentos especializados que abranjam todos os níveis da organização do sistema.

Os programas de pesquisa, experimentação e desenvolvimento de tecnologias coordenados ou executados pelo IBC guardavam coerência com seu objetivo de aprimoramento da cafeicultura nacional. A programação era conduzida diretamente por uma equipe formada no próprio Instituto ou executada mediante a celebração de acordo com

órgãos do Ministério da Agricultura, das Secretárias de Agricultura dos estados produtores e das instituições de ensino, principalmente as escolas de Agronomia com maior experiência e quadro técnico especializado no cultivo do café.

Dentre os esforços assistencialistas e de PD&I desenvolvidos pelo IBC na coordenação da cadeia produtiva do café, é imperioso destacar algumas realizações. Entre elas:

a) O amplo programa de estímulo à constituição de cooperativas. BRASIL (1970) destaca que em 1967 existiam 124 entidades cooperativas no programa, inclusive unidades centrais, com cerca de 44 mil associados, como resultado do intenso trabalho de persuasão e de assistência financeira realizado.

b) A realização das previsões e avaliações das safras cafeeiras que, a partir de 1961, com o apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA), passou a utilizar modernas técnicas de amostragem nos seus levantamentos, abandonando os métodos subjetivos até então utilizados. Esta mudança metodológica fez parte de um acordo com a Organização Internacional do Café, na busca de fornecer informações mais precisas. A nova técnica de amostragem era aplicada aos principais estados produtores, sendo que o IBC o fazia diretamente nos estados do Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo, ficando os trabalhos em São Paulo a cargo da Secretaria de Agricultura.

c) Paralelamente ao Departamento de Assistência a Cafeicultura, o IBC acomodou em sua estrutura o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (Gerca), criado por decreto do Poder Executivo, em 1961, especificamente para realizar o programa de erradicação de cafezais, assim como de projeto com finalidades econômicas e sociais em regiões cafeeiras. Deve-se ao Gerca a realização do primeiro estudo de larga escala com base em fotografia aérea com a finalidade de identificar os recursos presentes nas regiões cafeeiras como subsídio para o planejamento regional, inventário e cadastramento das unidades produtoras. Segundo Brasil (1970, p. 247), o trabalho abrangia uma área de 420 mil km^2, envolvendo os Estados do Paraná, São Paulo e parte do Estado de Minas Gerais e visava

colher nas interpretações aerofotogramétricas, apoiadas por vistorias de campo, dados sobre a idade dos cafeeiros, a proteção de culturas contra a erosão, o espaçamento e a densidade de plantio.

d) Em 1970, o Gerca iniciou a execução do Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais (PRRC) que financiava a ampliação da área plantada em regiões previamente identificadas como aptas, com um novo padrão tecnológico e o incentivo ao uso de insumos modernos (adubos, corretivos e defensivos agrícolas), gerando novos desafios para a pesquisa e experimentação. Informações do IBC (1978, p. 15) apontam que esse plano transformou a cafeicultura brasileira para melhor. A renovação amparada pelo crédito propiciou o uso do zoneamento agro-ecológico para que as lavouras fossem plantadas e conduzidas dentro dos preceitos técnico-econômicos mais evoluídos. Inclusive, segundo a mesma fonte, os trabalhos de controle de nematóides (*M. coffeicola*), que significavam sério estrangulamento à produção, foram extremamente facilitados quando do início desse Plano, dada a exigência de medidas preventivas para controle do nematóide.

e) Em 17 de janeiro de 1970, no município baiano de Aurelino Leal, foi constatada pela primeira vez a ocorrência de ferrugem (*Hemileia vastatrix* Berk et Br) no Brasil. Logo depois, em nova inspeção no estado da Bahia, foi constatada a presença da ferrugem também nos municípios de Ilhéus e Uruçuca. Como a ferrugem era a mais grave moléstia do cafeeiro e sua presença já havia causado gravíssimas crises econômicas em muitos países, houve uma mobilização nacional para impedir o avanço da doença, estabelecer medidas de controle e minimizar seus efeitos mais devastadores.

Os trabalhos de controle da ferrugem-do-cafeeiro foram coordenados pelo IBC, por meio do Gerca, cujo secretário-geral era o técnico José Maria Jorge Sebastião, que, imediatamente após a confirmação da ocorrência da doença, convocou os principais órgãos técnicos e de pesquisa para estudarem o assunto em todos os seus aspectos.

Como resultado dessa reunião, a primeira medida foi baixar, em 2 de fevereiro do mesmo ano, a Portaria nº 46 do Ministério da Agricultura[7] que, entre outras coisas, determinava a interdição das áreas onde fosse constatada a doença; levantamento, erradicação e destruição de todos os cafeeiros e outras rubiáceas na área interditada; a proibição da formação de viveiros e de lavouras de café na área interditada; e constituía a Comissão Executiva de Erradicação da Ferrugem-do-Cafeeiro, dotada de autoridade sobre toda área interditada e suspeita.

Os levantamentos efetuados constataram novos focos de ferrugem na Bahia, no Espírito Santo e em Minas Gerais, ampliando a dimensão do problema. Esse novo panorama determinou a necessidade de uma reformulação do planejamento inicial e provocou os convites aos especialistas portugueses Branquinho d'Oliveira, diretor do Centro de Investigações das Ferrugens-do-Cafeeiro (CIFC), em Oeiras, Portugal, e Aníbal Jardim Bittencourt, diretor do Instituto do Café de Angola, para visitarem o Brasil, em especial as áreas de ocorrência do fungo, e colaborarem com os técnicos brasileiros na determinação dos estudos e equacionamentos das medidas de controle a serem adotadas.

Como resultado desse trabalho conjunto, foi elaborado um Programa de Ação estabelecendo medidas de curto, médio e longo prazos visando controlar a ferrugem do cafeeiro. Dentre as três dezenas de medidas propostas[8], destacam-se as ações diretamente ligadas às atividades de P&D, quais sejam:

- Envio de técnicos ao CIFC e a outros Centros de Pesquisa da África e da Ásia onde a ferrugem alaranjada já era objeto de estudos.
- Criação de uma Comissão Técnica de âmbito nacional para coordenar os programas de experimentação e pesquisa sobre a doença.
- Execução de testes rápidos de campo, nas zonas afetadas, para determinar:

[7] A íntegra dessa Portaria pode ser vista em BRASIL. Congreso. Comissão Mista do Café. Relatório da Comissão Mista incumbida de analisar a legislação cafeeira e a estrutura do Instituto Brasileiro do Café, e elaborar projeto de lei que atualize e consolide aquela legislação e que reestruture essa Autarquia. Brasília: Serviço Gráfico do Senado Federal. 1970. p. 287.

[8] As medidas, na íntegra, podem ser consultadas no relatório citado na nota anterior, nas páginas 289 a 291.

a) métodos de erradicação, com e sem sacrifício dos cafeeiros;

b) métodos de aplicação de desfolhantes;

c) métodos de aplicação de diferentes fungicidas;

d) estudo de equipamentos adequados e da possibilidade de aplicação conjunta de desfolhantes e fungicidas;

e) novos métodos de manejo da cultura.

– *Aplicação imediata das pesquisas, em colaboração com o CIFC e outros Centros Internacionais, visando o melhor conhecimento da biologia da Hemileia vastatrix e à obtenção do material resistente a esse patógeno.*

– *Pesquisa de ordem sócio-econômica, sobre os efeitos da erradicação.*

– *Experimentação de campo, visando a diversificação de culturas e introdução de novas explorações agropecuárias nas zonas erradicadas.*

– *Manutenção de permanente colaboração com o CIFC e periódica atualização dos programas de trabalho.*

– *Prosseguimento das pesquisas sobre melhoramento genético visando resistência, tratos culturais e métodos de controle da doença.*

– *Instalação de campos-armadilha com linhagens diferenciadoras para detectar eventual aparecimento de novas raças fisiológicas do fungo.*

As medidas propostas tiveram sua primeira dotação orçamentária, no valor de 40 milhões de cruzeiros, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em abril de 1970. Esse recurso foi repassado ao IBC que coordenava as ações do Programa. Inicialmente o Instituto promoveu, com a participação de renomados fitopatologistas das instituições de ensino, o treinamento de seus técnicos, e de outras instituições, sobre a sintomatologia e outras características necessárias para identificar a ferrugem do cafeeiro. Logo após o treinamento, foi feito um amplo levantamento do grau de incidência da ferrugem em todos os estados produtores de café.

Para organizar e orientar as pesquisas financiadas pelo IBC foi constituído um Grupo de Consultoria, composto de técnicos de diversas instituições de pesquisa, especialistas em diferentes áreas de conheci-

mento relacionadas com a doença, com a função de sugerir a realização de trabalhos e analisar as propostas de P&D que solicitavam recursos para realização de estudos sobre a ferrugem.

Esse grupo de trabalho, coordenado pelo Gerca, em estreita colaboração com o Ministério da Agricultura e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), elaborou uma lista de temas indicativos das áreas, e subáreas de conhecimento prioritárias a serem pesquisadas. As áreas prioritárias eram quatro, a saber: Etiologia e Epidemiologia; Controle e Análise; Variedades Resistentes; e Estudos Socioeconômicos.

Nessas áreas de pesquisa, o IBC considerou importante, inicialmente, o estabelecimento de um convênio com o CIFC para identificar quais as raças fisiológicas de *Hemileia vastratix* estavam presentes no Brasil. Para confirmação dessa ocorrência, foram coletadas amostras nas diferentes regiões de ocorrência da ferrugem e enviadas a Oeiras para análise, sendo detectada a ocorrência apenas da raça II, dentre as 26 raças conhecidas naquela oportunidade, o que veio a direcionar melhor o foco dos estudos.

Paralelamente, foram desenvolvidas pesquisas que viabilizassem a aplicação de sensores remotos na macrodiagnose da ferrugem-do-cafeeiro. Esses estudos foram desenvolvidos com o apoio da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CNAE). Aplicando a tecnologia mais avançada nessa época, utilizaram-se imagens aéreas em filmes coloridos, comum e infravermelho, e os perfis térmicos de radiações de folhas de cafeeiros sãos e infectados, em diversos graus de intensidade, para localização, diagnose precoce e tendência da propagação da doença.

Também utilizando fotografia aérea, foi feito o levantamento das áreas plantadas com café visando ao estabelecimento de uma faixa de segurança profilática para a cafeicultura brasileira. A zona objeto dessa pesquisa foi a região de transição entre a Zona da Mata e o sul de Minas Gerais, onde predominavam áreas plantadas dispersas e de tamanho reduzido.

Foram ainda considerados básicos o Projeto do Zoneamento Agroclimático do Café no Brasil, coordenado pela Seção de Climatologia do Instituto Agronômico de Campinas, com o objetivo de mapear os fatores climáticos que condicionam o comportamento do cafeeiro, e os

estudos do mecanismo de resistência das variedades de café ao fungo *Hemileia vastatrix*, coordenados pela Seção de Bioquímica do Instituto Biológico de São Paulo, com o objetivo de identificar as possíveis diferenças nas variedades de *C. arabica* e *C. robusta*, entre plantas sadias e doentes.

Os estudos propostos e aprovados para controle da doença envolviam a aplicação de fungicidas por atomização e nebulização, a aplicação de desfolhantes e métodos de erradicação por meio do emprego de herbicidas. Para desenvolvimento desses trabalhos, o Gerca contou com importantes colaborações de outras instituições de pesquisa, em especial, dos professores Geraldo Martins Chaves, da Seção de Fitopatologia da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (atual UFV), e Marcos Vilela M. Monteiro, do Departamento de Defesa Fitossanitária da Faculdade de Agronomia de Jaboticabal.

Nesse sentido, vale ressaltar o enorme esforço de pesquisa realizado no estado de Minas Gerais, fruto do Acordo IBC-DAC-Gerca/Estado de Minas Gerais, assinado em 1972, que resultou num grande Programa de Pesquisa para a cafeicultura, envolvendo o trabalho conjunto da Epamig, Ufla (então Esal) e UFV. Esse programa resultou em mais de 180 trabalhos de pesquisa e transferência de tecnologia, envolvendo as principais áreas de cultivo do café, como melhoramento do cafeeiro para resistência à ferrugem, controle de pragas e doenças, estudos socioeconômicos, manejo, fertilidade dos solos, controle de ervas daninhas, irrigação, estudos de resíduos de pesticidas[9].

Esses estudos levaram em consideração a total falta de dados sobre a doença nas condições das novas áreas afetadas, e visavam buscar dados sobre ela em nosso ecossistema, realizando testes de eficiência dos diferentes fungicidas e de processos de destruição dos cafeeiros atacados nas condições climáticas da região. Foram levados em consideração fatores como: rendimento das diferentes formas de aplicação, custo dos fungicidas, número de aplicações por ano, custo da aplicação, eficiência dos tratamentos e preço dos equipamentos envolvidos.

[9] Os resultados desses estudos foram publicados pelo Pipaemg, no Relatório Anual do Programa Café de julho de 1973, e pela Empresa de Pesquisa de Minas Gerais (Epamig) nos Relatórios Anuais 73:74 e 74:75 do Projeto Café, que constituem importante acervo do esforço conjunto realizado pelas instituições de pesquisa de Minas Gerais.

Em decorrência da prioridade absoluta dada aos trabalhos conjuntos de P&D e de transferência de tecnologia visando atenuar os efeitos da nova doença, já em 1973, foram publicadas, pelo Programa Integrado de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais – Pipaemg (PEREIRA et al., 1973), as primeiras orientações técnicas para controle químico da ferrugem-do-cafeeiro, com base nos resultados de trabalhos realizados em Minas Gerais, atendendo aos anseios de toda a cafeicultura brasileira por orientações seguras a respeito do assunto.

O IBC/Gerca, representado pelo Conselho Técnico por ele nomeado, considerou também como prioridade relevante a elaboração e a condução de um plano global de melhoramento genético do cafeeiro, no sentido da obtenção de linhagens de café resistentes à ferrugem. Para tal, inicialmente, foi firmado um convênio com o Instituto Agronômico de Campinas para intensificar os trabalhos que já vinham sendo desenvolvidos, com o objetivo de obter material resistente ao ataque do fungo e colocá-lo o mais rapidamente possível à disposição dos cafeicultores. Inúmeros trabalhos foram desenvolvidos por outras conceituadas instituições de pesquisa no sentido da obtenção de linhagens de café resistentes à ferrugem. Destaque-se aqui o apoio do CIFC, em Portugal, onde fazia anos eram desenvolvidos esforços com o propósito de criar linhagens resistentes para cultivo nas diversas regiões produtoras do mundo.

Os trabalhos de melhoramento tornaram-se de importância fundamental e, ao longo dos anos, as variedades selecionadas vêm sendo testadas por diversas instituições, em variadas condições de cultivo, com a finalidade de avaliar, comparativamente, as características agronômicas, o potencial produtivo e os indicadores econômicos.

Uma primeira vertente dos estudos de economia buscou identificar as características determinadas pela nova doença em termos de custo de produção e de comercialização do café, e a partir daí apontar as melhores soluções para os estrangulamentos encontrados, visando avaliar e direcionar os esforços produtivos. Segundo o IBC (1978, p. 26), a principal instituição responsável por essas pesquisas foi o Instituto de Economia Agrícola, órgão da Secretaria de Agricultura de São Paulo.

Outra vertente dos estudos econômicos buscava analisar variáveis macroeconômicas e seus impactos nos mercados interno e externo e

na produção cafeeira do Brasil. Estes estudos contemplavam assuntos sobre sistemática cambial, quota de mercado, tratamento dos estoques oficiais, evolução de preços e suas tendências, dentre outros. A importância econômica do café para o Brasil, aliada à disponibilidade de recursos financeiros e ao incentivo e coordenação do IBC, atraiu economistas importantes como Delfim Neto, Carlos Manoel Pelaez, Carlos Viacava, Mário Henrique Simonsen, Octavio Gouveia de Bulhões, Eugênio Gudin, dentre outros importantes economistas da época, cujas contribuições revestem-se de grande relevância. Alguns ensaios sobre esse tema, por eles elaboradas, estão contidos na publicação *Ensaios sobre o café e desenvolvimento econômico*[10], editada em 1973, sob a supervisão do diretor do IBC, Mauro Moitinho Malta, e a coordenação de Carlos Manuel Pelaez.

Para ressaltar a organicidade dos esforços realizados para solução da problemática representada pela ferrugem do cafeeiro, vale destacar ainda os trabalhos complementares às atividades de P&D que estavam contidos na Campanha Educativa de Comunicação Rural, elaborada e executada com o objetivo de levar mensagens de esclarecimento, conscientização e motivação à população rural, que assim poderia sentir-se inclinada a facilitar e a colaborar na realização do programa de erradicação da ferrugem.

Especialistas em comunicação rural de diversas entidades participaram da concepção e execução dessa campanha educativa. As principais instituições representadas foram: Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA, Organização de Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO/ONU), Equipe de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura (Figra), Associação de Crédito e Assistência Rural (Abcar), Serviço de Comunicação Rural da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati) e Associação Brasileira de Informação Rural (Abir). Elas propuseram e executaram esse trabalho utilizando meios e métodos de comunicação que tinham características de alcance individual, grupal e massal. A intensidade e rapidez da resposta ao aparecimento da ferrugem do cafeeiro no Brasil e o arranjo institucional concebido para enfrentar o problema, permitiram

[10] Instituto Brasileiro do Café – IBC (1973).

que a cafeicultura brasileira convivesse com a doença, sem grandes prejuízos ao potencial produtivo do país, embora com um custo de produção mais elevado e com a necessidade de adaptações tecnológicas importantes. Para tal, desenvolveram-se variedades de café menos suscetíveis aos ataques do fungo, como também fungicidas específicos e mais eficazes no controle da doença e, indicados métodos e equipamentos mais eficazes para condução das lavouras.

Do tratamento de choque na fase aguda, quando do surgimento da doença no Brasil, as pesquisas e o desenvolvimento de tecnologias no setor cafeeiro tiveram continuidade, durante os anos 1980, em um ritmo menos acelerado e com menor dotação de recursos financeiros, mas sempre tendo o IBC como importante parceiro e incentivador da busca e divulgação de novos conhecimentos que aumentassem a competitividade da cafeicultura nacional.

Os Núcleos Técnicos do IBC, com destaque para o de Campinas que foi instalado em dezembro de 1976, eram os responsáveis diretos pela execução de alguns projetos de pesquisa e pela análise, aprovação, acompanhamento e avaliação de projetos de pesquisa executados por outras instituições e subvencionados com recursos do Instituto. Sobre isso, o IBC (1978, p. 27) diz que:

> No presente, o Núcleo (de Campinas) tem em andamento numerosos experimentos de pesquisa sob sua responsabilidade direta ou em colaboração com diferentes Instituições, ou outros setores do IBC, principalmente nas áreas de climatologia, solos, adubação e fisiologia vegetal.

Ao final dos anos 1980, por dificuldades orçamentárias e operacionais, o IBC havia perdido grande parte de sua capacidade de coordenação das pesquisas cafeeiras, embora continuasse a condução dos trabalhos em seus campos experimentais, muitos dos quais tinham a participação dos pesquisadores de instituições parceiras.

Antecedentes do Consórcio e do Programa

A pesquisa científica para a agropecuária é antiga no Brasil, tendo acumulado vitórias importantes em muitos campos de atuação. Contudo, ao findar o século 20, a situação estava malparada no setor, verificando-se grande carência de recursos e a necessidade de uma reestruturação[1].

Conjuntura política e institucional do agronegócio café

A extinção do IBC, em 1990, e a não-criação de uma nova instituição para substituí-lo na coordenação da cadeia agroindustrial do café deixaram um vazio institucional no estabelecimento e execução das políticas setoriais destinadas a um produto que estava sob a tutela do Estado há quase um século, como descrito no capítulo anterior. Em consonância com as constantes e veementes contestações a essa tutela, nos últimos anos da década de 1980, havia sido criado, de repente, um novo contexto de negócio ao qual todos os agentes precisavam adaptar-se.

Abruptamente, os diversos segmentos do agronegócio café brasileiro tiveram que enfrentar uma nova realidade na qual passou a imperar a liberalização total do mercado. Todos passaram a buscar, de alguma maneira, adaptar-se ao novo modelo no qual não havia a explícita governança do Estado, com a qual estavam, até então, acostumados.

Wedekin e Rabelo de Castro (1999, p. 129), analisando os impactos da extinção do IBC, dizem que:

> Em março de 1990, o IBC foi sumariamente extinto. Desde então, produz, comercializa e processa café no Brasil quem quiser, assumindo todos os riscos inerentes ao negócio. De

[1] ABAG. Extraído da página 177 do livro ***Agribusiness Brasileiro:*** *a história,* publicado pela Editora Evoluir Cultural, em 2002.

> outro lado, nem o governo brasileiro nem a iniciativa privada conseguiram por muito tempo criar instrumentos ou entidades capazes de realizar tarefas, de fato necessárias, antes a cargo do IBC. Em conseqüência, entre 1990 e 1997, o Brasil não teve mais pesquisa de safra e outros indicadores valiosos sobre seu parque cafeeiro, a pesquisa agronômica foi descontinuada, a extensão rural praticamente abandonada e o marketing internacional – uma lacuna histórica nas ações do setor – permaneceu à deriva.

O setor de Ciência e Tecnologia para o café se ressentiu da nova realidade política estabelecida. O arranjo institucional então existente que, formalmente, contava com a coordenação do IBC, estava desfeito. Para Nacif (2000, p. 4), os prejuízos causados ao processo de geração de tecnologia não foram muito expressivos porque os esforços de coordenação dos trabalhos de pesquisa no País não vinham sendo executados com maior ênfase por esse Instituto nos últimos anos.

No início da década de 1990, as instituições que vinham desenvolvendo importantes trabalhos de P&D para a cafeicultura, continuaram suas atividades, principalmente, aquelas de caráter contínuo como, por exemplo, as que visavam o desenvolvimento de novas variedades de café. Cada instituição, de maneira autônoma, conduzia seu programa de trabalho com os recursos financeiros escassos, próprios ou captados em fontes alternativas. Não havia uma coordenação formal dos trabalhos, muito embora a comunidade científica envolvida praticasse a troca de idéias de maneira informal e dependendo de interesses específicos.

A Embrapa, desde sua fundação em 1974, para não duplicar ações e não diluir os recursos existentes, deixou de incluir em sua programação as pesquisas com café, cana-de-açúcar e cacau, visto que essas culturas possuíam seus próprios institutos de pesquisa, respectivamente, Instituto Brasileiro do Café (IBC), Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) e Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), que eram vinculados ao Ministério da Indústria e Comércio. Com a extinção desses três institutos em 1991, por razões políticas, em função do grande número de importantes produtos já contemplados pelas prioridades das ações institucionais em desenvolvimento, e ainda devido aos acréscimos de compromissos administrativos e financeiros acarretados, a Embrapa não assumiu as atribuições de geração de conhecimentos e tecnologias relativas a essas três cadeias produtivas.

Na ausência de diretrizes gerais para a pesquisa cafeeira nacional, no início dos anos 1990, o desempenho das instituições de P&D dedicadas ao setor cafeeiro passa a caracterizar-se por relativo isolamento e por flutuações acentuadas do seu nível de atividades, sempre na dependência de demandas sazonais e da disponibilidade fortuita dos recursos financeiros necessários para a condução dos trabalhos de laboratório e de campo.

A partir de 1993, as instituições que tradicionalmente se dedicavam à pesquisa cafeeira começam a reagir à ausência de organicidade dos trabalhos nacionais. Nesse ano, o Conselho das Empresas Estaduais de Pesquisa Agrícola (Consepa) inicia a discussão sobre as alternativas para se estabelecer um novo padrão de sistematização e harmonização dos trabalhos interinstitucionais. Em decorrência dessas preocupações, é formado um grupo de trabalho constituído de pesquisadores das instituições de pesquisa com o propósito de formular uma proposta de organização e coordenação das atividades de P&D para o café.

Esse grupo de trabalho elaborou uma proposta de criação de um consórcio de instituições que, tradicionalmente, e com maior intensidade, conduziam trabalhos de P&D com café. A proposta elaborada tinha por base um estudo de Mário Ramos Vilela, que propunha um processo novo de coordenação e execução das atividades de pesquisa, tendo como preceito orientador o somatório de recursos humanos, laboratoriais, físicos e financeiros das instituições em todas as áreas da cadeia produtiva do café e na abrangência dos principais estados produtores.

A liderança da produção agrícola, da indústria e da comercialização do café no Brasil também se ressentia da ausência de uma coordenação dessa cadeia produtiva, principalmente, em função do gerenciamento do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), que havia sido constituído por recursos oriundos do setor produtivo (conforme descrito no capítulo anterior). Esses recursos estavam depositados no Banco Central do Brasil[2], sem que houvesse para eles qualquer destinação para apoio à economia cafeeira, desde a extinção do IBC, sendo que sua destinação foi considerada essencial para dar sustentação à implementação das políticas setoriais.

[2] Pinazza et al. avaliam que, em 1988, os recursos do Funcafé eram da ordem 900 milhões de reais somados ao estoque físico de 9 milhões de sacos.

Os reclames das lideranças do setor produtivo foram realçados pelas instituições representativas dos diversos segmentos: a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o Conselho Nacional do Café (CNC), a Associação Brasileira da Indústria do Café (Abic), Associação Brasileira da Indústria do Café Solúvel (Abics) e a Federação Brasileira dos Exportadores de Café (hoje Cecafé - Conselho dos Exportadores de Café), que fizeram valer suas dimensões políticas para a criação, em 1993, do Departamento Nacional do Café, dentro da estrutura do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT), com a finalidade de atender demandas setoriais internas e negociar políticas externas com a Associação dos Países Produtores de Café (APPC), que havia sido formada naquele mesmo ano, tendo o Brasil como um dos 28 associados que, juntos, eram responsáveis por 75% da produção mundial.

Essas mesmas representações de classe, com o apoio de alguns deputados federais setorialistas, levam a governança da cadeia produtiva do café a ser assunto discutido no âmbito da Câmara dos Deputados. Como resultado desse esforço para sensibilizar os parlamentares, em dezembro de 1995, a Câmara instituiu uma Comissão Especial, formada pelos deputados federais Adelson Salvador, Danilo de Castro, Dilceu Speráfico e Silas Brasileiro, sob a presidência do deputado Carlos Melles, com o objetivo de promover o debate sobre a gestão do Funcafé e a reconstituição de um aparato institucional que, em bases modernas e consistentes com os novos tempos, dessa sustentação para ampliar a competitividade do agronegócio café brasileiro.

A comissão de parlamentares recomendou a criação do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), com a finalidade maior de deliberar sobre as políticas para o setor cafeeiro. O CDPC foi efetivado em outubro de 1996, por meio do Decreto 2047, assinado pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Pelo artigo segundo[3] desse decreto, eram da competência desse Conselho as seguintes atribuições:

> I - aprovar plano de safra para o setor, compreendendo o programa de produção de exportação de café verde, solúvel, torrado e moído;

[3] A íntegra do Decreto 2047, de 29/10/1996, que criou o CDPC, pode ser consultada no Anexo 3, deste trabalho.

> II - autorizar a realização **de programas e projetos de pesquisa agronômica, mercadológica e de estimativa de safra[4];**
>
> III - aprovar, anualmente, a proposta orçamentária referente aos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ, criado pelo Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986;
>
> IV - regulamentar ações que visem a manutenção do equilíbrio entre a oferta e a demanda do café para exportação e consumo interno;
>
> V - estabelecer cooperação técnica e financeira, nacional e internacional, com organismos oficiais ou privados no campo da cafeicultura;
>
> VI - aprovar políticas de estocagem e de administração dos armazéns de café;
>
> VII - propor ao Conselho Monetário Nacional o valor da quota de contribuição de que trata o Decreto-Lei n.º 2.295, de 21 de novembro de 1986, e a aprovação de agente financeiro para atuar nas operações de financiamento de que trata o Decreto n.º 94.874, de 15 de setembro de 1987.

A composição inicial do CDPC, pelo vínculo da política cafeeira com o Ministério de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT), tinha predominância de membros desse Ministério e sua composição foi assim estabelecida, de acordo com o artigo terceiro do decreto já referenciado:

> I - o Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo, que o presidirá;
>
> II - o Secretário de Produtos de Base do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo;
>
> III - O Diretor do Departamento Nacional do Café do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo;
>
> IV - um representante do Ministério da Fazenda;
>
> V - um representante do Ministério das Relações Exteriores;
>
> VI - um representante do Ministério da Agricultura e do Abastecimento;

[4] Grifo nosso.

> VII - um representante do Ministério do Planejamento e Orçamento;
>
> VIII - dois representantes do Conselho Nacional do Café,
>
> IX - um representante da Confederação Nacional da Agricultura;
>
> X - um representante da Associação Brasileira da Indústria do Café;
>
> XI - um representante da Associação Brasileira da Indústria do Café Solúvel;
>
> XII - um representante da Federação Brasileira dos Exportadores de Café.

É importante esclarecer que os representantes, e respectivos suplentes, dos ministérios e das entidades mencionadas eram designados pelo presidente da República, com mandato de dois anos, permitida a recondução, sendo que, as funções exercidas pelos conselheiros não são remuneradas, correndo as despesas com transporte e diárias por conta dos ministérios e entidades representados.

Em agosto de 1999, pelo Decreto nº 3.152[5], a coordenação da política cafeeira é transferida do MICT para o Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MAA), onde passa a ser executada pelo Departamento do Café da Secretaria da Produção e Comercialização. Pelo artigo 31 do referido decreto, o CDPC permanece com as mesmas atribuições e competências. A composição do Conselho, tratada no artigo 32 desse decreto, alterna as representações do MICT com as do MAA. Ou seja, passam a ter assento no Conselho: o ministro de Estado (presidente), o secretário-executivo e o secretário da Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Por seu turno, o MICT passa a contar com apenas um membro representante.

As demais representações permanecem inalteradas quanto à composição, duração de mandato e condições de participação mas, agora, as designações dos representantes e dos respectivos suplentes, que antes eram feitas pelo presidente da República, passaram a ser de competência do ministro da Agricultura e do Abastecimento. Essas definições regimentais permanecem imutáveis até o final do Governo

[5] A íntegra do Decreto nº 3.152, de 26/8/99, pode ser consultada no Anexo 4 deste trabalho.

Fernando Henrique Cardoso, em dezembro de 2002, sendo, inclusive, reafirmadas no Decreto n.º 3.527 de 28 de junho de 2000, que aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e funções gratificadas do MAA e dá outras providências.

Nessa oportunidade já existe o reconhecimento de que o Conselho é uma proposta inovadora e democrática de governança da cadeia produtiva. Por outro lado, existem críticas ao seu desempenho como a de Wedekin e Rabelo de Castro (1999, p. 130/135), que dizem:

> [...] o CDPC ainda está longe de ser a solução definitiva para a gestão dos negócios. Não apenas pela fórmula organizacional escolhida, mas também pela postura do poder público e o comportamento dos agentes econômicos.
>
> O CDPC é autorizativo, regulamentativo, propositivo (sic), mas não é executivo. Não é operante – as coisas não acontecem na direção, intensidade e velocidade requeridas. Continua padecendo sob a mão do poder central e sob a agenda excessivamente acumulada de seus gestores.

Esses autores fazem, além da crítica, uma proposta objetiva para que o Brasil exerça maior poder de influência no mercado global e vença os desafios internos. Em síntese, eles propõem a formação de uma sociedade de direito privado, a Companhia Brasileira do Café (CBC), uma empresa a ser criada pelos representantes do setor destinatário dos recursos do Funcafé, para uma co-gestão em caráter mercantil, dentro do princípio modernizador da parceria.

No início do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, em 21 de março de 2003, é promulgado o Decreto nº 4.623, que dispõe sobre o CDPC, vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Por esse decreto, são mantidas as mesmas competências do CDPC e as mesmas incumbências dos dirigentes e membros desse Conselho, cuja composição é alterada, para acréscimo da representatividade da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), passando de um para dois membros representantes, ampliando, assim, o peso da liderança da produção cafeeira nas decisões do CDPC.

Dada sua representatividade governamental, e dos setores produtivos (agrícola, industrial e exportador de café), o CDPC foi o fórum de inúmeras discussões relevantes sobre o estabelecimento de políticas

agrícolas nesse período, após debates em que afloravam tanto os interesses divergentes, quanto as compatibilidades dos segmentos ali representados. Deliberações importantes foram tomadas sobre os rumos da cafeicultura brasileira, destacando-se o encaminhamento de propostas de uso dos recursos do Funcafé ao Conselho Monetário Nacional para aplicação ao crédito rural; para manutenção e venda de estoques; para intervenção no mercado; para rolagem de dívidas contraídas por meio do crédito rural, em momentos críticos do nível de preços ao produtor; para colocar em prática as atividades de previsão de safra e de marketing do café brasileiro e para execução do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café).

Esse programa de P&D foi instituído em junho de 1996, portanto, poucos meses antes da criação do CDPC, como resultado da mesma movimentação política que gerou esse Conselho. Nesse mês, os Ministros Francisco Dornelles, do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, e Arlindo Porto, do Ministério da Agricultura e Abastecimento, assinaram um Protocolo de Intenções[6] criando o PNP&D/Café, a ser coordenado pela Embrapa e executado em estreita vinculação com as instituições do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, Universidades e demais instituições públicas e privadas com contribuições potenciais à pesquisa cafeeira.

Em conseqüência da assinatura desse documento e interpretando as informações emitidas pela Comissão Parlamentar que discutia o conjunto de ações políticas para o agronegócio café brasileiro, a Embrapa antecipou-se aos fatos, designando pela Portaria nº 396, de 25 de julho de 1996, assinada pelo Presidente Alberto Duque Portugal, um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar uma proposta para coordenação e execução do PNP&D/Café. Esse grupo de trabalho era coordenado por Antônio de Pádua Nacif, da Empresa de Pesquisa de Minas Gerais (Epamig), e tinha como membros Sidival Lourenço, da Embrapa, Ondino Cleante Bataglia, do Consepa, Florindo D'Alberto, do Instituto Agronômico do Paraná (Iapar), Sebastião Machado Silveira, da Empresa Capixaba de Pesquisa (Emcapa), Vera Lúcia dos Santos Machado, do MAA e José Braz Matiello, da Fundação Procafé.

[6] Esse Protocolo de Intenções pode ser consultado no Anexo 5.

Esse grupo, de um lado, consultando os anseios da comunidade científica e as necessidades institucionais e, de outro, observando as novas tendências da gestão de Ciência e Tecnologia e as demandadas do setor produtivo, propôs a criação do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café), consórcio esse já, antes, idealizado e preconizado anteriormente por Mário Ramos Vilela, como relatado anteriormente, e que tinha como preceito orientador a integração das instituições de pesquisa com os agentes do agronegócio café, buscando otimizar o uso dos recursos humanos, laboratoriais, físicos e financeiros em todas as áreas da cadeia produtiva e na abrangência dos principais estados produtores. Era, sem dúvida, uma proposta inovadora e ousada, em termos de concepção de um programa de P&D no Brasil.

Em fevereiro de 1997, portanto após a criação do CDPC e sob a égide desse, foi criado o CBP&D/Café com o propósito de elaborar, coordenar e executar o PNP&D/Café, de acordo com os objetivos e critérios estabelecidos e procurando contribuir para ampliar a competitividade do negócio café brasileiro.

Conjuntura econômica e tecnológica da produção cafeeira

A segunda metade da década de 1980 é marcada por um ciclo expansionista do cultivo de café, sustentado por um mercado que oferecia preços remuneradores. A década de 1990, então, inicia-se com a capacidade de oferta brasileira de café expandida devido ao inicio de produção das novas lavouras implantadas no final da década anterior. Em conseqüência desse crescimento de produção, inicia-se um novo ciclo de preços baixos.

Pela primeira vez no século 20, ocorre uma crise de preços sem o amparo de instituições e de políticas governamentais que venham tentar medidas corretivas para sustentabilidade da atividade cafeeira. A tônica é a liberalização total do mercado, segundo a qual os agentes econômicos se submetem a uma nova realidade onde predomina a ausência de mecanismos de controle do mercado e de sustentação de preços.

Nessa década, acentua-se a característica secular[7] do mercado cafeeiro, que mostra, de um lado, uma produção agrícola com muitos agentes (cerca de 300 mil produtores), atuando em um regime próximo ao de mercado perfeitamente competitivo, e, de outro, um mercado importador cada vez mais oligopsônico, no qual um pequeno número de compradores detém grande parcela do total comercializado. Minas Gerais (2004, p. 39-40) mostra que, em 1999, os cinco principais compradores internacionais (Nestlé, Philip Morris, Sara Lee/Douwe Egberts, Procter/Gamble e Tshibo/Eduscho) respondiam por quase 70% do total do comércio mundial.

Se, na cadeia produtiva do café, a produção enfrentava, imediatamente a jusante, um mercado caracterizado pela competição imperfeita, era uma necessidade atentar para a crescente importância de algumas características associadas ao consumidor final, o elo derradeiro dessa cadeia. Nessa oportunidade, ampliavam-se as pressões da sociedade em geral pela preservação ambiental, pelo respeito ao bem-estar do trabalhador rural e de sua família e pelas exigências aos aspectos qualitativos, organolépticos e sanitários dos produtos a serem consumidos.

No mercado interno, onde o consumo per capita de café era decrescente até a década de 1980, quando caiu de 4,72 kg/ano, em 1965, para 2,27 kg/ano, em 1985 (ABIC, 2000, p. 8), o setor industrial se empenhava para reverter essa tendência. Assim, antecipando-se à desregulamentação do setor, a Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic) lançou, em agosto de 1989, o Programa de Controle de Pureza do Café Torrado e Moído, que confere o Selo de Pureza Abic. Esse programa, todo custeado pelo setor industrial, buscou durante toda década de 1990 reverter o quadro de queda do consumo no mercado interno brasileiro, obtendo resultados relevantes, já que, em 1999, o consumo médio por habitante era da ordem de 3,7 kg. Esse programa buscava, ainda, estabelecer um novo perfil empresarial para a indústria do café brasileiro, capacitando o setor com informações técnicas e gerenciais voltadas para o melhoramento da qualidade e da produtividade.

[7] Delfim Netto (1979:85) aponta, já em 1920, o pequeno número de grandes firmas importadoras de café no Rio de Janeiro como uma das características marcantes desse mercado.

Esses esforços foram muito importantes em um setor que se concentrava e ajustava seu processo produtivo incorporando novas tecnologias, enfrentando uma nova realidade de mercado e ampliando a participação de "robustas" (*Coffea canephora*) em seus *blends*, conseguindo um produto de menor custo, mas potencialmente de qualidade inferior.

No âmbito internacional, as exigências quanto à qualidade transformavam-se, não raro, em barreiras não-tarifárias impostas pelos países compradores e dificultavam o acesso a determinados mercados. Por exemplo, podem-se citar as exigências do mercado japonês e do Mercado Comum Europeu quanto ao nível de resíduos de pesticidas e de toxinas nos cafés importados e a erradicação do trabalho infantil, assim como mal remunerado ou escravo, no processo de produção.

As barreiras são ainda mais acentuadas na comercialização para os nichos de mercado para cafés especiais, *gourmets*, expressos, orgânicos e outros. Têm início as primeiras observações sobre rastreabilidade da produção, controle de origem para obtenção de um café com preços superiores ao do café *commodity*. Rufino (2003, p. 93) mostra que o consumo de café, nos mercados tradicionais durante a década de 1990, apresentou um crescimento vegetativo da ordem de 1% a 1,5% ao ano. Nicolau (2003, p. 97) diz que, em igual período, o consumo de cafés especiais cresceu de 10% a 15%. Corroborando com essa evolução de interesse por café de qualidade, Sampaio e Spinola (2000) informam que, nos Estados Unidos, em 1993, existiam 4,5 milhões de consumidores de cafés especiais, número que saltou, em 1998, para 21 milhões de pessoas. Gresser e Tickell (2002, p. 40-43) analisam o mercado mundial de cafés especiais, mostrando seus níveis de consumo em alguns países consumidores e avaliando suas potencialidades.

Intensifica-se a presença e o papel das Organizações Não-Governamentais (ONGs) voltadas para a valorização dos fatores ambientais e humanísticos e expandem-se o papel e a diversidade de instituições certificadoras. Pinazza e Alimandro (1999, p. 46-47) destacam os "argumentos fervorosos" dos militantes de organizações não-governamentais com relação ao papel da Organização Mundial de Comércio (OMC) na década de 1990. Segundo eles, nesse caso, as reclamações partem de duas situações. A primeira delas denuncia que

uma série de leis nacionais, destinadas a proteger o meio ambiente ou a saúde das populações, colide com as resoluções da OMC. A segunda alerta que as normas da OMC podem solapar acordos internacionais destinados a proteger o meio ambiente.

Simultaneamente, cresce o número de alternativas de produtos químicos, fertilizantes e defensivos, que são utilizados no processo produtivo da cafeicultura em larga escala. Ampliam-se, também, as opções e o uso de máquinas e equipamentos na lavoura, principalmente na irrigação, colheita, na aplicação de produtos químicos e na pós-colheita. O presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), na década de 1990, dizia então (RODRIGUES, 1999, ix-xi), que a face tecnológica da maior revolução deste século, no cenário rural brasileiro,

> [...] se caracteriza pelo uso do que há de mais evidente em matéria de inovação para o campo: tratores, máquinas e implementos, colheitadeira de última geração rodando pelas fazendas brasileiras; cultivo mínimo, plantio direto, variedades novas, fórmula diferente de fertilizantes e defensivos, transferência de embriões – o que equipara nossos produtores aos melhores do mundo.

De maneira geral, intensifica-se o uso de capital no processo produtivo da cafeicultura. Há necessidade de nova abordagem tecnológica na cadeia agroindustrial do café, mais exigente em informação, em precisão e com os custos de produção mais sensíveis aos preços de insumos industriais. Pinazza e Bittencourt de Araújo (1993, p. 117), em ensaio muito badalado da primeira metade da década de 1990, recomendam que fossem feitos investimentos em infra-estrutura, reformas institucionais e implementadas políticas governamentais para proporcionar, dentre outras coisas, o acesso dos agricultores aos insumos modernos. Para responder, oportunamente, às novas demandas, o estoque de conhecimento é, então, considerado insuficiente.

A intensificação do manejo da lavoura cafeeira, pautada no uso de recursos químicos e mecânicos, coincide com as primeiras notícias das possibilidades de um novo paradigma produtivo baseado na biotecnologia. Essa nova ciência, que já tinha aplicação em outras atividades agrícolas e pecuárias, apenas engatinhava na cafeicultura, mas preconizavam-se grandes possibilidades em seu uso; na qualidade

da bebida; na multiplicação da espécie; no surgimento de insumos mais adequados à preservação ambiental; no manejo diferenciado com relação ao porte de plantas; na resistência a pragas e doenças e na uniformidade de maturação, dentre outras.

Embora se vislumbrassem grandes possibilidades no uso do novo paradigma tecnológico, a discussão sobre o assunto polemizou o uso de organismos transgênicos na agropecuária, em especial para a produção de alimentos. Para Paterniani (2000),

> A partir da década de 90, plantas transgênicas passaram a ter uma crescente importância na agricultura de vários países. A República Popular da China foi o primeiro país a comercializar transgênicos no início de 1990, com o fumo resistente a vírus, seguindo-se o tomate resistente a vírus. Em 1997-98,61 transgênicos já tinham sido aprovados para comercialização nos Estados Unidos, na China, na Argentina, no Canadá, na Austrália, no México, na Espanha, na França e na África do Sul, totalizando 1 milhão e 700 mil hectares em 1996, 11 milhões em 1997 e 27,8 milhões em 1998.

Segundo o mesmo autor, essas áreas foram ocupadas, principalmente, por: milho, tomate, soja, batata-inglesa, algodão, melão, abóbora, fumo, beterraba açucareira, arroz, trigo, alfafa, pepino, girassol, alface, canola, maçã e amendoim.

No Brasil, a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, cria a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e estabelece normas para o uso das técnicas de engenharia genética e de liberação, no meio ambiente, de organismos geneticamente modificados. Essa lei foi regulamentada pelo Decreto nº 1.752, de 20 de dezembro de 1995, que dispões sobre a competência e composição da CTNBio e estabelece sua vinculação ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Os avanços dessa ciência no século 21 e o amadurecimento dos debates da sociedade em torno da ameaças e oportunidades da biotecnologia levaram, finalmente, a Câmara Federal a aprovar a Lei de Biossegurança[8], em 3 de março de 2005.

[8] Lei nº 11.105, homologada pela Presidência da República em 24 de março de 2005.

Na década de 1990, não aconteceu uma ameaça explícita à lavoura cafeeira, em forma de praga ou doença, ao contrário dos fenômenos que geraram, por exemplo, a criação do Instituto Biológico, com o surgimento da broca, ou o esforço coordenado do Instituto Brasileiro do Café, quando do aparecimento da ferrugem-do-cafeeiro. Não obstante, foram observadas ações recíprocas mais agressivas na biologia da interação patógeno/hospedeiro (cafeeiro) de doenças como a *Xyllela* e a mancha-anular, fazendo com que essas ganhassem importância econômica, no cultivo do café, em algumas regiões. Foram também observadas áreas de produção nas quais o manejo inadequado de produtos químicos havia provocado desequilíbrios biológicos, fazendo com que insetos, como cochonilha e ácaros, se tornassem pragas que provocavam sérios danos à produtividade.

A observação desses fenômenos, ocorridos em função de pressões ambientais e de práticas culturais inadequadas, associada ao fato de saber-se o quanto é estreita a base genética da lavoura de café no Brasil[9], recomendava prudência, exigindo medidas de prevenção contra as possíveis infestações do parque produtivo brasileiro por pragas e doenças inexistentes em território nacional e que promovem significativos danos em plantios de países dos continentes asiático e africano, como, por exemplo, a doença conhecida como CBD (*Coffee Beary Disease*) que, no caso de ocorrer, pode vir a promover sérios danos a nossa cafeicultura.

No cenário mundial, a globalização da economia brasileira, que teve aceleração positiva[10] nos anos 1990, era considerada um dos objetivos preponderantes das políticas externa e macroeconômica. Nesse sentido, Pinazza e Bittencourt de Araújo (1993, p. 13) dizem que a integração competitiva da economia brasileira à economia mundial era um dos quatro desafios gigantescos que necessitavam ser equacionados nos anos seguintes.

---

[9] O professor Alcides Carvalho, em seu trabalho *Histórico do desenvolvimento do cultivo do café no Brasil,* descreve a formação dos cafezais brasileiros e aponta as causas da pequena variabilidade genética observada.

[10] Alimandro e Honczar (2002, p. 21) mostram que o grau de abertura comercial brasileira, em 1990, era de 5,55%, e passa para mais de 7%, em 1997.

No contexto internacional, nessa oportunidade, verificava-se o grande aumento da capacidade de produção de café dos países competidores. O Brasil perdia, sucessivamente, novas parcelas do mercado, principalmente para os países asiáticos que, já no início da década, respondiam por um terço da produção mundial. Nesse continente, destacavam-se o Vietnam e a Indonésia que, juntos, exportaram mais de 12 milhões de sacos em 1998 (RUFINO, 2003, p. 92), superior a 2/3 das exportações brasileiras, no mesmo ano. E mais, estudos mostravam que a tendência de suas produções era crescente, o que provocaria impacto mais que proporcional no mercado mundial, uma vez que o consumo interno desses países é irrisório.

Nesse ambiente de ameaças e oportunidades, o desenvolvimento tecnológico era considerado peça essencial para manutenção e ampliação da competitividade do agronegócio café brasileiro. No início dos anos 90, Pinazza e Bittencourt de Araújo (1993, p. 117) asseveravam que

> O aumento de produção via expansão de áreas está sendo substituido por ganhos de produtividade. É preciso, portanto, que se acelerem os investimentos em pesquisa e tecnologia para aumentar os ganhos verticais na produção agropecuária.

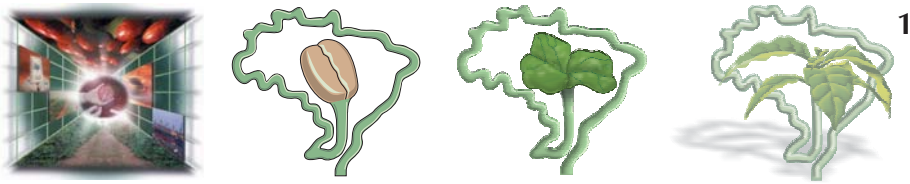
Para melhorar o estado da arte da tecnologia, impunha-se a existência de um sistema de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de Transferência de Tecnologia (TT) mais intensivo e harmônico do que o desarticulado padrão de pesquisa em vigor naquela oportunidade. Além do mais, a nova proposta de geração e transferência de tecnologia precisava ser condizente com as metas que o país se propunha a atingir nos mercados interno e externo.

Havia exemplos anteriores, da soja e do milho, dentre outros, em que sistemas de P&D e TT, bem articulados, demonstravam sua capacidade de alavancar e sustentar a capacidade competitiva de uma cadeia produtiva. Por outro lado, existiam problemas de ordem estrutural e macroeconômica, vinculados às políticas de estabilização da moeda e de inserção do Brasil no mercado financeiro internacional, que conduziram à compressão da capacidade de investimento do Estado.

O desafio que se colocava, então, era como estabelecer um arranjo institucional de P&D e TT para a cadeia produtiva café que

fosse eficaz em sua missão de gerar e transferir tecnologia e, mesmo assim, exigisse pouco investimento público; aproveitasse a infra-estrutura já existente; incentivasse as competências técnicas já estabelecidas em diversas instituições tradicionais e coordenasse os esforços, de forma a obter os efeitos sinérgicos de contribuições de instituições distintas, geograficamente distantes, e abrangendo os diversos segmentos da cadeia produtiva.

Evolução do Consórcio (1998-2004)



[1]

Implantação do consórcio: documentos básicos e arranjos iniciais

O Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café) foi constituído tendo por condicionantes diretos as conjunturas econômica e tecnológica da produção cafeeira e a política institucional do agronegócio café, conforme descritas no capítulo anterior, vez que os grupos de interesse ligados ao café brasileiro, na oportunidade, clamavam por aumento de competitividade, em um ambiente complexo e exigente com relação ao uso de tecnologias adequadas e de alocação eficiente de recursos públicos.

Sua fundação deu-se de acordo com o Protocolo de Intenções assinado, em 14 de agosto de 1996, entre o Ministério da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, os quais se comprometeram, por esse instrumento, viabilizar condições para implementar o Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café), inclusive, destinando recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) para apoiar financeiramente a execução desse Programa.

A formalização do Consórcio foi efetivada em 3 de março de 1997, quando, convidados pelo Presidente da Embrapa, Alberto Duque Portugal, reuniram-se na Sede dessa empresa em Brasília os dirigentes mais importantes das nove instituições brasileiras mais tradicionais e atuantes nas atividades de geração e transferência de tecnologia para

[1] Logomarcas dos Simpósios de Pesquisa dos Cafés do Brasil com as quais se pretendia ilustrar a evolução na execução do Programa.

a cadeia produtiva do café, com a finalidade de discutirem o modelo institucional mais indicado para o planejamento e execução do PNP&D/Café. As instituições fundadoras do Consórcio e os respectivos dirigentes participantes da reunião e signatários dos documentos assinados, nessa oportunidade, foram:

a) Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA), representada pelo seu Diretor Presidente Hermínio Maia Rocha.

b) Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (Emcapa) (atual Incaper), representada por sua Diretora-Presidente Margareth Batista Saraiva Coelho.

c) Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), representada por seu Presidente Guy Torres.

d) Instituto Agronômico de Campinas (IAC), representado por seu Diretor Geral Otávio Tisseli Filho.

e) Instituto Agronômico do Paraná (Iapar), representado por seu Diretor Técnico Florindo Dalberto.

f) Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio de Janeiro (Pesagro-Rio), representada por seu Presidente Doracy Pessoa Ramos.

g) Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento (SDR/MAA), representada por seu Secretário Murilo Xavier Flores, (respondendo pelo Procafé).

h) Universidade Federal de Lavras (Ufla), representada pelo Magnífico Reitor Fabiano Ribeiro do Vale.

i) Universidade Federal de Viçosa (UFV), representada pelo Magnífico Reitor Luiz Sérgio Saraiva.

As decisões da reunião, coordenada pela Presidência da Embrapa, tiveram como subsídio as recomendações do Grupo de Trabalho multinstitucional, presidido por Antônio de Pádua Nacif, designado previamente para estudar uma alternativa de arranjo institucional adequado para a condução do PNP&D/Café, o qual foi referenciado no Capítulo 2.

O arranjo institucional proposto pelo Grupo de Trabalho para dinamizar os sistemas de P&D e TT setoriais do café no Brasil, com a finalidade de elaborar e executar o Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café), tentava ampliar ao máximo

as possibilidades geográficas e explorar a verticalidade da cadeia de produção em suas atividades, partindo do aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis e minimizando os custos operacionais, frente a um orçamento governamental seriamente restrito para fazer frente a um conjunto de inúmeras alternativas de uso socialmente desejáveis.

O documento proposto, depois de discutido e feitos os esclarecimentos solicitados, foi aceito na íntegra pelos dirigentes das instituições fundadoras do consórcio que, com base nele e no Protocolo de Intenções celebrado entre o MAA e o MICT, elaboraram e assinaram o Termo de Constituição do CBP&D/Café[2] e o Termo de Referência[3] para a Execução do PNP&D/Café, que constituíram os documentos básicos contendo as diretrizes dos trabalhos conjuntos a serem desenvolvidos doravante.

A finalidade do Termo de Constituição é conceber e organizar

> [...] a conjugação de recursos humanos, físicos, financeiros e materiais das instituições signatárias, e a captação de recursos adicionais para o desenvolvimento do **Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café,** no âmbito de competência das instituições, segundo as normas e procedimentos estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência do **PNP&D/Café**.

Por esse documento ficou acordado que o Consórcio não se constituirá em pessoa jurídica distinta daquelas instituições que o integram, tendo sua sede e foro coincidente com o da Instituição coordenadora e, como órgão supremo, um Conselho Diretor constituído pelos dirigentes máximos de cada uma das instituições fundadoras, ao qual compete

> [...] cumprir e fazer cumprir as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento e no **Termo de Referência do PNP&D/Café**, que passa a integrar este Contrato, tendo o Conselho, como função principal orientar, organizar e supervisionar a execução do **PNP&D/Café** e estabelecer normas e procedimentos complementares para o bom desenvolvimento do Programa e fiel cumprimento deste acordo.

[2] A íntegra do documento encontra-se no Anexo 6.
[3] A íntegra do documento encontra-se no Anexo 7.

Inicialmente, a Presidência do Conselho Diretor (com direito a voto de qualidade), a administração e a representação legal do CBP&D/Café foram delegadas à Embrapa, competindo-lhe a prática de todos os atos pertinentes a esse mister. O documento também ressalta que, por decisão do Conselho Diretor, essas competências poderão ser transferidas para outra instituição consorciada.

Ficou também a cargo do Conselho Diretor a aprovação dos Termos de Adesão encaminhados pelas novas instituições que desejarem se tornar consorciadas, atendida a premissa de que tenham objetivos coerentes com os executados e desenvolvam, incentivem, promovam ou financiem estudos, pesquisas tecnológicas e informações sobre o negócio café no Brasil. De igual forma, fica ainda a cargo do Conselho a análise das solicitações de desligamentos, feitas por meio do Termo de Renúncia, das entidades que, porventura, queiram desligar-se do Consórcio.

No que tange à captação de recursos financeiros, as instituições participantes também se obrigam ao desenvolvimento de atividades comuns, porquanto consta do Termo de Constituição do Consórcio que:

> O **CBP&D/Café** diligenciará, em conjunto e por meio de cada instituição consorciada, perante as fontes ordinárias e extraordinárias, públicas ou privadas, de financiamento de pesquisa e desenvolvimento agro-industrial, sócio-econômico e mercadológico, em geral e cafeeira em particular, para a captação de recurso, com o fito de ampliar as disponibilidades financeiras do Consórcio ou de cada instituição consorciada, para a consecução dos objetivos propostos.

Por essa cláusula contratual, cada instituição consorciada obrigou-se também a comunicar ao CBP&D/Café os montantes financeiros envolvidos e os objetivos dos estudos e pesquisas realizados com recursos próprios ou por meio de acordos e convênios celebrados com terceiros, com a finalidade de constituir a exata noção da dimensão do Programa.

Em todos os casos, independentemente da fonte financiadora, ficou estabelecido que é da exclusiva competência da instituição consorciada a correta aplicação dos recursos e a prestação de contas, técnicas e financeiras, à fonte financiadora.

Na mesma reunião em que foi elaborado e assinado o **Termo de Constituição do Consórcio**, também foi assinado, obrigatoriamente, pelas mesmas instituições signatárias, o **Termo de Referência do PNP&D/Café** que tem por finalidade estabelecer os princípios e normas e procedimentos que norteiam a execução do programa. Por esse, em sua cláusula primeira, o Consórcio passa

> *[...] a configurar-se como uma rede integrada de instituições e recursos, humanos, físicos, financeiros e materiais, para a consecução de um Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, capaz de gerar, adaptar e difundir tecnologias e informações necessárias e imprescindíveis ao desenvolvimento do negócio do café no Brasil, no âmbito de toda a cadeia produtiva e nas áreas de competência das instituições consorciadas.*

Essa cláusula estabelece também um segundo objetivo da implantação do PNP&D/Café que é:

> *[...] estabelecer canais formalizados e eficazes de intercâmbio científico e tecnológico entre instituições consorciadas, substituindo o esporádico pelo sistemático, o informal pelo institucionalizado e o individual pelo coletivo, em busca de melhores e maiores benefícios para o setor cafeeiro, visando, ainda, congregar os recursos humanos, físicos, financeiros e materiais das consorciadas de forma a se obter, por efeitos sinérgicos e mutualísticos os objetivos almejados.*

O Termo de Referência celebrado pelas instituições signatárias do CBP&D/Café estabelece também os princípios, os critérios para alocação de recursos e as atividades básicas a serem observados pelas entidades consorciadas quando da execução do PNP&D/Café. Por ele, a execução do programa obedecerá aos seguintes princípios:

a) Otimização e racionalização de recursos humanos, físicos, financeiros e materiais.

b) Reconhecimento das competências institucionais já estabelecidas.

c) Preservação das identidades institucionais.

d) Padronização de procedimentos técnicos e administrativos.

e) Promoção do inter-relacionamento entre consorciadas, do sinergismo e do mutualismo.

f) Livre acesso de informações entre as consorciadas.

Constituem-se critérios à alocação de recursos financeiros os seguintes tópicos:

a) A qualidade técnica dos projetos e estudos, o custo e o benefício socioeconômico, tecnológico e ambiental.

b) O atendimento às demandas prioritárias do mercado.

c) A contrapartida estadual ou institucional ao PNP&D/Café e aos projetos.

d) A importância socioeconômica do setor cafeeiro no estado ou na região.

e) A importância de novas fronteiras da cafeicultura.

f) A disponibilidade e a necessidade de acervo tecnológico no estado ou na região.

Dentro da cadeia produtiva do café, na área de abrangência das instituições consorciadas, constituem atividades básicas do PNP&D/Café:

a) A pesquisa científica tecnológica e os estudos socioeconômicos e mercadológicos.

b) A documentação cafeeira.

c) A difusão de tecnologia e de informações cafeeiras.

d) O fornecimento de produtos e serviços tecnológicos.

e) O treinamento e a capacitação de recursos humanos.

f) O treinamento e a capacitação de usuários e clientes.

g) A promoção de intercâmbio técnico e científico entre instituições consorciadas, clientes, usuários, estados brasileiros, países produtores de café e entidades afins, estrangeiras e internacionais.

h) O acompanhamento e a análise da lavoura cafeeira e do negócio café.

i) O fornecimento de subsídios à política cafeeira brasileira.

O Termo de Referência prevê que o PNP&D/Café seja composto por meio de projetos temáticos, a serem nomeados e definidos pelos pesquisadores das instituições consorciadas, em função da sua relevância e amplitude. A gestão técnica desse Programa se dará de forma colegiada em duas instâncias de análise de mérito e de apoio científico ao desenvolvimento de estudos e pesquisas.

Em primeiro lugar, para cada tema definido como prioritário, ou grupo de projetos correlatos, é constituído um Núcleo de Referência formado por pesquisadores de áreas afins, gerenciado por um Comitê de Pesquisa composto por três membros escolhidos por seus pares, um dos quais eleito coordenador, para um mandato de três anos, permitida a recondução.

Aos Núcleos de Referência compete, no âmbito do tema de seu interesse,

> [...] o estudo e a discussão técnica dos problemas a eles relacionados, a avaliação de projetos e subprojetos de pesquisa e estudos, a promoção do intercâmbio técnico, a orientação e a congregação entre os pares, a consolidação das propostas, a aprovação técnica e a recomendação financeira dos projetos e estudos, bem com o acompanhamento dos trabalhos e a avaliação dos resultados.

Ao Comitê de Pesquisa de cada Núcleo cabe coordenar esse esforço, promovendo a efetiva participação de instituições públicas e privadas, afeitas aos temas em estudo, na identificação e discussão de problemas, recomendações de estudos e avaliação de resultados, com o fim de integrar os componentes de toda a cadeia produtiva e validar os objetivos e meios do Programa.

A instância superior do PNP&D/Café, em termos de assuntos técnico-científicos, é a Comissão Técnica de Programa (CTP), encarregada de gerenciar a adequação e sistematização do Programa. Ela é constituída de, no mínimo, três especialistas em café indicados pela instituição coordenadora e aprovados pelo Conselho Diretor do Consórcio.

Compete à CTP indicar os Núcleos de Referência a serem abordados, supervisionar e orientar os respectivos Comitês de Pesquisa e analisar a consolidação financeira e técnica do PNP&D/Café,

encaminhando propostas e sugestões de melhoria e aperfeiçoamento dos trabalhos ao Conselho Diretor para aprovação.

O fluxograma apresentado na Fig. 16, aprovado junto com o Termo de Referência do PNP&D/Café, sintetiza bem as instâncias e suas atribuições no novo processo de geração e transferência de tecnologia cafeeira no Brasil.

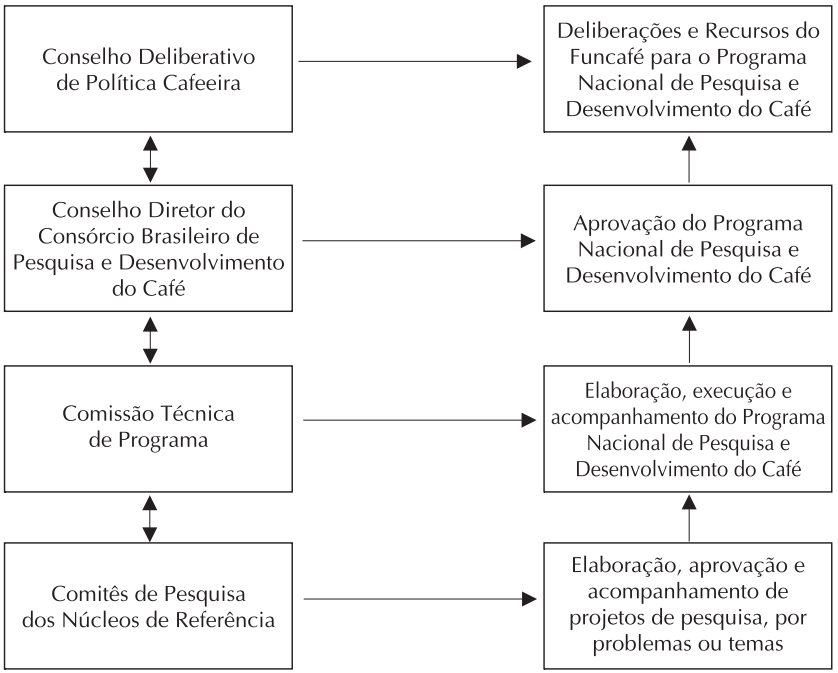


Fig. 16. Fluxograma das instâncias técnica e deliberativa do PNP&D/Café e de suas respectivas atribuições.

Evolução do consórcio: primeira fase (3/1997 a 7/2001)

Logo após a reunião que formalizou a criação do CBP&D/Café, com a posse ao seu primeiro Conselho Diretor e estabelecidas documentalmente as diretrizes básicas de coordenação, planejamento, execução e avaliação do PNP&D/Café, a Embrapa, já então legitimada como

instituição coordenadora dos trabalhos, tomou as primeiras providências operacionais para criar uma estrutura mínima que lhe permitisse executar as atividades que lhe foram delegadas.

A primeira decisão da Diretoria da Embrapa foi criar uma Coordenação de Pesquisa do Café, vinculada ao Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Sede, em Brasília. Para coordenar o início das atividades, foi convidado o pesquisador da Epamig e especialista em café Antônio de Pádua Nacif, que já havia presidido o grupo de trabalho encarregado de sugerir a criação do Consórcio nos moldes de sua implantação.

Em segundo lugar, para compor a equipe em associação com o coordenador, a Embrapa fez a designação de três funcionários de seus próprios quadros. Sidival Lourenço, prestigiado pesquisador da empresa, com doutorado em Solos e Nutrição de Plantas, que contribuiria na elaboração da programação técnico-científica; Maria Francisca Cavalcante Benez, auxiliar administrativa, que se encarregaria pelos trabalhos de secretariado; e Pedro Cirotto, administrador de empresas, que, em tempo parcial, tinha por atividade organizar as ações necessárias para celebração de convênios e contratos, antecipados como instrumentos de uso comum no decorrer dos trabalhos conjuntos do Consórcio, dada sua formatação institucional.

Para incluir o café – um novo produto – em sua programação de P&D, inicialmente a Embrapa, por meio da Deliberação 19/97 de 18 de julho de 1997, criou o Subprograma Café, vinculado ao Programa 7 – Sistema de Produção de Matérias-Primas.

Assim, feitos os arranjos minimamente necessários à gestão das atividades desse Consórcio recém-criado, a equipe de coordenação constituída pela Embrapa dedica-se, ainda em 1997, a manter contatos com as instituições consorciadas, visando estabelecer as rotinas técnicas e administrativas da parceria iniciada. Simultaneamente, essa equipe desenvolveu um trabalho de identificação e catalogação dos grupos e núcleos de excelência que trabalhavam com geração e transferência de tecnologia cafeeira, mapeando suas potencialidades e avaliando seu estrangulamentos a uma maior contribuição ao agronegócio café brasileiro. Internamente, nesse início de trabalho, a coordenação se dedicou a modelar os formulários de projeto e de relatórios, bem como

a estabelecer os esquemas de análise e acompanhamento a eles associados.

Em outra vertente de ação, a coordenação procurou estreitar seus contatos com as representações dos diversos segmentos do agronegócio café – Abic, Abics, Febec (atual Cecafé), CNA e CNC – para identificação das demandas mais relevantes de cada setor. Ao mesmo tempo, buscava viabilizar, junto ao Departamento Nacional de Café (Denac/MICT), a liberação de recursos financeiros para iniciar os trabalhos.

O Conselho Diretor do Consórcio fez sua primeira Reunião Ordinária em 16 de julho de 1997, com o objetivo de avaliar o andamento dos trabalhos desenvolvidos e analisar as proposta de adesão ao Consórcio de oito novas instituições que desejavam participar do esforço conjunto de gerar e transferir tecnologias ao agronegócio café brasileiro. As instituições proponentes eram: Universidade Federal de Uberlândia, Universidade de Uberaba, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Instituto de Economia Agrícola, Instituto Biológico e Fundação Getúlio Vargas.

Todas as instituições solicitantes foram aceitas por unanimidade e inscritas como participantes do CBP&D/Café. O Presidente da Embrapa e do Conselho, Alberto Duque Portugal, fez a comunicação a essas instituições por correspondência (C.PR.CIRC.021/97) datada de 24 de julho de 1997. Na oportunidade, solicitou de cada uma delas que enviassem dados e informações complementares para comporem os arquivos do Consórcio.

Essa manifestação de interesse institucional em participar das realizações do Consórcio, que ocasionou um acréscimo de 80% de consorciadas nos três primeiros meses, decorria da possibilidade de acesso a uma fonte adicional de recursos para pesquisa de um importante produto brasileiro, mas também, e principalmente, era devido à oportunidade de fazer parte de um arranjo institucional inovador em termos de geração e transferência de tecnologia, que apontava um novo modelo de organização e gestão de P&D no Brasil.

Com base nas informações levantadas, a coordenação do Consórcio elabora uma programação técnica para submetê-la à aprovação do CDPC, antecipando-se à liberação de recursos financeiros e preparando

o respaldo legal para agilizar o início dos trabalhos. O Conselho aprova na íntegra a proposta a ele submetida em sua III Sessão Ordinária, realizada no MICT, em 21 de outubro de 1997.

A Portaria nº 14/97 do MICT, publicada no Diário Oficial da União do dia 4/12/97, destina 12 milhão de reais para execução do PNP&D/Café. Desses, 1,2 milhões de reais foram liberados ainda nesse ano e os demais 10,8 milhões foram liberados no ano de 1998. Para dar respaldo legal ao recurso destinado ao programa, é assinado um convênio de cooperação técnica entre o MICT e a Embrapa[4].

De posse desses recursos financeiros, a Embrapa faz o seu repasse para as instituições executoras do programa de pesquisa, previamente aprovado pelo CDPC, por meio de convênios estabelecidos com elas ou com fundações de apoio à pesquisa por elas indicadas. A Tabela 1 mostra os convenentes e os valores envolvidos nos 25 convênios celebrados em 1997 e 1998, dando início aos estudos e pesquisas no primeiro ano do PNP&D/Café.

É interessante observar que, dos 12 milhões liberados, 5 milhões e 154 mil reais, cerca de 43% do total, foram investidos na realização de obras de infra-estrutura e aquisição de máquinas e equipamentos de suporte à pesquisa para os principais grupos e instituições consagrados à realização de pesquisas cafeeiras. Esse esforço inicial para dotar as instituições consorciadas de uma melhor estrutura de trabalho se justifica em função da inexistência, ou do deficiente estado de conservação, de laboratórios e dos seus equipamentos, nas instituições executoras.

A primeira programação técnica, executada em 1998/99 e com suporte legal dos convênios celebrados, contou com a participação de 21 instituições de pesquisa e transferência de tecnologia, responsáveis pela implantação de 204 subprojetos nesse primeiro ano de atividade. Desses, um destinava recursos para a coordenação dos trabalhos, outro, para a manutenção do programa de bolsas, e 202 eram subprojetos de P&D e de transferência de tecnologia (Tabela 2).

[4] Convênio assinado em 28 de novembro de 1997, pelo ministro Francisco Oswaldo Neves Dornelles, do MICT, e pelo presidente da Embrapa, Alberto Duque Portugal. Foi registrado no MICT sob o nº 14/97 e na Embrapa recebeu o código 10200.97/176-9.

Tabela 1. Relação nominal e valor dos convênios celebrados em 1997 e 1998.

Convênio	Convenente	Início	Término	Custeio	Equipamento	Obras	Total
10200.97/142-1	Ebda	Dez-97	Ago-99	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
10200.97/143-9	Iapar	Dez-97	Out-99	229.000,00	0,00	0,00	229.000,00
10200.97/144-7	Seapa-MG	Dez-97	Fev-00	392.000,00	0,00	0,00	392.000,00
10200.97/145-4	Incaper	Dez-97	Set-99	232.000,00	0,00	0,00	232.000,00
10200.97/146-2	UFV	Dez-97	Dez-98	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
10200.97/147-0	Ufla	Dez-97	Fev-00	207.000,00	0,00	0,00	207.000,00
10200.97/142-1	Ebda	Dez-97	Ago-99	39.746	33.947	0	73.693
10200.97/143-9	Iapar	Dez-97	Out-99	146.114	556.208	270.000	972.322
10200.97/144-7	Seapa-MG	Dez-97	Fev-00	654.386	692.902	0	1.347.288
10200.97/145-4	Incaper	Dez-97	Set-99	423.559	508.440	0	931.999
10200.97/146-2	UFV	Dez-97	Dez-98	108.593	220.767	0	329.360
10200.97/147-0	Ufla	Dez-97	Fev-00	178.198	395.387	184.955	758.540
10200.98/044-8	Fundag	Jun-98	Fev-00	1.049.479	1.053.377	0	2.102.856
10200.98/065-3	Pesagro	Jul-98	Set-99	74.680	42.514	0	117.194
10200.98/078-6	UEM	Ago-98	Set-99	5.785	12.881	0	18.666
10200.98/151-1	Mapa/SARC	Dez-98	Dez-99	374.261	53.500	0	427.761
10200.98/166-9	Fapeagro	Dez-98	Out-99	142.510	14.081	0	156.591
10200.98/167-7	UFU	Dez-98	Dez-99	58.570	64.989	0	123.559
10200.98/168-5	Funarbe	Dez-98	Fev-00	387.286	273.896	0	661.182
10200.98/169-3	Ufla	Dez-98	Fev-00	88.263	33.403	95.045	216.711
10200.98/170-1	Fundag	Dez-98	Fev-00	270.536	49.151	0	319.687
10200.98/171-9	Seapa-MG	Dez-98	Fev-00	60.619	11.880	0	72.499
10200.98/172-7	Funape	Dez-98	Fev-00	1.266.000	0	0	1.266.000
10200.98/173-5	Fundepag	Dez-98	Dez-99	66.890	187.460	0	254.350
10200.98/174-3	Funarbe	Dez-98	Fev-00	160.410	261.444	0	421.854
Aplicação direta	Embrapa	Jan-98	Dez-98	227.888	0	0	227.888
Total				6.983.773,00	4.466.227,00	550.000,00	12.000.000,00

Fonte: Dados dos arquivos da Comissão Técnica do Programa Café/Embrapa Café, organizados pelo autor.

Tabela 2. Instituições executoras e valores alocados para a realização da programação do PNP&D/Café, em 1998/99.

Instituição	Número de subprojetos	Valor (R$)			
		Custeio	Equipamentos	Obras	Total
Cati	1	92.037	14.489	0	106.526
CPAB	1	0	24000	0	24.000
CPAF	5	0	16000	0	16.000
CTAA	2	0	94500	0	94.500
DFA/MG	1	96.800	51.600	0	148.400
EBDA	3	79.746	33.947	0	113.693
Epamig	26	1.107.005	704.782	0	1.811.787
IAC	33	1.120.877	1.067.458	0	2.188.335
Iapar	18	517.624	570.289	270.000	1.357.913
IB	1	27.398	14.081	0	41.479
IEA	1	28.703	6.500	0	35.203
Incaper	25	655.559	508.440	0	1.163.999
Ital	9	66.890	187.460	0	254.350
Mapa/Sarc	16	374.261	53.500	0	427.761
Pesagro	3	74.680	42.514	0	117.194
SAPC/Bolsa	1	1.266.000	0	0	1.266.000
SAPC-Coord.	1	227.888	0	0	227.888
UEM	1	5.785	12.881	0	18.666
Uesb	3	11.724	7.040	0	18.764
Ufla	27	473461	428790	280.000	1182251
UFU	4	58.570	64.989	0	123.559
UFV	21	647.765	562.967	0	1.210.732
Unicamp	1	51000	0	0	51.000
Total	204	6.983.773	4.466.227	550.000	12.000.000

Fonte: Dados dos arquivos da Comissão Técnica do Programa Café/Embrapa Café, organizados pelo autor.

Além desses, convênios foram celebrados para viabilizar ações do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional (Padi), que tinham por objetivo proporcionar suporte financeiro para a realização de obras e aquisição de equipamentos necessários ao desenvolvimento das pesquisas cafeeiras.

Dado o sucateamento da infra-estrutura das instituições de pesquisa e a transferência de tecnologia cafeeira durante a década de 1990, na programação técnica e financeira do primeiro ano de funcionamento do Consórcio, elaborada em 1997/98 e executada em 1998/99, concedeu-se grande ênfase à recuperação e ampliação das estruturas físicas de pesquisa e ao aparelhamento dos locais de trabalho, com a aquisição

de equipamentos de laboratório, de computadores e de veículos, dentre outros. Foram privilegiadas, também, a implantação e a recuperação de campos experimentais, dentre os quais a melhoria dos Bancos de Germoplasma, mantidos com grandes dificuldades nos últimos anos.

A grande maioria dos convênios destinava recursos para custear o andamento dos 202 subprojetos que propunham estudos e pesquisa previamente aprovados, e distribuídos em 10 linhas de pesquisas distintas, correspondentes a 10 Núcleos de Referência diferentes em função de suas especificidades, conforme mostrado na Tabela 3.

A inter-relação e a sistematização dessa programação estão mostradas no fluxograma que faz parte do Termo de Referência do PNP&D/Café e é apresentado na Fig. 17. Por essa, verifica-se que o Programa Café é o somatório dos projetos elaborados e executados para a solução de determinado problema, ou organizados por temas, que são coordenados pelos respectivos Núcleos de Referência e é,

Tabela 3. Distribuição dos subprojetos componentes do PNP&D/Café em 1998/99, por núcleo de referência.

Núcleo de referência	Número de subprojetos	Participação percentual
Agroclimatologia e fisiologia do cafeeiro	23	11,4
Genética, melhoramento e biotecnologia do cafeeiro	28	13,9
Solos e nutrição do cafeeiro	36	17,8
Doenças do cafeeiro	18	8,9
Pragas do cafeeiro	17	8,4
Manejo da lavoura cafeeira	28	13,9
Cafeicultura irrigada	12	5,9
Colheita, pós-colheita, processamento, armazenamento e qualidade do café	18	8,9
Socioeconomia do café	16	7,9
Transferência de tecnologia	6	3,0
Total	202	100,0

Fonte: Arquivos da Comissão Técnica do Programa Café/Embrapa Café, organizados pelo autor.

simultaneamente, o conjunto das atividades institucionais de P&D do café, ou ainda, a soma dos programas estaduais de geração e transferência de tecnologia para a cadeia produtiva do café.

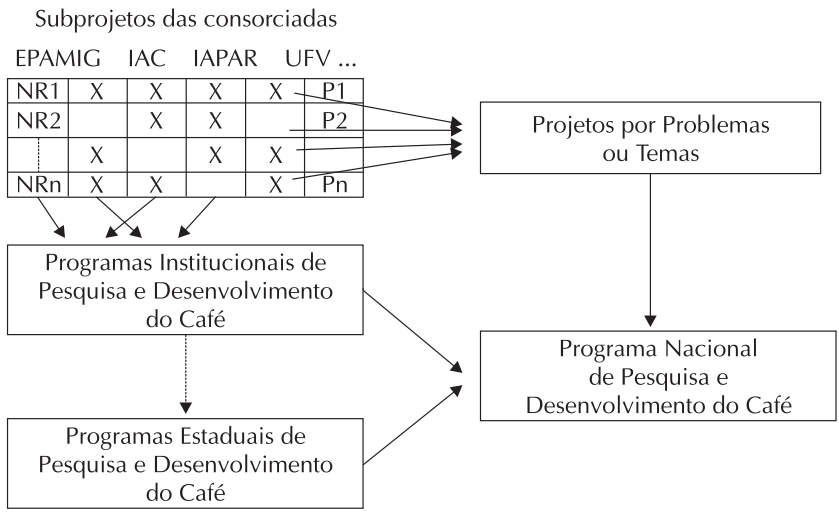


Fig. 17. Fluxograma da articulação técnica para composição do PNP&D/Café aprovado junto com Termo de Referência do programa.

Na verdade, entendem os idealizadores desse modelo de articulação que o Programa, por efeito sinérgico, será maior do que a soma das partes. Dito de outra maneira, espera-se que a sinergia gerada nos relacionamentos técnico-científicos de equipes multidisciplinares e multinstitucionais seja muito positiva, quer pela complementaridade das competências, quer pela troca de experiências, quer pelo uso comum dos recursos físicos envolvidos em cada questão a ser resolvida, em cada problema a ser solucionado.

No segundo ano de efetivo funcionamento do PNP&D/Café, em 1999, inaugurando uma rotina de análise da adequação de sua proposta de trabalho e do seu desempenho, o Consórcio fez, por meio da sua Comissão Técnica do Programa, uma avaliação do ano anterior com ênfase no enfoque programático que privilegiava os Núcleos de Referência como fórum técnico dos debates sobre problemas e prioridades de pesquisa.

Dessa avaliação, vale destacar a divisão do Núcleo de Genética, Melhoramento e Biotecnologia do Cafeeiro em Núcleo de Genética e Melhoramento do Cafeeiro e Núcleo de Biotecnologia Aplicada à Cadeia do Agronegócio Café e a divisão do Núcleo de Colheita, Pós-Colheita, Processamento, Armazenamento e Qualidade do Café nos Núcleos de Colheita, Pós-Colheita e Qualidade do Café e no de Industrialização e Qualidade do Café.

As duas separações tinham por base o mesmo princípio de enfocar, de maneira específica, as linhas de pesquisa com problemas especiais, com um conjunto de conhecimentos disciplinares e corpo técnico treinado na identificação das potencialidades, limitações e interações teóricas e práticas da disciplina abordada. A biotecnologia era um ramo da ciência relativamente novo na cafeicultura, para o qual se previam grandes contribuições aos trabalhos de genética e melhoramento do cafeeiro e, por suas especificidades e por um grupo de especialistas a ele dedicado, necessário se fazia considerá-lo em separado, para melhor discutir os estrangulamentos e soluções disciplinares e interdisciplinares existentes.

Na década de 1990 tomou corpo a idéia que propugnava a visão holística da cadeia produtiva como ponto de partida para entender e sanar os principais estrangulamentos passíveis de soluções por meio da inovação tecnológica. Como a pesquisa relativa à industrialização do café havia sido relegada a um lugar secundário e ascendia como um novo nicho para ganhos de qualidade e de competitividade do agronegócio café do Brasil, entendeu-se por bem criar um Núcleo de Referência exclusivo. Contribuições nesse sentido foram dadas por argumentos das equipes técnicas do Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital) e de Embrapa Tecnologia de Alimentos, os quais, juntamente com representantes da Abic e Abics, vieram a constituir o comitê de coordenação do Núcleo.

Vale registrar também a mudança de nome do núcleo de "socioeconomia do café" para "socioeconomia, mercado e qualidade total na cadeia agroindustrial do café". O propósito dessa troca era marcar, já no nome, a inteireza das preocupações com a cadeia produtiva e valorizar os estudos enfocando o mercado de café como fornecedores de importantes indicadores para direcionar os esforços de P&D do

Consórcio, além de gerar relevantes informações para os agentes dos segmentos produtores.

Todas as modificações resultantes do exercício analítico da CTP/Café possuem a marca das preocupações do grupo com os aspectos qualitativos do café brasileiro. Preconizava-se a necessidade de gerar conhecimentos sobre o gosto, preferências e exigências do mercado interno e externo, ao mesmo tempo em que aumentavam as preocupações em atender estas demandas com novos produtos e novos métodos de trabalho industrial, além de uma preparação para futuras conquistas na qualidade do produto, por meio dos novos conhecimentos da biotecnologia.

Respaldada nessa avaliação, a programação de trabalho elaborada em 1999 para execução no ano 2000, foi constituída de 312 subprojetos, sendo um de amparo ao Programa de Bolsas, outro para prover de recursos a coordenação do PNP&D/Café e 310 subprojetos de Pesquisa e Desenvolvimento. A Tabela 4 mostra a relação e os valores envolvidos dos 19 convênios de cooperação técnica que foram celebrados para dar suporte legal à execução dessa programação. Por sua vez, a relação das 34 instituições que participaram dos estudos nesse ano, bem como os valores que lhe foram destinados para custear a realização das atividades e para aquisição de equipamentos de apoio necessários, está descrita na Tabela 5.

A programação técnica do PNP&D/Café no ano 1999/2000, composta de 310 subprojetos de pesquisa, apresentou um crescimento de 50% em relação ao número de estudos propostos no ano anterior. A composição da pauta de estudo dessa programação ampliada, considerando os diversos Núcleos de Referência do Programa Café – agora em número de 12 –, mostra-se na Tabela 6.

A composição da pauta de estudo mostra que instituições consorciadas/pesquisadores estavam potencialmente aptos a colaborar com novos conhecimentos nas 12 linhas de pesquisas consideradas. Nessa oportunidade observava-se então que, pela metodologia de avaliação e seleção dos subprojetos, a pauta de estudos representava, em primeiro lugar, a capacidade de solução de problemas das equipes disciplinares. Assim, as equipes de maior tradição e que já vinham trabalhando com café, como as de solo e nutrição do cafeeiro e a de melhoramento do

Tabela 4. Relação nominal e valor dos convênios celebrados em 1999.

Convênio	Convenente	Início	Término	Custeio	Equip.	Obras	Total
10200.99/179-1	Funarbe	Dez-99	Dez-00	788.419	465.400	0	1.253.819
10200.99/184-1	Iapar	Dez-99	Jan-01	542.700	320.000	0	862.700
10200.99/185-8	Funape	Dez-99	Jan-01	1.510.000	0	0	1.510.000
10200.99/187-4	Funarbe	Dez-99	Jan-01	933.186	656.999	0	1.590.185
10200.99/190-8	UEL	Dez-99	Dez-00	13.700	21.300	0	35.000
10200.99/195-7	Emater-PR	Dez-99	Dez-00	57.600	8.400	0	66.000
10200.99/196-5	Fundag	Dez-99	Jan-01	1.493.202	438.550	0	1.931.752
10200.99/197-3	Uniube	Dez-99	Dez-00	9.000	17.000	0	26.000
10200.99/198-1	FAU	Dez-99	Jan-01	142.191	200.172	0	342.363
10200.99/199-9	Faepe	Dez-99	Dez-00	350.000	170.000	0	520.000
10200.99/200-5	Funarbe	Dez-99	Jan-01	1.117.500	249.639	0	1.367.139
10200.99/201-3	UEM	Dez-99	Dez-00	4.300	9.700	0	14.000
10200.99/202-1	Seages	Dez-99	Jan-01	561.000	156.000	0	717.000
10200.99/204-7	Funpar	Dez-99	Jan-01	39.600	90.000	0	129.600
10200.99/208-8	EBDA	Dez-99	Dez-00	129.208	21.042	0	150.250
10200.99/210-4	Fundepag	Dez-99	Dez-00	130.000	345.000	0	475.000
10200.99/211-2	IDS	Dez-99	Dez-00	278.119	46.000	0	324.119
10200.99/212-0	Ocepar	Dez-99	Dez-00	36.000	0	0	36.000
10200.99/213-8	Dalmo Giacometti	Dez-99	Fev-01	464.275	184.798	0	649.073
Total				**8.600.000**	**3.400.000**	**0**	**12.000.000**

Fonte: Arquivos da Comissão Técnica do Programa Café/Embrapa Café, organi-zados pelo autor.

Tabela 5. Instituições executoras e valores alocados para a realização da programação do PNP&D/Café, em 1999/2000.

Executora	Nº de subprojetos	Valor (R$)			
		Custeio	Equip.	Obras	Total
Cenargen	4	94.100	20.000	0	114.100
CPAC	7	117.982	87.533	0	205.515
CPAF AC	5	72.979	8.500	0	81.479
CPAF AP	1	15.700	4.000	0	19.700
Cpatu	5	78.875	8.500	0	87.375
Emater-RJ	1	11.900	0	0	11.900
Pesagro	3	32.000	4.100	0	36.100
Uenf	1	11.500	27.300	0	38.800
Uesb	1	23.839	9.465	0	33.304
Ufla	1	5.400	15.400	0	20.800
EBDA	8	129.208	21.042	0	150.250
Emater-PR	1	57.600	8.400	0	66.000
Ufla	29	350.000	170.000	0,00	520.000
UFU	9	142.191	200.172	0	342.363
SAPC	1	1.510.000	0	0	1.510.000
CNPAB	2	11.300	0	0	11.300
CPAF-RO	11	162.100	39.900	0	202.000
CTAA	4	88.900	125.500	0	214.400
Mapa/DFA-MG	1	38.900	0	0	38.900
SAPC	1	487.219	300.000	0,00	787.219
Epamig	38	1.117.500	249.639	0	1.367.139
UFV	44	933.186	656.999	0,00	1.590.185
Cati	1	45.000	0	0	45.000
IAC	41	1.350.000	375.000	0	1.725.000
IAL	1	21.800	45.000	0	66.800
IB	1	40.000	12.000	0	52.000
IEA	1	36.402	6.550	0	42.952
Ital	11	130.000	345.000	0	475.000
UFPR	2	39.600	90.000	0	129.600
Iapar	25	542.700	320.000	0	862.700
Mapa/Sarc	15	278.119	46.000	0	324.119
Ocepar	1	36.000	0	0	36.000
Incaper	31	561.000	156.000	0	717.000
UEL	1	13.700	21.300	0	35.000
UEM	1	4.300	9.700	0	14.000
Uniube	2	9.000	17.000	0	26.000
	312	8.600.000	3.400.000	0	12.000.000

Fonte: Dados dos arquivos da Comissão Técnica do Programa Café/Embrapa Café, organizados pelo autor.

Tabela 6. Distribuição, por núcleo de referência, dos subprojetos componentes do PNP&D/Café em 1999/2000.

Núcleo de referência	Número de subprojetos	Participação percentual
Agroclimatologia e fisiologia do cafeeiro	19	6,1
Biotecnologia aplicada à cadeia agropecuária do café	19	6,1
Genética e melhoramento do cafeeiro	37	12,0
Solos e nutrição do cafeeiro	67	21,6
Doenças do cafeeiro	25	8,1
Pragas do cafeeiro	25	8,1
Manejo da lavoura cafeeira	32	10,3
Cafeicultura irrigada	22	7,1
Colheita, pós-colheita e qualidade do café	10	3,2
Industrialização e qualidade do café	22	7,1
Socioeconomia do café	13	4,2
Transferência de tecnologia	19	6,1
Total	310	100,0

Fonte: Arquivos da Comissão Técnica do Programa Café/Embrapa Café.

cafeeiro, se organizaram mais rapidamente e apresentaram maior número de trabalho relevantes, de pesquisa e desenvolvimento.

Enquanto se amplia o número de participantes do Consórcio e cresce o número de subprojetos em execução, as atividades da equipe de coordenação se multiplicam e se tornam mais complexas. Do lado administrativo, aumentam a quantidade e a diversidade de convênios, contratos e prestações de contas que devem ser acompanhados. Na vertente técnica, é cada vez maior o número de projetos, subprojetos, relatórios e eventos técnicos que devem ser incentivados, avaliados e aprovados.

O acréscimo de demandas para a coordenação exigia um maior aporte de recursos humanos e materiais para liderar os trabalhos em andamento e previstos. Por essa razão, em 5 de maio de 1999, o coordenador do PNP&D/Café, Antônio de Pádua Nacif, encaminhou correspondência (M. PNP&D/Café/nº 018/99) ao Presidente da Embrapa, Alberto Duque Portugal, relatando as dificuldades e solicitando apoio "a fim de propiciar condições de bem conduzir o referido Programa".

Como anexo a essa correspondência, foi encaminhada uma proposta de criação para o Núcleo de Coordenação do Programa Café, contendo: o organograma, o descritivo de cada uma das funções e o perfil dos recursos humanos adequados para cada uma das funções indicadas. O organograma propunha uma coordenação composta de 19 funcionários. Um coordenador geral, dois coordenadores adjuntos (um técnico e um administrativo), seis pesquisadores para a coordenação dos núcleos e 10 funcionários da área administrativa para executarem as atividades de elaboração e acompanhamento de convênios, controles orçamentários e contábeis, serviços gerais, patrimônio e materiais, recepção, atendimento, arquivo, digitação, etc.

Sensível aos argumentos apresentados pela coordenação do Programa, a Diretoria da Embrapa encaminha ao Conselho de Administração – instância superior de deliberação da instituição – uma solicitação para que seja criado o Serviço de Apoio ao Programa Café (SAPC), com o nome-síntese de **Embrapa Café**, uma unidade descentralizada da Embrapa, com a finalidade de promover e apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento com café, a serem desenvolvidas por entidades integrantes do CBP&D/Café e demais colaboradores.

O Conselho de Administração da Embrapa, considerando a importância da cadeia produtiva do café para a socioeconomia brasileira, a necessidade de sistematizar e organizar as ações de promoção e execução de atividades de P&D com café no Brasil e os compromissos firmados pela Embrapa com o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, com o Ministério da Agricultura e Pecuária, com o Conselho Deliberativo da Política Cafeeira e com o CBP&D/Café, resolveu criar a Embrapa Café, em sua reunião de 30 de agosto de 1999[5], atribuindo-lhe a missão de

> Formular, implementar, coordenar, acompanhar e controlar ações de promoção de atividades de geração e transferência de conhecimento e tecnologias para a cadeia produtiva do café, destinadas ao desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro, em benefício da sociedade.

[5] Resolução nº 13/99 do Conselho de Administração da Embrapa, relatada no Boletim de Comunicações Administrativas n.º 40/99, de 20 de setembro de 1999.

Esse Conselho atribuiu à Embrapa Café as seguintes finalidades básicas:

> I – formular, propor, coordenar e orientar a estratégia e as ações de geração, desenvolvimento e transferência de tecnologia de café;
>
> II – promover e apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento com café, a serem desenvolvidas por Unidades Descentralizadas da Embrapa, organizações integrantes do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café – CBP&D; Café e outras do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA);
>
> III – representar a Embrapa perante órgãos públicos e privados, nacionais, estrangeiros e internacionais, em assuntos relativos ao café;
>
> IV – realizar intercâmbios e parcerias com organizações públicas e privadas, visando a integração e a sinergia das atividades de desenvolvimento da cafeicultura nacional;
>
> V – Atuar como unidade de negócios tecnológicos de produtos e serviços desenvolvidos ou viabilizados diretamente pela Embrapa, ou em parceria com outras organizações, de modo a garantir à sociedade o acesso aos mesmos;
>
> VI – contribuir para a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento da cadeia produtiva do café.

Brasília foi designada como cidade sede da nova Unidade, ficando sua instalação provisória no mesmo edifício da Embrapa Sede. A estrutura organizacional formulada para a Embrapa Café era composta por uma Gerência-Geral, para a qual foi nomeado o coordenador do Programa, Antônio de Pádua Nacif, e duas Gerências-Adjuntas, sendo uma técnica e outra administrativa. A Gerência-Adjunta de Administração foi ocupada pelo técnico de nível superior da Embrapa, João Bosco Baia dos Santos. A Gerência-Adjunta Técnica permaneceu vaga até agosto de 2000.

Foram criados também os cargos de secretário-executivo da Comissão Técnica do Programa Café (CTP) e três de supervisões técnicas de nível superior destinadas a coordenar as ações dos núcleos de socioeconomia e transferência de tecnologia e, na área administrativa, supervisionar o setor responsável pela elaboração e acompanhamento de convênios e contratos.

Os cargos criados para a Embrapa Café dão bem a idéia das preocupações e das necessidades para gerir o Consórcio e coordenar a programação de pesquisa naquele momento. Em primeiro lugar, era preciso criar uma instância executiva para secretariar o programa, organizar os arquivos técnicos de projetos e relatórios e organizar o acompanhamento e a avaliação dos trabalhos desenvolvidos nos diversos Núcleos de Referência. Para Secretário Executivo da CTP foi nomeado o pesquisador da Embrapa Mário Soter França-Dantas.

A supervisão técnica para o núcleo socioeconomia do café fez-se necessária porque sua proposta de trabalho era estruturar uma equipe capaz de levantar, organizar, analisar e disponibilizar informações relevantes com vistas a subsidiar a formulação de políticas para o setor e direcionar os esforços dos agentes do agronegócio café. Dentre essas atividades, vale destacar a atribuição, não-usual, assumida pela Embrapa junto ao Mapa e ao CDPC, de realizar periodicamente os levantamentos de previsão da safra de café no Brasil. Dados os impactos potenciais deste trabalho para a economia cafeeira e em decorrência do grande interesse despertado junto aos agentes da cadeia produtiva, fazia-se necessária uma coordenação direta das atividades a serem desenvolvidas.

Os trabalhos de rotina da previsão de safra envolviam dois levantamentos de campo por ano e os respectivos trabalhos de organização e divulgação dos dados. Um primeiro levantamento era feito em junho, logo depois do período de colheita, quando se fazia a confirmação final da safra encerrada e elaborava-se uma primeira expectativa da safra seguinte. O outro era realizado em dezembro, quando estavam definidos os parâmetros pós-floração do cafeeiro, para estimativa dos números da safra em curso.

Para supervisão dos trabalhos de socioeconomia e previsão de safra foi convidada a pesquisadora da Embrapa Sônia Milagres Teixeira. A Embrapa Café coordenou sete estudos de previsão de safra entre os anos de 1998 e 2001, ano em que, por orientação do Mapa, e de acordo com as diretorias da Embrapa e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), essa atribuição foi transferida para a Conab, que passou a realizar as atividades de previsão de safra a partir de 2002.

Desde o início dos trabalhos do Consórcio, a interação entre as instituições geradoras de conhecimento e tecnologias e as de extensão e assistência técnica, e destas com os segmentos da produção, era considerada essencial para proporcionar a melhoria da produtividade, da qualidade e da competitividade da cadeia produtiva do café brasileiro. Em decorrência, a política de transferência de tecnologia incentivava a parceria interinstitucional e priorizava o trabalho cooperativo da pesquisa com as redes de transferência de tecnologia. A estratégia de ação preconizava a sintonia com as demandas do setor, sempre com a preocupação de atendê-las adequadamente por meio de palestras, treinamentos, cursos, dias de campo, unidades de demonstração, visitas técnicas, ou outras metodologias de transferência que fossem adequadas aos objetivos propostos.

Entendia-se, então, como essencial a existência de uma supervisão técnica para coordenar a execução da política de transferência de tecnologia seguida pelo Consórcio, catalisando as parcerias interinstitucionais e fortalecendo os trabalhos colaborativos entre a pesquisa, a extensão, os agentes produtivos e seus organismos associativos. Para supervisionar os trabalhos de transferência de tecnologia foi contratado o consultor engenheiro agrônomo Waldir Giusti.

Na área administrativa, confirmando as expectativas iniciais, o primeiro ano de funcionamento do Consórcio materializou a grande demanda pela formalização das parcerias em termos da elaboração e acompanhamento de convênios e contratos com as instituições consorciadas. Mostrava-se, pois, indispensável uma estrutura mínima para coordenar esta área de trabalho. A supervisão de convênios e contratos foi, inicialmente, assumida pelo técnico de nível superior da Embrapa Pedro Cirotto, que já vinha colaborando com esse setor em tempo parcial.

A instalação da Embrapa Café certamente proporcionou um forte ganho de qualidade para a coordenação do Programa. A evolução de seu quadro de pessoal, mostrada na Tabela 7, indica o crescente apoio da Embrapa para ampliar as possibilidades dos trabalhos de planejamento, organização e controle das atividades do CBP&D/Café.

A programação das atividades do Consórcio, elaborada no ano 2000, para execução no ano seguinte, já é feita com o apoio de um maior número de funcionários da Embrapa Café, inclusive, registrando-se

Tabela 7. Número de funcionários da Embrapa Café em 31 de dezembro de cada ano considerado.

Ano	Número de funcionários
1999	7
2000	9
2001	14
2002	16
2003	29
2004	28

Fonte: Arquivos do Departamento de Gestão de Pessoas da Embrapa.

a nomeação[6] do primeiro gerente-adjunto técnico da Unidade, o pesquisador José Luis dos Santos Rufino, a partir do mês de setembro desse ano. Mesmo assim, a equipe ainda é considerada numericamente insuficiente para gerir a complexidade administrativa e técnica em que se tornara a coordenação do PNP&D/Café.

As dificuldades são ainda maiores quando se verifica que a programação cresceu cerca de 30% em relação àquela do ano anterior e que, para dar sustentação legal ao programa proposto, foram celebrados 26 diferentes convênios num valor total de 12 milhões de reais, sendo 5,27 milhões destinados a investimento em obras e equipamentos (Tabela 8).

Os recursos conveniados foram destinados ao apoio financeiro dos trabalhos de 42 instituições executoras, responsáveis, no conjunto, por uma programação constituída de 384 subprojetos, sendo 382 de pesquisa e desenvolvimento e dois destinados a proporcionar suporte ao programa de bolsa e à coordenação da Embrapa Café (Tabela 9).

A programação técnica 2000/01 volta a contemplar os investimentos em obras de infra-estrutura, buscando proporcionar amparo físico para instalação dos programas de P&D em café, principalmente para as instituições mais tradicionais e para aquelas que iniciavam seus trabalhos em regiões de expansão recente da cafeicultura. Por esses critérios

[6] Portaria nº 1120, de 27/9/2000, publicada no BCA nº 42, em 2/10/2000.

Tabela 8. Relação nominal e valor dos convênios celebrados em 2000.

Convênio	Convenente	Início	Término	Custeio	Equip.	Obras	Total
10200.00/097-3	Funarbe	Out.00	Jul.01	140.000	260.000	0	400.000
10200.00/114-6	Ufla	Nov.00	Jan.02	0	0	379.000	379.000
10200.00/118-7	SAA-SP	Nov.00	Fev.02	0	0	570.000	570.000
10200.00/144-3	Funape	Dez.00	Fev.02	1.800.000	0	0	1.800.000
10200.00/145-0	Uniube	Dez.00	Dez.02	75.885	69.480	0	145.365
10200.00/146-8	IDS	Dez.00	Dez.01	108.682	15.650	0	124.332
10200.00/147-6	Emater-MG	Dez.00	Dez.02	195.036	12.000	0	207.036
10200.00/148-4	Fundepag	Dez.00	Dez.01	152.280	108.774	0	261.054
10200.00/149-2	Seag ES	Dez.00	Dez.01	317.140	429.110	80.000	826.250
10200.00/150-0	UEM	Dez.00	Jan.04	900	10.100	0	11.000
10200.00/151-8	Iapar	Dez.00	Jan.02	265.000	400.990	195.500	861.490
10200.00/154-2	UEL	Dez.00	Jan.04	25.320	18.145	0	43.465
10200.00/155-9	Fundag	Dez.00	Jan.02	827.487	432.863	0	1.260.350
10200.00/156-7	Emater-PR	Dez.00	Jan.04	27.000	60.000	0	87.000
10200.00/157-5	Ocepar	Dez.00	Jan.04	44.000	0	0	44.000
10200.00/158-3	Pesagro	Dez.00	Dez.02	23.795	0	0	23.795
10200.00/159-1	Funpar	Dez.00	Dez.02	13.000	27.000	0	40.000
10200.00/160-9	Funarbe	Dez.00	Jan.02	308.000	379.738	0	687.738
10200.00/161-7	Uesb	Dez.00	Jan.04	27.450	25.800	32.000	85.250
10200.00/162-5	Faepe	Dez.00	Dez.01	278.420	322.514	0	600.934
10200.00/163-3	Funarbe	Dez.00	Jan.02	808.382	577.606	0	1.385.988
10200.00/164-1	Bio-RIO	Dez.00	Jan.02	48.870	277.500	0	326.370
10200.00/165-8	Funarbe	Dez.00	Jan.02	124.892	0	0	124.892
10200.00/166-6	D. Giacometti	Dez.00	Nov.02	209.396	65.850	0	275.246
10200.00/167-4	Funarbe	Dez.00	Jan.02	450.000	375.260	0	825.260
10200.00/168-2	Faepu	Dez.00	Nov.02	136.061	45.120	0	181.181
Aplicação Direta	Embrapa	Jan.00	Dez.00	323.004	0	100.000	423.004
Total				**6.730.000**	**3.913.500**	**1.356.500**	**12.000.000**

Fonte: Arquivos da Comissão Técnica do Programa Café/Embrapa Café, organi-zados pelo autor.

Tabela 9. Instituições executoras e valores alocados para realização da programação do PNP&D/Café, em 2000/2001.

Instituição	Número subprojetos	Sub. custeio	Sub. invest.	Sub. obras	Subtotal
Agenciarural	1	7.046,00	12.950,00	0,00	19.996,00
Bio-Rio	1	20.000,00	277.500,00	0,00	297.500,00
Cati	1	64.000,00	0,00	0,00	64.000,00
Cenargen	6	86.180,00	39.450,00	0,00	125.630,00
CNPAB	2	38.050,00	20.000,00	0,00	58.050,00
CPAC	6	78.535,00	0,00	0,00	78.535,00
CPAF-AC	3	30.167,00	3.400,00	0,00	33.567,00
CPAF-AP	1	6.014,00	0,00	0,00	6.014,00
CPAF-RO	15	147.595,00	102.540,00	60.000,00	310.135,00
Cpatu	5	103.129,00	56.500,00	0,00	159.629,00
CTAA	4	72.880,00	95.550,00	40.000,00	208.430,00
EBDA	8	116.137,00	26.170,00	0,00	142.307,00
Emater-MG	2	195.036,00	12.000,00	0,00	207.036,00
Emater-PR	1	27.000,00	60.000,00	0,00	87.000,00
Epamig	38	450.000,00	375.260,00	0,00	825.260,00
FGV	1	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00
IAC	44	552.200,00	179.160,00	570.000,00	1.301.360,00
IAL	3	37.800,00	47.150,00	0,00	84.950,00
Iapar	31	265.000,00	400.990,00	195.500,00	861.490,00
IB	9	134.447,00	115.553,00	0,00	250.000,00
IEA	3	59.970,00	37.040,00	0,00	97.010,00
Incaper	38	317.140,00	501.595,00	80.000,00	898.735,00
Ital	8	92.310,00	71.734,00	0,00	164.044,00
Mapa/DFA-MG	3	264.892,00	260.000,00	0,00	524.892,00
Mapa/SARC	15	108.682,00	15.650,00	0,00	124.332,00
Ocepar	1	44.000,00	0,00	0,00	44.000,00
Pesagro	3	23.795,00	0,00	0,00	23.795,00
SAA-PR/Deral	1	12.920,00	5.000,00	0,00	17.920,00
SAPC-Bolsa	1	1.800.000,00	0,00	0,00	1.800.000,00
SAPC-Coord.	1	544.540,00	179.211,00	0,00	723.751,00
UEL	2	25.320,00	18.145,00	0,00	43.465,00
UEM	1	900,00	10.100,00	0,00	11.000,00
Uenf	1	8.500,00	23.000,00	0,00	31.500,00
Uesb	3	19.539,00	25.800,00	32.000,00	77.339,00
UFG	3	35.020,00	8.200,00	0,00	43.220,00
UFLA	49	275.000,00	317.514,00	379.000,00	971.514,00
UFPR	2	13.000,00	27.000,00	0,00	40.000,00
UFRJ	1	49.270,00	4.000,00	0,00	53.270,00
UFU	12	136.061,00	45.120,00	0,00	181.181,00
UFV	41	308.000,00	379.738,00	0,00	687.738,00
Unicamp	4	29.500,00	91.000,00	0,00	120.500,00
Uniube	7	75.885,00	69.480,00	0,00	145.365,00
USP/Esalq	1	9.540,00	0,00	0,00	9.540,00
Total	384	6.730.000,00	3.913.500,00	1.356.500,00	12.000.000,00

Fonte: Arquivos da Comissão Técnica do Programa Café/Embrapa Café, organizados pelo autor.

foram contemplados IAC, Ufla, Iapar, Incaper, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), entre outros.

Essa terceira programação em execução, além de manter a tendência de acréscimos do número de estudos em andamento e do número de instituições de pesquisa e transferência de tecnologia participantes do Consórcio, consolida a importância dos seis principais centros de excelência em P&D para a cafeicultura. Uma análise das informações mostra que a Epamig, IAC, Iapar, Incaper, Ufla e UFV, em conjunto, são responsáveis por mais de 60% de toda a programação técnico-científica.

Possivelmente em função da predominância das equipes/instituições mais tradicionais na pesquisa cafeeira, a distribuição disciplinar da pauta dos estudos propostos e realizados também não se altera sensivelmente de um ano para outro. Na programação desse ano, o Núcleo de Solos e Nutrição do Cafeeiro responde por quase 20% do total dos estudos, seguido pelos Núcleos de Genética e Melhoramento, Doenças, Pragas e Cafeicultura Irrigada, todos com aproximadamente 10% do total dos trabalhos técnico-científicos em andamento. Vale um destaque para o Núcleo de Cafeicultura Irrigada que, incentivado por uma maior agregação da equipe e por demandas do setor produtivo, quase quadruplicou o número de suas propostas de estudo em três anos, passando de 12 subprojetos em 1998/99 para 22 em 1999/2000 e, a seguir, para 40 subprojetos em 2000/01 (Tabela 10).

Ao final do ano 2000, tendo essa programação aprovada pelos Núcleos e pela CTP/Café, concluídos três anos de efetivo trabalho conjunto, a coordenação e os participantes do Consórcio discutem a necessidade de analisar mais detalhadamente a gestão e os rumos do PNP&D/Café. Além das demandas internas, decorrentes do aumento da complexidade para acompanhar e orientar o programa, havia demandas externas, partidas de segmentos importantes do setor produtivo, que mereciam atenção para ampliar a sintonia com o equacionamento dos reais estrangulamentos tecnológicos da cadeia produtiva do café.

Eram três as principais críticas dos segmentos produtivos ao programa de pesquisa. A primeira apontava uma elevada endogenia do processo de execução do PNP&D/Café. Isso se devia ao fato de que as instituições que propunham os estudos e os executavam, eram também aquelas que forneciam os pesquisadores para formarem os Núcleos de

Tabela 10. Distribuição, por núcleo de referência, dos subprojetos componentes do PNP&D/Café em 2000/01.

Núcleo de referência	Número de subprojetos	Participação percentual
Agroclimatologia e fisiologia do cafeeiro	19	5,0
Biotecnologia aplicada à cadeia agropecuária do café	23	6,0
Genética e melhoramento do cafeeiro	38	9,9
Solos e nutrição do cafeeiro	73	19,1
Doenças do cafeeiro	37	9,7
Pragas do cafeeiro	38	9,9
Manejo da lavoura cafeeira	30	7,9
Cafeicultura irrigada	40	10,5
Colheita, pós-colheita e qualidade do café	22	5,8
Industrialização e qualidade do café	22	5,8
Socioeconomia do café	20	5,2
Transferência de tecnologia	20	5,2
Total	382	100,0

Fonte: Arquivos da Comissão Técnica do Programa Café/Embrapa Café.

Referência e a CTP/Café, órgãos de análise e aprovação dos estudos.

A segunda crítica apontava um alto grau de inconsistência entre as reais demandas tecnológicas dos agentes do agronegócio e o programa de pesquisa que estava em execução. Dizia-se que a formatação do Programa era mais decorrente da capacidade de oferta das instituições consorciadas, do que das necessidades dos setores produtivos na solução de seus estrangulamentos tecnológicos.

Em terceiro lugar, suspeitava-se da duplicidade de estudos realizados por instituições diferentes, o que implicava desperdício de recursos financeiros e no mau uso dos recursos humanos e físicos disponíveis.

Internamente, a coordenação dos trabalhos e as instituições consorciadas buscavam estabelecer arranjos gerenciais e instrumentos administrativos tais como acompanhamento *in loco* das atividades financiadas, formulários mais adequados, etc., como forma de implantar um processo cada vez mais imparcial quando da análise do mérito dos subprojetos a serem financiados, da avaliação do seu desenvolvimento e da importância de suas contribuições ao agronegócio café.

Essas discussões se ampliam e avançam no início de 2001, já com essa programação implantada e em andamento. Em função das acirradas discussões em torno do Programa de pesquisa, o CDPC inclui na pauta da sua 16ª Reunião Ordinária, a realizada no dia 19/06/2001, a proposta de criação de um Comitê Diretor das ações relacionadas ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento, para funcionar com um sistema de acompanhamento mais detalhado das atividades desenvolvidas pelo Consórcio.

Durante a reunião do CDPC, realizada no Ministério da Agricultura e do Abastecimento e presidida pelo então Secretário-Executivo Márcio Fortes de Almeida, é criado[7] o Comitê Diretor de Pesquisa, formado pelos representantes dos vários segmentos da cafeicultura brasileira com a finalidade de subsidiar, analisar, aprovar e acompanhar, por delegação do Conselho Deliberativo, as atividades de P&D desenvolvidas pelo Consórcio. Presente a essa reunião, o Gerente-Geral da Embrapa Café, Antônio de Pádua Nacif, informou que já estava agendada uma reunião da CTP/Café e dos Núcleos de Referência para discutir tecnicamente o programa[8].

Nessa mesma reunião, também foram criados os Comitês Diretores de Marketing e de Novos Rumos que, tal qual o Comitê de Pesquisa e com uma composição semelhante, tinham como objetivo discutir mais detalhadamente as propostas e sugerir ações, respectivamente, nas estratégias e execuções das atividades de marketing do café brasileiro e de políticas setoriais de longo prazo.

Portanto, a primeira metade de 2001 foi marcada pela dupla preocupação com o encaminhamento do PNP&D/Café. De um lado, segmentos produtores e demandadores de aporte tecnológico para suas atividades, representados pelo CDPC, manifestavam seu desejo de verem suas prioridades atendidas. De outro lado, as instituições de pesquisa geradoras das inovações tecnológicas, representadas pelo CBP&D/Café, buscavam ampliar suas contribuições ao processo produtivo do agronegócio café, reduzindo os custos sociais, minimizando os impactos ao

[7] A criação do Comitê Diretor de Pesquisa foi oficializada pela Resolução nº 2 do dia 30/10/2001 (Anexo 8).

[8] Conforme relatado na Ata da 16ª Reunião do CDPC, cuja cópia encontra-se no Anexo 9.

meio ambiente e contribuindo o mais efetivamente possível para o bem-estar da sociedade brasileira.

Essa preocupação mútua foi o balizamento da reunião conjunta da CTP/Café e da coordenação dos Núcleos de Referência do programa, realizada nos dias 4 e 5 de julho de 2001, em Brasília[9]. O objetivo desse encontro era fazer uma avaliação geral do andamento dos trabalhos que tinham sido desenvolvidos até aquele momento, e elaborar uma análise prospectiva para o PNP&D/Café, apontando correções de rumo desejáveis.

As análises efetuadas nessa reunião mostram que não há repetições desnecessárias de estudos entre as consorciadas. As pequenas sobreposições existentes são naturais e inevitáveis em um programa dessa dimensão. Verifica-se também que, salvo raras exceções, os estudos propostos são bem estruturados metodologicamente. Contudo, há necessidade de aferição mais severa quanto à importância dos estudos selecionados para a sustentabilidade da cadeia produtiva do café, bem como, quanto à harmonia das propostas dos subprojetos em torno da solução de estrangulamentos tecnológicos relevantes. Ou seja, identificou-se um indesejável grau de dispersão dos esforços para promover a inovação tecnológica do agronegócio café.

Foi identificada também a existência de um sério problema de comunicação com os diversos segmentos da cadeia produtiva. A base da dificuldade de se estabelecer um diálogo mais inteligível estava na formatação da programação, então organizada por disciplina ou por núcleo de referência, conforme já relatado. Concluiu-se que a organização, feita dessa forma, facilitava enormemente o diálogo interno da comunidade técnico-científica mas, por outro lado, dificultava o entendimento dos agentes produtivos sobre o que realmente se estava procurando resolver com os estudos propostos.

Constatou-se que, para a comunidade técnico-científica, era natural o entendimento quando se informava que estavam sendo resolvidos tais problemas de entomologia cafeeira ou alguns outros relativos à nutrição de plantas ou ao manejo da lavoura de café. Por outro lado, para os segmentos produtivos essa linguagem não é

[9] A Ata da Reunião encontra-se no Anexo 10.

assimilada com igual naturalidade. Havia, pois, a necessidade de estruturar a programação de forma a melhorar seu entendimento pelos agentes demandadores de inovação. Fazia-se urgente informar, usando uma nova abordagem, o que foi feito pelo Consórcio nos três anos de programação e o que se pretendia fazer daí para frente, de maneira clara e mostrando os pontos fortes do programa de pesquisa e transferência de tecnologia.

Estava claro que as adaptações dos arranjos programáticos trariam, em conseqüência, necessidades de adaptações internas à coordenação do Consórcio e novos parâmetros de relacionamento entre a coordenação e os consorciados e, destes, com o setor privado representado pelo CDPC.

Os resultados dessa reunião, pautados em um diagnóstico detalhado e abrangente das ameaças e oportunidades do PNP&D/Café, em associação com a criação do Comitê Diretor de Pesquisa do CDPC, que representa um grande avanço na orientação e monitoramento de um programa de geração e transferência de tecnologia, marcam o início de uma nova fase na condução dos trabalhos de P&D para o agronegócio do café brasileiro. É essa nova fase do PNP&D/Café que será descrita no próximo item.

Evolução do consórcio: segunda fase (7/2001 a 12/2004)

As mudanças no programa e na coordenação

O processo analítico conduzido durante o segundo trimestre de 2001 sobre o desenvolvimento e os rumos do PNP&D/Café mostrou, como primeiro resultado desse exercício, que a organização de suas atividades e a divulgação de suas realizações precisavam avançar para além da concepção programática apenas por linha de pesquisa ou Núcleo de Referência. O diagnóstico feito indicou que, além da organização por disciplina, havia a necessidade de se caracterizar quais os temas que estavam merecendo atenção do Programa e, dentro desses, quais os problemas que se buscava resolver. Em outras palavras, era

preciso deixar claro, principalmente para os segmentos da cadeia produtiva, quais os estrangulamentos que estavam sendo equacionados e solucionados e, com isso, ampliar o diálogo e facilitar o processo dialético da crítica e a conquista do apoio legítimo à execução do Programa.

Nesse sentido, o primeiro exercício proposto foi elaborar uma clara definição das diretrizes do Programa, deixando bem visível as razões maiores para sua implementação. Em decorrência, foram estabelecidas três diretrizes para o PNP&D/Café: Geração de Conhecimento Estratégicos, Geração de Informações e Tecnologias e Comunicação Técnico-Científica. Com essa definição inicial, buscou-se gerar uma indicação dos propósitos estratégicos das ações a serem desenvolvidas pelo Consórcio. Com a primeira diretriz, assumia-se o compromisso de buscar a expansão do conhecimento básico, de promover o avanço da ciência no âmbito dos interesses da cadeia produtiva. A segunda diretriz, geração de informação e tecnologias, firmava o compromisso do Consórcio com a promoção da inovação tecnológica na cadeia produtiva do café brasileiro. Por essa diretiva, ficava configurado o propósito de se empenhar esforços na solução dos pontos de estrangulamento tecnológico.

Comunicação técnico-científica, a terceira diretriz, reconhece a importância de se estabelecer um eficiente processo de comunicação enfocando as relações técnicas existentes no processo de prospecção de demanda, geração de tecnologia e sua transferência aos setores interessados de uma cadeia de produção complexa como a do café no Brasil. Duas dimensões da comunicação eram consideradas igualmente importantes: a interna ao Consórcio, visando promover a integração entre as instituições participantes, a comunidade técnica e a coordenação do Programa; e aquela que deve ser estabelecida com os diversos segmentos do agronegócio café, com o objetivo de identificar as prioridades tecnológicas e com o propósito de promover as inovações e adequações dos sistemas de produção.

Estabelecidas as diretrizes, fazia-se imperioso identificar, mais operacionalmente, o que fazer em cada uma delas. Era preciso verificar quais os temas mais relevantes a serem abordados. Considerava-se que havia necessidade de serem identificados os focos de trabalho para

concentrar o uso dos recursos humanos, físicos e financeiros na solução de problemas relevantes. Assim, obedecidas as diretrizes, foram selecionados os Focos Temáticos[10] do PNP&D/Café, em número de 16, mostrados na Tabela 11, que constituem os indicadores para concentração de ações do Consórcio e refletem os propósitos operacionais do programa.

A relação desses Focos Temáticos não tem caráter definitivo. Ao contrário, ela precisa ser periodicamente analisada para sofrer as adequações que a conjuntura exige. Se os estrangulamentos tecnológicos relativos a um determinado foco são devidamente removidos ou deixam de ser importantes, não se justifica a sua inclusão com foco de

Tabela 11. Diretrizes e focos temáticos do PNP&D/Café.

Geração de conhecimentos estratégicos
• Ampliação da base de conhecimento
Geração de informações e tecnologias
• Alternativas para cafeicultura familiar • Preservação ambiental e desenvolvimento econômico e social • Café e saúde • Novos produtos à base de café • Agregação de qualidade ao produto • Aperfeiçoamento dos processos industriais • Informação para formulação de estratégias e políticas • Cafeicultura irrigada • Melhoria dos processos de colheita • Otimização dos sistemas de cultivo • Riscos físicos e biológicos à cafeicultura • Sistemas orgânicos • Usos alternativos para resíduos e subprodutos do café
Comunicação técnico-científica
• Difusão e transferência de conhecimentos, tecnologias e informações • Organização do conhecimento e da documentação cafeeira

[10] A descrição detalhada de cada um dos focos, conforme descrição da Embrapa Café, está contida no Anexo 11.

trabalho do Consórcio. De maneira análoga, se um novo tema, em função de uma nova realidade produtiva ou econômica, passa a se revestir de importância, sua inclusão deve ser providenciada e as ações direcionadas também para esse novo foco temático.

As ações destinadas a solucionar estrangulamentos tecnológicos de determinados focos são planejadas e executadas por meio de Projetos Temáticos. Cada um deles entendido como um conjunto ordenado de idéias e conhecimentos em torno de um problema e de ações sistematicamente organizadas e integradas, com modelo de gestão específico e com objetivos, metas, resultados, custos e tempo de duração claramente definidos. Sendo desejável, ainda, que os projetos sejam unidades programáticas, formatados e executados de forma multinstitucional, inter e multidisciplinar, evitando-se a superposicão de atividades ao centra-se os trabalhos na solucionar problemas relevantes.

Os projetos temáticos são formados por, no mínimo, dois e, no máximo, seis subprojetos. Esses são instrumentos de viabilização operacional de partes do projeto que justifiquem tratamento segmentado. Ou seja, os subprojetos componentes de um mesmo projeto, embora tenham abordagem teórica e operacional distintas, convergem para um mesmo objetivo e contribuem para a solução de um problema comum. A responsabilidade pela execução de cada subprojeto é de uma única instituição participante, sendo ele a unidade orçamentária a ser por ela administrada. Assim, cada subprojeto tem sua própria designação orçamentária, que permitirá análise, acompanhamento e fiscalização em separado. Dessa forma, o orçamento do projeto temático será o somatório dos orçamentos dos subprojetos componentes, acrescido, quando necessário, das despesas de administração que forem geradas.

A idéia é que, com esses cuidados na formatacão dos projetos a serem executados, também incentiva-se a otimizacão no uso dos recursos humanos, físicos e financeiros. A execução de ações sistêmicas de forma harmônica ganha mais evidência nessa nova abordagem, quando se preconiza que os projetos de um mesmo foco temâtico tenham um cuidado com a complementariedade de suas atividades e que busquem uma articulacão em torno de um propósito maior, definido para ele. Esquematicamente, o funcionamento do foco temático está apresentado na Fig. 18.

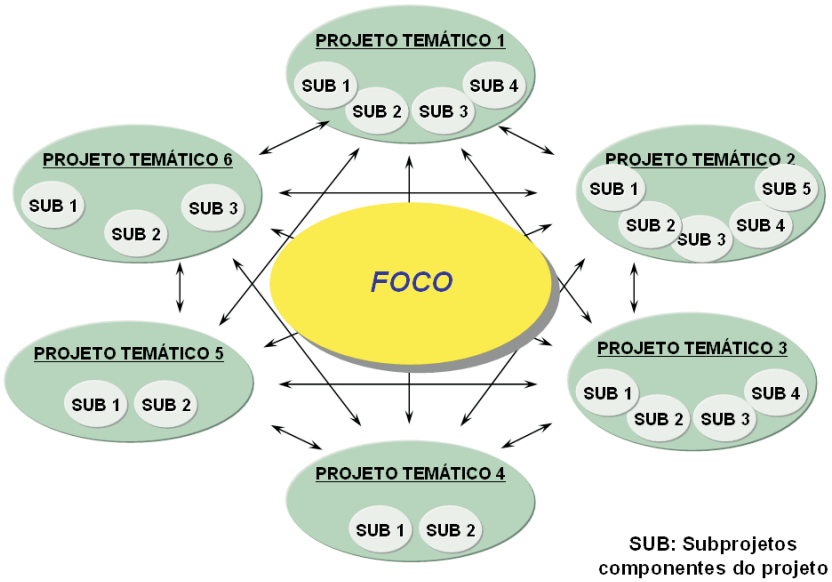


Fig. 18. Esquema de funcionamento dos focos temáticos.

O enfoque programático por meio dos focos temáticos não elimina, nem ao menos minimiza, a importância de enfocar a programação por meio dos Núcleos de Referência. Ao contrário, as duas abordagens, por tema e por disciplina, se somam para formar uma visão matricial do PNP&D/Café. Essa matriz da programação, esquematicamente representada na Fig. 19, ajuda a entender a completa dimensão e complexidade do Programa. Ele é formado por um conjunto de temas que precisam ser enfocados para solução de estrangulamentos tecnológicos importantes e, simultaneamente, por um conjunto de disciplinas cujos conhecimentos precisam ser utilizados para promover os objetivos almejados.

Assim, tomando-se, por exemplo, a busca de inovações tecnológicas que representem Alternativas para Cafeicultura Familiar, pode-se utilizar o aporte de conhecimentos originados em diversas disciplinas como a entomologia (Núcleo de Pragas do Cafeeiro), a fitopatologia (Núcleo de Doenças e Nematóides de Cafeeiro) a irrigação (Núcleo de Cafeicultura Irrigada), além de alguns outros. De maneira semelhante, pode-se perceber a participação de determinada disciplina na programação de diversos focos temáticos. Por exemplo, podemos visualizar os

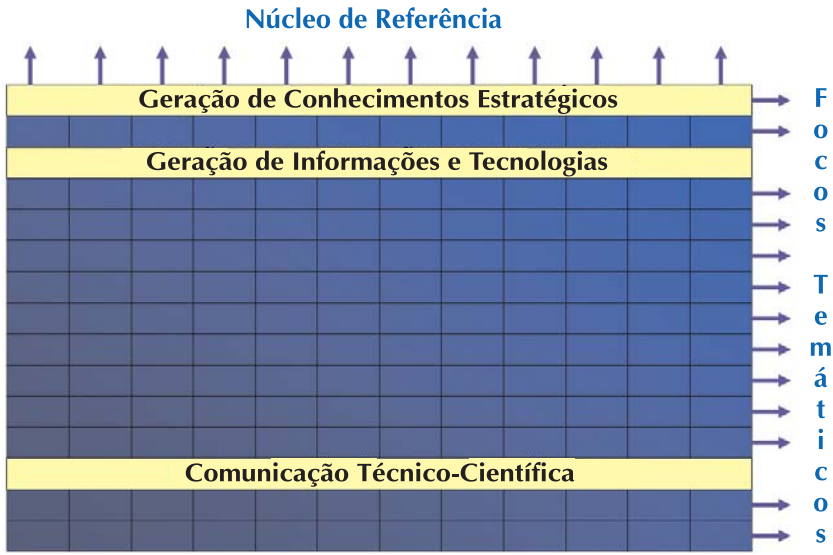


Fig. 19. Matriz de programação das atividades do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/ Café).

trabalhos de melhoramento do cafeeiro contribuindo para gerar alternativas tecnológicas que propiciem objetivos a serem alcançados em diversos Focos Temáticos selecionados, tais como na Melhoria dos Processos de Colheita, no decréscimo de Riscos Físicos e Biológicos à Cafeicultura e na condução de Sistemas Orgânicos.

Esse enfoque matricial é considerado também parte importante na estratégia de melhoria do diálogo do Consórcio, por permitir duas vias de comunicação com os grupos de interesse. Por uma das vias de comunicação de mão dupla pode-se falar/ouvir sobre as principais demandas tecnológicas da cadeia produtiva do café, seus problemas mais importantes e as soluções que estão sendo propostas. Pela outra via, também de mão dupla, pode-se estabelecer um diálogo com base no potencial da oferta de meio e formas adequados para solucionar as demandas propostas.

Para tornar mais evidente esse processo de inter-relação, fez-se necessário deixar claro também o papel de cada um dos atores envolvidos na condução do PNP&D/Café, em seus diversos níveis de gestão. A Fig. 20 mostra o fluxograma geral de funcionamento do

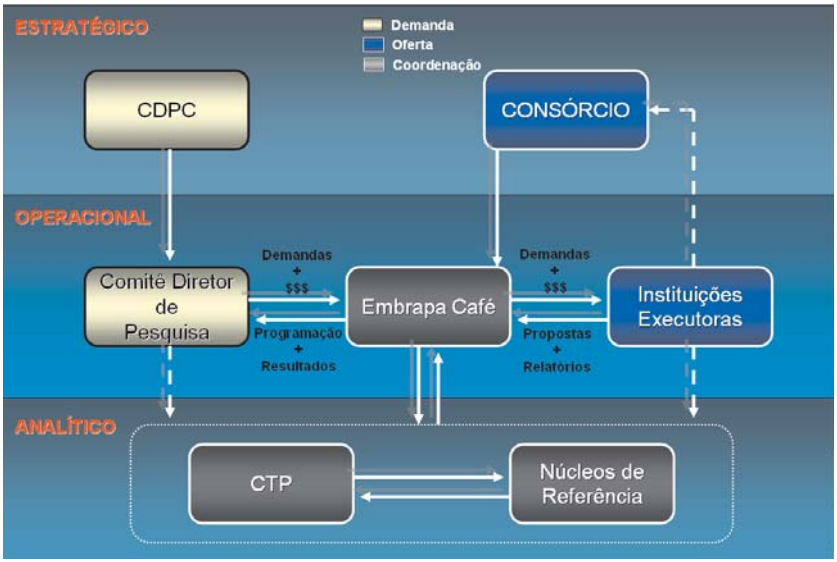


Fig. 20. Fluxograma geral de funcionamento do PNP&D/Café.

Programa, destacando os agentes e suas interfaces. Em nível estratégico tem-se, de um lado, o Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), órgão constituído por representantes dos segmentos público e privado que demandam soluções tecnológicas para ampliar a competitividade e a sustentabilidade da cadeia produtiva. De outro lado, temos o Conselho Deliberativo do Consórcio, formado pelas autoridades maiores das instituições de pesquisa e transferência de tecnologia que trabalham com café e representam, portanto, a capacidade efetiva da oferta de geração de inovação tecnológica.

Nesse contexto, a atribuição da Embrapa Café, instituição coordenadora do Consórcio, é viabilizar o intercâmbio de idéias e recursos entre a demanda e a oferta de soluções tecnológica. Ela tem a atribuição de organizar um processo de prospecção de demandas tecnológicas e de fazer a captação dos recursos financeiros necessários para promover as inovações tecnológicas desejadas. A contrapartida dessa ação é apresentar às autoridades competentes e aos segmentos privados interessados uma programação compatível com os recursos disponíveis e com as necessidades mais relevantes e, posteriormente, mostrar como

foram utilizados os recursos empenhados e quais os resultados efetivos e potenciais das ações desenvolvidas.

Em nível operacional está colocado, do lado da demanda, o Comitê Diretor do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, doravante chamado Comitê Diretor de Pesquisa que, por delegação do CDPC, deve acompanhar bem próximo as atividades e sinalizar com as demandas e recursos disponíveis para realização das atividades de P&D e TT do Consórcio. O primeiro Comitê Diretor foi designado por meio da Resolução nº 2 do Mapa, assinada pelo Ministro Marcus Vinícius Pratini de Morais do dia 30/10/2001[11], e foi constituído pelos seguintes membros[12]:

- Jaime J. Payne, Presidente, Diretor do Departamento de Café do Mapa.
- Alberto Duque Portugal, representante da Embrapa.
- David Nahum Neto, representante da ABIC.
- Guilherme Abreu Braga, representante do Cecafé.
- Mauro Moitinho Malta, representante da Abics.
- José Edgard Pinto Paiva, representante do CNC.
- José Braz Matielo, representante do CNC.
- Luciano Machado Ribeiro, representante da CNA.

No mesmo nível estão colocadas as instituições executoras às quais compete, em consonância com as demandas colocadas e a disponibilidade de recursos financeiros pertinentes ao Programa, indicarem, pautadas em suas disponibilidades técnicas, quais suas propostas para o desenvolvimento de inovações tecnológicas destinadas à cadeia produtiva do café e, posteriormente, encaminhar os relatórios dos trabalhos desenvolvidos. Nessa oportunidade, eram 40 instituições participantes do PNP&D/Café, distribuídas em 12 estados da Federação (Fig. 21).

[11] Publicada na página 74 da Seção 1 do Diário Oficial da União nº 209, de 31 de outubro de 2001.

[12] Posteriormente, em 27/11/2001, a composição do Comitê Diretor incluiu mais um representante da Embrapa, Pedro Burnier, e um representante da Conab, Gilton Saback.

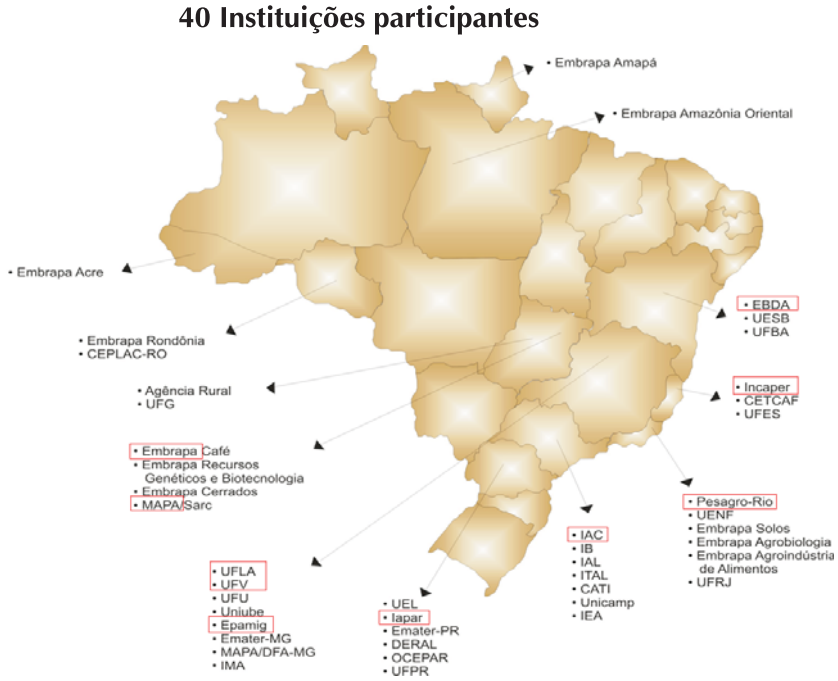


Fig. 21. Instituições participantes do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, com destaque para as fundadoras.

Em uma outra vertente, é atribuição da Embrapa Café encaminhar para as Instituições executoras, de forma organizada, as prospecções de demandas que foram realizadas e repassar os recursos financeiros para execução dos trabalhos de P&D e TT indicados. Em contrapartida, cabe-lhe solicitar das instituições consorciadas propostas de trabalho tecnicamente elaboradas e bem fundamentadas e, na seqüência, solicitar-lhes também o encaminhamento de relatórios técnico-científicos comprovando o uso dos recursos, informando sobre o andamento dos trabalhos e apresentando os resultados obtidos na execução dos projetos aprovados.

Todas essas atribuições da Embrapa Café são feitas com o apoio indispensável dos colegiados colocados em nível analítico. Aos Núcleos de Referência, formados por pesquisadores indicados por seus pares, cabe o papel de consultor *ad hoc,* a quem é delegada a função de

analisar a relevância dos objetivos e a qualidade técnica dos subprojetos e projetos e, posteriormente, a pertinência dos relatórios gerados, incluindo suas adequações orçamentárias. Com essa finalidade permaneceram os mesmos 12 núcleos já citados, porque não se verificou a necessidade de promover alterações na composição dos grupos existentes.

Outra instância analítica é conduzida pela Comissão Técnica do Programa (CTP), encarregada de analisar a programação de forma mais agregada, compatibilizar as avaliações dos diversos Núcleos de Referência, verificar a adequação das propostas às diretrizes e focos do PNP&D/Café, identificar e classificar as atividades prioritárias frente à disponibilidade de recursos financeiros existentes, além de colaborar no acompanhamento de execução da programação e na prospecção das demandas setoriais.

Nesse processo de revisão do papel e das atribuições do CBP&D/Café, a composição da CTP foi alterada, passando a constituir-se de 12 membros, sendo seis indicados pelo Conselho do Consórcio e seis indicados pelo Comitê Diretor do PNP&D/Café, com mandato de 2 anos, permitida uma recondução[13]. A primeira CTP, formada obedecendo a esse critério e nomeada pela Portaria nº 168 de 5/2/2003 da Presidência da Embrapa e do Consórcio, tem sua composição mostrada na Tabela 12.

Essa mudança na composição da CTP visava, sobretudo, tornar menos endógeno o processo de análise das propostas e dos resultados das atividades das instituições executoras do Consórcio no processo de geração e transferência de tecnologia. Com a participação dos técnicos indicados pelo Comitê Diretor do PNP&D/Café, internalizou-se a participação dos principais setores da cadeia produtiva no julgamento de mérito da programação. Assim, ao mesmo tempo em que torna esses segmentos co-responsáveis pela qualidade da programação e pelo andamento dos trabalhos, aumenta o diálogo entre aqueles que demandam e os que ofertam soluções tecnológicas para o agronegócio café brasileiro, gerando benefícios mútuos.

[13] Conforme consta da Ata da VII Reunião do Comitê Diretor do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, realizada no dia 16/5/2002, em Brasília (Anexo 12).

Tabela 12. Composição da CTP indicada para o período de 2003 a 2004.

Nome	Instituição
Presidente	
Antônio de Pádua Nacif	Embrapa Café
Secretário Executivo	
Mirian Therezinha Souza da Eira	Embrapa Café
Indicados do Consórcio Brasileiro de P&D/Café	
Antônio Nazareno Guimarães Mendes	Ufla
Aymbiré Francisco Almeida da Fonseca	Incaper
Carlos Henrique Jorge Brando	P&A Marketing
Francisco Barbosa Lima	Mapa
Luiz Gonzaga Esteves Vieira	Iapar
Helena Maria Lemos Alves	Embrapa Café
Indicados do Comitê Diretor de Pesquisa do PNP&D/Café	
Paulo Lauro C. de Oliveira	Abic/Abics
Guilherme Braga de Abreu Filho	Cecafé
João Vicente Diniz	CNA
José Braz Matielo	CNC
Antonio Wander Raphael Garcia	Mapa
Roberto Antônio Thomaziello	Asbraer

A inter-relação destes agentes no modelo de gestão previsto para o PNP&D/Café, em um ano tipo, está descrita no fluxograma apresentado na Fig. 22. O processo começa com todos os participantes envolvidos na realização da prospecção de demandas, em associação com a análise do conhecimento já disponível. Após essa atividade conjunta, cabe à Embrapa Café organizar as informações e ao Comitê Diretor de Pesquisa definir as ações a serem efetuada e os recursos disponíveis para levá-las a cabo.

Inicia-se, a partir de então, a fase de formalização das demandas, feita de maneira colegiada pela Embrapa Café, CTP e Núcleos de Referência. De forma compatível com as demandas expressas divulgadas, as instituições executoras preparam seus subprojetos (unidades orçamentárias) e projetos (unidades programáticas) para o processo de análise e aprovação. Esse processo analítico é efetuado pelos dois colegiados técnico-científicos sob a coordenação da Embrapa Café. Os resultados das avaliações, depois de homologados pelo Comitê

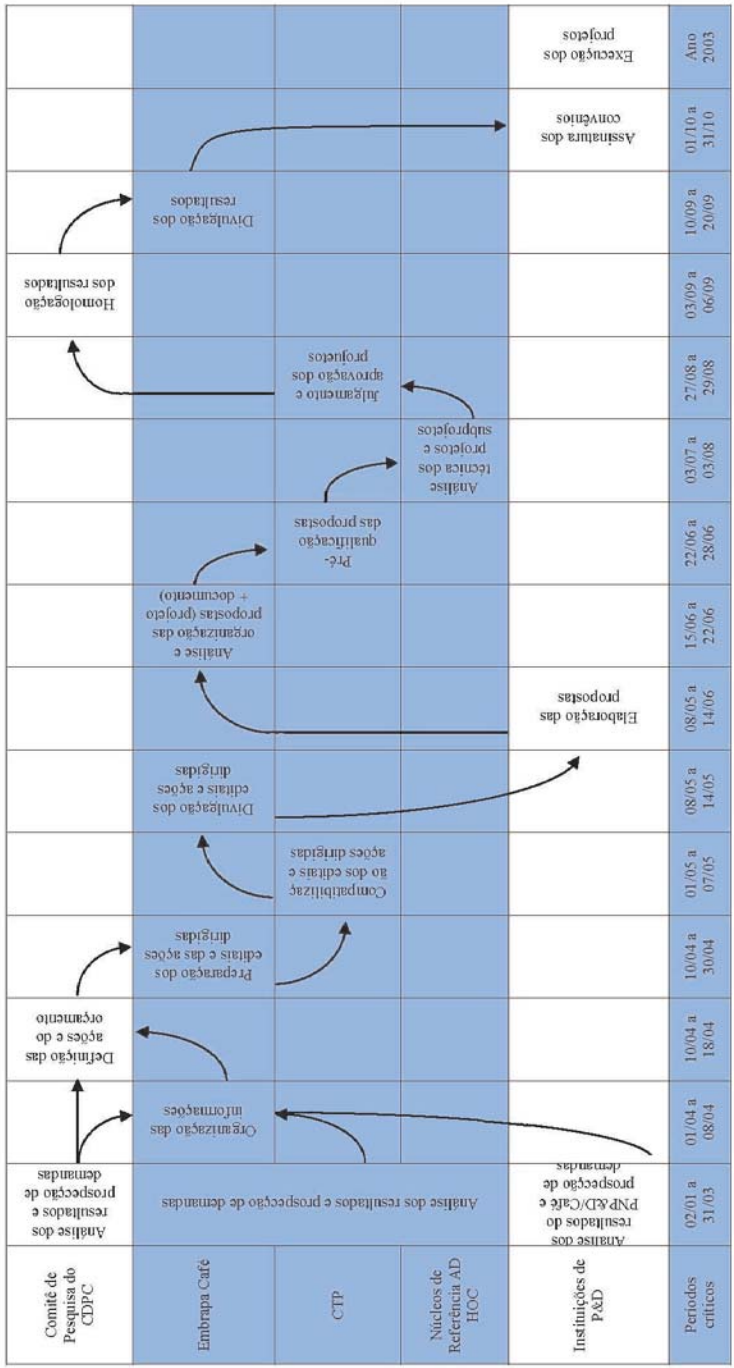


Fig. 22. Fluxograma de procedimento do PN&D/Café.

Diretor do Consórcio, são divulgados, contratados e dá-se início a sua implantação pelas instituições executoras.

Vale a pena observar que, nos termos desse modelo de gestão do PNP&D/Café, as demandas para promoção da inovação tecnológica são de dois grupos distintos. No primeiro caso, as demandas são expressas por meio de editais livres, para os quais podem concorrer todas as instituições habilitadas que se considerem aptas e tenham interesse em ofertar parte das soluções buscadas, nos termos do documento legal publicado[14]. O segundo grupo é formado pelas Ações Dirigidas, que constituem demandas de P&D e TT que têm definido, a priori, a instituição executora das atividades e destinatária dos recursos orçamentários para aquela finalidade. Estão incluídas nesse grupo atividades como: recuperação do Banco de Germoplasma da instituição X, aquisição do equipamento Y para completar o laboratório W.

Para ambos os grupos, contudo, são indispensáveis projetos, corretamente elaborados, acompanhados de memórias de cálculo que exponham em detalhes as necessidades orçamentárias. Essas propostas serão analisadas quanto a sua pertinência e, se aprovadas, posteriormente serão exigidas as prestações de contas mostrando os resultados alcançados e a aplicação dos recursos financeiros alocados.

Para coordenar esse processo, a Embrapa Café procura aumentar seu quadro de pessoal e se reorganizar internamente. Inicialmente, buscando adequar-se às exigências do novo modelo do PNP&D/Café, foram feitas alterações no seu organograma que passou a ter a formatação mostrada na Fig. 23. Nesse, destacam-se a Gerência-Geral que, tendo a CTP como órgão consultivo, responde pela gestão do Programa Café; a Gerência Técnica que, com o suporte dos Núcleos de Referência e a supervisão de pesquisadores da própria unidade, faz a gestão dos Focos Temáticos; e a Gerência de Administração que se encarrega da gestão dos recursos humanos e físicos da instituição.

Em termos de adequação do quadro de pessoal, a Gerência da Embrapa Café procurava sua ampliação, principalmente com a contratação de pesquisadores treinados em áreas de conhecimento

[14] A título de exemplo, o Anexo 13 mostra o Edital 001 do PNP&D/Café publicado no DOU em 29/04/2004.

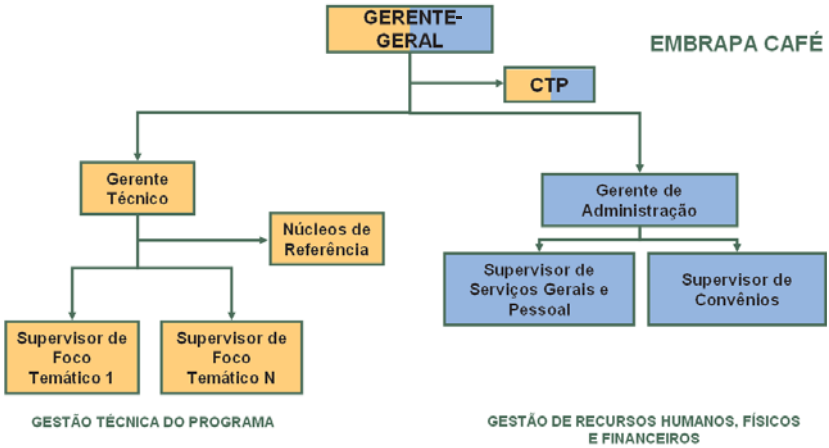


Fig. 23. Organograma do Serviço de Apoio ao Programa Café (Embrapa Café), em 2002.

compatíveis com os focos temáticos já selecionados, para que pudessem colaborar na supervisão dos mesmos. Após a apresentação de justificativas à direção da Embrapa e contando com o apoio dos seus dirigentes, ao final de 2002 foram contratados 10 funcionários, sendo que, destes, seis eram pesquisadores com curso de doutoramento. Em 2003, tendo contado também com algumas transferências internas, o quadro de pessoal da Embrapa Café era constituído de 27 funcionários e seis bolsistas/estagiários, com a composição mostrada na Tabela 13.

Essa equipe foi constituída, principalmente, em função das demandas surgidas com o novo arranjo do Programa, visando uma mais eficaz atividade de coordenação das ações do CBP&D/Café. A parcela da equipe lotada na Embrapa Café, em Brasília, tinha essa função precípua. Outra parcela da equipe compunha-se de pesquisadores que foram lotados em outras unidades da Embrapa e em instituições do Consórcio, com o objetivo de, além de colaborar com a supervisão do PNP&D/Café, suprir lacunas em áreas/disciplinas nas quais se verificava carência de pesquisadores no trabalho de P&D da cadeia produtiva do café.

Esses pesquisadores foram lotados em locais onde já havia infra-estrutura e equipe de trabalho que lhes permitisse desenvolver suas pesquisas. Assim, por exemplo, foram contratados três pesquisadores

Tabela 13. Composição do quadro de funcionários da Embrapa Café, em 2003.

	Gerência	**Função**	**Lotação**
1	Antônio de Pádua Nacif	Gerente Geral	Embrapa Café
2	José Luís dos Santos Rufino	Gerente Técnico	Embrapa Café
3	Luiz dos Santos Colares Filho	Gerente Administrativo	Embrapa Café
4	Mirian Terezinha Souza da Eira	Secretária Executiva da CTP	Embrapa Café
	Pesquisadores	**Função**	**Lotação**
5	Alba Chiesse da Silva	Biotecnologia – Supervisão	Embrapa Café
6	Paulo César Afonso Júnior	Pós-Colheita – Supervisão	Embrapa Café
7	Carlos Henrique Siqueira de Carvalho	Melhoramento	Procafé – Varginha
8	Elza Jacqueline Leite Meirelles	Climatologia	Embrapa Café
9	Eveline Teixeira Caixeta	Biotecnologia	UFV – Viçosa
10	Helena Maria Ramos Alves	Geoprocessamento	Epamig – Lavras
11	Júlio César Freitas Santos	Manejo	Epamig – Ptrocínio
12	Luiz Felipe Protássio Pereira	Biotecnologia	Iapar – Londrina
13	Maurício Sergio Zacarias	Entomologia	Ufla – Lavras
14	Mirian Perez Maluf	Biotecnologia	IAC – Campinas
15	Ronaldo de Oliveira Encarnação	Transferência de Tecnologia	Embrapa Café
16	Sérgio Henriques Saraiva	Industrialização	Embrapa Agroindústria
17	Sônia Milagres Teixeira	Sócio-Economia	Embrapa Café
18	Sttela Dellyzete Veiga Franco da Rosa	Sementes	Ufla – Lavras – MG
	Técnicos de Nível Superior	**Função**	**Lotação**
19	Elessandra A. Bento Mourão	Economista – Apoio CTP	Embrapa Café
20	Fabiano Sá de Carvalho	Informática	Embrapa Café
21	Flávia Raquel Bessa Ferreira	Jornalista	Embrapa Café
22	Marília Ferreira L. Chagas de Andrade	Secretária	Embrapa Café
23	Pedro Cirotto	Supervisão de Convênios	Embrapa Café
	Assistentes de Operações	**Função**	**Lotação**
24	Maria Francisca Cavalcante Benez	Serviços de Secretária	Embrapa Café
25	Marilene Garcia	Serviços de Secretária	Embrapa Café (DRM)
26	Ronil Carlos da Silva	Supervisão de RH / Bolsas	Embrapa Café
27	Viléia Oliveira Reis	Compras e Serv. Gerais	Embrapa Café
	Bolsistas/Estagiários	**Função**	**Lotação**
1	Adriane Marques Genú	Apoio RH	Embrapa Café
2	Sueli Siqueira Meireles	Serviços de Secretária	Embrapa Café
3	Adriana Alda Meireles	Serviços de Secretária	Embrapa Café
4	Verônica Sardão Colares	Apoio Administração	Embrapa Café
5	Alexander Neves da Rocha	Apoio Informática	Embrapa Café
6	Tadeu Ibns Neves da Rocha	Apoio Informática	Embrapa Café

da área de biotecnologia, em função da forte demanda de trabalho especializado que se teria a partir do seqüenciamento do genoma café e da escassez desses pesquisadores nas instituições consorciadas. Esses pesquisadores foram lotados nos laboratórios do Iapar, IAC e Bioagro (UFV), com a recomendação de trabalharem exclusivamente com o produto café, atendendo as prioridades do programa. Além disso, cabia-

lhes a tarefa de colaborar com a coordenação dos trabalhos em suas áreas de conhecimento.

A nova programação

Em meio ao debate sobre as alterações na concepção e na gestão do PNP&D/Café, fez-se necessário discutir e aprovar a programação de pesquisa a ser conveniada ainda em 2001 para execução em 2002. Os recursos financeiros da ordem de 14 milhões de reais, previstos para amparar a execução do programa, estavam sendo liberados[15] e os prazos legais, em choque com a natureza de grande parte das pesquisas em desenvolvimento, não comportavam aguardar as providências formais que as mudanças exigiam para serem ultimadas.

Entendia-se que, em associação com as desejáveis alterações na concepção e gestão do PNP&D/Café, convivia a imperativa necessidade de continuar a rotina de trabalho. A idéia era a de que se precisava construir um novo barco, mais moderno e mais adequado, a partir da atual embarcação, sem que esta estacionasse para passar pelas reformas e ampliações previstas. Fazia-se necessário mudar com a programação em andamento.

Nesses termos, em primeiro lugar, ficou estabelecido com o Comitê Diretor do PNP&D/Café o compromisso de realizar uma análise mais apurada dos projetos em andamento e das novas propostas submetidas a apreciação em 2001.

Com esse entendimento, foi aprovada a programação do ano 2001/2002 depois de passar por um exaustivo processo de avaliação, abrangendo os projetos que já estavam sendo executados e as propostas que estavam sendo apresentadas, procurando-se verificar a real importância de seus objetivos, sua compatibilidade com as demandas relevantes do setor produtivo e sua adequação metodológica e orçamentária, além identificar, e remover, possíveis superposições de ação.

[15] O recurso foi liberado em duas parcelas: a primeira de 6 milhões, em 24/6/2001; e a segunda de 8 milhões em 2/10/2001.

Com base nesses critérios mais rigorosos, foram selecionados 306 subprojeto de P&D para comporem a pauta de estudos em andamento durante o ano de 2002. Isso representou um decréscimo de 20% em relação ao número de 382 subprojetos em andamento no ano anterior. A relação das instituições executoras desses estudos e os respectivos valores destinados a elas para suas execuções estão mostrados na Tabela 14.

A novidade mais marcante dessa programação foi o início da execução do Projeto Genoma do Cafeeiro por meio de uma ação multiinstitucional. Nessa ação integrada, o seqüenciamento dos genes foi realizado, de forma paritária, pela Fapesp e pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (Cenargen). Para tal, foram destinados recursos da ordem de R$ 960 mil, sendo que, destes, R$ 540 mil foram destinados à Fapesp e R$ 420 mil ao Cenargen, dado que a Fapesp ficou encarregada também da parte de bioinformática. Outras instituições, Iapar. IAC, UFV e Ufla, participaram do esforço conjunto, ajudando no preparo das bibliotecas de DNA, principalmente com o fornecimento do material genético.

A análise do quadro mostra ainda que as seis mais tradicionais instituições de pesquisa cafeeira do Brasil (Epamig, IAC, Iapar, Incaper, UFV e Ufla) respondem por 60% dos subprojetos em andamento e são destinatárias de 43% dos recursos financeiros alocados nesse ano, mantendo a tradição dos anos anteriores e mostrando-se as grandes colaboradoras com a geração de conhecimento e transferência de tecnologia para o agronegócio café.

Para amparo legal dessas propostas técnicas visando a execução da programação no ano de 2002, foram celebrados 35 convênios ao final de 2001 (Tabela 15). Aqui vale ressaltar o sucessivo aumento da participação de Fundações de Amparo à Pesquisa como contraparte na celebração dos convênios. Basicamente, duas razões explicam essa crescente participação das fundações como convenentes escolhidas pelas instituições executoras para gerir os recursos financeiros destinados aos seus subprojetos. A primeira é a maior flexibilidade desses órgãos na gestão financeira e, a segunda, é a inadimplência das instituições executoras que, frente ao rol de exigências oficiais de certidões negativas, não tinham como comprovar sua habilitação à recepção de recurso do orçamento federal.

Tabela 14. Instituições executoras e valores alocados para realização do PNP&D/Café, em 2001/2002.

Instituição executora	Número de subprojeto	Custeio	Máquinas e equipamentos	Obras	Total
Agenciarural	1	11.458,00	0,00	0,00	11.458,00
Bio-Rio	1	10.000,00	70.000,00	0,00	80.000,00
Cati	1	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00
Cenargen	7	100.670,00	0,00	0,00	100.670,00
Ceplac	3	47.774,00	0,00	0,00	47.774,00
CETCAF	1	34.040,00	0,00	0,00	34.040,00
CNPAB	1	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00
CPAC	4	56.750,00	0,00	0,00	56.750,00
CPAF AC	1	7.972,00	0,00	0,00	7.972,00
CPAF AP	1	4.888,00	0,00	0,00	4.888,00
CPAF RO	13	146.838,00	0,00	0,00	146.838,00
Cpatu	4	78.007,00	0,00	0,00	78.007,00
CTAA	2	65.140,00	0,00	0,00	65.140,00
EBDA	13	245.423,00	74.180,00	5.000,00	324.603,00
Emater MG	1	161.964,00	16.000,00	0,00	177.964,00
Emater PR	1	46.000,00	14.000,00	0,00	60.000,00
Epamig	28	973.698,00	0,00	0,00	973.698,00
Fapesp	1	960.000,00	0,00	0,00	960.000,00
IAC	37	1.913.665,00	0,00	0,00	1.913.665,00
IAL	2	38.690,00	0,00	0,00	38.690,00
Iapar	25	757.575,00	135.875,00	0,00	893.450,00
IB	9	148.061,00	0,00	0,00	148.061,00
Ima	1	17.736,00	0,00	0,00	17.736,00
Incaper	24	717.594,00	80.900,00	0,00	798.494,00
Ital	5	66.831,00	0,00	13.440,00	80.271,00
Mapa/DFA MG	2	423.698,00	0,00	0,00	423.698,00
Mapa/Sarc	9	209.430,00	0,00	0,00	209.430,00
Pesagro	2	18.346,00	0,00	0,00	18.346,00
Repasse	6	15.213,00	308.395,00	271.605,00	595.213,00
SAPC-Bolsas	1	1.710.000,00	0,00	0,00	1.710.000,00
SAPC-Admin.	1	801.862,00	937.870,00	0,00	1.739.732,00
UEL	2	19.150,00	0,00	0,00	19.150,00
Uenf	1	8.500,00	0,00	0,00	8.500,00
Uesb	6	35.215,00	23.750,00	48.985,00	107.950,00
Ufes	1	12.946,00	0,00	0,00	12.946,00
UFG	2	16.683,00	0,00	0,00	16.683,00
Ufla	43	871.189,00	0,00	0,00	871.189,00
UFRJ	1	41.534,00	0,00	0,00	41.534,00
UFU	8	127.085,00	0,00	0,00	127.085,00
UFV	29	914.281,00	0,00	0,00	914.281,00
Unicamp	4	30.295,00	0,00	0,00	30.295,00
Uniube	8	71.547,00	0,00	0,00	71.547,00
USP/Esalq	1	8.252,00	0,00	0,00	8.252,00
Total	**314**	**12.000.000,00**	**1.660.970,00**	**339.030,00**	**14.000.000,00**

Fonte: Arquivos da Embrapa Café, organizados pelo autor.

Tabela 15. Relação nominal e valor dos convênios celebrados em 2001 para execução do PNP&D/Café.

Convênio	Convenente	Início	Término	Custeio	Equip.	Obras	Total
10200.00/144-3-02	Funape	Dez-01	Fev-02	140.000	0	0	140.000
10200.00/146-8-01	IDS	Set-01	Dez-01	86.468	0	0	86.468
10200.00/148-4-01	Fundepag	Set-01	Dez-01	0	0	13.440	13.440
10200.00/149-2-01	Seag ES	Ago-01	Dez-01	319.265	0	0	319.265
10200.00/151-8-01	Iapar	Ago-01	Jan-02	358.077	0	0	358.077
10200.00/155-9-01	Fundag	Ago-01	Jan-02	765.435	0	0	765.435
10200.00/160-9-01	Funarbe	Ago-01	Jan-02	393.270	0	0	393.270
10200.00/162-5-01	Faepe	Set-01	Dez-01	399.209	0	0	399.209
10200.00/164-1-01	Bio-Rio	Set-01	Dez-01	4	70.000	0	70.004
10200.00/167-4-01	Funarbe	Nov-01	Jan-02	376.793	0	0	376.793
10200.01/138-4	Funarbe	Set-01	Dez-02	400.000	102.800	0	502.800
10200.01/204-4	Fagro	Dez-01	Fev-03	1.570.000	0	0	1.570.000
10200.01/208-5	UEL	Dez-01	Dez-02	19.150	0	0	19.150
10200.01/209-3	Fundag	Dez-01	Dez-02	1.418.528	0	0	1.418.528
10200.01/210-1	Fundater	Dez-01	Dez-02	11.458	0	0	11.458
10200.01/211-9	Fundepag	Dez-01	Nov-02	66.831	0	0	66.831
10200.01/212-7	CETCAF	Dez-01	Dez-02	34.040	0	0	34.040
10200.01/213-5	Bio-Rio	Dez-01	Dez-02	51.530	0	0	51.530
10200.01/214-3	Soc. Educ. Uberabense	Dez-01	Nov-02	71.547	0	0	71.547
10200.01/215-0	Funarbe	Dez-01	Dez-02	596.905	0	0	596.905
10200.01/216-8	Fau	Dez-01	Dez-02	127.085	0	0	127.085
10200.01/217-6	EBDA	Dez-01	Jan-03	245.423	74.180	5.000	324.603
10200.01/218-4	Uesb	Dez-01	Nov-02	35.215	23.750	48.985	107.950
10200.01/219-2	Funarbe	Dez-01	Dez-02	521.011	0	0	521.011
10200.01/220-0	Funarbe	Dez-01	Dez-03	423.698	0	0	423.698
10200.01/221-8	Faepe	Dez-01	Dez-02	464.620	0	0	464.620
10200.01/222-6	Emater MG	Dez-01	Nov-02	161.964	16.000	0	177.964
10200.01/223-4	Funpab	Dez-01	Dez-02	25.969	0	0	25.969
10200.01/224-2	Dalmo Giacometti	Dez-01	Dez-02	197.126	0	0	197.126
10200.01/225-9	Emater PR	Dez-01	Dez-02	46.000	14.000	0	60.000
10200.01/226-7	Ibesp	Dez-01	Dez-02	122.962	0	0	122.962
10200.01/227-5	Uniemp	Dez-01	Out-03	960.000	0	0	960.000
10200.01/228-3	Funarbe	Dez-01	Dez-02	375.515	0	0	375.515
10200.01/229-1	Iapar	Dez-01	Jan-03	399.498	135.875	0	535.373
10200.01/230-9	Seag ES	Dez-01	Dez-02	398.329	80.900	0	479.229
Aplic. Direta 2001	Embrapa	Jan-01	Dez-01	417.075	1.143.465	271.605	1.832.145
Total				**12.000.000**	**1.660.970**	**339.030**	**14.000.000**

Fonte: Arquivos da Embrapa Café, organizados pelo autor.

A exemplo do que se verificou na composição da programação por Instituição Executora, a distribuição percentual dos subprojetos por Núcleo de Referência também não se alterou significativamente quando foi feita uma seleção mais rigorosa em 2001 (Tabela 16), o que indica um corte relativamente linear em todas as linhas de pesquisa. Assim, o Núcleo de Solos e Nutrição do Cafeeiro mantém-se como o de maior número de propostas aprovadas, respondendo por 18% do total, seguido dos núcleos de irrigação e genética e melhoramento do cafeeiro.

Tabela 16. Distribuição por núcleo de referência dos subprojetos componentes do PNP&D/Café em 2001/2002.

Núcleo de referência	Número de subprojetos	Participação percentual
Agroclimatologia e fisiologia do cafeeiro	15	4,9
Biotecnologia aplicada à cadeia agropecuária do café	17	5,6
Genética e melhoramento do cafeeiro	39	12,8
Solos e nutrição do cafeeiro	55	18,0
Doenças do cafeeiro	30	9,8
Pragas do cafeeiro	27	8,8
Manejo da lavoura cafeeira	24	7,8
Cafeicultura irrigada	42	13,7
Colheita, pós-colheita e qualidade do café	18	5,9
Industrialização e qualidade do café	15	4,9
Socioeconomia do café	01	0,3
Transferência de tecnologia	23	7,5
Total	**306**	**100,0**

Fonte: Arquivos da Comissão Técnica do Programa Café/Embrapa Café.

O núcleo de socioeconomia do cafeeiro é uma exceção a esse comportamento, uma vez que toda a programação proposta pelos pesquisadores da área foi suspensa por determinação do Comitê Diretor do PNP&D/Café que, em sua 4ª reunião, realizada no dia 15/11/2001 em Angra dos Reis[16], argumentou que a programação não correspondia às necessidades dos setores produtivos. Em decorrência dessa definição, posteriormente, o secretário Paulo Cezar de Freitas Samico, da Secretaria de Produção e Comercialização, reteve 2 milhões de reais, dos

[16] Cópia da Memória dessa reunião encontra-se no Anexo 14.

16 milhões que estavam previstos no orçamento federal para o PNP&D/Café nesse ano, sob alegação de que seriam encaminhados para a realização de pesquisas de mercado por um grupo de pesquisadores que, no entendimento do Secretário e de parte dos membros do Comitê Diretor do PNP&D/Café, estavam aptos a colaborar de maneira mais efetiva para agregar conhecimentos importantes sobre a socioeconomia do agronegócio café. Em decorrência, a comunidade acadêmica dedicada ao estudo da socioeconomia cafeeira aguarda, com ansiedade, os resultados dos estudos que certamente foram elaborados, para poder incorporar suas reais contribuições ao conhecimento dessa disciplina e avaliar seus impactos na cadeia produtiva de café do Brasil.

Dessa forma, em 2001, foi aprovado para execução no Núcleo de Socioeconomia apenas o subprojeto que tinha por objetivo implantar e manter o Sistema Brasileiro de Informação de Café (www.sbicafe.ufv.br). De fato, trata-se de uma importante iniciativa da Universidade Federal de Viçosa para viabilizar o funcionamento de uma atual e ampla biblioteca virtual especializada em café – do cultivo aos impactos de sua ingestão na saúde humana – que pode ser acessada por todos interessados, obedecidos os critérios da legislação pertinente.

No decorrer do ano 2002, buscou-se ampliar as adaptações propostas, promovendo algumas adaptações ao novo esquema de concepção e coordenação do PNP&D/Café. Foram implantados novos formulários de subprojetos e projetos, dando mais coesão à unidade programática, o projeto temático. Procurou-se também direcionar as ações para os focos temáticos selecionados, aglutinando os esforços e minimizando as superposições dos estudos.

A coordenação do Consórcio, em acordo com o Comitê Diretor do PNP&D/Café[17], estabeleceu um plano para encerrar todos os projetos em andamento até 2005. O cronograma de encerramento das atividades em execução em 2002 previa que um terço delas seria concluída a cada ano subseqüente, de forma que em 2005 essa programação estaria completamente encerrada.

[17] A Ata da 5ª Reunião do Comitê Diretor do PNP&D/Café, quando foi aprovada esta proposta, está no Anexo 15.

Simultaneamente com o encerramento da programação então em andamento, seria dado início a um novo portifólio de estudos e ações de transferência de tecnologia tendo por base de concepção e análise a nova formatação aprovada. Assim, durante os três anos de transição de um modelo para outro (2002/03; 2003/04 e 2004/05), duas programações estarão sendo concomitantemente conduzidas, uma no formato anterior, e outra obedecendo a todas as recomendações e processos então estabelecidos.

Nessa transição, portanto, estariam convivendo dois conjuntos de subprojetos, permitindo-se, e até incentivando-se, a migração de estudos de longo prazo (como, por exemplo, os trabalhos de melhoramento) do portifolio antigo para o novo, desde que seus objetivos fossem relevantes e compatíveis com os focos temáticos.

Com esses cuidados suplementares, a programação de P&D para execução em 2002/2003 foi formada por 67 projetos temáticos, compostos por 227 subprojetos conduzidos por 34 instituições brasileiras ressalte-se aqui a primeira participação da Embrapa Café (SAPC) como instituição executora direta de trabalhos de pesquisa, responsabilizando-se, por meio da equipe técnica recém contratada, pela condução de um subprojeto de pesquisa (Tabela 17).

A forte redução dos recursos disponibilizados para a condução do PNP&D/Café foi uma grande dificuldade para a composição da programação 2002/2003. Como parte da política econômica governamental, a dotação orçamentária inicialmente aprovada, que era de 16 milhões de reais, foi sucessivamente contingenciada para uma liberação de apenas 5,1 milhões de reais (42,5% dos recursos disponíveis no ano anterior). Esse corte na dotação financeira obrigou a coordenação dos trabalhos a eleger prioridades e a fazer profundos cortes na programação aprovada durante o processo inicial de análise.

Fiel ao acordo com o Comitê Diretor do PNP&D/Café, foram concluídos 92 subprojetos, o correspondente a um terço dos que se encontravam em andamento no ano anterior. Ou seja, apenas 214 subprojetos, dos 306 que estavam em andamento na programação 2001/2002, tiveram continuidade. Os estudos na área de socioeconomia e mercado permaneceram paralisados. As atividades de transferência de tecnologia foram encerradas com base no argumento de que elas eram

Tabela 17. Instituições executoras e valores alocados para realização do PNP&D/ Café, em 2002/2003.

Instituição	Nº de subprojetos	Custeio	Equipamentos	Obras	Total
Agenciarural	1	5.850,00	0,00	0,00	5.850,00
Bio-Rio	1	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Cenargen	7	131.270,00	0,00	0,00	131.270,00
Ceplac	2	16.798,00	0,00	0,00	16.798,00
CNPAB	1	8.330,00	0,00	0,00	8.330,00
CPAC	3	31.333,00	0,00	0,00	31.333,00
CPAF AC	1	4.872,00	0,00	0,00	4.872,00
CPAF AP	1	5.623,00	0,00	0,00	5.623,00
CPAF RO	8	52.415,00	0,00	0,00	52.415,00
Cpatu	4	57.316,00	0,00	0,00	57.316,00
CTAA	1	61.600,00	0,00	0,00	61.600,00
EBDA	9	75.175,00	0,00	0,00	75.175,00
Epamig	23	453.913,00	0,00	0,00	453.913,00
IAC	32	677.065,00	0,00	0,00	677.065,00
IAL	1	32.900,00	0,00	0,00	32.900,00
Iapar	21	271.921,00	0,00	0,00	271.921,00
IB	6	58.060,00	0,00	0,00	58.060,00
Incaper	19	216.635,00	0,00	0,00	216.635,00
ITAL	1	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
Mapa/DFA MG	2	92.242,00	0,00	0,00	92.242,00
Mapa/SARC	8	56.590,00	0,00	0,00	56.590,00
Pesagro	1	3.113,00	0,00	0,00	3.113,00
SAPC-Coord.	1	55.000,00	200.000,00	0,00	255.000,00
SAPC-Bolsa	2	1.820.000,00	0,00	0,00	1.820.000,00
SAPC-Pesquisa	1	23.000,00	0,00	0,00	23.000,00
UEL	1	3.670,00	0,00	0,00	3.670,00
Uenf	1	5.920,00	0,00	0,00	5.920,00
Uesb	5	18.826,00	0,00	0,00	18.826,00
UFG	2	8.385,00	0,00	0,00	8.385,00
Ufla	25	194.495,00	0,00	0,00	194.495,00
UFPR	1	19.000,00	0,00	0,00	19.000,00
UFU	6	54.834,00	0,00	0,00	54.834,00
UFV	20	235.819,00	0,00	0,00	235.819,00
Unicamp	3	30.800,00	0,00	0,00	30.800,00
Uniube	7	47.280,00	0,00	0,00	47.280,00
USP/Esalq	1	6.950,00	0,00	0,00	6.950,00
USP/FFCLRP	1	23.000,00	0,00	0,00	23.000,00
Total	**230**	**4.900.000,00**	**200.000,00**	**0,00**	**5.100.000,00**

Fonte: Arquivos da Embrapa Café, organizados pelo autor.

menos sensíveis ao fator tempo, e mais, poderiam ser retomadas no futuro com um menor prejuízo do aquele representado pelo enceramento de estudo e pesquisas que se encontravam no campo e nos laboratórios, para os quais a continuidade em busca dos resultados era essencial.

Da programação nova apresentada para análise em 2002, apenas os 13 subprojetos que propunham estudos funcionais do genoma café, buscando explorar o seqüenciamento de genes, já em fase de conclusão, foram priorizados para implantação imediata. Argumentava-se que, como havia sido investida uma substancial parcela de recursos humanos e financeiros na fase anterior, havia necessidade de dar continuidade aos trabalhos, realizando novas etapas do estudo, sem as quais os esforços até ali empenhados de nada valeriam. Adicionalmente, considerou-se a necessidade de imprimir maior rapidez aos trabalhos, vez que outros países competidores também buscam desvendar os segredos do genoma café.

A Tabela 18 mostra a natureza da programação de 2002/2003 por linha de pesquisa. Por ele verifica-se que, à exceção do Núcleo de Biotecnologia, cujo número de subprojetos foi aumentado de 17, no ano anterior, para 21 neste ano, os demais grupos apresentaram decréscimo numérico de subprojetos em suas programações. Isso foi verificado com maior intensidade nos núcleos de Colheita e Pós-Colheita e no de Industrialização e Qualidade de Café, os quais optaram, depois de ampla discussão, por reduzir drasticamente o número de estudos em andamento para promoverem um novo realinhamento com base na nova proposta de organização.

Após os reajustes na programação, os Núcleos de Solos e Nutrição do Cafeeiro, Cafeicultura Irrigada e Genética e Melhoramento do Cafeeiro são, nessa ordem, os que apresentam maiores quantitativos de estudos na programação, juntos respondendo por cerca de 53% do total de subprojetos em execução em 2003.

Para amparo legal da transferência dos recursos financeiros e estabelecimento dos direitos e obrigações dos executores dessa programação de pesquisa, foram celebrados os 24 convênios em 2002 que estão listados no Tabela 20. Consagrando uma tendência que se acentuou no início da década, chama atenção o fato de apenas três desses convênios (12,5% do total) terem sido celebrados com as próprias

Tabela 18. Distribuição, por núcleo de referência, dos subprojetos componentes do PNP&D/Café em 2002/2003.

Núcleo de referência	Número de subprojetos	Participação percentual
Agroclimatologia e fisiologia do cafeeiro	14	6,2
Biotecnologia aplicada à cadeia agropecuária do café	21	9,3
Genética e melhoramento do cafeeiro	38	16,7
Solos e nutrição do cafeeiro	43	18,9
Doenças do cafeeiro	21	9,3
Pragas do cafeeiro	19	8,4
Manejo da lavoura cafeeira	23	10,1
Cafeicultura irrigada	39	17,1
Colheita, pós-colheita e qualidade do café	04	1,8
Industrialização e qualidade do café	04	1,8
Socioeconomia do café	0	0,0
Transferência de tecnologia	01	0,4
Total	**227**	**100,0**

Fonte: Arquivos da Comissão Técnica do Programa Café/Embrapa Café.

Tabela 19. Número de subprojetos e participação percentual dos focos temáticos do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (PNP&D/Café), em 2002/2003.

Focos temáticos	Número de subprojetos	Participação percentual
Ampliação da base de conhecimento	29	12,8
Alternativas para cafeicultura familiar	0	0,0
Preservação ambiental e desenvolvimento econômico e social	12	5,3
Novos produtos à base de café	0	0,0
Agregação de qualidade ao produto	10	4,4
Aperfeiçoamento dos processos industriais	0	0,0
Informação para formulação de estratégias e políticas	7	3,1
Cafeicultura irrigada	39	17,2
Melhoria dos processos de colheita	0	0,0
Otimização dos sistemas de cultivo	67	29,4
Riscos físicos, químicos e biológicos à cafeicultura	57	25,1
Sistemas orgânicos	5	2,2
Usos alternativos para resíduos e subprodutos do café	0	0,0
Organização do conhecimento e da documentação cafeeira	1	0,5
Difusão e transferência de tecnologias, conhecimentos e informações	0	0,0
Total	**227**	**100,0**

Fonte: Secretaria Executiva da Comissão Técnica do Programa Café (CTP/Café)/ Embrapa Café.

Tabela 20. Relação nominal e valor dos convênios celebrados em 2002.

Convênio	Convenente	Início	Término	Custeio	Equip.	Obras	Total
10200.02/202-7	Fagro	Nov-02	Dez-03	1.000.000	0	0	1.000.000
10200.02/220-9	Funarbe	Dez-02	Dez-03	820.000	0	0	820.000
10200.02/260-5	Fau	Dez-02	Nov-03	54.834	0	0	54.834
10200.02/261-3	Ibesp	Dez-02	Nov-03	56.590	0	0	56.590
10200.02/262-1	Bio-Rio	Dez-02	Nov-03	10.000	0	0	10.000
10200.02/263-9	Fundag	Dez-02	Nov-03	73.550	0	0	73.550
10200.02/264-7	Fundag	Dez-02	Nov-03	47.500	0	0	47.500
10200.02/265-4	Fundag	Dez-02	Nov-03	46.000	0	0	46.000
10200.02/266-2	Fundag	Dez-02	Nov-03	67.500	0	0	67.500
10200.02/267-0	Funarbe	Dez-02	Nov-03	111.419	0	0	111.419
10200.02/268-8	Funarbe	Dez-02	Nov-03	262.929	0	0	262.929
10200.02/269-6	Funarbe	Dez-02	Dez-03	92.242	0	0	92.242
10200.02/270-4	Funpab	Dez-02	Nov-03	16.798	0	0	16.798
10200.02/271-2	UEL	Dez-02	Nov-03	3.670	0	0	3.670
10200.02/272-0	Soc. Educ. Berabense	Dez-02	Nov-03	47.280	0	0	47.280
10200.02/273-8	Fundag	Dez-02	Nov-03	724.525	0	0	724.525
10200.02/274-6	Iapar	Dez-02	Nov-03	249.421	0	0	249.421
10200.02/275-3	Funarbe	Dez-02	Nov-03	221.319	0	0	221.319
10200.02/276-1	Funarbe	Dez-02	Nov-03	453.913	0	0	453.913
10200.02/277-9	Funarbe	Dez-02	Nov-03	216.635	0	0	216.635
10200.02/278-7	Faepe	Dez-02	Nov-03	180.495	0	0	180.495
10200.02/279-5	Fapeagro	Dez-02	Nov-03	41.200	0	0	41.200
10200.02/280-3	Fapeagro	Dez-03	Nov-03	46.330	0	0	46.330
10200.02/281-1	Fundater	Dez-02	Nov-03	5.850	0	0	5.850
Aplicação Direta	Embrapa	Jan-02	Dez-02	50.000	200.000	0	250.000
Total 2002				**4.900.000**	**200,000**	**0**	**5.100.000**

Fonte: Arquivos da Embrapa Café, organizados pelo autor.

instituições de pesquisa. Os outros 21 convênios foram feitos por intermédio de fundações de apoio à pesquisa, quase sempre com o argumento de que elas oferecem maior flexibilidade, rapidez e eficiência na administração dos recursos financeiros de pesquisa.

Essa busca maciça das parcerias com fundações sugere que há dificuldades promovidas pela legislação em vigor ou que as instituições de pesquisa não estão habilitadas a lidar de maneira eficaz com o cipoal de detalhes legais envolvidos na gestão do orçamento público federal. Essa característica acarreta o impedimento das transferências financeiras para realizar investimento em obras e aquisição de equipamentos, vez que, a partir de então, há impedimento legal para fazer essas transferências às fundações, dadas suas características de instituições privadas. A partir desse ano torna-se difícil repor, ou ampliar, a infra-estrutura para pesquisa, repassando-se apenas os recursos de custeio para as instituições de pesquisa.

Ao tempo em que era executada a programação de 2003, programava-se ampliar as modificações propostas para captação de novas atividades de P&D, concentrando-as cada vez mais nos temas de interesse dos segmentos produtivos e dos avanços desejáveis na fronteira do conhecimento. Nesse sentido, foi proposta a elaboração de uma "Chamada de Projetos"[18] por foco temático, tendo por expectativa uma dotação orçamentária de 12 milhões de reais para o ano corrente.

Em resposta a essa demanda, foram recebidas as novas propostas de P&D e de transferência de tecnologia, processadas suas análises e aprovado o portifólio de subprojetos a serem iniciados no início de 2004. Em atividade paralela de gestão, foram analisados os subprojetos em andamento desde 2001 para que, em atenção ao acordo com o Comitê de Pesquisa, fosse encerrado mais um terço dos seus subprojetos, permanecendo em andamento apenas 131 estudos desse portifólio anterior.

Contrariando a expectativa em termos do valor de recursos orçamentários a serem disponibilizados ao PNP&D/Café em 2003, verificou-se um repasse financeiro ao programa de apenas 4,6 milhões

[18] A "chamada de projetos" foi um recurso utilizado para especificar as principais demandas do PNP&D/Café, dado que não havia as condições necessárias para a tramitação de um edital.

de reais, cerca de 40% do valor inicialmente previsto. Em face dessa restrição, a opção assumida pela coordenação foi compor a programação 2003/2004 a partir dos 131 subprojetos do primeiro portifólio, somados a 115 novas propostas selecionadas dentre aquelas apresentadas em decorrência do novo processo de captação de propostas. É importante frisar que o número inicial de subprojetos aprovados havia sido bem maior, o que obrigou a CTP/Café a realizar nova priorização das atividades a serem implementadas.

Mesmo com essa seleção mais rigorosa da programação, o volume de recurso liberado em 2003 só foi suficiente para cobrir metade do orçamento de cada um dos 246 subprojetos a serem executados em 2004, além de cobrir os custos do projeto de concessão de bolsas e aqueles envolvidos diretamente na coordenação dos trabalhos do Consórcio. Em função disso, os convênios celebrados em 2003 tiveram seu vencimento estipulado para agosto de 2004, prevendo-se que, no ano seguinte, seriam liberados novos recursos que permitiriam a celebração de termos aditivos para conclusão dos estudos em dezembro desse ano.

Assim, as primeiras parcelas dos recursos liberados em 2004 foram utilizadas para celebrar os aditivos de convênio que permitiram a conclusão dos estudos em execução nesse ano. A Tabela 21 mostra a relação das instituições executoras da programação 2003/2004, com os respectivos números de subprojetos sob sua responsabilidade e os valores que foram alocados, nas duas parcelas, para custear as atividades desenvolvidas em 2004.

Nessa relação, vale observar que as tradicionais instituições brasileiras de pesquisa cafeeira (Epamig, IAC, Iapar, Incaper, Ufla e UFV), mesmo com a nova sistemática de captação de estudos por meio de editais livres, continuam a responder, em conjunto, por 63% do total de todos os subprojetos em andamento em 2004. Nesse sentido, também merece destaque na observação desse quadro o expressivo número de sete subprojetos apresentados pela equipe de pesquisadores da Embrapa Café, que fora recém contratada.

Mais de 90% do repasse de recursos, em ambas as parcelas, foi feito na rubrica custeio. Na primeira parcela, foi feito um repasse, na rubrica investimento, de R$ 400 mil, que se destinaram à Embrapa Cerrados (R$ 50 mil) e à Universidade Federal de Viçosa (R$ 350 mil),

ambos aprovados como ações especiais. O primeiro foi feito por transferência direta e se destinou à realização de uma estrutura mínima de pós-colheita. Isso se justifica porque os plantios financiados em estudos anteriores estavam sendo colhidos e a Unidade não dispunha de um mínimo necessário para manejar adequadamente a produção colhida.

A transferência para a UFV foi feita por meio de convênio direto com a instituição e teve por finalidade contribuir para a construção de um laboratório de controle biológico das pragas do cafeeiro. Justificou-se essa ação especial, tendo em vista a importância e atualidade do tema, visando cuidados maiores com o meio ambiente, com o trabalhador rural e com o consumidor, associado à existência de uma equipe de pesquisadores bem treinados nessa Universidade para a realização dos estudos demandados.

Na parcela liberada em 2004 por meio dos aditivos, o investimento repassado foi de R$ 300 mil, sendo R$ 217 mil para a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e destinados à aquisição de equipamentos de acondicionamento para o material congelado obtido (clones de DNA) no projeto genoma. Os demais cerca de R$ 83 mil foram destinados à aquisição de equipamentos de informática e escritório para Embrapa Café, em função da contratação dos novos funcionários.

A Tabela 22 mostra a contribuição dos diversos Núcleos de Referência para a programação em execução em 2004. Observa-se que os estudos abordando questões associadas ao solo e à nutrição do cafeeiro diminuíram de intensidade, passando a representar menos de 15% do total e deixaram de ocupar a posição de linha de pesquisa mais atuante, passando esse posto para o Núcleo de Genética e Melhoramento do Cafeeiro, que responde por 18,7% do total de subprojetos, secundado pelos estudos sobre irrigação do cafeeiro.

Observa-se também o crescimento numérico e proporcional dos estudos do Núcleo de Biotecnologia, que passam a representar mais de 10% dos subprojetos nesse ano. Vale ainda ressaltar que as atividades de Transferência de Tecnologia continuam ausentes da pauta de trabalho, em função da escassez de recursos financeiros e da não-priorização de suas ações, muito embora as instituições dos principais estados produtores tenham apresentado robustas propostas para essa área de trabalho do CBP&D/Café.

Tabela 21. Instituições executoras e valores alocados para realização da programação do PNP&D/Café, em 2003/2004.

Instituição	Número de subprojetos	Total em 2003	Aditivo em 2004	Total 2003/04
Cenargen	7	77.622,00	294.496,00	372.118,00
Ceplac	2	9.930,00	9.930,00	19.860,00
CNPAB	2	12.264,00	12.264,00	24.528,00
CPAC	3	81.066,00	18.066,00	99.132,00
CPAF AC	3	13.952,00	13.952,00	27.904,00
CPAF RO	7	54.894,00	43.244,00	98.138,00
Cpatu	3	25.509,00	25.509,00	51.018,00
CTAA	3	148.791,00	63.446,00	212.237,00
EBDA	6	65.700,00	37.400,00	103.100,00
Epamig	30	400.298,00	235.987,00	636.285,00
Fapesp	1	250.000,00	0,00	250.000,00
Faro	1	8.257,00	8.257,00	16.514,00
IAC	30	442.885,00	8.500,00	451.385,00
Iapar	17	195.041,00	165.000,00	360.041,00
IB	2	8.898,00	0,00	8.898,00
Incaper	22	193.880,00	116.720,00	310.600,00
Ital	1	17.500,00	17.500,00	35.000,00
Mapa/DECAFE	1	6.100,00	6.100,00	12.200,00
Mapa/DFA MG	1	4.740,00	4.740,00	9.480,00
Mapa/SARC	7	75.338,00	52.768,00	128.106,00
Pesagro	2	6.481,00	6.481,00	12.962,00
SAPC-Bolsas	2	1.200.000,00	1.200.000,00	2.400.000,00
SAPC-Coord.	2	332.044,00	823.926,00	1.155.970,00
SAPC-Pesquisa	7	84.885,00	123.425,00	208.310,00
UCB	1	8.000,00	8.000,00	16.000,00
Uenf	5	16.658,00	16.658,00	33.316,00
Uesb	5	15.743,00	15.743,00	31.486,00
UFG	2	6.465,00	6.465,00	12.930,00
Ufla	23	101.882,00	101.882,00	203.764,00
UFMG	1	2.000,00	2.000,00	4.000,00
UFPR	1	8.500,00	8.500,00	17.000,00
UFRJ	2	46.770,00	26.470,00	73.240,00
UFU	5	34.977,00	34.977,00	69.954,00
UFV	32	561.090,00	198.821,00	759.911,00
Unesp-Botucatu	1	11.300,00	0,00	11.300,00
Unicamp	3	21.125,00	0,00	21.125,00
Uniube	6	38.790,00	38.790,00	77.580,00
USP/FFCLRP	1	10.625,00	10.625,00	21.250,00
Total	**250**	**4.600.000,00**	**3.756.642,00**	**8.356.642,00**

Fonte: Arquivos da Embrapa Café, organizados pelo autor.

Tabela 22. Distribuição por núcleo de referência dos subprojetos componentes do PNP&D/Café em 2003/2004.

Núcleo de referência	Número de subprojetos	Participação percentual
Agroclimatologia e fisiologia do cafeeiro	10	4,0
Biotecnologia aplicada à cadeia agropecuária do café	26	10,6
Genética e melhoramento do cafeeiro	46	18,7
Solos e nutrição do cafeeiro	35	14,2
Doenças do cafeeiro	22	9,0
Pragas do cafeeiro	17	6,9
Manejo da lavoura cafeeira	28	11,4
Cafeicultura irrigada	36	14,7
Colheita, pós-colheita e qualidade do café	18	7,3
Industrialização e qualidade do café	05	2,0
Socioeconomia do café	02	0,8
Transferência de tecnologia	01	0,4
Total	**246**	**100,0**

Fonte: Arquivos da Comissão Técnica do Programa Café/Embrapa Café.

A distribuição da programação por tema está apresentada na Tabela 23, onde se continua observando a grande concentração das ações nos focos temáticos Riscos Físicos, Químicos e Biológicos à Cafeicultura e Otimização dos Sistemas de Cultivos que, juntos, concentram 50% de toda a programação. Isso indica que metade dos estudos em desenvolvimento nesse ano busca promover inovações tecnológicas que melhorem os processos de cultivo do cafeeiro ou promovam transformações tecnológicas que visem reduzir os riscos ao meio ambiente e ao homem.

Por outro lado, observa-se que não estão sendo desenvolvidos estudos que busquem promover inovações tecnológicas nos processos de colheita de café, o que parece contraditório, uma vez que a colheita representa grande parcela do custo de produção e é uma atividade cada vez mais complexa, entre outras coisas, pela crescente escassez de mão-de-obra no campo e pelo grande impacto que essa operação pode exercer sobre a qualidade do produto, cada vez mais valorizada no mercado consumidor.

Nota-se ainda, possivelmente em decorrência da opção estratégica do novo governo empossado em 2003, que há um forte

Tabela 23. Número de subprojetos e participação percentual dos focos temáticos do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (PNP&D/Café), em 2003/2004.

Focos temáticos	Número de subprojetos (2003/2004)	Participação percentual
Ampliação da base de conhecimento	29	11,8
Alternativas para cafeicultura familiar	10	4,1
Preservação ambiental e desenvolvimento econômico e social	19	7,7
Novos produtos à base de café	2	0,8
Agregação de qualidade ao produto	4	1,6
Aperfeiçoamento dos processos industriais	0	0,0
Informação para formulação de estratégias e políticas	8	3,2
Cafeicultura irrigada	36	14,7
Melhoria dos processos de colheita	0	0,0
Otimização dos sistemas de cultivo	61	24,8
Riscos físicos, químicos e biológicos à cafeicultura	62	25,2
Sistemas orgânicos	11	4,5
Usos alternativos para resíduos e subprodutos do café	3	1,2
Organização do conhecimento e da documentação cafeeira	1	0,4
Difusão e transferência de tecnologias, conhecimentos e informações	0	0,0
Total	**246**	**100,0**

Fonte: Secretaria Executiva da Comissão Técnica do Programa Café (CTP/Café)/ Embrapa Café.

acréscimo nas pesquisas que enfocam prioritariamente a geração de inovações tecnológicas para os pequenos produtores. O foco temático "alternativas para a cafeicultura familiar" que, no ano anterior, não teve estudos em andamento, em 2004 passou a ter sete subprojetos em execução. Quando se analisa o conjunto da programação, parece incoerente com esse esforço que não haja atividades previstas para o foco temático de "difusão e transferência de tecnologia, conhecimento e informação", dado que essa atividade é essencial principalmente para o segmento dos pequenos cafeicultores.

A Tabela 24 apresenta a relação dos convênios celebrados em 2003 para execução do programa durante o primeiro semestre do ano

Tabela 24. Relação nominal dos convenentes e valor dos convênios celebrados em 2003.

Convênio	Convenente	Início	Término	Custeio	Equip.	Obras	Total
10200.03/0078-0	UFV	Set-03	Dez-03	0	0	350.000	350.000
10200.03/0084-8	Fagro	Set-03	Abr-04	800.000	0	0	800.000
10200.03/0157-2	Faepe	Nov-03	Abr-04	265.700	0	0	265.700
10200.03/0183-8	Fundepag	Dez-03	Nov-04	29.749	0	0	29.749
10200.03/0184-6	Fundepag	Dez-03	Nov-04	21.270	0	0	21.270
10200.03/0185-3	Fundepag	Dez-03	Nov-04	21.250	0	0	21.250
10200.03/0186-1	Fundepag	Dez-03	Nov-04	329.135	0	0	329.135
10200.03/0189-5	Fundepag	Dez-03	Nov-04	23.375	0	0	23.375
10200.03/0190-3	Faepe	Dez-03	Nov-04	8.499	0	0	8.499
10200.03/0190-3	Faepe	Dez-03	Nov-04	21.249	0	0	21.249
10200.03/0191-1	Faepe	Dez-03	Nov-04	59.776	0	0	59.776
10200.03/0193-7	Fagro	Dez-03	Jun-04	400.000	0	0	400.000
10200.03/0194-5	FAU	Dez-03	Jun-04	34.977	0	0	34.977
10200.03/0195-2	Funarbe	Dez-03	Nov-04	24.212	0	0	24.212
10200.03/0196-0	Funarbe	Dez-03	Nov-04	37.400	0	0	37.400
10200.03/0197-8	Funarbe	Dez-03	Nov-04	85.241	0	0	85.241
10200.03/0198-6	Funarbe	Dez-03	Nov-04	78.420	0	0	78.420
10200.03/0203-4	Funarbe	Dez-03	Nov-04	268.326	0	0	268.326
10200.03/0204-2	Bio-Rio	Dez-03	Nov-04	57.960	0	0	57.960
10200.03/0205-9	Fundecit	Dez-03	Jun-04	159.939	0	0	159.939
10200.03/0207-5	Funpab	Dez-03	Jun-04	9.930	0	0	9.930
10200.03/0208-3	Iapar	Dez-03	Nov-04	165.541	0	0	165.541
10200.03/0209-1	S.E.Uberab.	Dez-03	Nov-04	27.809	0	0	27.809
10200.03/0210-9	Fundepag	Dez-03	Nov-04	40.591	0	0	40.591
10200.03/0211-7	Fundecit	Dez-03	Nov-04	34.463	0	0	34.463
10200.03/0212-5	Fundepag	Dez-03	Nov-04	12.690	0	0	12.690
10200.03/0213-3	Funarbe	Dez-03	Nov-04	40.056	0	0	40.056

Continua...

Tabela 24. Continuação.

Convênio	Convenente	Início	Término	Custeio	Equip.	Obras	Total
10200.03/0214-1	Funarbe	Dez-03	Nov-04	18.967	0	0	18.967
10200.03/0215-8	Funarbe	Nov-03	Nov-04	16.220	0	0	16.220
10200.03/0216-6	Faepe	Dez-03	Nov-04	18.010	0	0	18.010
10200.03/0217-4	Funarbe	Dez-03	Nov-04	18.020	0	0	18.020
10200.03/0218-2	Funarbe	Dez-03	Nov-04	25.351	0	0	25.351
10200.03/0219-0	Funarbe	Dez-03	Nov-04	16.005	0	0	16.005
10200.03/0220-8	Funarbe	Dez-03	Nov-04	37.498	0	0	37.498
10200.03/0221-6	Fundecit	Dez-03	Nov-04	48.372	0	0	48.372
10200.03/0222-4	Funarbe	Dez-03	Nov-04	48.522	0	0	48.522
10200.03/0223-2	Faepe	Dez-03	Nov-04	16.435	0	0	16.435
10200.03/0224-0	Funarbe	Dez-03	Nov-04	16.449	0	0	16.449
10200.03/0225-7	Funarbe	Dez-03	Nov-04	42.115	0	0	42.115
10200.03/0226-5	Funarbe	Dez-03	Nov-04	20.800	0	0	20.800
10200.03/0227-3	Funarbe	Dez-03	Nov-04	25.000	0	0	25.000
10200.03/0228-1	Funarbe	Dez-03	Nov-04	7.706	0	0	7.706
10200.03/0229-9	Funarbe	Dez-03	Nov-04	15.679	0	0	15.679
10200.03/0230-7	Funarbe	Dez-03	Nov-04	5.580	0	0	5.580
10200.03/0231-5	Faepe	Dez-03	Nov-04	7.102	0	0	7.102
10200.03/0232-3	Funarbe	Dez-03	Nov-04	13.625	0	0	13.625
10200.03/0233-1	Funarbe	Dez-03	Nov-04	74.986	0	0	74.986
10200.03/0235-6	Fundepag	Dez-03	Nov-04	60.400	0	0	60.400
10200.03/0236-4	Funarbe	Dez-03	Nov-04	29.685	0	0	29.685
10200.03/0237-2	Fundepag	Dez-03	Nov-04	20.500	0	0	20.500
10200.03/0238-0	Funarbe	Dez-03	Nov-04	18.000	0	0	18.000
10200.03/0239-8	Funarbe	Dez-03	Nov-04	21.415	0	0	21.415
Aplicação Direta	Embrapa	Jan-03	Dez-03	500.000	35.000	15.000	550.000
Total 2003				**4.200.000**	**35.000**	**365.000**	**4.600.000**

Fonte: Arquivos da Embrapa Café, organizados pelo autor.

seguinte. Nesse ano foram celebrados 52 convênios, dos quais 50 efetivados com fundações de apoio à pesquisa, mantendo a tendência, já apontada, de as instituições de P&D buscarem a parceria desses órgãos para a gestão financeira de suas atividades de pesquisa.

Essa grande quantidade de convênios celebrados chama a atenção, tendo em vista ser, aproximadamente, o dobro dos convênios celebrados em anos anteriores. Isso se explica porque, pela primeira vez na gestão do programa, em observância às mudanças propostas, os convênios foram celebrados por projetos de pesquisa, e não mais por instituição, como eram feitos até então. Essa modificação teve por objetivo fortalecer a figura do projeto temático como unidade programática. Como todo projeto deveria concorrer para a solução de um problema específico, seus resultados técnicos passariam a ser cobrados da coordenação e da equipe científica do projeto, e não mais da instituição executora, que continuaria a ser responsável legal pelo uso dos recursos financeiros dos subprojetos, que são as unidades orçamentárias.

A experiência mostrou-se muito desejável do ponto de vista técnico-científico, promovendo maior integração da equipe do projeto e mais coesão dos objetivos dos seus diversos subprojetos componentes. Não obstante, do ponto de vista gerencial, apresentou uma grande dificuldade na celebração dos convênios. Uma mesma instituição precisava assinar vários convênios de cujo projeto/objeto sua equipe participava e, simultaneamente, um mesmo projeto era assinado por várias instituições. Fatos como esses representaram grande investimento de tempo, provocando desgaste na gestão da burocracia, mormente em instituições como o Instituto Agronômico de Campinas e Instituto Biológico, em que as assinaturas dos documentos legais eram prerrogativas de instâncias superiores da Secretaria de Agricultura de São Paulo, nem sempre suficientemente esclarecidas, ou sensibilizadas, quanto à importância do PNP&D/Café.

Celebrar convênios por projeto temático tornou-se ainda mais complexo, tendo em vista a insuficiência dos recursos liberados em 2003, que obrigou a coordenação a fazer aditivos de todos os contratos celebrados, com menos de seis meses após a assinatura do primeiro documento. A Tabela 25 apresenta a relação e os valores dos Termos Aditivos que foram assinados para dar seqüência à programação em

Tabela 25. Relação nominal e valor dos termos aditivos de convênios celebra-dos em 2004.

Convênio	Convenente	Início	Término	Custeio	Equip.	Obras	Total
10200.04/0014-4	Funarbe	Abr-04	Dez-04	220.000	0	0	220.000
10200.04/0020-1	Fagro	Maio-04	Dez-04	1.200.000	0	0	1.200.000
10200.04/0054-0	Bio-Rio	Jul-04	Nov-04	57.960	0	0	57.960
10200.04/0055-7	Fundecit	Jul-04	Nov-04	48.372	0	0	48.372
10200.04/0056-5	Fundecit	Jul-04	Nov-04	159.939	0	0	159.939
10200.04/0057-3	Faepe	Jul-04	Nov-04	7.102	0	0	7.102
10200.04/0058-1	Faepe	Jul-04	Nov-04	29.748	0	0	29.748
10200.04/0059-9	Faepe	Jul-04	Nov-04	59.776	0	0	59.776
10200.04/0060-7	Funarbe	Jul-04	Nov-04	18.967	0	0	18.967
10200.04/0061-5	Funarbe	Jul-04	Nov-04	16.220	0	0	16.220
10200.04/0062-3	Funarbe	Jul-04	Nov-04	25.351	0	0	25.351
10200.04/0063-1	Funarbe	Jul-04	Nov-04	16.005	0	0	16.005
10200.04/0064-9	Funarbe	Jul-04	Nov-05	25.000	0	0	25.000
10200.04/0065-6	Funarbe	Jul-04	Nov-04	7.706	0	0	7.706
10200.04/0066-4	Funarbe	Jul-04	Nov-04	15.679	0	0	15.679
10200.04/0067-2	Funarbe	Jul-04	Nov-04	5.580	0	0	5.580
10200.04/0068-0	Funarbe	Jul-04	Nov-04	13.625	0	0	13.625
10200.04/0069-8	Funarbe	Jul-04	Nov-04	74.986	0	0	74.986
10200.04/0070-6	Funarbe	Jul-04	Nov-04	35.891	0	0	35.891
10200.04/0071-4	Funarbe	Jul-04	Nov-04	29.685	0	0	29.685
10200.04/0072-2	Funarbe	Jul-04	Nov-04	134.026	0	0	134.026
10200.04/0073-0	Funarbe	Jul-04	Nov-04	85.241	0	0	85.241
10200.04/0074-8	Funarbe	Jul-04	Nov-04	24.212	0	0	24.212
10200.04/0075-5	Funarbe	Jul-04	Nov-04	78.420	0	0	78.420

Continua...

Tabela 25. Continuação.

Convênio	Convenente	Início	Término	Custeio	Equip.	Obras	Total
10200.04/0076-3	Soc. Educ. Uberabense	Ago-04	Nov-04	27.809	0	0	27.809
10200.04/0077-1	Funpab	Ago-04	Nov-04	9.930	0	0	9.930
10200.04/0083-9	Fau	Ago-04	Nov-04	34.977	0	0	34.977
10200.04/0084-7	Funarbe	Ago-04	Nov-04	42.115	0	0	42.115
10200.04/0085-4	Funarbe	Ago-04	Nov-04	21.415	0	0	21.415
10200.04/0086-2	Funarbe	Ago-04	Nov-04	37.400	0	0	37.400
10200.04/0087-0	Iapar	Ago-04	Nov-04	165.000	0	0	165.000
10200.04/0088-8	Funarbe	Ago-04	Nov-04	18.000	0	0	18.000
10200.04/0089-6	Funarbe	Ago-04	Nov-04	16.449	0	0	16.449
10200.04/0090-4	Faepe	Ago-04	Nov-04	18.010	0	0	18.010
10200.04/0091-2	Faepe	Ago-04	Nov-04	16.435	0	0	16.435
10200.04/0092-0	Fundepag	Ago-04	Nov-04	29.749	0	0	29.749
10200.04/0093-8	Fundepag	Ago-04	Nov-04	21.270	0	0	21.270
10200.04/0094-6	Fundepag	Ago-04	Nov-04	21.250	0	0	21.250
10200.04/0095-3	Funarbe	Set-04	Nov-04	18.020	0	0	18.020
10200.04/0096-1	Funarbe	Set-04	Nov-04	48.522	0	0	48.522
Aplicação Direta	Embrapa	Jan-04	Dez-04	0	300.000	0	300.000
10200.04/0097-9	Funarbe	Set-04	Dez-05	370.800	0	0	370.800
10200.04/0104-3	Funarbe	Out-04	Jul-05	150.000	0	0	150.000
Total de aditivos programação 2004				**3.456.642**	**300.000**	**0**	**3.756.642**

Fonte: Arquivos da Embrapa Café, organizados pelo autor.

execução em 2004. Em princípio, os aditivos celebrados e os valores envolvidos nos repasses por projeto deveriam ser os mesmos do convênio original. Não obstante, vale ressaltar a impossibilidade burocrática de renovar os convênios com o IAC, o IB e a Unicamp, e, conseqüentemente, de repassar os recursos necessários à conclusão dos trabalhos desse ano, ocasionando prejuízo a essas instituições e aos parceiros dos projetos multiinstitucionais, como Epamig e Incaper, prejudicando o andamento do programa.

Ao longo do ano de 2004 foi liberado para aplicação no PNP&D/Café um total de R$ 7,72 milhões, sendo que, destes, pouco mais de 3,75 milhões de reais foram utilizados na programação do ano corrente, completando a pequena liberação de recursos do efetuada em 2003. Assim, a programação de 2004/2005 ficou restrita a uma disponibilidade financeira de pouco menos de 4 milhões de reais, o suficiente apenas para continuidade da programação que se encontrava em andamento.

Com essa disponibilidade financeira foram contratados 171 subprojetos de P&D para execução no decorrer de 2005. Dos subprojetos financiados, um é destinado ao apoio da concessão de bolsas para estudantes, técnicos e pesquisadores envolvidos diretamente na execução do PNP&D/Café; 59 são oriundos do portifólio anterior (2002-2005), que será extinto esse ano. Os outros 110 são subprojetos do novo portifólio, iniciados a partir de 2003. Essa programação de pesquisa está sendo executada por 32 instituições de pesquisa, conforme mostrado na Tabela 26.

Tomada como exemplo negativo, pelas dificuldades burocráticas encontradas, a celebração de convênios por projeto não foi implementada nesse ano, optando-se por celebrá-los por instituição (Tabela 27), como era nos anos anteriores, embora fosse considerada uma perda na coesão dos projetos a serem implementados ou a terem continuidade. Continua existindo o desafio de encontrar uma solução legal menos onerosa, em tempo e trabalho, para celebrar convênios por projeto. A solução provisória encontrada escamoteou a dificuldade, mas não superou os problemas burocráticos colocados pela legislação pertinente.

Tabela 26. Instituições executoras e valores alocados para realização da programação do PNP&D/Café, em 2004/2005.

Instituição	Número de subprojetos	Valor (R$)
Cenargen	6	135.508,00
CNPAB	1	7.589,00
CPAF AC	2	21.128,00
CPAF RO	4	59.663,00
CTAA	3	127.467,00
EBDA	2	17.508,00
Epamig	21	504.929,00
Faro	1	16.516,00
IAC	19	913.844,00
Iapar	12	264.450,00
IB	2	26.694,00
Incaper	15	245.382,00
Ital	1	35.000,00
Mapa Decaf	1	12.200,00
Mapa/DFA MG	2	9.480,00
Mapa/Sarc	6	159.711,00
Pesagro	1	5.184,00
SAPC-Pesquisa	7	122.060,00
SAPC-Bolsa	1	398.086,00
UCB	1	22.000,00
Uenf	5	25.692,00
Uesb	3	18.004,00
UFG	1	5.876,00
Ufla	15	141.115,00
UFMG	1	4.000,00
UFPR	1	14.874,00
UFRJ	2	93.440,00
UFU	2	30.808,00
UFV	26	371.583,00
Unesp-Botucatu	1	33.900,00
Unicamp	3	62.875,00
Uniube	2	35.542,00
USP/FFCLRP	1	21.250,00
Total	**171**	**3.963.358,00**

Fonte: Arquivos Embrapa Café, organizados pelo autor.

Tabela 27. Relação nominal e valor dos convênios celebrados em 2004.

Convênio	Convenente	Início	Término	Custeio	Equip.	Obras	Total
10200.04/0195-1	Funarbe	Dez-04	Nov-05	369.478	0	0	369.478
10200.04/0196-9	Funarbe	Dez-04	Nov-05	225.404	0	0	225.404
10200.04/0197-7	Funarbe	Dez-04	Nov-05	264.078	0	0	264.078
10200.04/0198-5	Fau	Dez-04	Nov-05	30.808	0	0	30.808
10200.04/0199-3	Soc. Educ. Uberabense	Dez-04	Nov-05	35.542	0	0	35.542
	Bio-Rio	Dez-04	Nov-05	52.840	0	0	52.840
10200.04/0205-8	Funarbe	Dez-04	Nov-05	245.382	0	0	245.382
10200.04/0206-6	Iapar	Dez-04	Nov-05	264.450	0	0	264.450
10200.04/0207-4	Faepe	Dez-04	Nov-05	141.115	0	0	141.115
10200.04/0210-8	Funarbe	Dez-04	Nov-05	371.583	0	0	371.583
10200.04/0211-6	Funarbe	Dez-04	Nov-05	101.125	0	0	101.125
10200.04/0212-4	Fundecit	Dez-04	Nov-05	504.929	0	0	504.929
10200.04/0213-2	Funarbe	Dez-04	Nov-05	958.538	0	0	958.538
10200.04/0214-0	Funape	Dez-04	Jun-05	398.086	0	0	398.086
Total programação em execução 2005				**3.963.358**	**0**	**0**	**3.963.358**
Total dos convênios 2004				**7.420.000**	**300.000**	**0**	**7.720.000**

Fonte: Arquivos da Embrapa Café, organizados pelo autor.

A distribuição da programação em execução por Núcleo de Referência e por Foco Temático mostra-se, respectivamente, nas Tabelas 28 e 29. Por esses, observam-se os decréscimos de estudos abordando aspectos do solo e da nutrição de cafeeiros. Esses estudos passaram a representar apenas 6,5% do total dos subprojetos em andamento. Em contrapartida, verifica-se o crescimento relativo dos estudos de biotecnologia, genética e melhoramento, ampliando a fronteira do conhecimento existente sobre as características do cafeeiro.

Nessa programação, permanece inalterada a falta de interesse por estudos na área de socioeconomia e por ações organizadas de incentivo à transferência de tecnologia. Esse parece ser um viés no processo de gestão de um programa destinado à promoção de inovação tecnológica.

Assim, em conseqüência da escassez de recursos financeiros destinados ao PNP&D/Café, nenhum novo estudo ou atividade foi iniciado em 2005, ano em que se completariam as modificações propostas para o Programa e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC). Vale ressaltar que, de acordo com as orientações desse Conselho, a partir desse ano, a chamada de projetos passaria a ser feita por meio de editais públicos, tendo para tal uma dotação pré-definida.

Tabela 28. Distribuição por núcleo de referência dos subprojetos componentes do PNP&D/Café em 2004/2005.

Núcleo de referência	Número de subprojetos	Participação percentual
Agroclimatologia e fisiologia do cafeeiro	06	3,5
Biotecnologia aplicada à cadeia agropecuária do café	26	15,3
Genética e melhoramento do cafeeiro	32	18,8
Solos e nutrição do cafeeiro	11	6,5
Doenças do cafeeiro	10	5,9
Pragas do cafeeiro	17	10,0
Manejo da lavoura cafeeira	24	12,9
Cafeicultura irrigada	22	12,9
Colheita, pós-colheita e qualidade do café	16	9,4
Industrialização e qualidade do café	05	3,0
Socioeconomia do café	02	1,2
Transferência de tecnologia	01	0,6
Total	**170**	**100,0**

Fonte: Arquivos da Comissão Técnica do Programa Café/Embrapa Café.

Tabela 29. Número de subprojetos e participação percentual dos focos temáticos do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (PNP&D/Café), em 2004/2005.

Focos temáticos	Número de subprojetos (2004/2005)	Participação percentual
Ampliação da base de conhecimento	29	17,1
Alternativas para cafeicultura familiar	8	4,7
Preservação ambiental e desenvolvimento econômico e social	17	10,0
Novos produtos à base de café	2	1,2
Agregação de qualidade ao produto	2	1,2
Aperfeiçoamento dos processos industriais	0	0,0
Informação para formulação de estratégias e políticas	6	3,5
Cafeicultura irrigada	22	12,9
Melhoria dos processos de colheita	0	0,0
Otimização dos sistemas de cultivo	28	16,5
Riscos físicos, químicos e biológicos à cafeicultura	45	26,4
Sistemas orgânicos	7	4,1
Usos alternativos para resíduos e subprodutos do café	3	1,8
Organização do conhecimento e da documentação cafeeira	1	0,6
Difusão e transferência de tecnologias, conhecimentos e informações	0	0,0
Total	**170**	**100,0**

Fonte: Secretaria-Executiva da Comissão Técnica do Programa Café (CTP/Café)/ Embrapa Café.

Para compor a programação que teria início em 2005, o Edital[19] para chamada de projetos foi publicado no Diário Oficial da União de 29/04/2004. Em decorrência, foram recebidas 105 propostas de projetos, que estão quantificados, por Núcleo de Referência, na Tabela 30. De acordo com a metodologia de análise proposta, esses projetos passaram por quatro etapas de avaliação. A primeira foi a documental realizada na secretaria Executiva da CTP/Café, onde se verificou o atendimento às exigências legais do Edital; a segunda, de avaliação técnica, foi feita pelos membros das Coordenações do Núcleos de Referência e por consultores ad hoc; a terceira foi a avaliação estratégica feita pela CTP/Café; e a quarta, a avaliação e homologação dos resultados pelo Comitê Diretor do PNP&D/Café.

[19] Cópia do Edital está no Anexo 16.

Tabela 30. Número de projetos encaminhados ao PNP&D/Café concorrendo aos recursos do edital publicado em 29/04/2004.

Foco temático	Total projetos recebidos
Agregação de qualidade ao produto	8
Alternativas para cafeicultura familiar	5
Ampliação da base de conhecimento	15
Café e saúde	6
Cafeicultura irrigada	4
Difusão e transferência de tecnologias, conhecimentos e informações	7
Informação para formulação de estratégias e políticas	4
Melhoria dos processos de colheita	1
Novos produtos à base de café	4
Otimização dos sistemas de cultivo	12
Preservação ambiental e desenvolvimento econômico e social	9
Riscos físicos, químicos e biológicos à cafeicultura	22
Sistemas orgânicos	4
Usos alternativos para resíduos e subprodutos do café	4
Total	**105**
Impacto financeiro (2005)	R$ 17.289.886
Impacto financeiro total (2005-2007)	R$ 30.364.937

Fonte: Secretaria Executiva da Comissão Técnica do Programa Café (CTP/Café)/ Embrapa Café.

Ao final desse processo, tendo em vista suas potencialidades de promover inovações tecnológicas relevantes para o agronegócio café do Brasil nesse momento, foram priorizados 28 projetos para implantação em 2005. Na Tabela 31, mostra-se a distribuição desses projetos por Foco Temático. O valor total dos projetos priorizados era de 5,14 milhões de reais, quantia compatível com a dotação dos recursos financeiros aprovados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias para o PNP&D/Café em 2004, e representava apenas 30% do total dos recursos de todos os projetos apresentados.

Portanto, ficou claro que um grande número de projetos tecnicamente aprovados teve sua implementação postergada para quando houver disponibilidade de recursos. As repercussões da programação de 2005 deverá ser objeto de novos estudos e análises, já que nesse ano se inicia uma nova fase na execução do PNP&D/Café e da coordenação do CBP&D/Café. Em 1º de setembro de 2004 uma nova Gerência na Embrapa Café assumiu a coordenação do Consórcio e do Programa e, com certeza, promoverá as adequações que entenda desejável,

produzindo uma seqüência diferente de fatos e realizações que serão monitoradas sistematicamente e sofrerão as necessárias avaliações futuras.

Tabela 31. Número de projetos, por foco temático, priorizados para comporem a programação do PNP&D/Café em 2005, em decorrência do edital publicado em 29/4/2004.

Foco temático	**Total projetos recebidos**
Agregação de qualidade ao produto	2
Alternativas para cafeicultura familiar	1
Ampliação da base de conhecimento	5
Café e saúde	2
Cafeicultura irrigada	1
Difusão e transferência de tecnologias, conhecimentos e informações	2
Informação para formulação de estratégias e políticas	2
Melhoria dos processos de colheita	0
Novos produtos à base de café	0
Otimização dos sistemas de cultivo	4
Preservação ambiental e desenvolvimento econômico e social	2
Riscos físicos, químicos e biológicos à cafeicultura	4
Sistemas orgânicos	1
Usos alternativos para resíduos e subprodutos do café	2
Total	**28**
Impacto financeiro (2005)	R$ 5.135.300,00

Fonte: Secretaria Executiva da Comissão Técnica do Programa Café (CTP/Café)/ Embrapa Café.

Realizações e Custos do Programa

O resultado das atividades de pesquisa agrícola tem um caráter de bem público, pois beneficia a sociedade, mas não gera retorno financeiro direto para a entidade geradora da nova tecnologia. Graças a isso, a tendência quase universal é da falta de recursos para pesquisa.

Recursos financeiros aplicados

Para execução do PNP&D/Café foram aplicados, durante os sete primeiros anos de funcionamento, em valores nominais, sessenta e sete milhões e quatrocentos e vinte mil reais. Com o objetivo de proporcionar uma idéia mais atualizada dos valores envolvidos, dar uma base única para visualizar a evolução dos valores liberados e fazer comparações intertemporais de maneira mais adequada, fez-se a correção das quantias investida para agosto de 2005, utilizando-se, para tal, O IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas. Verificou-se então que, em valores corrigidos para essa data, foram aplicados ao programa, aproximadamente, 111,5 milhões reais (Tabela 32).

Por razões semelhantes buscou-se também computar em dólares os valores liberados para o Programa, o que permitirá comparações com outras grandezas comumente expressas nessa moeda. Os valores correntes em reais foram convertidos para dólar, utilizando-se o câmbio oficial do mês de publicação da Portaria de liberação dos recursos, verificando-se que a somatória desses atingiu a cifra de US$ 34,5 milhões, no decorrer dos sete anos em análise .

A dotação recebida no primeiro ano do programa foi de 12 milhões de reais, equivalente a 10,3 milhões de dólares. Esse valor nominal, em reais, foi mantido nos dois anos seguintes, e aumentado para 14 milhões em 2001. A partir de 2002, mesmo tendo uma dotação orçamentária de

[1] Regis Bonelli e Elisa de Paulo Pessoa. Extraído da página 1 do Texto para Discussão nº 576: *O Papel do Estado na Pesquisa Agrícola no Brasil,* editado pelo Ipea em 1998.

Tabela 32. Valores anuais (correntes e corrigidos) de custeio, investimento e total dos recursos liberados para o PNP&D/Café, por parcela e data de liberação, de 1998 a 2004.

Ano	Especificação	Data do recebimento	Custeio (R$)		Investimento (R$)		Total		
			Valor corrente	Valor corrigido[2]	Valor corrente	Valor corrigido[2]	Valor corrente	Valor corrigido	
								R$[2]	US$[3]
1998	Primeira parcela [1]	Dezembro	1.200.000	2.717.953	0	0	1.200.000	2.717.953	1.078.361
	Segunda parcela	Maio	6.000.000	13.424.787	0	0	6.000.000	13.424.787	5.229.670
	Terceira parcela	Dezembro	0	0	4.800.000	10.689.716	4.800.000	10.689.716	3.984.725
	TOTAL		7.200.000	16.142.740	4.800.000	10.689.716	12.000.000	26.832.456	10.292.756
1999	Parcela única	Dezembro	8.600.000	15.963.069	3.400.000	6.310.981	12.000.000	22.274.049	6.514.658
	TOTAL		8.600.000	15.963.069	3.400.000	6.310.981	12.000.000	22.274.049	6.514.658
2000	Parcela única	Agosto	6.730.000	11.629.650	5.270.000	9.106.724	12.000.000	20.736.374	6.635.700
	TOTAL		6.730.000	11.629.650	5.270.000	9.106.724	12.000.000	20.736.374	6.635.700
2001	Primeira parcela	Junho	4.600.000	7.423.844	1.400.000	2.259.431	6.000.000	9.683.275	2.526.316
	Segunda parcela	Outubro	7.400.000	11.437.829	600.000	927.392	8.000.000	12.365.220	2.920.348
	TOTAL		12.000.000	18.861.673	2.000.000	3.186.822	14.000.000	22.048.496	5.446.663
2002	Primeira parcela	Novembro	2.400.000	2.985.541	0	0	2.400.000	2.985.541	671.216
	Segunda parcela	Novembro	0	0	200.000	248.795	200.000	248.795	55.935
	Terceira parcela	Dezembro	2.500.000	3.028.230	0	0	2.500.000	3.028.230	689.636
	TOTAL		4.900.000	6.013.770	200.000	248.795	5.100.000	6.262.565	1.416.787
2003	Portaria 27	Agosto	1.550.000	1.788.863	450.000	519.347	2.000.000	2.308.210	666.289
	Portaria 41	Dezembro	1.500.000	1.687.460	0	0	1.500.000	1.687.460	512.908
	Portaria 41	Dezembro	500.000	562.140	0	0	500.000	562.140	170.969
	Portaria 41	Dezembro	600.000	674.567	0	0	600.000	674.567	205.163
	TOTAL		4.150.000	4.713.030	450.000	519.347	4.600.000	5.232.377	1.555.330
2004	Portaria 41	Janeiro	420.000	468.740	0	0	420.000	468.740	147.317
	Portaria 41	Março	1.000.000	1.093.883	0	0	1.000.000	1.093.883	344.270
	Portaria 41	Maio	1.800.000	1.918.615	0	0	1.800.000	1.918.615	580.720
	OF.SPC 381/04	Setembro	1.500.000	1.533.195	0	0	1.500.000	1.533.195	518.977
	OF.SPC 381/04	Outubro	1.500.000	1.525.094	0	0	1.500.000	1.525.094	525.928
	OF.SPC 381/04	Novembro	1.200.000	1.210.109	300.000	302.527	1.500.000	1.512.636	538.561
	Total		**7.420.000**	**7.749.635**	**300.000**	**302.527**	**7.720.000**	**8.052.162**	**2.655.773**
	Total geral		**51.000.000**	**81.073.566**	**16.420.000**	**30.364.913**	**67.420.000**	**111.438.479**	**34.517.667**

[1] Dezembro de 1997.
[2] Valores corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas para agosto de 2005.
[3] Calculados pelos valores mensais do dólar do IPEA.
Fonte: Arquivos da Embrapa Café.

magnitude semelhante aprovada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, os recursos financeiros foram sucessivamente contingenciados, o que implicou liberações bem inferiores, marcando um novo patamar de disponibilidade financeira nos últimos três anos.

As justificativas apresentadas para adoção desse contingenciamento, tanto no último ano do Governo Fernando Henrique como nos dois primeiros anos do Governo Lula, tinham por base a contenção de gastos públicos motivada por uma política fiscal mais austera. Em nenhum momento, apresentou-se a inadequação ou ineficácia do PNP&D/Café como razão dessa contenção de recursos.

A Fig. 24 mostra que, ao longo do período considerado, as liberações anuais, em valores reais e em dólares, são visivelmente decrescentes. Tendência que se acentuou muito nos últimos três anos, quando os valores destinados ao Programa foram vigorosamente diminuídos, sendo que a média desse período não chega a 2 milhões de dólares anuais, menos de 20% dos mais de10 milhões de dólares com que o Programa foi contemplado em seu primeiro ano.

Em termos da capacidade de realização de um programa de P&D, a dotação orçamentária em dólar é ainda mais importante, tendo em vista a alta freqüência do uso de insumos e equipamentos importados necessários ao desenvolvimento das suas atividades. No caso do PNP&D/Café, a rubrica investimento, que responde pela capacidade de sustentação de longo prazo das atividades, foi a mais penalizada, tendo em vista que a reduzida dotação foi direcionada para o custeio dos estudos, sem contemplar o aumento da capacidade de geração e transferência de tecnologia. O reflexo negativo dessa contenção certamente será perceptível a médio e longo prazos.

Inicialmente, cerca de três quartos do total liberado foram empregados em despesas de custeio e um quarto dos recursos investido em equipamentos e benfeitorias. Com relação a essa composição por elemento de despesa, vale observar que, nos quatro primeiros anos do PNP&D/Café, houve um significativo investimento em equipamentos e benfeitorias, chegando a representar 40% do total liberado. Nos três anos seguintes, essa rubrica teve dotação irrisória, sendo destinada a atender demandas pontuais e específicas, não ampliando, nem mesmo

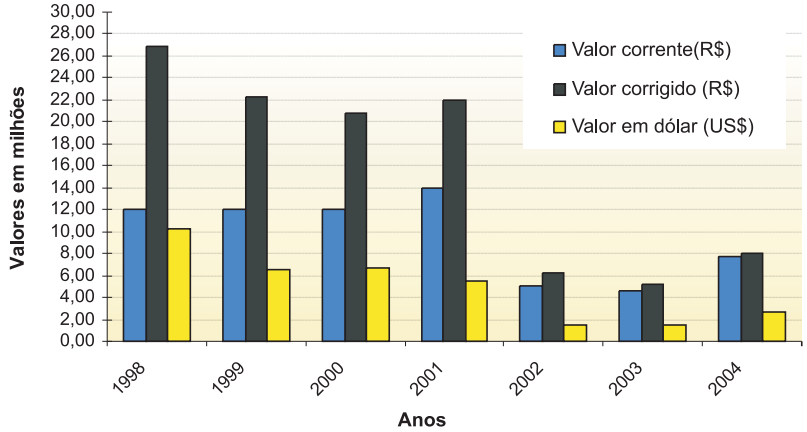


Fig. 24. Recursos financeiros recebidos pelo PNP&D/Café, no período de 1998 a 2004.

conservando, a capacidade de geração e transferência de tecnologia das instituições consorciadas.

Cotejando-se os valores liberados para realização das atividades de P&D e transferência de tecnologia para a cadeia produtiva do café com os valores das exportações de café e da produção brasileira, calculada pelo preço pago ao produtor, observa-se que, em média, eles foram de respectivamente, 0,25% e 0,30%. Em outras palavras, para cada mil dólares de exportação de café, US$ 2.50 foram investidos no PNP&D/Café; e para cada mil reais do valor da safra brasileira em nível de produtor, R$ 3,00 foram disponibilizados para execução da programação do CBP&D/Café, no período considerado (Tabela 33).

Essa participação alcançou um máximo em 2001, quando foram investidos no programa pouco mais de 0,5% do valor da safra brasileira naquele ano e, um mínimo em 2003, quando o investimento no desenvolvimento das atividades de P&D para a cadeia produtiva representou menos de 0,1% do valor da produção cafeeira (Fig. 25).

A distribuição, por Núcleo de Referência, dos recursos recebidos pelo PNP&D/Café está mostrada na Tabela 34. Ao analisar esse quadro, chama atenção o volume de recursos empregados nos Planos de Apoio ao Desenvolvimento Institucional (Padi), que respondeu por cerca de 35% de todos os recursos aplicados. Nessa especificação estão incluídos

Tabela 33. Valores absolutos das safras e das exportações brasileiras de café e valores relativos da liberação de recursos financeiros do PNP&D/Café, 1998-2004.

Ano	Safra brasileira**		Exportação**		Valor liberado		Valor relativo	
	Mil sc de 60 kg	Mil R$* (A)	Sc de 60 kg	Mil US$ (B)	Mil US$*** (C)	Mil R$ (D)	C/B (%)	D/A (%)
1998	18.860	2.552.701	18.225.355	2.596.116	10.292	12.000	0,40	0,47
1999	33.950	4.743.154	23.021.545	2.444.351	6.514	12.000	0,27	0,25
2000	27.170	3.617.413	18.089.127	1.775.328	6.635	12.000	0,37	0,33
2001	31.100	2.666.825	23.464.740	1.432.286	5.446	14.000	0,38	0,52
2002	31.300	2.468.944	28.138.290	1.367.997	1.416	5.100	0,10	0,21
2003	48.480	5.882.563	25.707.606	1.534.904	1.555	4.600	0,10	0,08
2004	28.820	4.146.045	26.453.827	2.021.306	2.655	7.720	0,13	0,19

* Calculada com base no preço ao produtor: http://www.abic.com.br/estat_produtor.html.
** htpp://www.cecafe.com.br/Menu/Dados/produção.
*** Calculado com base no valor do câmbio: www.ipeadata.gov.br.

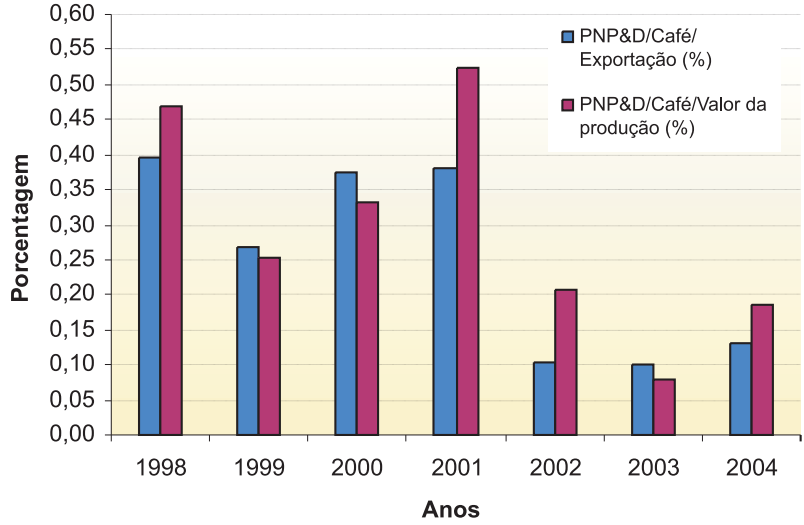


Fig. 25. Participação percentual dos investimentos no PNP&D/Café em relação ao valor das exportações e das safras brasileiras, 1998-2004.

os recursos financeiros destinados ao Programa de Bolsas, às despesas de coordenação realizadas pela Embrapa Café e aos investimentos dirigidos para ampliar ou melhorar a infra-estrutura de trabalho das principais instituições consorciadas.

Dentre as linhas de pesquisa, a genética e melhoramento do cafeeiro destaca-se pelo maior volume de recursos aplicados, havendo recebido pouco mais de 13% de toda a dotação orçamentária do PNP&D/Café no período analisado. Na seqüência das linhas de pesquisa que foram contempladas com maior volume de recursos, estão biotecnologia, solos e nutrição de plantas e irrigação, nessa ordem.

Por outro lado, as linhas de pesquisa que receberam as menores aplicações financeiras foram: socioeconomia, pragas e doenças do cafeeiro e a industrialização do café. Chama-se atenção para o volume de recursos aplicados nas atividades de transferência de tecnologia que, embora da ordem de 7,3% do total, ficou aquém dos 10% estabelecidos como meta pelas instâncias deliberativas do Consórcio. Tome-se como agravante que, nos três últimos anos, foram aplicados apenas cerca de 2% do orçamento, já restrito, em atividades de difusão dos conhecimentos e das tecnologias disponíveis.

Tabela 34. Totais de recursos financeiros aplicados ao PNP&D/Café, por Núcleo de Referência, no período de 1998 a 2004.

Núcleo de referência	Anos (R$)							Total (R$)	(%)
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004		
Agroclimatologia e fisiologia do cafeeiro	441.508	671.846	263.104	619.025	228.329	111.551	246.595	2.581.958	3,83
Biotecnologia aplicada à cadeia agropecuária do café	0	885.785	357.755	1.426.408	353.076	514.769	798.807	4.336.600	6,43
Colheita, pós-colheita e qualidade do café	675.373	670.204	740.305	686.916	141.744	199.523	346.777	3.460.842	5,13
Doenças do cafeeiro	685.199	876.108	439.729	580.065	161.361	131.835	263.254	3.137.551	4,65
Genética e melhoramento do cafeeiro	1.668.985	1.651.223	720.746	1.732.947	906.821	619.608	1.557.783	8.858.113	13,14
Industrialização e qualidade do café	249.350	549.157	801.358	345.523	125.108	78.760	215.380	2.364.636	3,51
Cafeicultura irrigada	671.295	537.915	621.425	786.091	380.065	214.104	469.061	3.679.956	5,46
Manejo da lavoura cafeeira	1.028.331	560.684	305.075	513.408	166.772	186.263	506.704	3.267.237	4,85
Pragas do cafeeiro	389.645	478.746	436.070	490.951	158.262	78.854	236.565	2.269.093	3,37
Socioeconomia do café	464.148	378.745	316.205	64.808	0	25.000	25.000	1.273.906	1,89
Solos e nutrição do cafeeiro	766.332	826.591	389.666	1.042.467	375.985	196.974	303.554	3.901.569	5,79
Transferência de tecnologia	849.661	1.131.387	891.708	1.666.446	32.477	287.715	66.045	4.925.439	7,31
Outros custos*	4.110.173	2.781.609	5.716.854	4.044.945	2.070.000	1.955.044	2.684.475	23.363.100	34,65
Total	**12.000.000**	**12.000.000**	**12.000.000**	**14.000.000**	**5.100.000**	**4.600.000**	**7.720.000**	**67.420.000**	**100,00**

* Bolsas, coordenação e Padi.
Fonte: Embrapa Café.

Corrigidos os valores aplicados para agosto de 2005[2], usando-se para tal o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, as participações relativas da alocação de recursos financeiros entre Núcleos de Pesquisa não se altera substancialmente. A maior diferença positiva fica por conta do Núcleo de Transferência de Tecnologia, por ter recebido mais recursos no início do Programa, que passa sua participação no total aplicado de 7,31% para 7,72%. Por outro lado, a maior diferença negativa é observada no Núcleo de Biotecnologia, que não recebeu recursos no primeiro ano do Programa, que tem sua participação no total liberado diminuída de 6,43% para 5,71%, quando os valores são atualizados.

Também é importante analisar como o volume de recursos aplicados ao PNP&D/Café foi distribuído entre as instituições executoras da programação técnico-científica. Com base nas informações da Tabela 35, observa-se que, durante o período de 1998 a 2004, um total de 54 instituições de pesquisa e transferência de tecnologia[3] participou da execução do programa. Dessas, sete instituições chamam a atenção pela quantidade de recursos financeiros que lhes foram destinados.

Juntas, Embrapa Café, IAC, Epamig, Iapar, Incaper, Ufla e UFV, foram destinatárias de 76% de todos os recursos financeiros disponibilizados para o CBP&D/Café. A Fig. 26 mostra a participação percentual de cada uma dessas instituições no valor total aplicado, que foi de R$ 67,42 milhões.

Os recursos destinados às quatro instituições estaduais de P&D e às duas universidades federais foram encaminhados mediante a apresentação de projetos técnicos, justificando sua necessidade e a importância das ações a serem financiadas. Eles se destinaram ao investimento em obras e equipamentos para apoio ao melhor desempenho de suas diligências técnico-científica, e ao custeio de estudos, pesquisas e atividades, visando transferir tecnologias para o setor produtivo.

---

[2] A tabela completa com os valores corrigidos para os núcleos de referência está no Anexo 17.
[3] Considerou-se como instituição autônoma cada Centro da Embrapa que participou do programa.

Tabela 35. Totais de recursos financeiros aplicados ao PNP&D/Café, por instituição de pesquisa, no período de 1998 a 2004.

Instituição	Valor anual (R$)							Total	
de pesquisa	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	R$	%
Agenciarural			19.996	11.458	5.850			37.304	0,06
Bio-Rio			297.500	80.000	10.000			387.500	0,57
Cati	106526	45.000	64.000	45.000				260.526	0,39
Cenargen		114.100	125.630	476.670	106.530	77.622	430.004	1.330.556	1,97
Ceplac				47.774	16.798	9.930	9.930	84.432	0,13
CETCAF				34.040		12.264		46.304	0,07
CNPAB	24000	11.300	58.050	9.000	8.330		19.853	130.533	0,19
CPAC		205.515	78.535	152.750	31.333	81.066	18.066	567.265	0,84
CPAF AC		81.479	33.567	15.972	4.872	13.952	35.080	184.922	0,27
CPAF AP		19.700	6.014	4.888	5.623			36.225	0,05
CPAF RO	16000	202.000	310.135	179.838	52.415	54.894	102.907	918.189	1,36
Cpatu		87.375	159.629	79.567	57.316	25.509	25.509	434.905	0,65
CTAA	94500	214.400	208.430	145.793	61.600	148.791	190.913	1.064.427	1,58
EBDA	113693	150.250	142.307	324.603	75.175	65.700	54.908	926.636	1,37
Emater MG			207.036	177.964				385.000	0,57
Emater PR		66.000	87.000	60.000				213.000	0,32
Emater RJ		11.900						11.900	0,02
Epamig	1811787	1.367.139	825.260	973.698	453.913	400.298	740.916	6.573.011	9,75
Fapesp				960.000		250.000		1.210.000	1,79
Faro						8.257	24.773	33.030	0,05
FGV			45.000					45.000	0,07
IAC	2188335	1.725.000	1.301.360	1.913.665	677.065	442.885	922.344	9.170.654	13,60
IAL		66.800	84.950	38.690	32.900			223.340	0,33
Iapar	1357913	862.700	861.490	893.450	296.661	195.041	429.450	4.896.705	7,26
IB	41479	52.000	250.000	148.061	58.060	8.898	26.694	585.192	0,87
IEA	35203	42.952	97.010					175.165	0,26
IMA				17.736				17.736	0,03
Incaper	1163999	717.000	898.735	798.494	216.635	193.880	362.102	4.350.845	6,45

Continua...

Tabela 35. Continuação.

Instituição	Valor anual (R$)							Total	
de pesquisa	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	R$	%
Ital	254350	475.000	164.044	80.271	30.000	17.500	52.500	1.073.665	1,59
Mapa					6.100	18.300		24.400	0,04
Mapa/DFA MG	148400	38.900	524.892	423.698	92.242	4.740	14.220	1.247.092	1,85
Mapa/Sarc	427761	324.119	124.332	209.430	56.590	75.338	212.479	1.430.049	2,12
Ocepar		36.000	44.000					80.000	0,12
Pesagro	117194	36.100	23.795	18.346	3.113	6.481	11.665	216.694	0,32
SAA-PR/Deral			17.920					17.920	0,03
Embrapa Café	1493888	2.297.219	2.523.751	3.449.732	2.098.000	1.616.929	2.667.497	16.147.016	23,95
UCB						8.000	30.000	38.000	0,06
UEL		35.000	43.465	19.150	3.670			101.285	0,15
UEM	18666	14.000	11.000					43.666	0,06
Uenf		38.800	31.500	8.500	5.920	16.658	42.350	143.728	0,21
Uesb	18764	33.304	77.339	107.950	18.826	15.743	33.747	305.673	0,45
Ufes				12.946				12.946	0,02
UFG			43.220	16.683	8.385	6.465	12.341	87.094	0,13
Ufla	1182251	540.800	971.514	871.189	194.495	101.882	242.997	4.105.128	6,09
UFMG						2.000	6.000	8.000	0,01
UFPR		129.600	40.000		19.000	8.500	23.374	220.474	0,33
UFRJ			53.270	41.534		46.770	119.910	261.484	0,39
UFU	123559	342.363	181.181	127.085	54.834	34.977	65.785	929.784	1,38
UFV	1210732	1.590.185	687.738	914.281	235.819	561.090	570.404	5.770.249	8,56
Unesp-Botucatu						11.300	33.900	45.200	0,07
Unicamp	51000		120.500	30.295	30.800	21.125	62.875	316.595	0,47
Uniube		26.000	145.365	71.547	47.280	38.790	74.332	403.314	0,60
USP/Esalq			9.540	8.252	6.950			24.742	0,04
USP/FFCLRP					23.000	10.625	31.875	65.500	0,10
Total	**12.000.000**	**12.000.000**	**12.000.000**	**14.000.000**	**5.100.000**	**4.600.000**	**7.720.000**	**67.420.000,00**	**100,00**

Fonte: Embrapa Café.

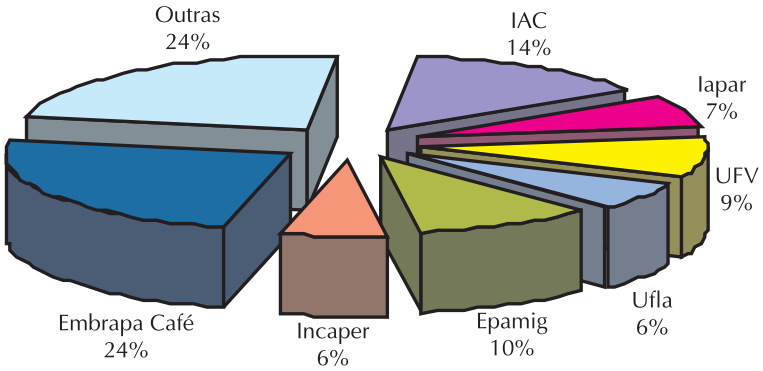


Fig. 26. Distribuição dos recursos financeiros do PNP&D/Café pelas principais instituições executoras.

O uso dos recursos aplicados pela Embrapa Café está discriminado na Tabela 36, onde se observa que 62,5% deles (pouco mais de 10 milhões de reais) foram alocados ao Programa de Bolsas. Dos demais 37,5% dos recursos, 25,0% foram empregados para patrocinar o custeio das atividades de coordenação, 10,5% foram investidos em equipamentos de pesquisa e de apoio administrativo ao programa, e os 2% restantes destinaram à execução de estudos e pesquisas desenvolvidos pela equipe desta unidade.

Esses números mostram que, do total de recursos financeiros investidos no PNP&D/Café (cerca de R$ 67,4 milhões), 8,5% foram empregados em despesas de coordenação dos trabalhos, portanto, um índice abaixo das estimativas usuais para esse tipo de trabalho, que é de 10% do valor orçado. A reduzida magnitude da "taxa de coordenação" é ainda mais significativa quando se sabe que a gestão dos trabalhos é feita de maneira colegiada, envolvendo diversas instâncias de deliberação. Também há de se considerar o fato de que, por se tratar de um programa abrangendo grande extensão geográfica, exige deslocamentos freqüentes para acompanhamento dos trabalhos de um grande e diversificado público envolvido nas diversas atividades. Pode-se destacar ainda, no mesmo sentido, a enorme gama de eventos promovidos sobre a cadeia produtiva do café, com os quais a coordenação do Consórcio tem que colaborar, mesmo que seja apenas com a representação técnica e gerencial.

Tabela 36. Valor dos recursos financeiros aplicados pela Embrapa Café, classificados por suas principais destinações.

Ano	Bolsa (R$)	Coordenação			Pesquisa (R$)	Total (R$)
		Custeio	Investimento	Total		
1998	1.266.000	227.888		227.888		1.493.888
1999	1.510.000	487.219	300.000	787.219		2.297.219
2000	1.800.000	544.540	179.211	723.751		2.523.751
2001	1.710.000	801.862	937.870	1.739.732		3.449.732
2002	1.000.000	870.000	200.000	1.070.000	28.000	2.098.000
2003	1.200.000	332.044		332.044	84.885	1.616.929
2004	1.598.086	786.389	83.126	869.515	199.896	2.667.497
Total	**10.084.086**	**4.049.942**	**1.700.207**	**5.750.149**	**312.781**	**16.147.016**

Fonte: Embrapa Café, organizados pelo autor.

Além disso, é necessário descontar da rubrica de investimento os equipamentos que foram adquiridos para realização de pesquisas e repassados, em comodato, para outras instituições consorciadas. Esse artifício foi utilizado, principalmente em 2001, porque os convênios celebrados com fundações não mais permitiam o repasse de recursos a serem plasmados em bens duráveis. Ao mesmo tempo, equipamentos se faziam necessários para dar andamento ao programa ou para iniciar novas atividades.

A análise da alocação dos recursos financeiros do PNP&D/Café, por Unidade Federativa, mostra que ele é aplicado em 12 estados brasileiros, quase sempre coincidindo com os principais produtores de café. As instituições sediadas nos Estados de Minas Gerais e São Paulo e no Distrito Federal, juntas, foram contempladas com pouco mais de três quartos dos investimentos totais (Fig. 27 e Tabela 37).

As instituições de Minas Gerais, o principal estado produtor, receberam cerca de 31% do total empregado. Já as instituições sediadas no Estado do Espírito Santo, segundo maior estado produtor, que responde por quase 18% da produção brasileira, receberam 6,5% recursos transferidos pelo Programa. Com participações no programa inferiores à importância com que se destacam na produção cafeeira, podem-se apontar também a Região Norte e o Estado da Bahia.

Por outro lado, as instituições do Estado de São Paulo receberam 20% de todos os desembolsos do Programa, enquanto sua participação

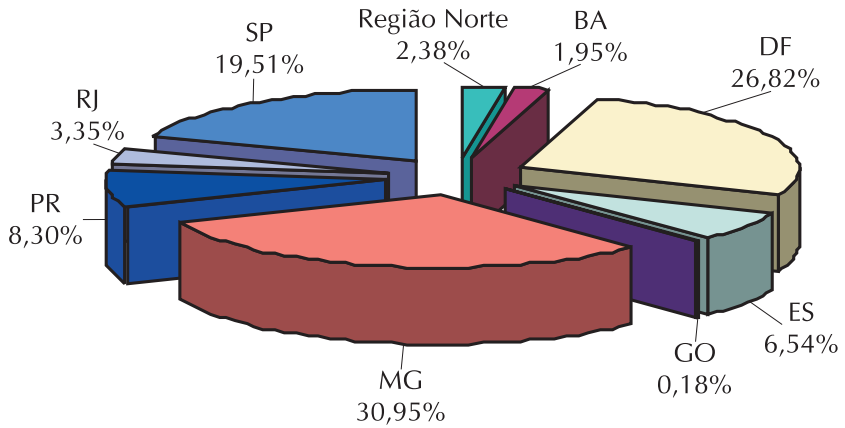


Fig. 27. Percentual dos recursos investidos pelo PNP&D/Café alocado nos principais estados produtores.

Tabela 37. Produção brasileira de café e distribuição percentual dos recursos do PNP&D/Café, por estado da Federação, no período de 1998 a 2004.

Unidade da federação	Produção		% recebido em relação ao total do PNP&D/Café
	Mil sacas	%	
Minas Gerais	18.777	48,56	30,95
Espírito Santo	6.795	17,57	6,54
São Paulo	5.265	13,62	19,51
Paraná	2.526	6,53	8,30
Bahia	2.279	5,89	1,95
Rondônia	1.760	4,55	1,41
Mato Grosso	310	0,80	0,00
Pará	220	0,57	0,65
Rio de Janeiro	260	0,67	3,35
Outros	475	1,23	27,34
Brasil	38.667	100,00	100,00

Fonte: Convênio MAPA-SPC/CONAB.

na produção é de 14%. As instituições de P&D paranaenses e fluminenses que trabalham com a cadeia produtiva do café também tiverem participações nos recursos do PNP&D/Café superiores à importância desses estados na produção cafeeira.

Constata-se, pois, que a distribuição dos recursos foi mais associada à capacidade institucional montada nos estados para ofertar soluções tecnológicas para a cadeia produtiva do café, do que vinculada à importância na produção cafeeira de cada unidade da Federação.

Nessa distribuição por estado, é ainda oportuno observar que os recursos destinados ao Distrito Federal, além de contemplarem a Embrapa Cerrados, a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e a Universidade Católica de Brasília – que juntas receberam pouco menos de 3% dos recursos alocados ao Programa – são, em sua maior parcela, destinados ao Programa de Bolsas e à coordenação do Consórcio, portanto, majoritariamente, ele é redistribuído aos estados de forma proporcional a suas participações relativas no total.

Programação realizada e custos unitários

Neste tópico será feita uma síntese das principais realizações do PNP&D/Café nos anos de 1998 a 2004. Serão mostrados os dados agregados da programação executada e calculados os custos unitários de cada uma das unidades consideradas. Inicialmente, usando a Fig. 28, apresenta-se o número de subprojetos que foram iniciados, dos que estavam em andamento e da soma dos dois grupos, em cada ano, ao longo desse período.

Para melhor entendimento, é oportuno lembrar que o objetivo-fim do PNP&D/Café é gerar e transferir conhecimentos e inovações tecnológicas para a cadeia produtiva do café, sendo o subprojeto a base inicial da programação técnico-científica e a unidade orçamentária desse programa, tendo uma duração máxima de três anos. Os estudos que necessitem de um tempo maior para serem realizados são avaliados ao final do terceiro ano de execução. Se aprovados, terão seqüência, sendo codificados como novos subprojetos. Assim, por exemplo, um subprojeto conveniado no final de 2000 poderá ser executado durante os três anos seguintes, ou ter sua conclusão ao final de 2001 ou 2002. Portanto, o número de subprojetos iniciados, ou novos, coincidirá com o número de subprojetos total durante o primeiro ano, quando não existiam estudos em andamento anteriormente contratados.

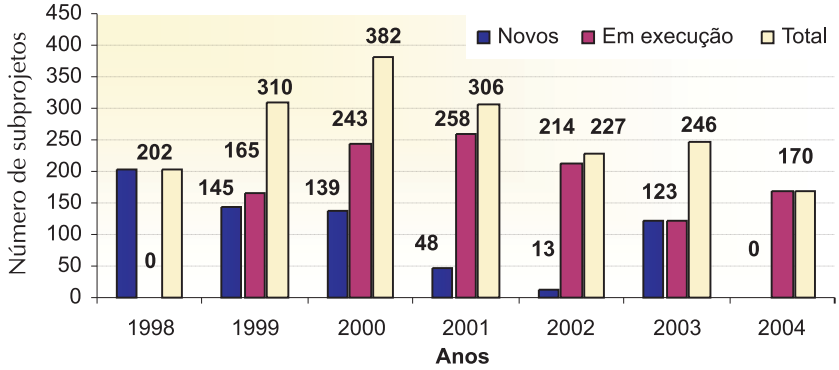


Fig. 28. Número de subprojetos novos, em execução e total, por ano, no período de 1998 a 2004.

No total foram iniciados e executados 670 estudos distintos. O número de subprojetos anualmente iniciados e em andamento guarda uma estreita relação com a disponibilidade orçamentária do programa, ressaltando-se aqui a estratégia de só se promover o início de novos estudos após garantir a continuidade daqueles que já estão em andamento.

Em 1998, primeiro ano do programa e uma dotação orçamentária de 12 milhões de reais em valor corrente (27 milhões de reais em valor de agosto de 2005), foram iniciados 202 subprojetos, o maior número de subprojetos iniciados em um ano. Nos dois anos seguintes, dispondo de uma dotação orçamentária semelhante, foram iniciados em torno de 140 subprojetos, em cada exercício. Em 2001, mesmo tendo um orçamento substancial, foram iniciados apenas 48 novos estudos, dada a necessidade de garantir a continuidade de um grande número de estudos iniciados em anos anteriores e que continuariam em andamento no ano seguinte.

Em 2002, em função de um acentuado decréscimo na disponibilidade financeira, associada à necessidade de continuar a programação em andamento, somente 13 subprojetos foram iniciados, todos eles associados ao estudo do genoma funcional do café, cujo seqüenciamento estava em fase de conclusão, razão por que foi considerado prioritário iniciar esses estudos, devidos aos esforços e aos recursos previamente empenhados.

O número de subprojetos iniciados em 2003 volta a crescer, não obstante a pequena dotação orçamentária desse ano. Isso ocorreu em

função da conclusão de substancial parcela dos estudos que haviam sido iniciados em anos anteriores, o que permitiu alocar o recurso escasso em novas propostas técnico-científicas. Em 2004, último ano do período considerado e uma disponibilidade financeira de 8 milhões (também valor de agosto de 2005), nenhum novo estudo foi contratado, uma vez que os recursos eram suficientes, apenas, para dar continuidade aos subprojetos já em andamento.

Por conseguinte, o número total de atividade de P&D e TT em determinado ano é o somatório dos subprojetos iniciados anteriormente, e não concluídos, com aqueles iniciados no ano em consideração. Entendido assim, registra-se, no período em análise, um total de 1.843 subprojetos em andamento, donde infere-se que as atividades técnico-científicas desenvolvidas tiveram uma duração média em torno de 2,7 anos.

O ano de 2000 apresentou o maior número de estudos em execução, com 382 subprojetos simultaneamente em desenvolvimento. O menor índice de estudos em desenvolvimento ocorreu em 2004, quando apenas 170 atividades técnico-científicas, das 246 que estavam sendo conduzidas no ano anterior, continuaram em desenvolvimento.

Em paralelo com essas informações quantitativas das atividades desenvolvidas, é oportuno mostrar, na Fig. 29, que os investimentos totais realizados com PNP&D/Café, durante esses 7 anos, cerca de 67,4 milhões de reais, podem ser classificados como custos diretos dos subprojetos e como custos indiretos do programa, esses compreendendo os valores alocados para a coordenação dos trabalhos, bolsas e Padi (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional).

Para proporcionar uma observação mais detalhada das participações institucionais no conjunto de atividades técnico-científicas desenvolvidas, a Tabela 38 discrimina o número de subprojetos iniciados e em andamento por cada uma das 59 instituições que participaram do PNP&D/Café, durante o período analisado[4]. Associando-se as informações dos quantitativos da programação iniciada e em andamento aos valores aplicados durante o período analisado, conclui-se que, em média, o

[4] Os Anexos 18 e 19 contêm, respectivamente, o detalhamento anual do número dos subprojetos em andamento e executados por instituição.

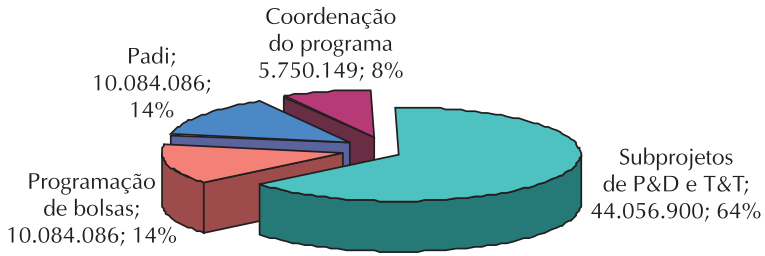


Fig. 29. Distribuição de recursos financeiros do PNP&D/Café para as atividades fins de coordenação, bolsas e apoio ao desenvolvimento institucional.

custo unitário de cada atividade realizada foi de, aproximadamente, 100 mil reais.

Considerando que 65% dos recursos (aproximadamente 44 milhões de reais em valores correntes) foram aplicados diretamente na execução de estudos e atividades de transferência de tecnologia, infere-se que os subprojetos do programa tiveram, em média, um custo direto em torno de 65 mil reais. Se os valores aplicados às instituições por meios de PADI forem somados aos custos diretos da execução dos subprojetos, o custo unitário médio de cada atividade executada pelo PNP&D/Café sobe para 77 mil reais.

O custo médio direto de cada subprojeto em andamento, por ano de execução, quando não se consideram os investimentos em Padi como parte desses e quando eles são incluídos, ficou, respectivamente, em torno de 24 e 28 mil reais. O valor do custo médio anual das atividades em andamento amplia-se para cerca de 37 mil reais quando lhe são agregados os custos indiretos com a coordenação dos trabalhos e o programa de bolsas.

É importante lembrar que a amplitude dos valores alocados aos subprojetos é muito grande. Existem estudos como, por exemplo, o de seqüenciamento do genoma, aos quais foram alocados mais de 1 milhão de reais e, de outro lado, tem-se diversos estudos que apresentaram o total dos custos diretos inferior a 5 mil reais[5].

[5] A relação de todos os subprojetos executados, com os respectivos valores que lhes foram outorgados, pode ser consultada no Anexo 20.

Tabela 38. Valor total de recursos financeiros aplicados e da quantidade total de subprojetos iniciados e em andamento pelas instituições participantes do PNP&D/Café, e os respectivos custos unitários desses estudos, no período de 1998 a 2004.

Instituições	Total de subprojetos				Valor total (R$)	Custo unitário (R$)	
	Iniciados		Andamento			Iniciados	Andamento
	Nº	%	Nº	%			
Agencia Rural	1	0,15	3	0,16	37.304,00	37.304,00	12.434,67
Bio-Rio	1	0,15	2	0,11	387.500,00	387.500,00	193.750,00
Cati	3	0,45	4	0,22	260.526,00	86.842,00	65.131,50
Cenargen	13	1,94	37	2,01	1.330.556,00	102.350,46	35.960,97
Ceplac	3	0,45	7	0,38	84.432,00	28.144,00	12.061,71
CETCAF	1	0,15	1	0,05	46.304,00	46.304,00	46.304,00
CNPAB	3	0,45	10	0,54	130.533,00	43.511,00	13.053,30
CPAC	7	1,04	23	1,25	567.265,00	81.037,86	24.663,70
CPAF AC	7	1,04	15	0,81	184.922,00	26.417,43	12.328,13
CPAF AP	1	0,15	4	0,22	36.225,00	36.225,00	9.056,25
CPAF RO	27	4,03	63	3,42	918.189,00	34.007,00	14.574,43
Cpatu	5	0,75	21	1,14	434.905,00	86.981,00	20.709,76
CTAA	9	1,34	19	1,03	1.064.427,00	118.269,67	56.022,47
EBDA	17	2,54	49	2,66	926.636,00	54.508,00	18.910,94
Emater MG	3	0,45	3	0,16	385.000,00	128.333,33	128.333,33
Emater PR	2	0,30	3	0,16	213.000,00	106.500,00	71.000,00
Emater RJ	2	0,30	2	0,11	11.900,00	5.950,00	5.950,00
Embrapa Café	7	1,04	16	0,87	312.781,00	44.683,00	19.548,81
Epamig	68	10,15	203	11,01	6.573.011,00	96.661,93	32.379,36
Fapesp	1	0,15	1	0,05	1.210.000,00	1.210.000,00	1.210.000,00
Faro	1	0,15	2	0,11	33.030,00	33.030,00	16.515,00
FGV	1	0,15	1	0,05	45.000,00	45.000,00	45.000,00
IAC	59	8,81	235	12,75	9.170.654,00	155.434,81	39.024,06
IAL	3	0,45	7	0,38	223.340,00	74.446,67	31.905,71
Iapar	44	6,57	149	8,08	4.896.705,00	111.288,75	32.863,79
IB	11	1,64	30	1,63	585.192,00	53.199,27	19.506,40
IEA	5	0,75	5	0,27	175.165,00	35.033,00	35.033,00
IMA	1	0,15	1	0,05	17.736,00	17.736,00	17.736,00

Continua...

Tabela 38. Continuação.

Instituições	Total de subprojetos				Valor total (R$)	Custo unitário (R$)	
	Iniciados		Andamento			Iniciados	Andamento
	Nº	%	Nº	%			
Incaper	61	9,10	174	9,44	4.350.845,00	71.325,33	25.004,86
Ital	19	2,84	36	1,95	1.073.665,00	56.508,68	29.824,03
Mapa DECAF	1	0,15	2	0,11	24.400,00	24.400,00	12.200,00
Mapa SARC	26	3,88	77	4,18	1.247.092,00	47.965,08	16.196,00
Mapa/DFA MG	5	0,75	13	0,71	1.430.049,00	286.009,80	110.003,77
Ocepar	1	0,15	2	0,11	80.000,00	80.000,00	40.000,00
Pesagro	6	0,90	16	0,87	216.694,00	36.115,67	13.543,38
SAA-PR/Deral	1	0,15	1	0,05	17.920,00	17.920,00	17.920,00
UCB	1	0,15	2	0,11	38.000,00	38.000,00	19.000,00
UEL	2	0,30	6	0,33	101.285,00	50.642,50	16.880,83
UEM	1	0,15	3	0,16	43.666,00	43.666,00	14.555,33
Uenf	6	0,90	14	0,76	143.728,00	23.954,67	10.266,29
Uesb	10	1,49	26	1,41	305.673,00	30.567,30	11.756,65
Ufes	1	0,15	1	0,05	12.946,00	12.946,00	12.946,00
UFG	4	0,60	10	0,54	87.094,00	21.773,50	8.709,40
Ufla	81	12,09	210	11,39	4.105.128,00	50.680,59	19.548,23
UFMG	1	0,15	2	0,11	8.000,00	8.000,00	4.000,00
UFPR	3	0,45	7	0,38	220.474,00	73.491,33	31.496,29
UFRJ	4	0,60	7	0,38	261.484,00	65.371,00	37.354,86
UFU	13	1,94	46	2,50	929.784,00	71.521,85	20.212,70
UFV	99	14,78	213	11,56	5.770.249,00	58.285,34	27.090,37
Unesp-Botucatu	1	0,15	2	0,11	45.200,00	45.200,00	22.600,00
Unicamp	6	0,90	19	1,03	316.595,00	52.765,83	16.662,89
Uniube	9	1,34	32	1,74	403.314,00	44.812,67	12.603,56
USP/Esalq	1	0,15	3	0,16	24.742,00	24.742,00	8.247,33
USP/FFCLRP	1	0,15	3	0,16	65.500,00	65.500,00	21.833,33
Subtotal	**670**	**100,00**	**1843**	**100,00**	**51.585.765,00**	**76.993,68**	**27.990,11**
Bolsas e coordenação	–	–	–	–	15.834.235,00	–	–
Total	**670**	**100,00**	**1.843**		**67.420.000,00**	**100.626,87**	**36.581,66**

Fonte: Embrapa Café.

Ao se observar, por instituição, o custo direto dos estudos em andamento, verifica-se um alto percentual de subprojetos com dispêndios anuais médios na faixa de 10 a 40 mil reais. As exceções para mais se devem a motivos explicáveis. No caso da Fapesp, foi o subprojeto de seqüenciamento do genoma café o responsável pelo alto custo. A Fundação Biorio, para realização de estudos relativos aos impactos do café na saúde humana, precisou adquirir equipamentos de valor elevado para poder fazer as análises bioquímicas indicadas e a Delegacia Federal do Mapa, em Minas Gerais, ficou responsável por estudos de identificação da Ocratoxina em café, cujas análises, principalmente pelo inédito, tinham alto custo com reagentes e equipamentos.

Aquelas instituições que apresentaram custos de seus estudos inferiores aos limites referenciados (UFMG, USP/Esalq, dentre outras), são Centros de P&D que utilizaram equipamentos já disponíveis em seus laboratórios e fizeram aquisição de reagentes de menor custo para o desenvolvimento de trabalhos igualmente importantes.

As seis principais participantes do Consórcio (UFV, Ufla, Epamig, IAC, Incaper e Iapar) ficaram com seus custos médios dentro do limite citados. Elas se destacam pela quantidade de subprojetos que realizaram. Juntas, elas respondem por mais de 60% de todos os subprojetos que foram executados no Programa, conforme apresentado pelas Fig. 30 e 31, respectivamente, para a os subprojetos iniciados e em andamento.

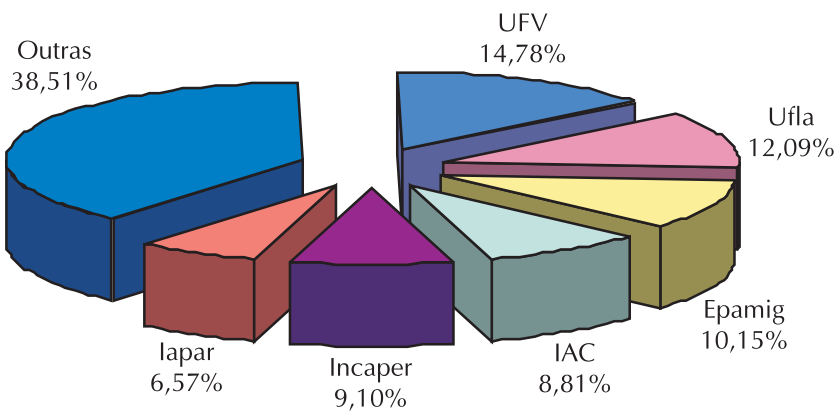


Fig. 30. Porcentagem de projetos iniciados anualmente no PNP&D/Café pelas principais instituições de pesquisa do PNP&D/Café.

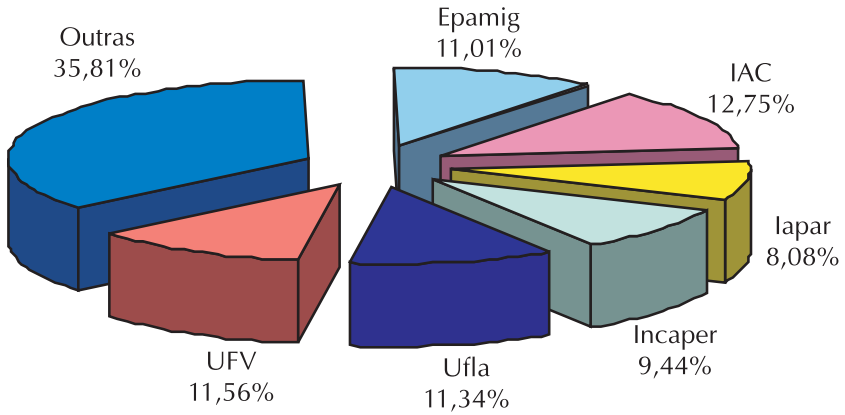


Fig. 31. Porcentagem de subprojetos em andamento executados pelas principais instituições de pesquisa.

Também é importante observar como se distribuíram, por Núcleo de Referência, as atividades realizadas pelo PNP&D/Café e quais foram os respectivos custos totais e médios para executá-las (Tabela 39)[6]. Inicialmente, pode-se observar certa uniformidade entre os custos médios do diversos núcleos em três patamares distintos: aqueles cujos subprojetos executados têm os custos que se situam na faixa de 80 mil reais (Biotecnologia, Industrialização e Transferência de tecnologia); os que possuem custos médios de execução na faixa de 60 mil reais (Agroclimatologia, Colheita e pós-colheita, Cafeicultura irrigada, Doenças e nematóides, e Manejo do cafeeiro); e, por terceiro, o grupo de núcleos formado por Pragas, Socioeconomia e Solos e nutrição, cujos custos médios dos subprojetos ficaram em um patamar igual ou inferior a 40 mil reais (Fig. 32).

Cabe uma ressalva para o Núcleo de Genética e Melhoramento, que se destaca por apresentar um custo por subprojeto iniciado bem maior que aqueles verificados para as demais linhas de pesquisa. Existem duas razões plausíveis para explicar esse diferencial: em primeiro lugar, os estudos de melhoramento exigem trabalho de campo que envolve, quase sempre, um grande número de plantas que precisam

[6] A evolução anual do número de subprojetos em andamento e executados, por núcleo de referência, estão detalhadas, respectivamente, nos Anexos 21 e 22.

Tabela 39. Valor total de recursos financeiros aplicados e da quantidade total de subprojetos iniciados e em andamento nos núcleos de pesquisa participantes do PNP&D/Café, e os respectivos unitários desses estudos, no período de 1998 a 2004.

Núcleos de referência	Total de subprojetos				Valor total (R$)	Custo unitário (R$)	
	Iniciados		Andamento			Iniciados	Andamento
	Nº	%	Nº	%			
Agroclimatologia e fisiologia do cafeeiro	37	5,52	106	5,75	2.581.958,00	69.782,65	24.358,09
Biotecnologia aplicada à cadeia agropecuária do café	51	7,61	132	7,16	4.336.600,00	85.031,37	32.853,03
Cafeicultura irrigada	55	8,21	213	11,56	3.679.956,00	66.908,29	17.276,79
Colheita, pós-colheita e qualidade do café	67	10,00	106	5,75	3.460.842,00	51.654,36	32.649,45
Doenças e nematóides do cafeeiro	51	7,61	163	8,84	3.137.551,00	61.520,61	19.248,78
Genética e melhoramento do cafeeiro	64	9,55	258	14,00	8.858.113,00	138.408,02	34.333,77
Industrialização e qualidade do café	27	4,03	73	3,96	2.364.636,00	87.579,11	32.392,27
Manejo da lavoura cafeeira	54	8,06	187	10,15	3.267.237,00	60.504,39	17.471,86
Pragas do cafeeiro	68	10,15	160	8,68	2.269.093,00	33.369,01	14.181,83
Socioeconomia do café	44	6,57	54	2,93	1.273.906,00	28.952,41	23.590,85
Solos e nutrição do cafeeiro	93	13,88	320	17,36	3.901.569,00	41.952,35	12.192,40
Transferência e difusão de tecnologia	59	8,81	71	3,85	4.925.439,00	83.482,02	69.372,38
Subtotal	**670**	**100,00**	**1.843**	**100,00**	**44.056.900,00**	**65.756,57**	**23.904,99**
Outros*					23.363.100,00		
Total	**670**		**1.843**		**67.420.000,00**	**100.626,87**	**36.581,66**

Fonte: Embrapa Café.
* Coordenação e bolsas.

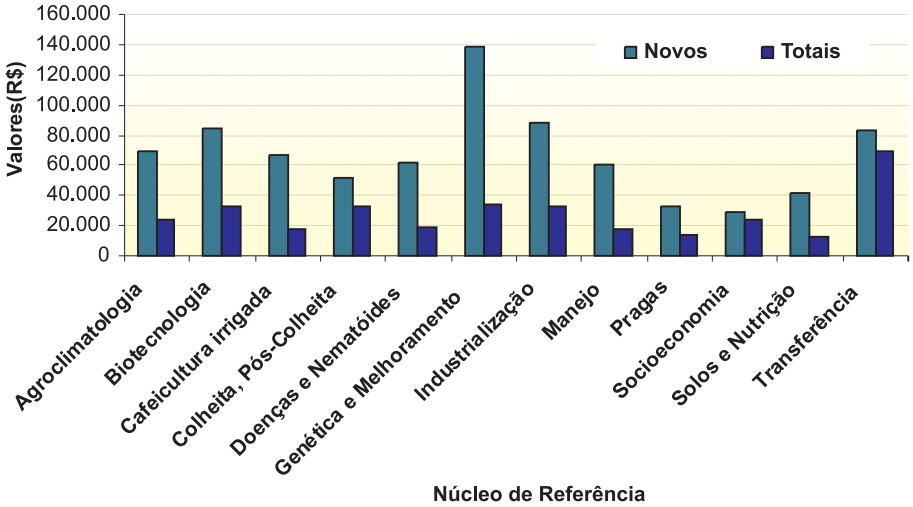


Fig. 32. Valores médios dos custos unitários dos subprojetos novos e totais, por núcleo de referência.

ser manejadas adequadamente para terem suas características mensuradas, o que implica muito dispêndio de trabalho e de insumos agrícolas; em segundo lugar, são estudos de médio e longo prazos e suas propostas quase sempre têm duração de 3 anos, o tempo limite para cada subprojeto.

Essa relação entre a quantidade de subprojetos novos e de subprojetos em andamento, para cada Núcleo de Referência, durante o período considerado, pode ser mais bem visualizada na Fig. 33. Os quatro núcleos que apresentam o maior número total de subprojetos (Solos e nutrição, Genética e melhoramento, Cafeicultura irrigada e Manejo do cafeeiro) são também aqueles que apresentam os maiores índices em relação ao número de subprojetos novos, mostrando que eles possuem estudos com maior período de duração.

Fazendo-se análise semelhante, verifica-se que outros núcleos que executaram significativo número de estudos, como o de Colheita e pós-colheita e o de Pragas do cafeeiro, realizaram estudos em períodos bem mais reduzidos. Em termos de menores indicadores da relação subprojeto em andamento/iniciados, o destaque cabe aos núcleos de Socioeconomia e Transferência de tecnologia, que apresentam índices

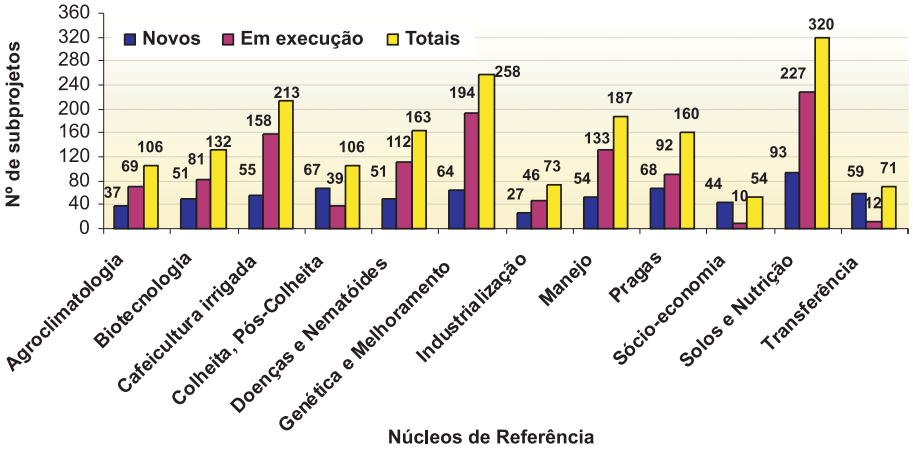


Fig. 33. Quantidade total de subprojetos novos, em execução e totais por núcleo de pesquisa.

próximos à unidade, mostrando que suas atividades foram, majoritariamente, anuais.

Outra relevante atividade desenvolvida pelo PNP&D/Café é a capacitação de mão-de-obra especializada para executar atribuições técnico-científicas no âmbito do agronegócio café brasileiro. Essa atribuição foi executada por meio do Programa de Bolsas conduzido, legalmente amparado por convênios celebrados pela Embrapa Café e a Fundação de Apoio à Pesquisa (Funape) até o ano 2000 e com a Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Agronegócio (Fagro), no período de 2001 a 2004.

As bolsas estão atreladas aos subprojetos em execução e são concedidas individualmente a estudantes, profissionais e pesquisadores que satisfaçam os pré-requisitos da modalidade e do nível estabelecido pelo PNP&D/Café[7], levando-se em consideração duas premissas básicas: proporcionar suporte técnico e administrativo aos trabalhos do PNP&D/

[7] O Manual de Bolsa, colocado no Anexo 23, apresenta todo o conjunto de informações necessárias aos bolsistas e coordenadores de bolsa, tais como: documentação exigida, procedimentos de análise e julgamento, valores atribuídos, formas de pagamento, metodologia de acompanhamento e avaliação, e formulários a serem observados.

Café e promover incentivo e apoio à formação de recursos humanos qualificados para cadeia produtiva do café.

Esse Programa contempla três modalidades distintas de bolsas, a saber:

- Bolsa de Iniciação (INI) – destina-se a estudantes de escola profissionalizante de segundo grau, graduação (terceiro grau) ou Pós-Graduação (mestrado ou doutorado). Em qualquer dos casos, o tempo de dedicação é de 20 horas semanais.
- Bolsa de Desenvolvimento (DES) – destina-se a técnicos formados, sejam eles de nível médio, superior ou pós-graduados (mestres ou doutores). O tempo de dedicação é de 40 horas semanais. Guardando a proporcionalidade em termos de valor, as bolsas de DES podem ser concedidas para 20 e 30 horas semanais.
- Bolsa de Administração de Programas de Ciência e Tecnologia (ADM) – destina-se a técnicos formados, sejam eles de nível médio, superior ou pós-graduado (mestres e doutores), que atuam em atividades administrativas do PNP&D/Café. O tempo de dedicação é de 40 horas semanais.

Todas essas modalidades de bolsa têm duração de um ano e são subdivididas em níveis que correspondem à qualificação acadêmica, experiência e produção científica do candidato, sendo que os valores das bolsas são diferenciados, destinando-se maiores valores aos mais altos níveis de conhecimento ou experiência comprovados.

Ao longo do período considerado, o PNP&D/Café concedeu um total de 1.450 bolsas, o que corresponde a ter, em média, pouco mais de 200 bolsistas em atividade, a cada ano, com um custo unitário anual de aproximadamente sete mil e quinhentos reais (Tabela 40).

Das bolsas concedidas entre 2001 e 2004[8], 70% pertenciam à modalidade "desenvolvimento", ou seja, constituíam apoio para profissionais dedicados à atividade-fim do PNP&D/Café, em dedicação

[8] Não há estatística disponível, por categoria de bolsas, para os anos de 1998, 1999 e 2000. É oportuno ressaltar que a categoria "administração" só foi implantada a partir de 2001, quando sua necessidade tornou-se imperiosa, em algumas instituições participantes, para o adequado funcionamento do PNP&D/Café.

Tabela 40. Quantidades anuais de bolsistas e respectivos valores totais e unitários do programa de bolsas do PNP&D Café, no período de 1998 a 2004.

Ano	Número de bolsistas	Valores (R$)	
		Total	Unitário
1998	186	1.266.000,00	6.806,45
1999	184	1.510.000,00	8.206,52
2000	256	1.800.000,00	7.031,25
2001	175	1.710.000,00	9.771,43
2002	243	1.820.000,00	7.489,71
2003	200	2.400.000,00	12.000,00
2004	210	398.086,00	1.895,65
Total	**1.454**	**10.904.086,00**	**7.499,37**

Fonte: Embrapa Café.

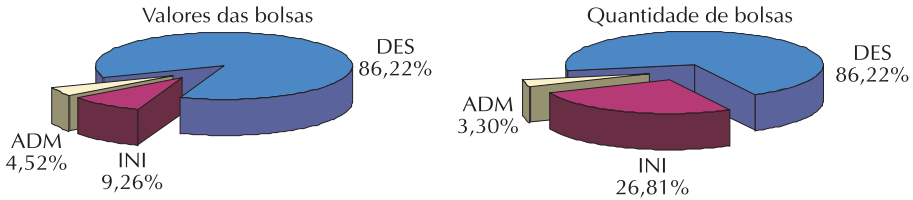


Fig. 34. Distribuição percentual, por categoria, das quantidades de bolsas contratadas para o PNP&D/Café e dos valores a elas aplicados, no período de 2001 a 2004.

integral de 40 horas semanais. Por isso mesmo, essa modalidade de bolsa respondeu por 86% dos recursos financeiros empregados.

As bolsas destinadas a apoiar o trabalho técnico-científico de estudantes envolvidos nas atividades do PNP&D/Café, concedidas em tempo parcial de 20 horas de dedicação semanal, responderam por cerca de 27% das concessões totais e utilizaram menos de 10% dos recursos aplicados. As bolsas de administração representaram pequena parcela do número total de bolsas concedidas e dos recursos financeiros investidos nesse programa de capacitação, muito embora tenham sido de fundamental importância, em diversas instituições, ao viabilizarem os imprescindíveis apoio à gestão da programação.

Referências

ALBUQUERQUE, R.P., ORTEGA, A.C., REYDON, B.P. O setor público de pesquisa agrícola no Estado de São Paulo: parte I. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 79-132, jan./abr. 1986a.

ALBUQUERQUE, R.P., ORTEGA, A.C., REYDON, B.P.O setor público de pesquisa agrícola no Estado de São Paulo: parte II. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 243-296, maio/ago. 1986b.

ALIMANDRO, R., HONCZAR, G. Desempenho recente do agronegócio - 1990-2001. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRIBUSINESS, 1, 2002, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABAG, 2002. p. 15-29.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO CAFÉ – ABIC. **Relatório Institucional**. Rio de Janeiro, 2000. 24 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS – ABAG. **O agribusiness brasileiro:** a história. São Paulo: Evoluir Cultural, 2002. 225 p.

BACHA, E.L. Política brasileira do café: uma avaliação centenária. 1992. In: MARCELINO MARTINS & E. JOHNSTON EXPORTADORES LTDA. **150 anos de café**. Rio de Janeiro: Imprinta, 1992. p. 13-133.

BONELLI, R., PESSÔA, E.P. **O papel do estado na pesquisa agrícola no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. 40 p. (Texto para discussão, 576).

BRASIL. Comissão Mista do Café. **Relatório da comissão mista incumbida de analisar a legislação cafeeira e a estrutura do Instituto Brasileiro do Café e elaborar projeto de lei que atualize e consolide aquela legislação e que reestruture essa Autarquia**. Brasília: Serviço Gráfico do Senado Federal, 1970. 337 p.

CARVALHO, A. **Histórico do desenvolvimento do cultivo do café no Brasil**. Campinas: Instituto Agronômico de Campinas, 1993. 7 p. (Documentos IAC, 34).

DELFIM NETTO, A. O problema do café no Brasil. In: MALTA, M.M., PELÁEZ, C.M. (Coord.). **Ensaios sobre café e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: FGV, 1973. p. 41-160.

DELFIM NETTO, A., ANDRADE PINTO, C.A. **O café do Brasil:** 20 anos de substituição no mercado. São Paulo: ANPES, 1965. (Estudos ANPES, 3).

ECCARDI, F., SANDALI, V. **O café:** ambiente e diversidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. 256 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROECUÁRIA – EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa do Café. **Identidade visual do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café:** orientações para uso. Brasília, 2001. 25 p.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS – EPAMIG. **Projeto café:** relatório anual 73/74. Belo Horizonte, 1975. 282 p.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS – EPAMIG. **Projeto café:** relatório anual 74/75. Belo Horizonte, 1976. 282 p.

ENCARNAÇÃO, R.O., LIMA, D.R. **Café & saúde humana**. Brasília: Embrapa, 2003. 64 p.

GRESSER, C., TICKELL, S. **Pobreza em sua xícara:** o que há por trás da crise do café. Brasília: Oxfam Internacional, 2002. 54 p.

HOLLOWAY, T.H. **A vida e morte do Convênio de Taubaté:** a primeira valorização do café. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 115 p.

IGLÉSIAS, F. A história no Brasil. In: FERRI, M.G., MOTOYAMA, S. (coord.). **A história das ciências no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1979. p. 265-301.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ – IBC. **Ensaios sobre o café e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: FGV, 1973. 578 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ – IBC. Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. **Cafeicultura Paulista**. São Paulo, 1978. 86 p.

INSTITUTO MINEIRO DE AGRICULTURA – IMA. **Café e leite: a dupla que alimenta a vida**. Belo Horizonte, 2002. 44 p. (Caderno Técnico, 6).

MALAVOLTA, E. **História do café no Brasil:** agronomia, agricultura e comercialização. São Paulo: Ceres, 2000. 456 p.

MARQUES, S.A. **O consumo do café no Brasil, 1960-1981**. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 1987. (Relatório de Pesquisa, 20).

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Relatório Final da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira**. Belo Horizonte, 2004. 93 p.

MONTEIRO, J.A. **A geração de tecnologia agrícola e a ação de grupos de interesse**. 188 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1984.

NACIF, A.N. Entrevista. **Economia Rural**, Viçosa, ano 1, n. 11, p. 3-6, jan./jul. 2000.

NICOLAU, R. Um filão para lá de especial. **Revista SEBRAE**, Brasília, n. 9, p. 96-105, jun./jul. 2003.

OCAMPO, J.A. **Colombia y la economia mundial, 1830-1910**. México: Siglo XXI, 1984.

OLIVEIRA, J.T. **História do café no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: Kosmos, 1984. 438 p.

PARTENIANI, E. Breve história da agricultura até a era da biotecnologia. In: PARTENIANI, E. (ed.). **Agricultura brasileira e pesquisa agropecuária**. Brasília: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 2000. p. 57-89.

PEREIRA, A.A. et al. **Programa café:** controle químico da ferrugem do cafeeiro. Belo Horizonte: Programa Integrado de Pesquisas Agropecuárias do Estado de Minas Gerais (PIPAEMG), 1973.

POZZA, A.A.A., GUIMARÃES, P.T.G., ROMANIELLLO, M.M., ALVARENGA, M.I.N. **Qualidade do café e opções para consumo**. Belo Horizonte, Epamig, 2000. 174 p.

PROGRAMA INTEGRADO DE PESQUISA DE MINAS GERAIS – PIPAEMG. **Programa café: relatório anual**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Agricultura de Minas Gerais, 1973. 107 p.

ROMERO, J.P., ROMERO, J.C.P. **Cafeicultura prática:** cronologia das publicações e fatos relevantes. São Paulo: Agronômica Ceres, 1997. 400 p.

RUFINO, J.L.S. Por um planejamento estratégico para o café. **Revista SEBRAE**, Brasília, n. 9, p. 86-95, jun./jul. 2003.

SAES, M.S., FARINA, E. **O agribusiness do café no Brasil**. São Paulo: IPEA, 1999. 218 p.

SAMPAIO, J.B.R., SPINOLA, A.C. **O consumo de café expresso no Brasil**. Brasília: Embrapa Cerrados, 2000. 14 p. (Série Documentos, 27).

SCANTIMBURGO, J. **O café e o desenvolvimento do Brasil**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1980. 224 p.

SOUSA, I.S.F. **A sociedade, o cientista e o problema de pesquisa**. Brasília: Embrapa, 1993. 236 p.

TAUNAY, A.E. **História do café no Brasil Imperial – 1822-1872**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939. v. 3.

VENCONVSKY, R., RAMALHO, M.A.P. Contribuição para o melhoramento genético de plantas no Brasil. In: PARTENIANI, E. (ed.). **Agricultura brasileira e pesquisa agropecuária**. Brasília: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 2000. p. 57-89.

Anexos

Lista de anexos

Anexos	Nome
1	Informações sobre a produção e a economia cafeeira brasileira e mundial no período de 1889 a 1950
2	Estatísticas financeiras de 1950 a 1989
3	Decreto 2.047
4	Decreto 3.152
5	Protocolo de intenções
6	Termo de constituição
7	Termo de referência
8	Decreto de criação do CDPC
9	Ata da 16ª reunião CDPC
10	Análise prospectiva do PNP&D/Café
11	Focos temáticos do PNP&D/Café
12	Ata da 7ª reunião do Comitê Diretor do PNP&D/Café
13	Edital 001 do PNP&D/Café
14	Memória da 4ª reunião do Comitê Diretor do PNP&D/Café
15	Memória da 5ª reunião do Comitê Diretor do PNP&D/Café
16	Edital do Diário Oficial da União
17	Recursos financeiros corrigidos por núcleo de referência
18	Recursos e subprojetos por instituições com custos unitários em andamento
19	Recursos e subprojetos por instituições com custos unitários executados
20	Valores totais e anuais aplicados aos subprojetos Programa Café por instituição consorciada
21	Recursos e quantidade anual de subprojetos iniciados pelos núcleos de referência
22	Recursos e quantidade anual de subprojetos em andamento pelos núcleos de referência
23	Manual de bolsas
24	Quantidade e valor das bolsas concedidas pelo PNP&D/Café por categoria e ano

Anexo 1[1]

Informações sobre a produção e a economia cafeeira brasileira e mundial no período de 1889 a 1950

Quadro 1a – Produção mundial de café, milhões de sacas de 60 kg, por países/regiões de maior produção

Quadro 1b – Produção brasileira de café (milhares de sacas de 60 kg)

Quadro 1c – Exportação mundial de café

Quadro 1d – Preços internacionais do café

Quadro 1e – Participação das exportações do café brasileiro no comércio mundial

Quadro 1f – Impacto do café na economia brasileira

Quadro 1g – Médias móveis de cinco anos demonstrando posição relativa dos maiores produtores (países/regiões), em %

Quadro 1h – Brasil: regiões produtoras e posição relativa dos estados produtores – médias móveis de cinco anos

Quadro 1i – Preços constantes pagos aos cafeicultores brasileiros (US$ de 1990)

[1] Estes dados foram copilados do *Apêndice Estatístico* elaborado por Mauro Rodrigues da Cunha e publicado em 1992 no *Livro 150 Anos de Café*, organizado por MARTINS, M. e JOHNSTON, E., nas páginas 283 a 391, e reorganizados pelo autor.

Quadro 1a – Produção mundial de café, milhões de sacas de 60 kg, por países/regiões de maior produção.

Ano	Mundo	Brasil	Colômbia	África	Ásia Ocidental	Outros
1889	7,55	4,26	0,15	0,13	0,40	2,61
1890	9,03	5,36	0,00	0,14	0,37	3,16
1891	11,73	7,40	0,30	0,22	0,33	3,48
1892	11,02	6,20	0,33	0,21	0,32	3,96
1893	8,74	4,31	0,34	0,16	0,35	3,58
1894	11,22	6,70	0,36	0,18	0,30	3,69
1895	10,13	5,48	0,48	0,20	0,29	3,69
1896	13,47	8,68	0,46	0,23	0,27	3,83
1897	15,37	10,46	0,53	0,22	0,33	3,82
1898	13,11	8,77	0,39	0,22	0,35	3,38
1899	13,94	8,96	0,38	0,19	0,32	4,09
1900	18,14	13,85	0,30	0,19	0,28	3,53
1901	19,27	15,08	0,45	0,18	0,22	3,36
1902	18,47	13,64	0,70	0,15	0,26	3,73
1903	16,66	11,22	0,97	0,19	0,18	4,11
1904	15,61	11,16	0,50	0,13	0,16	3,66
1905	16,02	11,65	0,64	0,12	0,16	3,46
1906	25,20	20,61	0,57	0,15	0,15	3,73
1907	15,63	11,60	0,61	0,15	0,13	3,14
1908	18,78	13,95	0,71	0,16	0,25	3,71
1909	20,20	15,57	0,57	0,16	0,29	3,62
1910	16,21	11,54	0,63	0,17	0,33	3,54
1911	19,00	14,03	0,93	0,17	0,39	3,48
1912	18,59	13,52	1,02	0,18	0,45	3,43
1913	18,72	13,75	1,03	0,17	0,52	3,25
1914	20,47	15,15	1,13	0,17	0,60	3,43
1915	21,57	15,77	1,21	0,17	0,69	3,73
1916	19,19	13,89	1,05	0,17	0,80	3,28
1917	21,13	15,61	1,15	0,17	0,92	3,28
1918	18,10	11,90	1,68	0,17	1,07	3,28
1919	15,77	9,70	1,44	0,17	1,24	3,22
1920	23,94	16,80	2,35	0,28	1,21	3,31
1921	21,93	15,20	1,77	0,33	1,24	3,40
1922	20,10	12,50	2,36	0,34	1,17	3,73
1923	25,66	17,30	2,22	0,39	1,67	4,09
1924	24,82	17,00	1,95	0,46	1,78	3,63

Continua...

Quadro 1a – Continuação.

Ano	Mundo	Brasil	Colômbia	África	Ásia Ocidental	Outros
1925	27,05	17,90	2,45	0,61	1,92	4,17
1926	26,94	18,40	2,36	0,62	1,89	3,68
1927	39,51	29,60	2,66	0,76	2,47	4,03
1928	26,62	16,10	2,84	1,07	2,39	4,22
1929	41,41	30,80	3,12	0,78	2,06	4,66
1930	30,85	19,20	3,02	1,03	2,18	5,43
1931	42,98	31,00	3,18	1,07	2,76	4,96
1932	35,79	22,60	3,28	1,33	2,74	5,84
1933	44,46	32,40	3,14	1,23	2,59	5,10
1934	33,84	21,00	3,79	1,25	2,37	5,44
1935	38,05	23,80	3,98	1,36	2,63	6,28
1936	44,10	29,30	4,06	1,25	2,75	6,74
1937	40,98	26,40	4,26	2,07	2,42	5,83
1938	40,32	26,20	3,77	2,50	2,23	5,63
1939	36,75	22,10	4,46	2,62	1,78	5,78
1940	32,08	19,50	2,91	2,76	1,43	5,49
1941	32,82	18,90	4,31	2,90	1,14	5,57
1942	31,30	16,80	5,25	2,68	0,91	5,66
1943	29,47	15,50	4,92	2,45	0,73	5,86
1944	27,04	12,40	5,15	2,76	0,58	6,14
1945	31,08	16,10	5,48	3,08	0,47	5,96
1946	35,57	17,50	6,50	4,23	0,85	6,49
1947	34,62	17,20	5,78	4,30	0,87	6,47
1948	40,49	20,70	6,14	3,83	1,07	8,75
1949	37,62	20,00	5,74	4,40	1,13	6,35
1950	38,16	20,60	5,60	4,71	1,57	5,69

Quadro 1b – Produção brasileira de café (milhares de sacas de 60 kg).

Ano	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo	Paraná	Total Brasil
1889	1.871				4.260
1890	2.945				5.358
1891	3.675				7.397
1892	3.213				6.202
1893	1.722				4.309
1894	3.989				6.695
1895	3.083				5.476
1896	5.101				8.680
1897	6.161				10.462
1898	5.579				8.771
1899	5.700				8.959
1900	8.932	3.137	278		13.845
1901	10.172	2.929	469		15.076
1902	8.357	3.121	700		13.640
1903	6.402	2.770	507		11.217
1904	7.423	2.290	277		11.159
1905	6.983	2.896	555		11.652
1906	15.392	3.328	748		20.607
1907	7.204	2.473	708		11.604
1908	9.533	2.786	461		13.945
1909	12.124	1.993	408		15.567
1910	8.458	1.711	484		11.543
1911	10.580	2.219	268		14.031
1912	9.471	2.528	598		13.515
1913	10.072	2.219	629		]3754
1914	9.207	3.676	968		15.151
1915	11.711	2.345	713		15.773
1916	9.938	2.343	722		13.891
1917	12.210	2.086	667		15.606
1918	7.253	2.566	803		11.781
1919	4.155	2.768	846		8.870
1920	10.246	3.650	1.104	70	17.116
1921	8.198	2.998	1.015	58	14.276
1922	7.047	2.760	1.072	66	14.289
1923	10.374	3.474	1.281	53	15.862
1924	9.193	3.011	1.083	117	14.801
1925	10.087	2.711	1.167	120	15.997

Continua...

Quadro 1b – Continuação.

Ano	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo	Paraná	Total Brasil
1926	9.877	3.017	1.639	120	18.348
1927	17.982	5.101	1.675	375	27.848
1928	8.815	2.594	961	181	16.275
1929	19.490	5.135	1.492	596	29.179
1930	10.097	3.200	1.666	347	17.652
1931	18.693	5.226	1.803	604	28.719
1932	14.977	2.131	1.050	380	20.161
1933	21.850	4.062	1.859	600	29.880
1934	11.735	3.780	1.350	260	18.788
1935	13.522	3.686	1.623	613	21.188
1936	17.780	4.640	1.813	547	26.559
1937	15.888	4.914	1.415	1.066	24.563
1938	15.615	3.872	1.787	579	23.221
1939	12.365	3.170	1.500	1.108	19.138
1940	10.217	3.196	1.180	932	16.156
1941	9.275	2.575	1.984	836	15.797
1942	8.528	2.165	1.433	550	13.613
1943	5.936	3.141	1.866	160	12.160
1944	4.722	1.875	1.278	579	9.137
1945	6.101	2.872	1.992	674	12.701
1946	8.874	2.176	1.207	1.138	14.019
1947	6.523	2.753	2.042	1.550	13.572
1948	11.173	2.413	1.032	1.885	16.952
1949	7.391	3.214	2.543	2.318	16.303
1950	8.118	2.751	1.388	4.026	16.754

Quadro 1c – Exportação mundial de café.

Ano	Exportação mundial de café (milhões de sacas)	Exportação Brasil/ exportação mundial (%)
1889	9,68	57,73
1890	9,12	56,00
1891	9,13	58,83
1892	11,35	62,61
1893	10,05	52,82
1894	9,94	56,15
1895	11,25	59,73
1896	11,24	60,01
1897	14,18	66,72
1898	13,89	66,72
1899	14,16	68,99
1900	13,24	69,16
1901	18,48	79,89
1902	16,84	78,13
1903	17,23	75,02
1904	14,43	69,46
1905	14,76	73,33
1906	17,74	78,73
1907	19,41	80,79
1908	16,54	76,54
1909	20,78	81,23
1910	13,51	71,96
1911	15,26	73,75
1912	16,39	73,72
1913	19,33	68,63
1914	17,67	63,79
1915	23,15	73,69
1916	19,10	68,28
1917	16,09	65,90
1918	12,47	59,63
1919	22,32	58,07
1920	18,09	63,72
1921	19,93	62,06
1922	20,42	62,06
1923	22,04	65,64
1924	22,69	62,71

Continua...

Quadro 1c – Continuação.

Ano	Exportação mundial de café (milhões de sacas)	Exportação Brasil/ exportação mundial (%)
1925	21,36	63,12
1926	22,65	60,72
1927	24,06	62,82
1928	23,99	57,86
1929	23,87	59,84
1930	25,76	59,34
1931	27,93	63,91
1932	22,61	52,80
1933	26,32	58,73
1934	25,21	56,11
1935	27,01	56,75
1936	27,62	51,36
1937	25,25	48,01
1938	30,00	57,04
1939	29,10	56,53
1940	22,60	53,30
1941	19,50	56,68
1942	16,80	43,33
1943	21,00	48,15
1944	25,10	54,00
1945	27,60	51,35
1946	29,40	52,74
1947	28,70	51,67
1948	32,20	54,32
1949	34,20	56,63
1950	29,20	50,80

Quadro 1d – Preços internacionais do café.

Ano	Preço médio de importação nos EUA (US$/saca)
1889	14,50
1890	16,49
1891	15,51
1892	17,00
1893	15,20
1894	15,55
1895	14,65
1896	12,85
1897	9,30
1898	7,00
1899	6,60
1900	7,05
1901	6,94
1902	6,54
1903	6,80
1904	7,55
1905	8,35
1906	8,25
1907	7,75
1908	7,55
1909	7,70
1910	9,10
1911	11,80
1912	13,55
1913	12,45
1914	10,35
1915	9,60
1916	9,85
1917	9,55
1918	11,55
1919	19,50
1920	19,50
1921	10,70
1922	12,90
1923	13,50
1924	17,50

Continua...

Quadro 1d – Continuação.

Ano	Preço médio de importação nos EUA (US$/saca)
1925	22,30
1926	21,60
1927	18,50
1928	21,30
1929	20,40
1930	13,10
1931	10,10
1932	9,10
1933	7,90
1934	8,80
1935	7,60
1936	7,70
1937	8,90
1938	6,90
1939	6,90
1940	6,20
1941	7,90
1942	12,00
1943	12,40
1944	12,50
1945	12,70
1946	17,20
1947	24,00
1948	25,00
1949	27,20
1950	44,72

Quadro 1e – Participação das exportações do café brasileiro no comércio mundial.

Ano	Comércio de café como % do comércio mundial	Exportações brasileiras de café como % da exportação mundial de café
1889	1,51	49,73
1890	1,57	43,66
1891	1,48	45,61
1892	2,15	41,99
1893	1,71	52,31
1894	1,74	49,70
1895	1,81	49,97
1896	1,48	50,09
1897	1,30	46,04
1898	0,93	52,33
1899	0,83	56,91
1900	0,78	74,55
1901	1,07	68,98
1902	0,89	68,04
1903	0,88	59,91
1904	0,79	67,46
1905	0,83	63,95
1906	0,90	69,29
1907	0,88	69,86
1908	0,76	67,90
1909	0,92	77,11
1910	0,65	79,90
1911	0,91	82,51
1912	1,00	77,20
1913	1,05	62,35
1914	0,78	54,52
1915	0,94	53,48
1916	0,78	57,48
1917	0,63	55,38
1918	0,58	48,83
1919	1,73	50,83
1920	1,38	31,75
1921	0,82	50,54
1922	0,95	50,25
1923	1,01	51,35

Continua...

Quadro 1e – Continuação.

Ano	Comércio de café como % do comércio mundial	Exportações brasileiras de café como % da exportação mundial de café
1924	1,21	55,30
1925	1,28	56,74
1926	1,38	52,24
1927	1,19	51,76
1928	1,32	50,18
1929	1,22	50,76
1930	1,09	44,85
1931	1,28	39,08
1932	1,32	33,79
1933	1,52	40,13
1934	1,72	37,00
1935	1,53	31,37
1936	1,46	31,43
1937	1,25	29,75
1938	1,34	28,92
1939	1,19	25,01
1940	0,75	51,61
1941	0,76	60,01
1942	0,90	39,65
1943	1,06	43,88
1944	1,17	50,40
1945	1,19	49,47
1946	1,56	57,30
1947	1,94	45,42
1948	2,02	46,08
1949	2,29	51,34
1950	3,11	50,11

Quadro 1f – Impacto do café na economia brasileira.

Ano	Participação brasileira nas exportações mundiais de café (%)	Participação do café na exportação total do Brasil (%)
1889	49,73	66,42
1890	43,66	67,66
1891	45,61	64,71
1892	41,99	71,39
1893	52,31	67,84
1894	49,70	68,49
1895	49,97	68,70
1896	50,09	69,40
1897	46,04	63,77
1898	52,33	55,28
1899	56,91	56,60
1900	74,55	56,96
1901	68,98	59,03
1902	68,04	55,79
1903	59,91	51,79
1904	67,46	50,62
1905	63,95	47,98
1906	69,29	52,05
1907	69,86	52,71
1908	67,90	52,18
1909	77,11	52,53
1910	79,90	42,31
1911	82,51	60,45
1912	77,20	62,37
1913	62,35	62,30
1914	54,52	57,69
1915	53,48	59,67
1916	57,48	51,86
1917	55,38	36,58
1918	48,83	31,13
1919	50,83	56,29
1920	31,75	49,13
1921	50,54	81,63
1922	50,25	64,50
1923	51,35	64,44

Continua...

Quadro 1f – Continuação.

Ano	Participação brasileira nas exportações mundiais de café (%)	Participação do café na exportação total do Brasil (%)
1924	55,30	75,80
1925	56,74	71,96
1926	52,24	73,82
1927	51,76	70,68
1928	50,18	71,54
1929	50,76	70,98
1930	44,85	62,63
1931	39,08	68,84
1932	33,79	71,63
1933	40,13	73,12
1934	37,00	61,13
1935	31,37	52,63
1936	31,43	45,52
1937	29,75	42,06
1938	28,92	45,05
1939	50,22	39,93
1940	51,61	36,37
1941	60,01	34,16
1942	39,65	26,37
1943	43,88	32,37
1944	50,40	36,38
1945	49,47	35,02
1946	52,30	35,51
1947	45,42	35,92
1948	46,08	41,58
1949	51,34	57,64
1950	50,11	63,87

Quadro 1g – Médias móveis de cinco anos demonstrando posição relativa dos maiores produtores (países/regiões), em %.

Ano	Brasil	Colômbia	África	Ásia Ocidental	Outros/América Latina
1889	56,50	1,97	1,35	4,51	35,67
1890	56,97	1,62	1,40	4,33	35,68
1891	58,01	1,91	1,56	4,07	34,45
1892	59,63	1,95	1,64	3,71	33,07
1893	57,27	2,33	1,77	3,69	34,93
1894	57,91	2,56	1,75	3,23	34,54
1895	56,93	3,41	1,83	3,01	34,83
1896	57,46	3,59	1,80	2,79	34,36
1897	60,45	3,67	1,69	2,60	31,59
1898	63,32	3,49	1,67	2,42	29,09
1899	64,15	3,38	1,62	2,35	28,50
1900	68,51	2,78	1,42	2,09	25,20
1901	71,54	2,57	1,25	1,87	22,77
1902	72,69	2,67	1,11	1,72	21,81
1903	72,53	3,24	1,03	1,45	21,75
1904	73,65	3,31	0,94	1,24	20,86
1905	72,92	3,79	0,88	1,13	21,29
1906	74,23	3,67	0,80	0,99	20,32
1907	74,32	3,68	0,83	0,87	20,31
1908	75,59	3,31	0,78	0,93	19,40
1909	76,57	3,22	0,77	1,02	18,42
1910	76,30	3,21	0,82	1,20	18,47
1911	74,25	3,84	0,90	1,54	19,47
1912	73,94	4,16	0,89	1,84	19,16
1913	73,77	4,52	0,91	2,13	18,68
1914	73,11	5,10	0,91	2,45	18,42
1915	73,43	5,41	0,87	2,68	17,60
1916	73,15	5,52	0,87	3,10	17,37
1917	73,38	5,51	0,84	3,49	16,78
1918	71,99	6,19	0,85	4,06	16,91
1919	69,83	6,82	0,89	4,93	17,53
1920	69,19	7,82	0,97	5,34	16,68
1921	68,61	8,32	1,11	5,62	16,35
1922	66,21	9,62	1,28	5,92	16,97
1923	66,57	9,43	1,40	5,70	16,53
1924	67,67	9,13	1,54	5,47	15,59
1925	66,83	8,99	1,78	5,98	15,90
1926	66,71	9,10	1,94	6,12	15,49
1927	69,59	8,08	1,97	5,46	13,60
1928	68,30	8,45	2,42	6,11	13,60

Continua...

Quadro 1g – Continuação.

Ano	Brasil	Colômbia	África	Ásia Ocidental	Outros/América Latina
1929	69,83	8,31	2,37	5,91	12,85
1930	69,01	8,46	2,57	6,09	13,31
1931	69,86	8,17	2,59	6,29	12,84
1932	67,38	8,69	2,97	6,97	14,13
1933	69,57	8,05	2,78	6,57	13,29
1934	67,16	8,73	3,14	7,08	14,24
1935	67,04	8,90	3,20	7,07	14,15
1936	65,79	9,30	3,27	6,98	14,98
1937	65,98	9,55	3,56	6,63	14,59
1938	64,22	10,07	4,27	6,59	15,16
1939	63,84	10,26	4,90	5,78	15,12
1940	63,58	10,02	5,77	4,87	15,17
1941	61,82	10,77	7,02	3,94	15,47
1942	59,73	11,95	7,76	2,95	16,23
1943	57,14	13,45	8,25	1,84	17,47
1944	54,42	14,76	8,87	1,58	18,81
1945	52,54	16,55	9,14	1,35	19,24
1946	50,69	17,68	9,84	1,33	19,49
1947	49,88	17,64	10,66	1,31	19,59
1948	49,71	17,21	10,78	1,28	20,02
1949	51,01	16,52	11,06	1,14	18,96
1950	51,49	15,96	11,51	1,30	18,09

Quadro 1h – Brasil: regiões produtoras e posição relativa dos estados produtores – médias móveis de cinco anos, em %.

Ano	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo	Paraná	Rio de Janeiro	Bahia	Outros
1889	38,36				61,64		0,00
1890	43,65				56,35		0,00
1891	45,58				54,42		0,00
1892	47,74				52,26		0,00
1893	48,78				51,22		0,00
1894	51,88				48,12		0,00
1895	52,14				47,86		0,00
1896	54,55				45,45		0,00
1897	56,30				43,70		0,00
1898	59,66				40,34		0,00
1899	60,51				39,49		0,00
1900	62,06				37,94		0,00
1901	63,99				36,01		0,00
1902	64,26				35,71		0,03
1903	63,06				36,91		0,03
1904	63,58	21,94	3,44		9,31	1,74	-0,01
1905	62,69	22,32	4,00		9,20	1,79	0,00
1906	65,26	21,10	4,08		8,05	1,51	0,00
1907	65,53	20,77	4,22		7,88	1,60	0,00
1908	67,47	19,97	3,99		7,17	1,40	0,00
1909	69,83	18,37	3,93		6,67	1,21	-0,01
1910	71,94	16,78	3,83		6,34	1,11	0,00
1911	71,82	16,77	3,49		6,59	1,33	0,00
1912	73,13	16,38	3,23		6,04	1,22	0,00
1913	74,12	15,60	3,49		5,70	1,09	0,00
1914	70,28	18,17	4,33		6,09	1,12	0,01
1915	70,67	17,98	4,40		5,74	1,21	0,00
1916	69,92	18,19	5,04		5,81	1,05	-0,01
1917	71,64	17,08	4,99		5,44	0,86	-0,01
1918	69,69	18,03	5,36		5,90	1,01	0,01
1919	68,67	18,37	5,69		6,04	1,23	0,00
1920	65,12	19,94	6,16		6,68	0,97	1,13
1921	62,18	20,80	6,56		6,32	1,23	2,91
1922	55,63	22,22	7,30		6,85	1,41	6,59
1923	56,84	22,23	7,55		6,63	1,39	5,36

Continua...

Quadro 1h – Continuação.

Ano	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo	Paraná	Rio de Janeiro	Bahia	Outros
1924	59,02	20,82	7,28	0,48	5,85	1,64	4,91
1925	59,69	19,88	7,47	0,55	5,29	1,90	5,22
1926	58,74	18,88	7,87	0,60	5,51	1,75	6,65
1927	61,94	18,65	7,37	0,85	5,36	1,76	4,07
1928	59,99	17,62	7,00	0,98	4,85	1,87	7,69
1929	61,54	17,24	6,44	1,29	4,63	1,40	7,46
1930	60,62	17,43	6,80	1,48	4,78	1,51	7,38
1931	62,74	17,76	6,35	1,76	4,72	1,40	5,27
1932	64,36	16,33	6,23	1,88	4,50	1,35	5,35
1933	67,77	15,73	6,27	2,01	4,22	1,08	2,92
1934	67,15	15,97	6,71	1,90	4,36	1,22	2,69
1935	68,03	15,91	6,47	2,07	4,22	1,06	2,24
1936	68,51	15,70	6,60	2,06	3,92	1,24	1,97
1937	66,77	17,43	6,66	2,55	3,67	1,22	1,70
1938	65,20	18,28	6,99	2,68	3,88	1,41	1,56
1939	65,55	17,69	7,10	3,41	3,65	1,33	1,27
1940	65,37	18,00	7,00	3,85	3,36	1,33	1,09
1941	63,89	17,87	7,93	4,56	3,41	1,38	0,96
1942	63,47	16,98	8,94	4,54	3,61	1,50	0,96
1943	60,03	18,46	10,32	4,65	3,91	1,49	1,14
1944	57,59	19,28	11,53	4,55	3,85	1,76	1,44
1945	54,51	19,92	13,49	4,41	4,33	1,79	1,55
1946	55,43	19,84	12,62	5,03	3,90	1,53	1,65
1947	52,21	20,81	13,61	6,66	3,79	1,31	1,61
1948	56,33	18,21	11,38	8,78	2,63	1,13	1,54
1949	54,47	18,26	11,99	10,29	2,88	0,83	1,28
1950	54,23	17,15	10,58	14,07	2,13	0,73	1,11

Quadro 1i – Preços constantes pagos aos cafeicultores brasileiros (US$ de 1990).

Ano	Rio de Janeiro	Santos
1889	202,72	
1890	205,89	
1891	193,26	
1892	196,16	
1893	258,23	
1894	238,42	
1895	238,85	
1896	237,42	
1897	123,78	
1898	101,66	
1899	93,69	
1900	121,71	
1901	95,61	
1902	81,67	
1903	82,74	
1904	107,18	
1905	167,86	
1906	112,39	
1907	75,24	
1908	64,66	
1909	76,00	
1910	110,55	
1911	162,38	85,26
1912	155,71	138,34
1913	115,10	121,71
1914	85,57	97,71
1915	72,59	96,75
1916	71,68	72,74
1917	51,05	49,74
1918	52,38	61,91
1919	64,69	115,71
1920	26,23	49,07
1921	32,63	52,21
1922	72,37	91,74
1923	76,36	87,33

Continua...

Quadro 1i – Continuação.

Ano	Rio de Janeiro	Santos
1924	117,90	133,05
1925	155,20	168,01
1926	143,32	152,54
1927	121,04	138,98
1928	143,36	188,82
1929	133,07	178,05
1930	74,21	107,62
1931	42,45	54,99
1932	36,34	44,61
1933	32,24	40,37
1934	40,21	45,65
1935	23,15	31,80
1936	26,88	34,51
1937	33,67	43,79
1938	21,07	33,79
1939	19,86	28,67
1940	32,96	47,30
1941	60,36	78,46
1942	61,73	96,81
1943	58,29	
1944	59,75	
1945	69,34	117,20
1946	83,24	138,50
1947	68,06	148,72
1948	72,39	135,48
1949	115,86	168,73
1950	224,48	270,68

Anexo 2[2]

Informações sobre a produção e a economia cafeeira brasileira e mundial no período de 1951 a 1991

Quadro 2a – Produção mundial de café, milhões de sacas de 60 kg, por países/regiões de maior produção

Quadro 2b – Produção brasileira de café – milhares de sacas de 60 kg

Quadro 2c – Exportação mundial de café

Quadro 2d – Preço internacional do café

Quadro 2e – Participação das exportações do café brasileiro no comércio mundial

Quadro 2f – Impacto do café na economia brasileira

Quadro 2g – Médias móveis de cinco anos demonstrando posição relativa dos maiores produtores (países/regiões)

Quadro 2h – Brasil: regiões produtoras e posição relativa dos estados produtores no Brasil – médias móveis de cinco anos

Quadro 2i – Preços constantes do café pagos aos cafeicultores brasileiros (US$ de 1990)

[2] Estes dados foram copilados do Apêndice Estatístico elaborado por Mauro Rodrigues da Cunha e publicado em 1992 no livro *150 Anos de Café,* organizado por MARTINS, M. e JOHNSTON, E., páginas 283 a 391, e reorganizados pelo autor.

Quadro 2a – Produção mundial de café milhões de sacas de 60 kg, por países/regiões de maior produção.

Ano	Mundo	Brasil	Colômbia	África	Ásia Ocidental	Outros
1951	38,53	18,90	5,00	5,11	1,68	7,85
1952	41,51	20,20	6,40	5,61	1,74	7,56
1953	44,00	19,30	7,00	6,79	2,12	8,79
1954	42,19	18,80	6,40	7,11	1,57	8,31
1955	50,35	26,50	6,80	8,75	2,20	6,10
1956	45,42	17,10	6,50	8,83	2,63	10,37
1957	55,01	26,30	7,80	9,35	2,43	9,13
1958	61,67	31,70	7,70	10,86	2,38	9,03
1959	78,92	44,10	8,00	12,45	2,97	11,40
1960	65,77	29,80	7,70	14,02	3,81	10,44
1961	72,04	35,90	7,80	12,61	3,68	12,05
1962	67,39	28,70	7,50	16,01	4,26	10,92
1963	71,00	23,20	7,80	17,11	4,19	18,70
1964	50,61	18,10	7,60	16,00	4,07	4,84
1965	81,60	37,80	8,20	17,42	4,50	13,68
1966	60,58	17,50	7,60	15,57	4,54	15,36
1967	68,61	23,40	8,00	18,44	4,48	14,29
1968	61,07	16,80	7,90	18,22	4,74	13,41
1969	66,36	15,20	8,50	19,55	4,83	18,28
1970	58,29	11,00	7,80	19,81	5,78	13,90
1971	71,83	24,60	7,20	19,85	5,02	15,17
1972	76,61	24,50	8,80	21,55	5,95	15,82
1973	62,46	14,30	9,50	18,11	5,97	14,58
1974	81,69	27,50	9,00	21,56	5,68	17,95
1975	73,50	22,80	8,50	18,54	5,78	17,88
1976	61,17	9,00	9,30	19,18	6,43	17,26
1977	69,62	17,10	11,00	17,32	6,85	17,34
1978	74,54	19,10	12,60	18,29	6,73	17,83
1979	81,91	20,90	12,70	18,07	9,37	20,88
1980	86,25	17,40	13,50	21,32	9,62	24,41
1981	98,20	33,70	14,30	20,30	10,62	19,28
1982	84,50	16,20	13,30	20,05	9,23	25,72
1983	88,72	30,40	13,00	16,21	9,56	19,55
1984	93,55	21,80	11,00	19,58	11,25	29,92
1985	96,45	32,60	12,00	20,95	10,38	20,52
1986	79,55	13,90	11,00	19,92	12,18	22,55
1987	103,13	38,00	13,00	18,97	11,55	21,62
1988	93,58	25,00	10,70	20,30	15,03	22,55
1989	97,08	26,00	13,00	20,55	13,24	24,29
1990	99,73	31,00	14,00	19,00	14,21	21,52
1991	99,93	28,00	14,50	19,38	15,27	22,79

Quadro 2b – Produção brasileira de café – milhares de sacas de 60 kg.

Ano	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo	Paraná	Total Brasil
1951	6.261	3.374	2.040	2.843	15.021
1952	7.185	1.843	1.530	5.048	16.100
1953	6.162	3.372	1.828	3.198	15.148
1954	7.333	3.172	1.848	1.337	14.512
1955	9.268	3.743	2.048	6.306	22.064
1956	6.019	1.930	1.561	2.178	12.535
1957	9.538	3.696	2.505	4.731	21.628
1958	10.697	4.236	2.572	8.590	26.307
1959	15.620	4.501	1.913	20.691	44.130
1960	8.242	3.475	3.102	14.320	29.848
1961	11.300	4.000	1.900	21.400	39.600
1962	5.200	2.500	2.400	18.000	28.900
1963	10.100	1.600	1.300	9.500	23.200
1964	1.800	1.200	1.100	3.600	8.300
1965	11.200	2.900	1.900	20.400	37.000
1966	6.200	2.800	1.600	7.700	18.800
1967	8.500	2.000	700	12.900	24.500
1968	4.600	1.900	1.600	8.300	17.000
1969	6.100	1.300	500	12.300	20.600
1970	4.400	3.000	1.600	1.600	11.000
1971	9.800	1.300	400	12.800	24.600
1972	9.400	3.700	1.200	9.700	24.500
1973	7.000	2.000	800	4.100	14.300
1974	9.800	4.900	1.400	11.500	28.100
1975	7.000	1.975	988	11.718	22.181
1976	1.900	2.300	1.500	0	6.000
1977	7.570	4.921	1.206	1.795	16.056
1978	8.271	4.356	2.282	4.581	19.957
1979	8.400	7.912	2.695	1.975	21.622
1980	6.048	3.378	3.109	2.988	16.438
1981	11.034	11.569	3.287	8.263	35.367
1982	5.549	4.050	3.444	1.550	16.175
1983	7.408	9.583	5.100	5.921	30.383
1984	6.450	5.523	3.996	4.032	21.805
1985	8.926	10.693	5.079	5.414	32.616
1986	1.559	4.310	3.641	2.016	13.500
1987	12.650	13.160	4.760	10.040	42.900
1988	4.350	8.640	5.220	2.310	22.520
1989	4.700	9.200	4.500	4.600	25.400
1990	6.000	10.000	5.400	3.000	27.500
1991	4.000	11.700	5.500	2.800	26.600

Quadro 2c – Exportação mundial de café.

Ano	Exportação mundial de café (milhões de sacas)	Exportação Brasil/exportação mundial (%)
1951	31,80	51,44
1952	32,10	49,29
1953	34,65	44,92
1954	29,92	36,49
1955	33,70	40,64
1956	38,39	43,77
1957	36,06	39,71
1958	36,51	35,31
1959	42,59	40,97
1960	42,49	39,58
1961	43,73	38,81
1962	46,26	35,40
1963	48,91	39,90
1964	46,72	31,99
1965	44,97	30,01
1966	49,03	34,74
1967	50,22	34,51
1968	53,61	35,51
1969	54,20	36,19
1970	52,72	32,41
1971	53,49	34,40
1972	57,87	33,21
1973	62,58	31,66
1974	54,79	24,19
1975	57,91	25,22
1976	58,81	26,53
1977	47,17	21,47
1978	56,21	22,33
1979	62,87	19,07
1980	59,86	25,20
1981	60,61	26,32
1982	64,55	26,52
1983	66,25	26,88
1984	70,55	27,50
1985	73,77	26,03
1986	68,10	14,56
1987	74,48	24,53
1988	70,81	24,12
1989	77,00	23,75
1990	80,30	21,15
1991	74,74	28,28

Quadro 2d – Preço internacional do café.

Ano	Preço médio de importação nos EUA (US$/saca)
1951	50,53
1952	51,28
1953	52,70
1954	65,68
1955	52,18
1956	51,17
1957	49,82
1958	43,89
1959	35,65
1960	34,34
1961	32,44
1962	30,44
1963	30,28
1964	39,63
1965	37,56
1966	36,53
1967	34,15
1968	33,95
1969	33,40
1970	44,44
1971	40,73
1972	43,03
1973	54,31
1974	59,08
1975	54,72
1976	116,44
1977	116,35
1978	138,58
1979	146,70
1980	138,03
1981	83,52
1982	93,90
1983	99,49
1984	110,16
1985	103,50
1986	124,85
1987	88,99
1988	98,54
1989	88,49
1990	68,34
1991	63,90

Quadro 2e – Participação das exportações do café brasileiro no comércio mundial.

Ano	Comércio de café como % do comércio mundial	Exportações brasileiras de café como % da exportação mundial de café
1951	2,82	49,80
1952	3,01	48,01
1953	3,29	45,14
1954	3,42	36,48
1955	2,81	36,28
1956	2,50	39,63
1957	2,13	35,58
1958	1,96	32,44
1959	1,74	36,50
1960	1,51	36,93
1961	1,40	37,86
1962	1,32	34,51
1963	1,27	38,20
1964	1,42	31,02
1965	1,20	31,63
1966	1,16	32,25
1967	1,06	31,07
1968	1,00	32,17
1969	0,88	33,95
1970	0,99	30,31
1971	0,82	26,81
1972	0,79	30,03
1973	0,78	27,68
1974	0,55	20,19
1975	0,53	20,39
1976	1,00	23,99
1977	0,70	31,67
1978	0,86	18,89
1979	0,80	15,72
1980	0,58	22,75
1981	0,36	22,65
1982	0,47	23,17
1983	0,52	24,03
1984	0,62	23,32
1985	0,63	20,70
1986	0,77	13,14
1987	0,44	18,97
1988	0,39	19,14
1989	0,33	16,15
1990	0,21	16,47
1991	0,19	22,52

Quadro 2f – Impacto do café na economia brasileira.

Ano	Participação brasileira nas exportações mundiais de café (%)	Participação do café nas exportações totais do Brasil (%)
1951	49,80	59,84
1952	48,01	73,72
1953	45,14	70,84
1954	36,48	60,70
1955	36,28	59,31
1956	39,63	69,49
1957	35,59	60,74
1958	32,45	55,34
1959	36,52	57,22
1960	36,93	56,16
1961	37,86	50,64
1962	34,51	52,94
1963	38,21	53,23
1964	31,03	53,14
1965	31,66	44,35
1966	32,65	44,43
1967	32,31	44,32
1968	33,12	42,38
1969	35,32	36,59
1970	31,68	35,85
1971	28,53	28,31
1972	32,10	26,49
1973	29,90	21,68
1974	22,90	12,33
1975	22,28	10,77
1976	26,48	23,68
1977	36,16	21,66
1978	22,27	18,13
1979	19,06	15,26
1980	25,36	13,77
1981	26,20	7,53
1982	26,29	10,45
1983	26,83	10,68
1984	25,92	10,56
1985	22,90	10,22
1986	15,24	10,41
1987	21,00	8,27
1988	21,16	6,58
1989	18,44	5,18
1990	18,89	4,09
1991	24,29	4,98

Quadro 2g – Médias móveis de cinco anos demonstrando posição relativa dos maiores produtores (países/regiões), em %.

Ano	Brasil	Colômbia	África	Ásia/ Ocidental	Outros/ América Latina
1951	51,42	14,92	11,80	1,42	18,53
1952	51,14	14,71	12,05	1,52	18,44
1953	49,55	14,88	13,32	2,06	18,13
1954	47,85	14,87	14,35	2,23	18,69
1955	47,88	14,59	15,41	2,46	17,83
1956	45,60	14,81	16,60	3,02	18,40
1957	45,58	14,56	17,23	3,24	18,02
1958	47,28	13,82	17,63	3,01	16,86
1959	50,01	12,63	17,24	3,05	15,79
1960	48,57	12,29	18,09	3,42	16,42
1961	50,33	11,70	17,78	3,29	15,61
1962	49,22	11,19	19,07	3,63	15,57
1963	45,53	10,93	20,33	3,95	17,88
1964	41,52	11,75	23,18	4,58	17,42
1965	41,94	11,35	23,10	4,41	17,57
1966	37,83	11,69	24,79	4,78	19,17
1967	36,10	11,79	25,44	4,70	20,12
1968	35,23	12,19	26,56	4,99	19,10
1969	32,73	11,89	26,37	4,87	22,18
1970	26,64	12,64	29,08	5,70	23,90
1971	27,90	12,08	29,39	5,42	23,01
1972	27,56	12,03	29,62	5,61	22,92
1973	26,70	12,46	29,46	5,89	23,17
1974	29,04	12,06	28,75	5,96	22,07
1975	31,06	11,75	27,21	5,80	22,23
1976	27,60	12,69	27,84	6,73	23,49
1977	26,03	13,58	27,18	7,58	24,40
1978	26,49	13,98	26,32	7,82	24,48
1979	24,64	15,00	25,34	9,03	25,28
1980	22,36	15,82	25,22	9,80	26,17
1981	26,36	15,61	23,21	9,86	24,30
1982	25,22	15,61	23,04	9,96	25,42
1983	26,98	15,20	21,83	10,13	24,99
1984	26,48	14,43	21,60	10,51	26,35
1985	29,19	13,78	21,04	10,46	24,92
1986	25,95	13,62	21,84	11,51	26,71
1987	29,63	13,00	20,72	11,51	24,74
1988	28,16	12,38	21,38	12,87	25,13
1989	28,84	12,71	21,43	13,06	23,74
1990	28,30	13,04	20,87	13,88	23,79
1991	29,99	13,21	19,90	13,76	22,85

Quadro 2h – Brasil: regiões produtoras e posição relativa dos estados produtores no Brasil – médias móveis de cinco anos, em %.

Ano	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo	Paraná	Rio de Janeiro	Bahia	Outros
1951	50,21	18,45	11,51	16,06	2,17	0,63	0,97
1952	49,46	16,76	10,52	19,87	1,81	0,65	0,93
1953	44,27	18,35	11,76	21,98	1,97	0,80	0,87
1954	45,22	18,72	11,14	21,22	1,63	0,93	1,14
1955	43,71	18,71	11,22	22,61	1,55	1,01	1,19
1956	44,76	17,50	10,97	22,48	1,39	1,25	1,65
1957	44,62	18,53	11,40	20,67	1,25	1,22	2,31
1958	43,93	17,20	10,80	23,72	1,11	0,92	2,32
1959	40,22	14,24	8,33	33,42	0,91	0,63	2,25
1960	37,14	13,22	8,64	37,43			3,57
1961	34,19	12,29	7,40	43,04			3,08
1962	30,16	11,05	7,02	49,03			2,74
1963	30,46	9,70	6,41	50,65			2,78
1964	28,22	9,84	7,55	51,46			2,93
1965	28,91	8,91	6,28	53,21			2,69
1966	29,69	9,47	7,14	50,95			2,75
1967	33,81	9,39	5,90	48,39			2,51
1968	30,59	10,23	6,53	50,09			2,56
1969	31,04	9,25	5,34	52,25			2,12
1970	32,43	11,97	6,53	46,57			2,50
1971	34,19	9,72	4,91	49,03			2,15
1972	35,11	11,46	5,42	45,75			2,26
1973	38,63	11,89	4,74	42,63			2,11
1974	39,41	14,54	5,27	38,73			2,05
1975	37,83	12,21	4,21	43,82			1,93
1976	36,92	15,64	6,19	38,93			2,32
1977	38,40	18,58	6,80	33,60			2,62
1978	37,42	19,99	7,99	32,06			2,54
1979	38,62	25,01	10,10	23,39			2,88
1980	40,20	28,56	13,48	14,16			3,60
1981	37,76	29,36	11,49	17,91			3,48
1982	35,87	28,54	13,52	17,67			4,40
1983	32,04	30,41	14,70	17,25			5,60
1984	30,36	28,38	15,76	18,94			6,56
1985	28,87	30,38	15,33	18,47			6,95
1986	26,11	29,84	18,57	16,54			8,94
1987	26,20	30,64	15,99	19,42			7,75
1988	25,45	31,74	17,02	17,86			7,93
1989	23,50	33,59	16,94	17,80			8,17
1990	22,20	34,37	17,84	16,66			8,93
1991	21,87	36,36	17,51	15,70			8,56

Quadro 2i – Preços constantes do café pagos aos cafeicultores brasileiros (US$ de 1990).

Ano	Rio de Janeiro	Santos	Brasil
1951	233,92	257,30	231,87
1952	233,92	268,01	243,49
1953	241,16	293,31	322,99
1954	128,66	175,25	151,21
1955	101,84	137,20	105,43
1956	92,61	140,88	101,24
1957	95,27	135,83	101,57
1958	50,25	82,55	59,31
1959	47,98	68,33	65,81
1960		65,06	54,33
1961	40,31	56,27	67,99
1962	28,34	53,13	56,67
1963	37,72	59,56	96,77
1964	67,20	88,46	112,08
1965			62,69
1966			59,01
1967			71,49
1968			60,29
1969			60,53
1970			61,08
1971			99,10
1972			94,93
1973			122,99
1974			135,12
1975			108,40
1976			164,59
1977			189,77
1978			226,73
1979			163,33
1980			126,31
1981			103,54
1982			113,31
1983			69,79
1984			74,64
1985			78,77
1986			139,18
1987			88,96
1988			77,39
1989			59,52
1990			
1991			

Anexo 3

Decreto Nº 2.047, de 29 de outubro de 1996

Presidência da República
Subchefia para Assuntos Jurídicos

Dá nova redação aos arts. 2º, 29 e 30 do Anexo I ao Decreto nº 1.757, de 22 de dezembro de 1995, e dispõe sobre o Conselho Deliberativo da Política do Café.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição,
DECRETA:
Art. 1º - Os arts. 2.º, 29 e 30 do Anexo I ao Decreto n.º 1.757, de 22 de dezembro de 1995, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, passam a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º .....
.....
IV - .....
.....
c) Conselho Deliberativo da Política do Café; .....
....."
"Art. 29 - Ao Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE cabe exercer as competências estabelecidas no art. 3º do Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, e à sua Secretaria Executiva as estabelecidas no Decreto nº 96.759, de 22 de setembro de 1988."
"Art. 30 - O Conselho Deliberativo da Política do Café tem por finalidade aprovar políticas para o setor cafeeiro."

Art. 2º - Ao Conselho Deliberativo da Política do Café compete:
I - aprovar plano de safra para o setor, compreendendo o programa de produção de exportação de café verde, solúvel, torrado e moído;
II - autorizar a realização de programas e projetos de pesquisa agronômica, mercadológica e de estimativa de safra;

III - aprovar, anualmente, a proposta orçamentária referente aos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ, criado pelo Decreto-Lei n.º 2.295, de 21 de novembro de 1986;
IV - regulamentar ações que visem a manutenção do equilíbrio entre a oferta e a demanda do café para exportação e consumo interno;
V - estabelecer cooperação técnica e financeira, nacional e internacional, com organismos oficiais ou privados no campo da cafeicultura;
VI - aprovar políticas de estocagem e de administração dos armazéns de café;
VII - propor ao Conselho Monetário Nacional o valor da quota de contribuição de que trata o Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986, e a aprovação de agente financeiro para atuar nas operações de financiamento de que trata o Decreto nº 94.874, de 15 de setembro de 1987.

Art. 3º - O Conselho Deliberativo da Política do Café tem a seguinte composição:
I - o Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo, que o presidirá;
II - o Secretário de Produtos de Base do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo;
III - o Diretor do Departamento Nacional do Café do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo;
IV - um representante do Ministério da Fazenda;
V - um representante do Ministério das Relações Exteriores;
VI - um representante do Ministério da Agricultura e do Abastecimento;
VII - um representante do Ministério do Planejamento e Orçamento;
VIII - dois representantes do Conselho Nacional do Café,
IX - um representante da Confederação Nacional da Agricultura;
X - um representante da Associação Brasileira da Indústria do Café;
XI - um representante da Associação Brasileira da Indústria do Café Solúvel;
XII - um representante da Federação Brasileira dos Exportadores de Café.
1º - Os representantes, e respectivos suplentes, dos Ministérios e das entidades mencionadas neste artigo serão designados pelo Presidente da República, com mandato de dois anos, permitida a recondução.

2º - As funções exercidas pelos representantes no Conselho não serão remuneradas, correndo as despesas com transporte e diárias por conta dos Ministérios e entidades representados.
3º - O Presidente do Conselho, em seus impedimentos eventuais, será substituído pelo Secretário-Executivo do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.

Art. 4º - O Conselho Deliberativo da Política do Café reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou mediante requerimento subscrito por seis de seus membros.
Parágrafo único. As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria simples e o seu Presidente só votará em caso de empate.

Art. 5º - Ao Presidente do Conselho Deliberativo da Política do Café incumbe:
I - convocar as reuniões do Conselho;
II - dirigir as reuniões do Conselho, zelando pela sua ordem e regularidade;
III - decidir *ad referendum* do Conselho matérias urgentes;
IV - firmar atos bilaterais de cooperação técnico-financeira.

Art. 6º - A Secretaria de Produtos de Base efetuará o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Deliberativo da Política do Café.

Art. 7º - As decisões do Conselho Deliberativo da Política do Café serão baixadas por Resoluções assinadas pelo seu Presidente e publicadas no Diário Oficial da União.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de outubro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

Fernando Henrique Cardoso

Francisco Dornelles

Anexo 4

Decreto Nº 3.152, de 26 de agosto de 1999

Presidência da República
Subchefia para Assuntos Jurídicos

Revogado pelo Dec. nº 3.527, de 28.6.2000

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição,
DECRETA:
Art. 31 - Ao Conselho Deliberativo da Política do Café compete:
I - aprovar plano de safra para o setor, compreendendo o programa de produção da exportação de café verde, solúvel, torrado e moído;
II - autorizar a realização de programas e projetos de pesquisa agronômica, mercadológica e de estimativa de safra;
III - aprovar, anualmente, a proposta orçamentária referente aos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ, criado pelo Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986;
IV - regulamentar ações que visem à manutenção do equilíbrio entre a oferta e a demanda do café para exportação e consumo interno;
V - estabelecer cooperação técnica e financeira, nacional e internacional, com organismos oficiais ou privados no campo da cafeicultura;
VI - aprovar políticas de estocagem e de administração dos armazéns de café;
VII - propor ao Conselho Monetário Nacional o valor da quota de contribuição de que trata o Decreto-Lei nº 2.295, de 1986, e a aprovação de agente financeiro para atuar nas operações de financiamento de que trata o Decreto nº 94.874, de 15 de setembro de 1987.

Art. 32 - O Conselho Deliberativo da Política do Café tem a seguinte composição:
I - o Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento, que o presidirá;
II - o Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura e do Abastecimento;
III - o Secretário da Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura e do Abastecimento;
IV - um representante do Ministério da Fazenda;
V - um representante do Ministério das Relações Exteriores;
VI - um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
VII - um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
VIII - dois representantes do Conselho Nacional do Café;
IX - um representante da Confederação Nacional de Agricultura;
X - um representante da Associação Brasileira da Indústria do Café;
XI - um representante da Associação Brasileira da Indústria do Café Solúvel; e
XII - um representante do Conselho de Exportadores de Café Verde do Brasil.
§ 1º - Os representantes, e respectivos suplentes, dos Ministérios e das entidades mencionadas neste artigo serão designados pelo Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento, com mandato de dois anos, permitida a recondução.
§ 2º - As funções exercidas pelos representantes no Conselho não serão remuneradas, correndo as despesas com transporte e diárias por conta dos Ministérios e entidades representadas.
§ 3º - O Presidente do Conselho, em seus impedimentos eventuais, será substituído pelo Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Art. 33 - O Conselho Deliberativo da Política do Café reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses e, extraordinariamente, por convocação de seu presidente ou mediante requerimento subscrito por seis de seus membros.

Parágrafo único. As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria simples e seu presidente só votará em caso de empate.

Art. 34 - Ao Presidente do Conselho Deliberativo da Política do Café incumbe:
I - convocar as reuniões do Conselho;
II - dirigir as reuniões do Conselho, zelando pela sua ordem e regularidade;
III - decidir ad referendum do Conselho matérias urgentes;
IV - firmar atos bilaterais de cooperação técnico-financeira.

Art. 35 - As decisões do Conselho Deliberativo da Política do Café serão baixadas por resoluções assinadas pelo seu presidente e publicadas no Diário Oficial da União.

Anexo 5

PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO E O MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO CAFÉ.

O **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO,** inscrito no CGC/MF sob nº 00.396.898/0001-25, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco 'D', em Brasília, DF, representado neste ato por seu titular, Ministro ARLINDO PORTO NETO, e, de outro lado, o **MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO,** inscrito no CGC/MF sob nº 01.263.896/0003-26, sediado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", em Brasília, DF, representado neste ato por seu titular, Ministro FRANCISCO DORNELLES,

Considerando a importância do negócio café, para o Brasil, nos seus aspectos agrícolas, comerciais e industriais, na geração de riquezas internas e na captação de divisas, na sua importância social e econômica,

Considerando a complexidade e amplitude da cadeia produtiva do café e as exigências nacionais e internacionais em relação à quantidade, preço e qualidade dos produtos,

Considerando, ainda, ser imprescindível a disponibilidade de tecnologias e informações sócio-econômicas e mercadológicas para a sustentação, melhoria e evolução do agronegócio café,

Resolvem celebrar o presente **PROTOCOLO DE INTENÇÕES,** mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Das Partes

Para os efeitos desse Protocolo, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo passarão a ser denominados de as PARTES.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Objeto

Por esse instrumento, as Partes se comprometem a viabilizar condições para implementar um Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, a ser coordenado pela EMBRAPA, constituído e executado em parceria com as instituições componentes do Sistema Nacional de

Pesquisa Agropecuária (SNPA), os demais institutos e universidades brasileiros, ligados à informação, ciência e tecnologia, bem como à iniciativa privada do negócio café, tais como cooperativas, associações de produtores e de trabalhadores, indústria de transformação, exportadores, consumidores, ambientalistas e demais instituições relacionadas direta ou indiretamente com o agronegócio café.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - As Partes, desde já, estabelecem que o Programa contemplará, na área de competência da EMBRAPA, toda a cadeia produtiva do café no desenvolvimento da pesquisa científico-tecnológica e estudos sócio-econômicos, a difusão de tecnologia e de informações e o acompanhamento da economia cafeeira brasileira e mundial.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - As Partes se comprometem a envidar esforços no sentido de obterem a adesão dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Desporto, e do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, nas áreas de sua competência, bem como dos Governos dos Estados produtores de café, para coadjuvarem na implementação do Programa, objeto deste Protocolo.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Obrigações Especiais

Para consecução destes objetivos os Ministérios signatários comprometem-se, especificamente ao seguinte:

I - MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO:

a) destinar recursos do FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA (FUNCAFÉ) e de outras fontes a serem definidas, para apoiar financeiramente a execução do Programa;

b) supervisionar e fiscalizar a execução do Programa, em conjunto com o Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

II - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO:

a) implementar a execução do Programa, por intermédio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA);

b) participar com os seus técnicos especializados em pesquisa de café neste programa;

c) envidar esforços na busca de outras fontes financiadoras para o Programa;

d) coordenar, supervisionar e fiscalizar a execução de Programa, isoladamente ou em conjunto com a outra Parte.

CLÁUSULA QUARTA - Da forma de implementação

Este Protocolo será implementado mediante celebração de convênios ou ajustes específicos, onde serão caracterizadas as obrigações e responsabilidades de cada Parte.

CLÁUSULA QUINTA - Do prazo de Execução

As Partes se comprometem a viabilizar o início da execução do Programa, dentro de um prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de assinatura desse Protocolo.

CLÁUSULA SEXTA - Da Publicação

A publicação resumida desse Protocolo, no Diário Oficial da União, será providenciada pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

E, por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas.

Belo Horizonte, em 14 de agosto de 1996

ARLINDO PORTO NETO
Ministro da Agricultura e do Abastecimento

FRANCISCO DORNELLES
Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo

TESTEMUNHAS:
1. .....
Nome:
End.:

2. .....
Nome:
End.:

Anexo 6

CBP&D/CAFÉ

EMBRAPA COD. 10200.97/012-6

TERMO DE CONSTITUIÇÃO DO *CONSÓRCIO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO CAFÉ - CBP&D/CAFÉ*, QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA, A EMPRESA BAIANA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO - EBDA, A EMPRESA CAPIXABA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMCAPA, A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS - EPAMIG, A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO RIO DE JANEIRO - PESAGRO-RIO, O INSTITUTO AGRONÔMICO - IAC, O INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ - IAPAR, O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, ATRAVÉS DA SUA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL-MAA/SDR, A UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA, E A UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV.

A **EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - Embrapa,** inscrita no CGC/MF, sob o nº 00.348.003/0001-10, sediada em Brasília-DF, Parque Rural, Setor de Áreas Isoladas Norte - SAIN, via W/3 Norte (final), doravante denominada simplesmente **Embrapa,** neste ato representada por seu Presidente, Engenheiro Agrônomo Alberto Duque Portugal, C. Identidade RG Nº 378.585/SSP/GO e CPF nº 021.376.661-20, residente e domiciliado a SQS 113, Bloco "E", Apto. 403, Brasília-DF;

a **EMPRESA BAIANA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO - EBDA,** inscrita no CGC/MF sob nº 14.772.867/0001-70, com sede na Av. Dorival Caymmi, 15.649, Bairro Itapuã, Salvador, BA, doravante denominada simplesmente **EBDA**, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Engenheiro Agrônomo Hermínio Maia Rocha, CPF 002.916.335-87, C.Identidade RG-2.989.915, SSP/SP, residente e domiciliado na Avenida 7 de Setembro, 4347-A, Edifício Mar Grande, apt. 1002, Barra, Salvador, BA;

a **EMPRESA CAPIXABA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMCAPA**, inscrita no CGC/MF sob nº 27.252.477/0001-10, com sede na Rua Alberto de Oliveira Santos, 42, 9º andar, Centro, Vitória, ES, doravante denominada simplesmente **EMCAPA**, neste ato representada por sua Diretora Presidente, Margareth Batista Saraiva Coelho, CPF 285.315.746-68, C.Identidade RG-427.148, SSP/ES, residente na Rua Carlos Martins, 1403/101, Edifício Azaléia, Jardim Camburi, Vitória, ES;

a **EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS - EPAMIG**, inscrita no CGC/MF sob nº 17.138.140/0001-23, com sede na Avenida Amazonas, 115, 7º andar, Belo Horizonte, MG, doravante denominada simplesmente EPAMIG, neste ato representada por seu Presidente, Engenheiro Agrônomo Guy Torres, CPF 039.327.616-34, C.Identidade RG-M-426.406, SSP/MG, residente e domiciliado na rua Almirante Tamandaré, 814, apt. 202, Gutierrez, Belo Horizonte, MG;

EMBRAPA - AJU - APROVADO 19.2.97

a **EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO RIO DE JANEIRO - PESAGRO-RIO**, inscrita no CGC/MF sob nº 42.516.773/0001-75, com sede na Alameda São Boaventura, 770, Fonseca, Niterói, RJ, doravante denominada simplesmente **PESAGRO-RIO**, neste ato representada por seu Presidente, Engenheiro Agrônomo Doracy Pessoa Ramos, C.Identidade RG-1.460.080 IFP, CPF 039.010.257-15, residente e domiciliado na Rua Carmem Miranda, 171, ap.301, Jardim Guanabara, Ilha do Governador, RJ;

o **INSTITUTO AGRONÔMICO - IAC**, da Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, inscrito no CGC/MF sob nº 46.384.400/0023-54, com sede na Avenida Barão de Itapura, 1487, Campinas, São Paulo, doravante denominado simplesmente **IAC**, neste ato representado por seu Diretor Geral, Engenheiro Agrônomo Otávio Tisselli Filho, CPF 582.742.278-91, C. de Identidade RG-4.103.903, SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Dom Manuel 'O Venturoso', 133, Jardim Nossa Senhora Auxiliadora, Campinas, SP;

o **INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ - IAPAR**, inscrito no CGC/MF sob nº 75.234.757/0001-49, com sede na Rodovia Celso Garcia Cid, Km 375, Londrina, PR, doravante denominado simplesmente **IAPAR**, neste ato representado por seu Presidente, Engenheiro Agrônomo Wilson Pan, C. de Identidade RG-421.402, SSP/PR, CPF 008.657.379-91, residente e domiciliado na naRua Santos, 1130, ap. 101, Londrina, PR;

o **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO**, através de sua **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (SDR/MAA)**, sediada em Brasília, DF, na Esplanada dos Ministérios, Bloco D, inscrita no CGC/MF sob nº 00.396.895/0001-25, doravante denominada simplesmente **MAA/SDR**, neste ato representada por seu Secretário, Engenheiro Agrônomo Murilo Xavier Flores, CPF 240.015.461-91, C. de Identidade RG-435.233, SSP/DF, residente e domiciliado no SHIN, QI 03, Conjunto 1, Casa 08, Lago Norte em Brasília, DF;

a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA**, inscrita no CGC/MF sob nº 22.078.679/0001-74, sediada em Lavras, MG, no "Campus Universitário", doravante denominada simplesmente **UFLA**, neste ato representada por seu Magnífico Reitor, Professor Fabiano Ribeiro do Vale, C. de Identidade RG-634.717, SSP/MG, CPF 268.144.446-91, residente e domiciliado na Alameda dos Flamboayans, 134, Jardim das Palmeiras, em Lavras, MG; e

a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV**, inscrita no CGC/MF sob nº 25.944.455/0001-96, sediada em Viçosa, MG, na Avenida P. H. Rolfs, s/n, doravante denominada simplesmente **UFV**, neste ato representada por seu Magnífico Reitor, Professor Luís Sérgio Saraiva, CPF 064.506.796-20, C. de Identidade RG-M-797.095, SSP/MG, residente e domiciliado na Praça Cristóvão Lopes de Carvalho, 99, em Viçosa, MG;

todas, na condição de consorciadas fundadoras, resolveram celebrar o presente Termo de **CONSÓRCIO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

AJU - APROVADO 19/12/97

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

A finalidade do presente **Termo de Constituição de Consórcio** é conceber e executar o **Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - PNP&D/Café, doravante denominado simplesmente PROGRAMA, ou PNP&D/Café,** referido no **Protocolo de Intenções**, firmado entre o Ministério da Agricultura e do Abastecimento -MAA e o Ministério da Indústria e do Comércio e do Turismo - MIC, em Belo Horizonte, em 14 de agosto de 1996.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: Constitui, ainda, objetivo deste Consórcio a conjugação de recursos humanos, físicos, financeiros e materiais das instituições signatárias, e a captação de recursos adicionais, para o desenvolvimento do **Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café,** no âmbito de competência das instituições, segundo as normas e procedimentos estabelecidos neste Contrato e no **Termo de Referência do PNP&D/Café.**

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Denominação e Sede

O Consórcio terá a denominação de **Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - CBP&D/Café, doravante denominado simplesmente Consórcio,** ou **CBP&D/Café,** e não se constitui e nem se constituirá em pessoa jurídica distinta daquelas instituições que o integram, tendo sua sede e foro coincidentes com a sede da Consorciada Administradora.

CLÁUSULA TERCEIRA - Dos Órgãos

O Consórcio terá, como órgão máximo, um Conselho Diretor constituído do dirigente máximo de cada uma das consorciadas fundadoras.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: Apenas em casos excepcionais a representação, de que trata esta Cláusula, poderá ser feita por substituto, formalmente indicado para este fim.

SUBCLÁUSULASEGUNDA: A presidência do **Conselho Diretor** fica reservada à Embrapa, com direito a voto, inclusive de qualidade.

CLÁUSULA QUARTA - Da Alteração

O **CBP&D/Café,** após constituído, não terá a sua composição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem a prévia concordância do seu **Conselho Diretor**.

AJU - APROVADO 19/2/97

SUBCLÁUSULAÚNICA: Outras instituições, públicas e privadas, que tenham objetivos coerentes com os executados por este **Consórcio**, que desenvolvam, incentivem, promovam ou financiem estudos, pesquisas, tecnologias e informações sobre o negócio café, poderão associar-se, mediante **Termo de Adesão**, previamente aprovado pelo **Conselho Diretor**

CLÁUSULA QUINTA - Da Renúncia

As instituições que, no decorrer deste **Consórcio,** desejarem dele desligar-se, fá-lo-ão por meio de **Termo de Renúncia**, arcando com os prejuízos que, porventura, causarem, analisado o assunto pelo **Conselho Diretor.**

CLÁUSULA SEXTA - Da Administração e Representação

Observadas as disposições deste Contrato, bem como as diretrizes do **Conselho Diretor**, a administração e a representação legal do **CBP&D/Café** é de responsabilidade da **Embrapa**, competindo-lhe a prática de todos os atos pertinentes a esse mister.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: Por decisão do **Conselho Diretor**, a totalidade da competência estabelecida no "caput" desta cláusula e na subcláusula segunda da cláusula terceira, poderá ser transferida a outra instituição consorciada.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Responsabilidade

As instituições do **CBP&D/Café** responderão individualmente por suas obrigações de ordem fiscal, financeira, administrativa e técnica, pertinentes aos objetivos do **Consórcio.**

SUBCLÁUSULA ÚNICA: A instituição administradora deste Consórcio indicará os membros para a constituição de uma **Comissão Técnica de Programa - CTP**, encarregada de gerenciar o **PNP&D/Café**, formada de, no mínimo, três (03) profissionais, especialistas em café, cujas indicações deverão ser aprovadas pelo **Conselho Diretor**.

CLÁUSULA OITAVA - Da Competência Do Conselho Diretor

Compete ao **Conselho Diretor** cumprir e fazer cumprir as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento e no **Termo de Referência do PNP&D/Café,** que passa a integrar este Contrato**,** tendo, o Conselho, como função principal orientar, organizar e supervisionar a execução do **PNP&D/Café** e estabelecer normas e procedimentos complementares, para o bom desenvolvimento do Programa e fiel cumprimento deste acordo.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: Compete, ainda, ao **Conselho Diretor** a aprovação do **PNP&D/Café**, em todos os seus aspectos, bem como as negociações interna e externa, e a orientação dos objetivos e procedimentos do **Programa e do Consórcio.**

CLÁUSULA NONA - Dos Recursos

O **CBP&D/Café** diligenciará, em conjunto e por meio de cada instituição consorciada, perante as fontes ordinárias e extraordinárias, públicas ou privadas, de financiamento de pesquisa e desenvolvimento agro-industrial, sócio-econômicas e mercadológicas, em geral e cafeeira em particular, para a captação de recursos, com o fito de ampliar as disponibilidades financeiras do Consórcio ou de cada instituição consorciada, para a consecução dos objetivos propostos.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: Cada instituição consorciada obriga-se a comunicar ao **CBP&D/Café** os acordos e convênios celebrados com terceiros, com os objetivos descritos neste acordo, bem como os estudos e pesquisas realizados ou a serem realizados, com seus próprios recursos e respectivos montantes financeiros, com a finalidade de constituir a exata noção do todo do Programa.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: Os recursos captados pelo **Consórcio** serão alocados às instituições consorciadas, diretamente da fonte ou entidade financiadora, salvo exigência em contrário, em consonância com PNP&D/Café, segundo os projetos de cada consorciada.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: Compete a cada instituição consorciada a correta aplicação dos recursos e a prestação de contas técnicas e financeiras, à fonte financiadora e/ou ao **Consórcio**.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da Divulgação

Obriga-se a instituição administradora a proceder aos registros e divulgação legais deste **Termo de Consóricio.**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Procedimentos Administrativos

No prazo de três meses, a contar da assinatura deste instrumento, a Instituição Administradora obriga-se a apresentar, à aprovação do Conselho Diretor, proposta de regimento interno deste Consórcio, contendo os procedimentos técnicos e administrativos necessários ao seu funcionamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da Vigência

O prazo de vigência do **CBP&D/Café** será de 05 (cinco) anos, com início a partir da data de sua assinatura.

AJU • APROVADO 19/12/97

SUBCLÁUSULA ÚNICA: O presente instrumento será prorrogado automaticamente por igual período, de modo sucessivo, desde que as instituições envolvidas manifestem, por escrito, a intenção de não renová-lo com, no mínimo, 90 (noventa) dias de antecedência da data prevista para o seu término.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do Foro

As instituições consorciadas, em comum acordo, elegem, como único competente para dirimir dúvidas e controvérsias acerca do presente Termo de Consórcio, o foro da Cidade de Brasília, Distrito Federal.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam este **Termo de Constituição de Consórcio,** em 13 (treze) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas identificadas.

Brasília (DF), 03 de março de 1997.

Dr. Alberto Duque Portugal Presidente da EMBRAPA	Dr. Herminio Maia Rocha Diretor Presidente da EBDA
Dra. Margareth Batista Saraiva Coelho Diretora Presidenta da EMCAPA	Dr. Guy Torres Presidente da EPAMIG
Dr. Otavio Tisseli Filho Diretor Geral do IAC	Dr. Wilson Pan Presidente do IAPAR
Dr. Doracy Pessoa Ramos Presidente da PESAGRO-RIO	Dr. Murilo Xavier Flores Secretário da SDR/MAA
Dr. Fabiano Ribeiro do Vale Magnífico Reitor da UFLA	Dr. Luiz Sérgio Saraiva Magnífico Reitor da UFV

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome: Antonio Fernandes Lira
Contratos e Convênios
CPF.: Supervisor/GRR/EMBRAPA

2. _____
Nome: Carlos Alberto G. da Silva
CPF.: Mat. 134210

EMBRAPA • AJU • APROVADO 19/2/97

CBP&D.DOC (jdo)

Anexo 7

PNP&D/CAFÉ

EMBRAPA COD. 10200.97/011-8

TERMO DE REFERÊNCIA PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO CAFÉ - PNP&D/CAFÉ QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A EMBRAPA, A EBDA, A EMCAPA, A EPAMIG, O IAC, O IAPAR, A PESAGRO, A SDR/MAA, A UFLA E A UFV.

A **EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - Embrapa,** inscrita no CGC/MF, sob o nº 00.348.003/0001-10, sediada em Brasília-DF, Parque Rural, Setor de Áreas Isoladas Norte - SAIN, via W/3 Norte (final), doravante denominada simplesmente **Embrapa,** neste ato representada por seu Presidente, Engenheiro Agrônomo Alberto Duque Portugal, C. Identidade RG Nº 378.585/SSP/GO e CPF nº 021.376.661-20, residente e domiciliado a SQS 113, Bloco "E", Apto. 403, Brasília-DF;

a **EMPRESA BAIANA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO - EBDA,** inscrita no CGC/MF sob nº 14.772.867/0001-70, com sede na Av. Dorival Caymmi, 15.649, Bairro Itapuã, Salvador, BA, doravante denominada simplesmente **EBDA**, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Engenheiro Agrônomo Herminio Maia Rocha, CPF 002.916.335-87, C.Identidade RG-2.989.915, SSP/SP, residente e domiciliado na Avenida 7 de Setembro, 4347-A, Edifício Mar Grande, apt. 1002, Barra, Salvador, BA;

a **EMPRESA CAPIXABA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMCAPA**, inscrita no CGC/MF sob nº 27.252.477/0001-10, com sede na Rua Alberto de Oliveira Santos, 42, 9º andar, Centro, Vitória, ES, doravante denominada simplesmente **EMCAPA**, neste ato representada por sua Diretora Presidente, Margareth Batista Saraiva Coelho, CPF 285.315.746-68, C.Identidade RG-427.148, SSP/ES, residente na Rua Carlos Martins, 1403/101, Edifício Azaléia, Jardim Camburi, Vitória, ES;

a **EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS - EPAMIG**, inscrita no CGC/MF sob nº 17.138.140/0001-23, com sede na Avenida Amazonas, 115, 7º andar, Belo Horizonte, MG, doravante denominada simplesmente EPAMIG, neste ato representada por seu Presidente, Engenheiro Agrônomo Guy Torres, CPF 039.327.616-34, C.Identidade RG-M-426.406, SSP/MG, residente e domiciliado na rua Almirante Tamandaré, 814, apt. 202, Gutierrez, Belo Horizonte, MG;

a **EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO RIO DE JANEIRO - PESAGRO-RIO**, inscrita no CGC/MF sob nº 42.516.773/0001-75, com sede na Alameda São Boaventura, 770, Fonseca, Niterói, RJ, doravante denominada simplesmente **PESAGRO-RIO**, neste ato representada por seu Presidente, Engenheiro Agrônomo Doracy Pessoa Ramos, C.Identidade RG-1.460.080 IFP, CPF 039.010.257-15, residente e domiciliado na Rua Carmem Miranda, 171, ap.301, Jardim Guanabara, Ilha do Governador, RJ;

o **INSTITUTO AGRONÔMICO - IAC**, da Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, inscrito no CGC/MF sob nº 46.384.400/0023-54, com sede na Avenida Barão de Itapura, 1487, Campinas, São Paulo, doravante denominado simplesmente **IAC**, neste ato representado por seu Diretor Geral, Engenheiro Agrônomo Otávio Tisselli Filho, CPF 582.742.278-91, C. de Identidade RG-4.103.903, SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Dom Manuel 'O Venturoso', 133, Jardim Nossa Senhora Auxiliadora, Campinas, SP;

o **INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ - IAPAR**, inscrito no CGC/MF sob nº 75.234.757/0001-49, com sede na Rodovia Celso Garcia Cid, Km 375, Londrina, PR, doravante denominado simplesmente **IAPAR**, neste ato representado por seu Presidente, Engenheiro Agrônomo Wilson Pan, C. de Identidade RG-421.402, SSP/PR, CPF 008.657.379-91, residente e domiciliado na naRua Santos, 1130, ap. 101, Londrina, PR;

o **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO**, através de sua **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (SDR/MAA)**, sediada em Brasília, DF, na Esplanada dos Ministérios, Bloco D, inscrita no CGC/MF sob nº 00.396.895/0001-25, doravante denominada simplesmente **MAA/SDR**, neste ato representada por seu Secretário, Engenheiro Agrônomo Murilo Xavier Flores, CPF 240.015.461-91, C. de Identidade RG-435.233, SSP/DF, residente e domiciliado no SHIN, QI 03, Conjunto 1, Casa 08, Lago Norte em Brasília, DF;

a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA**, inscrita no CGC/MF sob nº 22.078.679/0001-74, sediada em Lavras, MG, no "Campus Universitário", doravante denominada simplesmente **UFLA**, neste ato representada por seu Magnífico Reitor, Professor Fabiano Ribeiro do Vale, C. de Identidade RG-634.717, SSP/MG, CPF 268.144.446-91, residente e domiciliado na Alameda dos Flamboayans, 134, Jardim das Palmeiras, em Lavras, MG; e

a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV**, inscrita no CGC/MF sob nº 25.944.455/0001-96, sediada em Viçosa, MG, na Avenida P. H. Rolfs, s/n, doravante denominada simplesmente **UFV**, neste ato representada por seu Magnífico Reitor, Professor Luís Sérgio Saraiva, CPF 064.506.796-20, C. de Identidade RG-M-797.095, SSP/MG, residente e domiciliado na Praça Cristóvão Lopes de Carvalho, 99, em Viçosa, MG; ao final, assinando os seus respectivos representantes legais, mediante cláusulas e condições a seguir explicitadas, resolvem celebrar o presente **Termo de Referência - TDR,** para o Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui finalidade deste **Termo de Referência - TDR** estabelecer os princípios, normas e procedimentos que nortearão a realização do **Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - PNP&D/Café**, a ser executado pelo **Consórcio Brasileiro de Pesquisa & Desenvolvimento do Café - CBP&D/Café,** doravante denominados **Programa** e **Consórcio,** respectivamente, cujas consorciadas se comprometem a desenvolver de forma integrada e participativa em âmbito institucional, estadual e nacional.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: Respeitadas as características regionais e institucionais, a estrutura brasileira de pesquisa e desenvolvimento do café, passa, após a instituição do **Consórcio**, a configurar-se como uma rede integrada de instituições e recursos, humanos, físicos, financeiros e materiais, para a consecução de um **Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café,** capaz de gerar, adaptar e difundir tecnologias e informações necessárias e imprescindíveis ao desenvolvimento do negócio do café no Brasil, no âmbito de toda a cadeia produtiva e nas áreas de competência das instituições consorciadas.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: A implantação do **PNP&D/Café** visa estabelecer canais formalizados e eficazes de intercâmbio científico e tecnológico entre as instituições consorciadas, substituindo o esporádico pelo sistemático, o informal pelo institucionalizado e o individual pelo coletivo, em busca de melhores e maiores benefícios para o setor cafeeiro, visando, ainda, congregar os recursos humanos, físicos, financeiros e materiais das consorciadas de forma a se obter, por efeitos sinérgicos e mutualísticos os objetivos almejados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INSTITUIÇÕES

São signatárias deste **Termo de Referência**, obrigatoriamente, idênticas instituições componentes do **CBP&D/Café,** ligadas pelo objetivo explicitado na cláusula primeira deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PROJETOS

O **PNP&D/Café** será executado por meio de projetos temáticos, a serem nomeados e definidos pelos pesquisadores das instituições consorciadas, em função de sua relevância, amplitude e especificidade, resguardadas as particularidades regionais.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: Para cada tema, ou grupo de temas correlatos, de pesquisa, estudo e desenvolvimento, será constituído um **Núcleo de Referência**, gerenciado por um **Comitê de Pesquisa,** integrado por três pesquisadores, sendo um coordenador, escolhido pelos pares, com mandato de três anos, permitida a recondução.

CLÁUSULA QUARTA - DA COORDENAÇÃO

A instituição escolhida como coordenadora do **Consórcio**, constituirá uma **Comissão Técnica de Programa - CTP**, encarregada de gerenciar o **PNP&D/Café**, formada de, no mínimo, três profissionais especialistas em café, indicada pela instituição, com aprovação do **Conselho Diretor** do **Consórcio.**

SUBCLÁUSULA ÚNICA: Ao **Conselho Diretor** do **Consórcio** compete o aditamento deste **Termo,** comprometendo-se, as instituições consorciadas, a acatarem as decisões emanadas.

CLÁUSULA QUINTA - DO NÚCLEO DE REFERÊNCIA

Compete aos **Comitês de Pesquisa** dos **Núcleos de Referência** o estudo e a discussão técnica dos problemas a eles relacionados, a avaliação de projetos e subprojetos de pesquisa e estudos, a promoção do intercâmbio técnico, a orientação e a congregação entre os pares, a consolidação das propostas, a aprovação técnica e a recomendação financeira dos projetos e estudos, bem como o acompanhamento dos trabalhos e a avaliação dos resultados e, ainda, encaminhamento de propostas e sugestões, de melhoria e aperfeiçoamento deste **Termo de Referência.**

SUBCLÁUSULA ÚNICA: Os Comitês de Pesquisa promoverão a efetiva participação de instituições públicas e privadas, afeitas aos temas em estudo, na identificação e discussão de problemas, recomendação de projetos e avaliação de resultados, com o fim de integrar os componentes de toda a cadeia produtiva e validar os objetivos e meios do Programa.

CLÁUSULA SEXTA - DA CTP

Compete à **CTP** a supervisão e a orientação dos **Comitês de Pesquisa** e respectivos **Núcleos de Referência,** a priorização de projetos e estudos, a consolidação financeira, técnica e administrativa do **PNP&D/Café**, ouvido, no que couber, o **Conselho Diretor,** bem como encaminhar propostas e sugestões, de melhoria e aperfeiçoamento deste **Termo de Referência.**

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRINCÍPIOS

O **PNP&D/Café** obedecerá aos seguintes princípios:

a) otimização e racionalização de recursos humanos, físicos, financeiros e materiais;

b) reconhecimento das competências institucionais já estabelecidas;

c) preservação das identidades institucionais;

d) padronização de procedimentos técnicos e administrativos;

e) promoção do inter-relacionamento entre consorciadas, do sinergismo e do mutualismo;

f) livre acesso de informações entre as consorciadas.

CLÁUSULA OITAVA - DOS CRITÉRIOS

Constituem critérios à alocação de recursos:

a) a qualidade técnica dos projetos e estudos, o custo e o benefício socio-econômico, tecnológico e ambiental;

b) o atendimento às demandas prioritárias do mercado;

c) a contrapartida estadual ou institucional ao **PNP&D/Café** e aos projetos;

d) a importância sócio-econômica do setor cafeeiro no estado ou na região;

e) a importância de novas fronteiras da cafeicultura;

f) a disponibilidade e necessidade de acervo tecnológico no estado ou na região.

CLÁUSULA NONA - DAS ATIVIDADES BÁSICAS

Dentro da cadeia produtiva do café, na área de abrangência das instituições consorciadas, constituem atividades básicas do **PNP&D/Café**:

a) a pesquisa científica, tecnológica e os estudos sócio-econômicos e mercadológicos;

b) a documentação cafeeira;

c) a difusão de tecnologia e de informações cafeeiras;

d) o fornecimento de produtos e serviços tecnológicos;

e) o treinamento e a capacitação de recursos humanos;

f) o treinamento e a capacitação dos usuários e clientes;

g) a promoção de intercâmbio técnico e científico entre as instituições consorciadas, clientes, usuários, estados brasileiros, países produtores de café e entidades afins, estrangeiras e internacionais;

h) o acompanhamento e a análise da lavoura cafeeira e do negócio café;

i) o fornecimento de subsídios à política cafeeira brasileira.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência desse **Termo de Referência** será de 5 (cinco) anos, com início a partir da data de sua assinatura, coincidindo sempre com a vigência do correspondente **Termo de Consórcio.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

As instituições consorciadas, em comum acordo, elegem, como único competente para dirimir dúvidas e controvérsias acerca do presente **Termo de Referência,** o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal.

AJU • APROVADO 19/12/94

PNP&D/CAFÉ

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam este **Termo de Referência,** em 13 (treze) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas identificadas, para que se produzam os legítimos efeitos de direito.

Brasília, 03 **de** março **de 1997**

Dr. Alberto Duque Portugal **Presidente da EMBRAPA**	**Dr. Herminio Maia Rocha** **Diretor Presidente da EBDA**
Dra. Margareth Batista Saraiva Coelho **Diretora Presidenta da EMCAPA**	**Dr. Guy Torres** **Presidente da EPAMIG**
Dr. Otavio Tisseli Filho **Diretor Geral do IAC**	**Dr. Wilson Pan** **Presidente do IAPAR**
Dr. Doracy Pessoa Ramos **Presidente da PESAGRO-RIO**	**Dr. Murilo Xavier Flores** **Secretário da SDR/MAA**
Dr. Fabiano Ribeiro do Vale **Magnífico Reitor da UFLA**	**Dr. Luiz Sérgio Saraiva** **Magnífico Reitor da UFV**

Testemunhas:

1. _____
Nome: Ernesto Fernandes Lins
CPF.: Convênios e Contratos Supervisor/GPR/EMBRAPA

2. _____
Nome: Carlos Alberto H. Silva
CPF.: Mat. 134210

contdpd.doc (jdo)

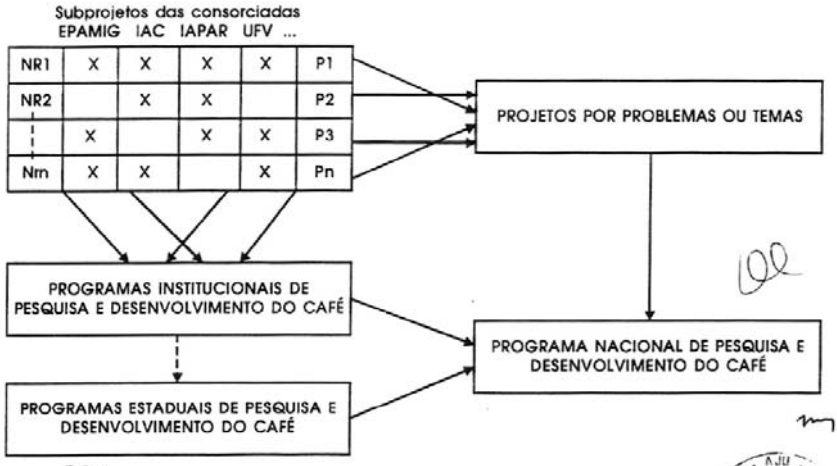
AJU • APROVADO 19/2/97

CONSÓRCIO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO CAFÉ

PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO CAFÉ

ORGANOGRAMA E FLUXOGRAMA

NÚCLEOS DE REFERÊNCIA (NR) POR PROBLEMAS OU TEMAS



EMBRAPA
12-11891
19.2.98

Anexo 8

CONSELHO DELIBERATIVO DA POLÍTICA DO CAFÉ

RESOLUÇÃO Nº 02 , DE 30 DE OUTUBRO DE 2001.

O MINISTRO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, na qualidade de Presidente do Conselho Deliberativo da Política do Café – CDPC, tendo em vista o que foi decidido na sua 16ª Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de junho de 2001, o que consta do Processo nº 21000.006055/2001-92, considerando o disposto no § 3º, do art. 4º, e inciso II, do art. 7º, do Regimento Interno do CDPC, resolve:

Art. 1º Criar três Comitês Diretores com o objetivo de assessorar o CDPC nas suas respectivas linhas de atuação:

I - Comitê Diretor do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café – PNP&D/Café;
II - Comitê Diretor de Promoção e Marketing do Café Brasileiro;
III - Comitê Novos Rumos do Agronegócio Café.

Art. 2º Os Comitês de que trata o artigo anterior serão constituídos pelos seguintes membros:

I - Diretor do Departamento do Café - DECAF, deste Ministério, que convocará as reuniões e as presidirá;
II - um representante da Associação Brasileira da Indústria do Café – ABIC;
III - um representante da Associação Brasileira da Indústria do Café Solúvel – ABICS;
IV - um representante do Conselho dos Exportadores de Café Verde – CECAFE;
V - um representante da Confederação Nacional da Agricultura – CNA;
VI - dois representantes do Conselho Nacional do Café – CNC; e
VII - um representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.

Parágrafo único. Os membros dos Comitês serão designados pelo Presidente do CDPC, por indicação dos titulares das entidades referidas nos incisos II a VII deste artigo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

MARCUS VINICIUS PRATINI DE MORAES

Fls. 21
MA/SPC/DECAF

CONSELHO DELIBERATIVO DA POLÍTICA DO CAFÉ

RESOLUÇÃO Nº 03 , DE 27 DE NOVEMBRO DE 2001.

O MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, na qualidade de Presidente do Conselho Deliberativo da Política do Café – CDPC, tendo em vista o que foi decidido na sua 16ª Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de junho de 2001, o que consta do Processo nº 21000.006055/2001-92, e considerando o disposto no § 3º, do art. 4º, e inciso II, do art. 7º, do Regimento Interno do CDPC, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 2º, da Resolução nº 02, de 30 de outubro de 2001, e seu parágrafo único, que passam a ter a seguinte redação:

"Art. 2º Os Comitês de que trata o artigo anterior serão constituídos pelos seguintes membros:
I - .....
II - .....
III - .....
IV - .....
V - .....
VI - .....
VII - .....
VIII - um representante da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.

Parágrafo único. Os membros dos Comitês serão designados pelo Presidente do CDPC, por indicação dos titulares das entidades referidas nos incisos II a VIII deste artigo."(NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

MARCIO FORTES DE ALMEIDA

DOU - 3-12-01

Anexo 9

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA POLÍTICA DO CAFÉ – CDPC

Às quinze horas do dia dezenove de junho do ano de dois mil e um, reuniu-se, sob a presidência do Ex.mo Sr. Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, **MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA**, no Edifício Sede do MA, o Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC, com a presença dos conselheiros: **PEDRO DE CAMARGO NETO** (MA), **JOSÉ GERARDO FONTELLES** (MF), Diplomata **MARIA IZABEL VIEIRA** (MRE), **ARTHUR RAMON DIAS** (MDIC), **GILSON JOSÉ XIMENES ABREU** (CNC), **MANOEL VICENTE FERNANDES BERTONE** (CNC), **JOSÉ CARLOS DA SILVA JÚNIOR** (ABIC), **RUI QUEIROZ GUIMARÃES** (CNA), **JOSÉ ANTONIO LIAN** (CECAFÉ) e como convidados: Deputados Federais **SILAS BRASILEIRO** e **CARLOS MOSCONI**, senador **ARLINDO PORTO** e **ANTÔNIO DE PÁDUA NACIF** (EMBRAPA CAFÉ).

A reunião foi presidida inicialmente pelo Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Márcio Fortes de Almeida e posteriormente pelo Secretário de Produção e Comercialização, Pedro de Camargo Neto.

ASSUNTOS DA PAUTA:

1. Aprovação da Ata da 15ª Reunião Ordinária realizada em 25.04.01; e fornecimento de demonstrativo da execução orçamentária e atual situação financeira do FUNCAFÉ,
2. Apresentação da síntese da proposta para o Plano de Safra, com aportes de recursos em 2001 e 2002;
3. Proposta de criação de um Comitê Diretor das ações relacionadas ao Programa de Pesquisas e Desenvolvimento em Cafeicultura;
4. Proposta de criação de um Comitê Diretor das ações visando à Promoção e Marketing do Café Brasileiro;
5. Instruções para substituição de cafés do Plano de Retenção;

6. Discussão sobre a retomada de leilões de café dos estoques governamentais;
7. Assuntos Gerais.

Desenvolvimento dos assuntos da Pauta:

1. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 25.04.01, EM BRASÍLIA (DF)

O Presidente do Conselho, Dr. Márcio Fortes de Almeida, ressaltou a importância da reunião do dia 25 de abril, em Brasília, onde foram tratados dois temas especiais: as aprovações do Programa de Promoção e Marketing dos Cafés do Brasil para 2001 e a formação de um comitê diretor para acompanhar as ações relacionadas ao Programa de Pesquisas e Desenvolvimento em Cafeicultura.

2. APRESENTAÇÃO DE SÍNTESE DA PROPOSTA PARA O PLANO DE SAFRA

O café também será incluído no plano de safra brasileiro. A cultura deverá contar com cerca de R$ 800.000.000,00 de reais, que virão do FUNCAFÉ, sendo que a destinação será para as áreas de custeio, colheita, comercialização e investimento. O plano de safra deverá ser divulgado no início de julho.

O Presidente do Conselho passou a palavra ao Dr. Jaime Junqueira Payne, Diretor do Departamento do Café, que apresentou o endividamento da cafeicultura por contrato e por ano de vencimento. De acordo com o levantamento, a cafeicultura deve ao FUNCAFÉ aproximadamente R$ 1.200.000.000,00 de reais, com vencimento para o período de cinco a seis anos. Não houve contestação por parte dos presentes. O Conselho elogiou a transparência com que vêm sendo apresentadas no CDPC as estatísticas do FUNCAFÉ.

O Secretário comentou que tinha sido encaminhada ao Banco do Brasil uma carta pedindo a prorrogação do prazo do vencimento dos empréstimos visando à estocagem de café para a retenção. O Ministério da Agricultura irá encaminhar voto ao Conselho Monetário Nacional solicitando que o vencimento seja prorrogado por mais 180 dias.

3. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM COMITÊ DIRETOR DAS AÇÕES RELACIONADAS AO PROGRAMA DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO EM CAFEICULTURA

O Secretário propôs aos membros do Conselho a criação de um comitê diretor das ações relacionadas às ações de pesquisa e desenvolvimento da cafeicultura para funcionar como um sistema de acompanhamento das atividades/pesquisas da EMBRAPA.

Os vários segmentos da cafeicultura brasileira estarão indicando, nas próximas semanas, os membros e suplentes para os comitês recém-criados, que serão formuladores de questões a serem debatidas pelo CDPC em suas reuniões futuras.

O Sr. Nacif comunicou que já foi agendada uma reunião que deverá se realizar no dia 4 de julho, para discutir tecnicamente o programa.

4. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM COMITÊ DIRETOR DAS AÇÕES VISANDO À PROMOÇÃO E MARKETING DO CAFÉ BRASILEIRO

O Presidente do Conselho propôs a criação de um comitê diretor das ações e promoções de marketing dos cafés do Brasil, nos mesmos moldes da política anterior. O representante da ABIC defendeu a participação dos membros do Conselho nas decisões e nos trabalhos oriundos das decisões do CDPC. A SPC formulará convite aos membros do CDPC propondo a data para a 1ª reunião desse comitê.

5. INSTRUÇÕES PARA SUBSTITUIÇÃO DE CAFÉS DO PLANO DE RETENÇÃO

O Dr. Pedro de Camargo Neto informou aos conselheiros as diversas solicitações que a Secretaria vem recebendo, principalmente do setor exportador, no sentido de possibilitar a substituição de cafés retidos em decorrência do plano de retenção. Também levou ao conhecimento do Conselho as condições de retenção em que se encontram, aproximadamente, as 3 milhões de sacas de café, retidas por força deste programa.

Em seguida, enfatizou que, em princípio, destacam-se três grupos bem distintos:

a) cafés armazenados que não foram lastreados para retenção e que também não foram financiados pelo agente financeiro, representando aproximadamente 50.000 sacas de café;
b) cafés lastreados pela exportação e que não puderam ser financiados pelo agente financeiro, representando cerca de 630.000 sacas de café;
c) cafés lastreados para exportação e financiados pelo agente financeiro (Banco do Brasil), representando cerca de 2.300.000 sacas de café.

Quanto ao item "a", o Conselho aprovou a sugestão de que estes cafés deveriam ser liberados e retirados dos armazéns, já que o novo sistema de retenção, através dos financiamentos de pré-comercialização e que complementam a retenção já realizada, continha lastro suficiente para atender ao programa.

Quanto ao item "b", após os debates do plenário, foi apresentado a sugestão de que estes cafés pudessem ser substituídos tanto por cafés arábica, quanto por robusta, na relação de saca por saca, com o objetivo de manter o mesmo volume de cafés retidos no programa, mas permitindo que seus detentores pudessem diminuir seus custos financeiros, considerando o fato de não terem sido financiados. Após a discussão deste item, a maioria dos conselheiros concordou com a sugestão. No entanto, houve uma discordância do setor da indústria do café solúvel, através do seu representante legal, Sr. Sérgio Coimbra, por entender que a troca de café arábica por robusta prejudicaria o setor na medida em que demandaria a aquisição de 600.000 sacas para efetivarem essa substituição, o que permitiria uma elevação dos preços desses cafés no mercado interno. No entanto, teria sua concordância com a referida substituição, se houvesse permissão para que as indústrias de solúvel pudessem realizar operações de "drawback", assim que os preços da matéria prima utilizada pelas indústrias brasileiras (o café conillon), ficassem desajustadas em relação ao do robusta no mercado internacional.

Quanto ao item "c", após o período de debates no Conselho, a maioria dos conselheiros concordou que esses cafés poderiam ser substituídos somente pelo mesmo tipo do café retido, ou seja, arábica por arábica e robusta por robusta. A solicitação do setor exportador em

permitir a troca dos cafés arábicas por robusta não mereceu a concordância do setor da indústria do café solúvel pelos mesmos motivos apresentados no item anterior, como também por todos os representantes do setor de produção, por entenderem que a hipótese dessa substituição poderia levar ao mercado um volume grande de café arábica (2,3 milhões), principalmente agora, no meio da colheita da safra, em que o setor produtivo inicia sua comercialização.

6. DISCUSSÃO SOBRE A RETOMADA DOS LEILÕES DE CAFÉ DOS ESTOQUES GOVERNAMENTAIS

Os produtores lembraram que o retorno dos leilões apenas traria novos problemas para o setor, que se vê às voltas com excesso de oferta no mercado. A torrefação, por outro lado, lembrou que os leilões seriam importantes para atender a uma parte de pequenas torrefações que têm problemas de capital de giro.

O Conselho, após várias análises, decidiu pela retomada dos leilões, que passarão a ter um limite de 20 mil sacas por mês, sendo que cada empresa poderá adquirir o máximo de 500 sacas por pregão.

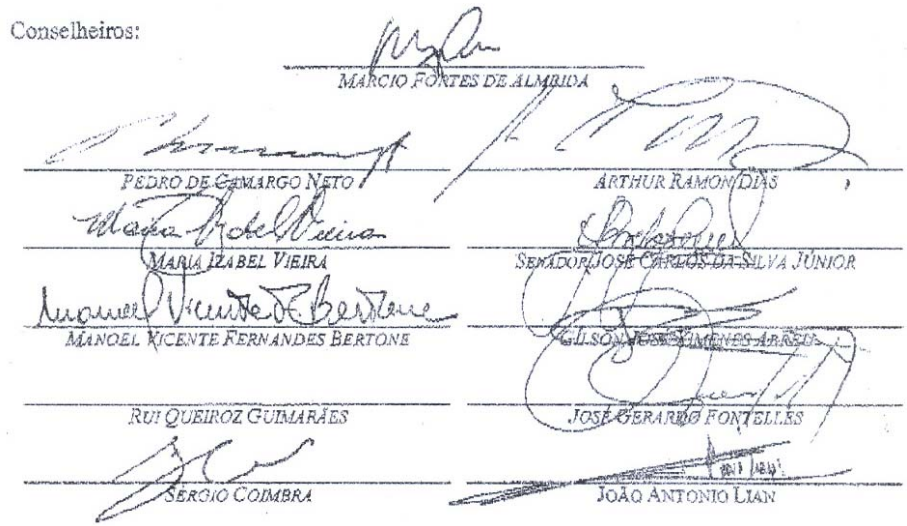
7. ASSUNTOS GERAIS

O representante dos exportadores comentou que 30% do capital das empresas exportadoras foram comprometidos na compra de cafés para retenção e que até hoje não foi feito, por parte do MA, nenhuma reparação a este fato. O Secretário argumentou que está esperando uma resposta do Banco do Brasil e informações do DECEX, a fim de criar um critério quanto à decisão de liberação dos estoques retidos.

O presidente do Conselho propôs a reformulação das reuniões do CDPC e a criação de um comitê para trabalhar em paralelo com o Conselho, formado por pessoas que tenham idéias novas e audazes. Este comitê poderia ter o nome de "Novos Rumos do Agronegócio Café" e presidido pelo Diretor do Departamento do Café, Sr. Jaime Junqueira Payne.

Em seguida, o Presidente Conselho deu por encerrada a reunião, enfatizando que os assun s que não puderam ser claramente acordados poderiam ser motivo de novas apreciações do Conselho em

sua próxima reunião. Para constar, foi lavrada a presente ATA, que será assinada pelo Sr. Presidente do Conselho e demais integrantes do CDPC presentes.



Anexo 10

CONSÓRCIO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO CAFÉ
PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO CAFÉ
COMISSÃO TÉCNICA DO PROGRAMA CAFÉ

Ata da Segunda Reunião

Aos cinco dias do mês de julho do ano de 2001, às 15:30, no Salão de Reuniões do San Marco Hotel, localizado no Setor Hoteleiro Sul, em Brasília, DF, teve início a segunda Reunião Ordinária da Comissão Técnica do Programa Café com a presença de Antônio de Pádua Nacif - Presidente, Mario Soter França-Dantas - Secretário Executivo e dos seguintes membros da Comissão, a saber: Aymbiré Francisco da Fonseca, Antônio Nazareno Guimarães, Carlos Henrique Jorge Brando, Gabriel Ferreira Bartholo e Luiz Carlos Fazuoli, contando ainda com a presença de José Luiz dos Santos Rufino, Chefe Adjunto Técnico da EMBRAPA Café. Os membros Marcos Antônio Pavan e Laércio Zambolim justificaram as suas ausências. Dando início aos trabalhos, foi revisada a ata da reunião anterior, que após as correções sugeridas, foi aprovada e assinada pelos membros presentes. O Secretário-Executivo Mario Soter apresentou aos participantes a ficha "CI'P Avaliação de Relatórios e Propostas de Subprojetos 2000/2001, esclarecendo que os campos CÓDIGO, TÍTULO, RESPONSÁVEL, INSTITUIÇÃO e PERÍODO DE EXECUÇÃO são preenchidos pela Secretaria antes do encaminhamento aos núcleos juntamente ao Relatório de Andamento, para análise dos mesmos. Como as normas do SEP dimencionam que as avaliações devem ser feitas por "ad hoc", o Dr. Carlos Brando consultou, quem são os referidos "ad hoc". O Secretário Mario Soter esclareceu que, por questão de custo e familiaridade com o programa, os membros dos núcleos, que estão sendo denominados pela Secretaria de Comitê Técnico do Núcleo (CTN), em similaridade aos' Comitês Técnicos Internos (CTI) das unidades da Embrapa, estão representando o papel dos "ad hoc" no processo de avaliação, o que foi confirmado pelo presidente Nacif. O Dr. Fazuoli, que também é o coordenador do Núcleo de Genética e Melhoramento, informou que surgiram algumas dúvidas no preenchimento dos campos de Resultados, Observação e Recomendação. Foram sugeridas e aprovadas as alterações de denominações dos campos de resultados

para “Comentários por Meta”; de Observação para “Avaliação Global e em Recomendação, a opção Reformular para ser Incluído em Outro Projeto para “Reformular Conforme Sugestão”. O Secretário Mario Soter esclareceu que no próximo ano, a Secretaria mandará preenchido, além do que já vem sendo feito, os campos Objetivo e Metas para facilitar ainda mais o trabalho dos núcleos. O Chefe Adjunto Técnico Rufino definiu cada foco apresentado na reunião conjunta que antecedeu a esta. O Dr. Brando sugeriu a alteração da denominação do Foco 19, em lugar de Alternativa Institucional colocar “Cenário Institucional”. A lista de Focos Temáticos, após a correção sugerida, foi aprovada por esta comissão. Foi lembrado por vários membros que o pessoal do Programa Café nunca teve treinamento em liderança de projeto, conforme é feito para os técnicos da Embrapa, o que tem criado confusão no entendimento do que é subprojeto e projeto. Além da sugestão para a gerência da Embrapa Café providenciar este treinamento foi também sugerido a implementação dos subprojetos “00”, o que facilitará o gerenciamento dos projetos pelos líderes. Para não criar confusão com as denominações dos focos temáticos a CTP aprovou a sugestão da mudança das denominações dos núcleos Cafeicultura Irrigada e Industrialização e Qualidade do Café para “Irrigação do Cafeeiro” e “Industrialização do Café” . Foram feitos relatos verbais das Viagens de Acompanhamento realizadas pelos membros da CTP. O Secretário Mario Soter relatou as visitas feitas às Universidades Estaduais de Londrina e Maringá, realizadas com o Dr. Pavan; às unidades da Embrapa no Acre e Rondônia, com o Dr. Ondino Bataglia; à Universidade do Sudoeste da Bahia e unidades da EBDA que atuam na região de Vitória da Conquista, BA, com o Dr. Nazareno e a INCAPER (ES), Universidade Estadual do Norte Fluminense e experimentos da, Pesagro com o Dr. Pavan. O Dr. Gabriel relatou a visita feita à Embrapa Cerrado realizada com o Dr. Rufino; e o Dr. Aymbiré relatou a visita feita à região do Litoral Sul da Bahia (Ilhéus) As visitas feitas pela Dr. Stella à Lavras e Varginha com o Dr. Irineu Fahl ; à Uberlândia, Uberaba e Patrocínio com o Dr. Aymbiré; e DFNBF e Epamig Sede com o Dr.Rufino não foram relatadas porque a Dr. Stella precisou viajar antes da Reunião. Entretanto, deixou o seu relato por escrito. O Secretário Mario Soter, informou que no começo não tínhamos um roteiro para as viagens de acompanhamento, e que por sugestão do Dr. Ondino, foi usado como modelo o Roteiro de Acompanhamento do PRODETAB, baseado no qual foi elaborado um

roteiro experimental para as viagens de acompanhamento da CTP. É importante que os outros membros e colaboradores sugiram ajuste deste modelo adequando às nossas condições. O Dr. Nacif comentou a constituição da CI'P, a qual deveria ajustar-se às exigências do consórcio, principalmente quanto à representação externa. Foi consenso entre os membros desta comissão, que os focos temáticos deverão ter um coordenador, e que o mesmo não poderá ser também coordenador de núcleo. No momento atual, a apreciação dos relatórios fica sob responsabilidade do Coordenador do Núcleo. A Secretaria da CfP deverá organizar os projetos por foco e encaminhar para os coordenadores de núcleo para confirmação se estão corretamente organizados por foco, posteriormente encaminhar, aos membros da CfP para sugestões dos nomes dos possíveis Coordenadores de Foco. Posteriormente, os nomes serão submetidos à Gerência da Embrapa Café para decisão, em uma reunião extraordinária por ocasião do simpósio. Foi consenso que todo Relatório Final deva ser encaminhado ao Coordenador de Núcleo correspondente e a um "ad hoc" externo, para análise e só então ser aceito. É preciso orientar que, aos Relatórios Finais, devam ser anexados às publicações geradas. Foi levantada a necessidade de indicação de nomes para compor a parte empresarial da cfP. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença e participação de todos e encerrou a reunião às 18:30 h do mesmo dia, e eu, Mario Soter França-Dantas, Secretário Executivo lavrei a presente ata, por mim assinada e aprovada pelos membros da Comissão.

Brasília (DF), julho de 2001.

Antônio de Pádua Nacif
Presidente

Mario Soter França-Dantas
Secretário Executivo

José Luiz dos Santos Rufino
Chefe Adjunto Técnico da Embrapa Café

Luiz Carlos Fazuoli
Membro da Comissão

Gabriel Ferreira Bartholo
Membro da Comissão

Antônio Nazareno Guimarães
Membro da Comissão

Aymbiré Francisco da Fonseca
Membro da Comissão

Carlos Henrique Jorge Brando
Membro da Comissão

Anexo 11

PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO CAFÉ

FOCOS TEMÁTICOS

Novembro/2003

FOCOS TEMÁTICOS
PROPOSTA PARA UM NOVO MODELO DE GESTÃO
POR FOCO TEMÁTICO

1. Introdução

Desde 1997, o Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D – Café) coordena o Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D – Café). Face às mudanças ocorridas no ambiente externo e à evolução dos trabalhos de gerenciamento deste Programa, fez-se notar a necessidade de se instituir novos instrumentos de planejamento, acompanhamento e controle para essa finalidade.

Essa disposição de adequação ao ambiente externo e à qualidade de suas realizações é a base para consolidar o Consórcio como líder na geração e transferência de tecnologia para desenvolvimento do agronegócio café brasileiro. Embora já conte com o reconhecimento da comunidade científica, o Consórcio precisa manter contínuo melhoramento de sua atuação para construir o grande futuro que todos almejam.

Dar respostas mais objetivas aos problemas dos agentes da cadeia produtiva do café exige profunda reflexão, seriedade e criatividade para melhorar e ampliar o diálogo entre o mundo empresarial e a comunidade científica, tornando sinérgica a convivência desses setores e, em decorrência, mais eficazes as realizações do Consórcio.

Cientes de que, cada vez mais, os recursos são escassos e possuem usos alternativos relevantes, a presente proposta de mudança tem por base a idéia de que a realização de um trabalho organizado de forma sistêmica e integrada, pautado na consciência de que cada atividade deve ser melhor discutida e entendida por todos segmentos interessados, contribui mais para a construção de um futuro melhor para o agronegócio café do Brasil.

Busca-se, com essa nova abordagem organizacional, mostrar que nossos compromissos, nossas metas e atividades estão planejadas de forma que todos entendam o como, o porquê, o para quê e o para quem o Consórcio desenvolve seus esforços de geração e transferência de tecnologia.

2. Os Focos Temáticos

O novo modelo de gestão de P&D que se preconiza para o Consórcio, tendo por base a identificação de focos temáticos, busca facilitar aquelas mudanças que precisam ser feitas para trabalhar de forma mais efetiva, concentrando esforços e recursos em um conjunto de temas prioritários, atuando por processo, ou seja, reagrupando as atividades das instituições consorciadas em torno das prioridades definidas, tornando os esforços multinstitucionais mais integrados, sistêmicos e sinérgicos.

Um processo dinâmico que torna possível corrigir e melhorar a gestão estratégica do Consórcio tem que iniciar o seu novo posicionamento, reafirmando sua missão.

A razão de ser do Consórcio, portanto, sua Missão, é: "Desenvolver estudos, pesquisas e atividades de transferência de tecnologia, por meio da integração das instituições de pesquisa e de integração entre si, e dessas com todos os demais agentes da cadeia produtiva do café, buscando a sustentação tecnológica e sócioeconômica ao agronegócio Café do Brasil".

Cumprir essa missão, em caráter contínuo e duradouro, exige que o Consórcio defina, com clareza, quais são suas aspirações maiores em termos de estrutura de administração de P&D na atual conjuntura brasileira. Ou seja, é necessário deixar claro a "Visão do Consórcio", em consonância com as políticas governamentais e as expectativas das instituições participantes e dos agentes da cadeia produtiva do café.

Tendo essas exigências como referência, e em função de sua tradição de trabalho, inclusive dos juízos emitidos sobre o seu desempenho, o desejo maior do Consórcio, portanto, sua Visão, "é ser um modelo de excelência para elaboração, administração e execução de Programas de P&D no Agronegócio do café".

Para alcançar sua Visão, o Consórcio estabeleceu seu objetivo global como sendo: "Viabilizar soluções tecnológicas para aumentar a competitividade do agronegócio café do Brasil em uma economia global, ampliar a lucratividade do setor pelo aumento da produtividade e redução de custos, garantindo a sua sustentabilidade".

Entende o Consórcio que, para realizar seu objetivo global, é necessário que as ações de P&D a serem desenvolvidas tornem

disponíveis produtos e serviços de qualidade e baseados em demandas identificadas no mercado. E mais, é preciso que esses produtos e serviços sejam testados, validados, transferidos e acompanhados junto aos usuários e beneficiários de todo o processo.

Como os recursos são escassos e as possibilidades de alternativas tecnológicas são inúmeras, faz-se necessário concentrar esforços nos aspectos prioritários e na execução de ações de maior impacto, no sentido de proporcionar o alcance do objetivo global do Consórcio. Em outras palavras, é preciso focalizar os temas mais relevantes, ou seja, identificar os problemas que representam os principais estrangulamentos ao setor cafeeiro brasileiro e concentrar esforços para minimizá-los ou resolvê-los. Exige-se, assim, que se elejam os focos temáticos.

Foco temático é um conjunto de atividades e ações que precisam ser executadas em determinado tempo e em determinada velocidade para que, dentro dos recursos financeiros e humanos disponíveis, realizem o objetivo global proposto e possibilitem alcançar a visão do Consórcio. É a decomposição do objetivo global em temas relevantes, que refletem as intenções maiores do Consórcio e facilitam a identificação e execução dos projetos prioritários.

Depois de ampla discussão com a comunidade científica e com os representantes dos diversos segmentos da cadeia produtiva do café, o Consórcio elegeu, como direcionamento de seus trabalhos, os focos temáticos descritos a seguir.

FOCOS TEMÁTICOS PARA SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO CAFÉS DO BRASIL

GERAÇÃO DE CONHECIMENTOS ESTRATÉGICOS

– Ampliação da Base de Conhecimento

GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES E TECNOLOGIAS

– Alternativas para Cafeicultura Familiar
– Preservação Ambiental e Desenvolvimento Econômico e Social
– Café e Saúde
– Novos Produtos à Base de Café
– Agregação de Qualidade ao Produto
– Aperfeiçoamento dos Processos Industriais
– Informação para Formulação de Estratégias e Políticas
– Alternativas para Cafeicultura Familiar
– Cafeicultura Irrigada
– Melhoria dos Processos de Colheita
– Otimização dos Sistemas de Cultivo
– Riscos Físicos, Químicos e Biológicos à Cafeicultura
– Sistemas Orgânicos
– Usos Alternativos para Resíduos e Subprodutos do Café

COMUNICAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DE RESULTADOS

– Difusão e Transferência de Conhecimentos, Tecnologias e Informações

Organização do Conhecimento e da Documentação Cafeeira

- *Ampliação da Base de Conhecimento*: Aqui estarão abrigados os projetos que visam desenvolver conhecimentos básicos a respeito do cafeeiro ou de assuntos correlatos. Este foco temático privilegia, por exemplo, estudos de anatomia vegetal, biologia de insetos, fungos ou bactérias e o desenvolvimento de tecnologias de ponta em química, física ou informática que sejam importantes para o apoio ao desenvolvimento de soluções tecnológicas para a cadeia produtiva do café. As oportunidades derivadas desses conhecimentos, bem como as ameaças à competitividade da cadeia produtiva do café brasileiro, promovidas pelo possível domínio dessas informações por países competidores, justificam eleger esse assunto como um foco temático. Neste foco, é importante destacar a proposta do Projeto Genoma, que objetiva disponibilizar o seqüenciamento genômico do café, o que se constitui em um desafio imediato para os gestores da política brasileira de ciência e tecnologia e para a comunidade científica brasileira, principalmente para o PNP&D/Café.

- *Alternativas para Cafeicultura Familiar*: As pequenas explorações cafeeiras, por vezes, demandam soluções tecnológicas específicas em função de características próprias e de problemas especiais. Os projetos de pesquisa que analisam a dotação de fatores de produção das pequenas propriedades e detectam os problemas que exigem uma solução tecnológica adequada serão incluídos neste foco temático.

- *Preservação Ambiental e Desenvolvimento Econômico e Social:* O agronegócio café, como outros empreendimentos públicos e privados, gera externalidades ambientais, econômicas e sociais que constituem preocupações demandantes de ajustes tecnológicos. Assim, são desejáveis ações que visem ampliar os aspectos benéficos e minorar os impactos negativos provocados pelas atividades produtivas. Este foco temático abrigará propostas de pesquisa e desenvolvimento que abordem os impactos ecológicos da cafeicultura e da industrialização do café, bem como as propostas de estudo que se preocupam com a qualidade de vida das pessoas e comunidades que se dedicam ao cultivo ou à produção de derivados do café. Exemplificando, este foco temático privilegiará estudos que

visem criar alternativas tecnológicas para a conservação e qualidade do solo, da água e do ar nas regiões cafeeiras e diminuir os impactos negativos das atividades produtivas sobre a saúde e as finanças dos trabalhadores do setor.

- *Café e Saúde:* Identificar os reais impactos da ingestão do café sobre a saúde humana, é uma exigência da sociedade atual, que precisa esclarecer velhos tabus e avaliar melhor a conveniência de tomar café, em quais circunstâncias, em que quantidade e em que idade. O mercado quer conhecer, inclusive, como apoiar as campanhas de aumento de demanda pelo uso adequado do produto. Projetos de P&D que contribuem para identificar os efeitos do café sobre o consumidor estarão acoplados a este foco temático.

- *Novos Produtos à Base de Café*: Entre as dificuldades da ampliação da demanda de café estão as reconhecidas inelasticidades de preço e renda da demanda do café. Certamente, uma das maneiras de ampliar o consumo do café é promover a diversificação de seu uso, adaptando-o a vários gostos e preferências de consumidores diversos. Incentivar o uso potencial do café como bebida gelada, doce, bolos, sorvetes e como alternativa nutracêutica e medicamentosa é o objetivo deste foco temático. Assim, projetos de P&D que tenham essa finalidade serão aqui incorporados.

- *Agregação de Qualidades ao Produto*: Acompanhando uma tendência geral, o mercado de café encontra-se cada vez mais segmentado com base em atributos qualitativos, como: qualidade da bebida, aspectos nutracêuticos, especificidade do uso industrial de cada matéria prima e, até mesmo, tipo de preparação do produto. Para apoiar a conquista ou ampliação dos nichos de mercado que exigem produtos especiais, novas tecnologias precisam ser geradas e difundidas, com o objetivo de aumentar a competitividade da cadeia produtiva do café brasileiro em mercados que exigem atributos físicos, químicos e biológicos específicos. Neste foco temático estão incluídos os projetos de P&D que visam obter, ou melhorar, conhecimentos e processos relativos ao cultivo ou à pós-colheita de cafés especiais. Pode-se citar, por exemplo, os estudos de variedades, métodos de

secagem, processos agronômicos ou industriais para obtenção de produtos com maior teor de ácidos clorogênicos ou menor teor de cafeína, ou ainda, cafés com sabor especial, entre outros.

- *Aperfeiçoamento dos Processos Industriais*: A competitividade da cadeia produtiva do café depende da eficácia técnica em todos os seus segmentos. Nesse contexto, a contínua e permanente adequação dos processos industriais é uma preocupação constante do PNP&D/Café. A idéia é que a melhoria dos processos industriais – por exemplo, da torrefação, moagem e solubilização – traz benefícios diretos ou indiretos a todos os agentes, principalmente aos consumidores. Este foco temático procura incentivar e apoiar projetos que busquem melhorar os processos agroindustriais do café.

- *Informação para Formulação de Estratégias Políticas*: Estratégias adequadas para a política cafeeira não podem prescindir de informações precisas e confiáveis. Portanto, o objetivo deste foco temático é promover a execução de projetos de P&D que gerem informações que subsidiem o Conselho Deliberativo da Política do Café – CDPC, no seu propósito de assumir uma atitude proativa na formulação de políticas para o agronegócio café brasileiro. O propósito é gerar informações relevantes para os temas de interesse – inclusive Ciência e Tecnologia –, para orientar os agentes da cadeia e para formular políticas para o produto (café) e para os segmentos da cadeia produtiva. Este foco incentivará, por exemplo, estudos de mercado, levantamentos de custos de produção, determinantes da competitividade, elaboração de cenários para a competitividade da cadeia produtiva do café e estudos sobre as características da governança e os custos de transação da cadeia produtiva.

- *Cafeicultura Irrigada*: O sistema de produção de café irrigado é um processo relativamente recente de condução da lavoura cafeeira. Por isso mesmo, existem muitas interrogações sobre os tratos culturais mais adequados, o nível de incidência e de danos de doenças e pragas e os melhores procedimentos de irrigação, entre outros. Acrescente-se a isso o fato de que esse sistema de cultivo apresenta um enorme potencial de ampliação da competitividade da cafeicultura

brasileira. Neste foco temático serão incluídos aqueles projetos de P&D que buscam resolver problemas relativos ao uso do sistema de café irrigado.

- *Melhoria dos Processos de Colheita*: As operações de colheita são responsáveis por uma significativa parcela do custo de produção do café. Além disso, respondem, em larga escala, por aspectos qualitativos e quantitativos do volume produzido, o que significa dizer, pela renda auferida na exploração cafeeira. Projetos de P&D que visem desenvolver ou adequar equipamentos de colheita, melhorar o desempenho e a segurança da mão-de-obra nesta atividade, ou ainda, adaptar o cafeeiro e sua distribuição na lavoura, visando facilitar a colheita, serão incorporados a este foco temático.

- *Otimização dos Sistemas de Cultivo*: O cultivo do café é uma atividade tradicional da agricultura brasileira, assim, a atividade de pesquisa sobre o produto é uma constante ao longo dos anos. Contudo, manter-se competitivo em um mercado cada vez mais globalizado exige um processo de constantes avanços tecnológicos. Neste foco, estarão contidos aqueles projetos de P&D que buscam promover ajustamentos nos sistemas convencionais de produção de café, quer pela resolução de problemas associados ao manejo, quer pela adequação da quantidade, forma ou periodicidade do uso de fatores de produção.

- *Riscos Físicos, Químicos e Biológicos à Cafeicultura*: O cultivo, a colheita e a pós-colheita de café são processos marcados pela presença de riscos bióticos e abióticos. Os primeiros estão associados à presença de novas pragas e doenças que representam riscos de perdas ao potencial produtivo ou à saúde dos trabalhadores ou dos consumidores, em decorrência do uso inadequado ou excessivo de produtos químicos. Os riscos abióticos, ou físicos, estão associados, principalmente, aos fenômenos climáticos como seca e geada. Os projetos que têm como objetivo gerar alternativas de proteção contra riscos físicos, químicos e biológicos serão incorporados a este foco temático.

- *Sistemas Orgânicos*: Tendências atuais indicam o crescimento da demanda dos mercados interno e externo por cafés oriundos de sistemas orgânicos de produção. Esse fato tem levantado interesses privados na conquista dessas fatias crescentes de mercado. Em decorrência, o complexo de geração de conhecimento e tecnologia tem sido pressionado a gerar alternativas para esses sistemas de cultivo. Como é um modo relativamente novo de produzir café, com diferenças acentuadas em relação ao sistema tradicional de cultivo, este foco temático acomodará aqueles projetos de P&D que busquem gerar soluções tecnológicas para o cultivo orgânico de café.

- *Usos Alternativos para Resíduos e Subprodutos de Café*: O cultivo, o beneficiamento e a industrialização do café geram um volume razoável de subprodutos e resíduos ricos em sua composição química e disponibilidade de matéria orgânica. Esse material que muitas vezes representa um custo privado para seu descarte e um problema social em termos de poluição ambiental, pode, se adequadamente utilizado, transformar-se em matéria-prima para obtenção de novos produtos, gerando emprego e renda e contribuindo para preservação ambiental. Projetos que buscam alternativas tecnológicas para viabilizar o uso econômico de resíduos e subprodutos do café fazem parte deste foco temático.

- *Difusão e Transferência de Conhecimentos, Tecnologias e Informações:* O objetivo maior deste foco temático é melhorar a capacidade de promoção e de transferência dos produtos e serviços gerados pelo PNP&D/Café para os clientes e parceiros, otimizando o conjunto de informações sobre as características, métodos de utilização, benefícios e cuidados associados a ele. Dessa forma, este foco contempla o planejamento e a organização da distribuição direta e indireta dos produtos e serviços gerados, dando amplo conhecimento da existência desses e proporcionando condições técnicas para sua adoção de forma adequada, nos momentos certos, com menor custo e mínima adversidade. Considera-se de fundamental importância que produtos e serviços gerados pelo Programa transformem-se em ação junto aos agentes da cadeia produtiva do café, pois, sem isso, os esforços empenhados não se materializam em resultados econômicos para o setor.

- *Organização do Conhecimento e da Documentação Cafeeira*: O café tem uma história de pesquisa e geração de tecnologias que remonta aos tempos do Império no Brasil. Ao longo dos anos, inúmeras instituições, isoladamente, dedicaram-se a gerar conhecimentos e informações acerca do comércio, do cultivo, do beneficiamento e da industrialização do café. Por falta de uma coordenação única desse esforço, principalmente após a extinção do Instituto Brasileiro do Café, as informações e os conhecimentos gerados encontram-se distribuídos em muitas fontes e arquivos diversos. Organizar esse material bibliográfico, de forma sistêmica e facilmente acessível, evitará perda de informações e duplicidade de trabalho, também promoverá uma ampla referência para estudos pertinentes e incentivará a comunidade científica pela disponibilidade e facilidade de consulta bibliográfica. Além disso, há o resgate histórico do acervo técnico produzido. Este foco temático incentivará projetos que visem resgatar, organizar e disponibilizar a documentação existente sobre o café.

Anexo 12

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
Departamento do Café

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DIRETOR DO PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO CAFÉ – PNP&D REALIZADA EM DEZESSEIS DE MAIO DE 2002

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e dois, reuniu-se, sob a presidência de **JAIME JUNQUEIRA PAYNE**, Diretor do Departamento do Café / DECAF, no edifício sede deste Ministério, em Brasília-DF, o Comitê Diretor do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café – PNP&D/Café, com a presença dos seguintes membros: **DAVID NAHUM NETO** (Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC); **MAURO MOITINHO MALTA** (Associação Brasileira das Indústrias de Café Solúvel - ABICS); **GUILHERME BRAGA DE ABREU PIRES FILHO** (Conselho dos Exportadores de Café Verde do Brasil - CECAFE), **JOÃO VICENTE DINIZ** (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA); **Deputado SILAS BRASILEIRO** (Conselho Nacional do Café - CNC); **ALBERTO DUQUE PORTUGAL, ANTÔNIO DE PÁDUA NACIF** e **JOSÉ LUIS DOS SANTOS RUFINO** (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa); **JALBAS AIRES MANDUCA e GILTON SABACK MALTEZ** (Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB) e **FLORINDO D'ALBERTO** (Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR). Participaram ainda os seguintes convidados: IVO NAVES (CONAB) e ANDROCIOLI FILHO (IAPAR), para discutir a seguinte pauta: **1 - Leitura e aprovação da ata da VI Reunião; 2 – Apresentação do Orçamento 2002; 3 – Exposição sobre a área de abrangência, cronograma e orçamento do Sistema de Informação do Agronegócio Café – SIAC/CONAB e procedimentos e ações a desenvolver; 4 - Discussão e aprovação do SIAC; 5 - Relato sobre a programação em andamento para continuação em 2003; 6 - Revisão e aprovação da nova programação para 2003; 7 - Consolidação do Orçamento 2002; 8 - Composição da Comissão Técnica do Programa Café (CTP/CAFÉ).** Quanto ao **item 1,** a ata da VI Reunião foi aprovada na íntegra. Em relação ao **item 2, JAIME PAYNE** fez breve explanação dos valores do orçamento de 2002 aprovado pela Lei Orçamentária 10.407, de 10-1-2002, e esclareceu que R$ 420 mil estavam comprometidos com a previsão de safra da CONAB; R$ 1,2 milhão equivalente a US$ 500 mil para pagamento à Universidade de Vanderbilt; e R$ 14.380 milhões para os programas de pesquisa e suporte. **ALBERTO PORTUGAL** solicitou adiantamento de recursos para dar continuidade aos trabalhos de pesquisa, considerando que algumas linhas já estavam definidas, faltando apenas pequeno ajuste nos projetos em andamento e definição de novas demandas. **JAIME PAYNE** concordou com o pleito e solicitou que a Embrapa encaminhasse a proposta. Quanto ao **item 3, JALBAS MANDUCA** apresentou síntese do SIAC e esclareceu que a CONAB testou um projeto-piloto através de geoprocessamento, seguindo o modelo da Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas da região de Franca – COCAPEC. Passando ao **item 4, MAURO MOITINHO** informou que na última reunião do Comitê foi definido que a demanda do CDPC é para a realização do mapeamento da cafeicultura, e que a CONAB estava estendendo o projeto para o cadastramento e diagnóstico de cada propriedade cafeeira. Demonstrou preocupação com a relação custo/benefício, já que o que estava sendo apresentado pela CONAB demandaria no mínimo dezoito meses para execução. Apontou, como sendo viável, no primeiro momento, que se utilizasse a metodologia desenvolvida pela Embrapa para mapear toda a região cafeeira, num prazo relativamente curto, de oito meses, e depois expandir para outras áreas. **ALBERTO PORTUGAL** ratificou a posição da Embrapa de que a coordenação dos trabalhos de mapeamento será da CONAB, e que a Embrapa não se opõe a dar o apoio logístico necessário à CONAB. Porém, caso a metodologia utilizada não seja preconizada pela Embrapa, não dará o aval técnico aos trabalhos realizados. **JALBAS MANDUCA** explicou que a metodologia preconizada pela Embrapa era com base num cadastro feito por amostragem baseado em tecnologia de geoprocessamento e que a CONAB também poderia adotá-lo. **JAIME PAYNE** sugeriu que a CONAB, como coordenadora, procurasse definir a metodologia ideal ouvindo a Embrapa. **SILAS BRASILEIRO** mencionou que devido à fase em que se encontram os cafezais, brevemente, iniciará o desfolhamento e as imagens não terão a precisão necessária. Na opinião dele, este assunto tem que ser tratado com mais urgência. **JAIME PAYNE** reforçou que este trabalho tem que ser realizado neste ano, pois trata-se de final de governo e que é de extrema importância deixar este cadastro pronto, como suporte

confiável de previsão de safra. Formou-se então um Comitê Técnico composto por representantes da CONAB (Ivo Naves e Divino Figueiredo) e da Embrapa (Eduardo Assad e Antônio Nacif); um representante da produção; um representante da indústria e um para da exportação, que seriam indicados até o dia 21-5-02. **ANTÔNIO NACIF** informou que, se não houver a exigência de direitos de exclusividade sobre as imagens usadas no cadastramento, o custo dos trabalhos será reduzido sensivelmente, fazendo com que o custo total do projeto não exceda R$ 4 a 4,5 milhões. Os demais presentes concordaram com a não-exclusividade das imagens, assim beneficiando o Programa com a redução de custo decorrente. Em relação aos **itens 5** e **6**, foram apresentadas propostas, por parte uma comissão do CNC e CNA (João Vicente Diniz, José Edgar Pinto, José Braz Matiello e Antônio Nazareno Guimarães Mendes) de ajustes na programação em andamento do PNP&D/Café. **JOÃO VICENTE DINIZ** leu as justificativas nas quais foram baseados os ajustes/cortes apresentados e entregou o relatório da comissão ao Dr. Nacif, com cópia para todos os membros do Comitê. Ficou decidido que a Embrapa realizará uma reunião específica da CTP/Café para a análise das propostas do CNC e CNA. **JAIME PAYNE** indicou Lucas Tadeu Ferreira como representante do DECAF neste comitê para a reunião da CTP/CAFÉ, visando acompanhar os trabalhos de definição da programação de pesquisa. Quanto ao **item 7, ANTÔNIO NACIF** informou os nomes dos atuais integrantes da Comissão Técnica do Programa Café – CTP/Café e apresentou nova proposta de composição dela acatando as sugestões do comitê. Ficou definido que a CTP/Café terá seguinte composição: um representante do CNC; um representante da CNA; um representante da ABIC e ABICS; um representante do CECAFÉ; um representante da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER e um representante do MAPA. Esses novos membros serão incorporados à atual CTP/Café. Caberá a esta Comissão a avaliação das sugestões da CNA e CNC relativas aos ajustes da programação em andamento e priorização das novas demandas para o exercício 2002/2003 e a orientação, análise e aprovação do PNP&D/Café em suas ações futuras. Ficou também acertado que o Dr. Antônio Nacif enviará fax a essas Instituições solicitando a indicação dos nomes até o dia 31-5-2002. As indicações da Comunidade Científica ficarão a cargo do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, assim composta: dois pesquisadores da área de cafeicultura; um pesquisador da área industrial; um pesquisador da área de socioeconomia e mercado, e dois pesquisadores da área de tecnologia avançada, para posterior substituição dos atuais membros da CTP/Café, cujo mandato está se encerrando. Concluída a pauta, encerrou-se esta reunião às dezessete horas e lavrou-se a presente ata que será lida e aprovada na próxima reunião do Comitê.

JAYME JUNQUEIRA PAYNE

ALBERTO DUQUE PORTUGAL

GILTON SABACK MALTEZ

DEPUTADO SILAS BRASILEIRO

GUILHERME BRAGA DE A. P. FILHO

MAURO MOREIRO MALTA

DAVID NAHUM NETO

ANTÔNIO DE PÁDUA NACIF

FLORINDO D' ALBERTO

JOÃO VICENTE DINIZ

Anexo 13

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA
SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS PARA O PNP&D/CAFÉ
EDITAL Nº 01/2004

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa torna público que está acolhendo **Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Transferência de Tecnologia (TT)**, nas áreas e temas discriminados no item 1 deste Edital, com vistas à seleção para concessão de apoio financeiro, de acordo com as disposições do presente Edital.

1. DO OBJETO

A Embrapa está recebendo propostas de projetos de pesquisa e desenvolvimento e transferência de tecnologia para a cadeia produtiva do café, no âmbito dos seguintes Focos Temáticos e Linhas de Pesquisa:

Ampliação da Base de Conhecimento
Fisiologia da resposta do cafeeiro à propagação vegetativa Genoma funcional do cafeeiro Estudos de evolução e da diversidade genética do gênero *Coffea* Estudos do sistema radicular do cafeeiro sob diferentes condições de manejo, estresse biótico e abiótico e solos (morfologia externa, fisiologia, eficiência na absorção de água e nutrientes, podas e depauperamento) Estudos dos mecanismos da indução e diferenciação do botão floral, florescimento e amadurecimento dos frutos Busca e conservação de germoplasma de cafeeiros para utilização no melhoramento genético
Alternativas para Cafeicultura Familiar
Geração e adaptação de tecnologias para a cafeicultura familiar visando sustentabilidade Alternativas para diversificação, comercialização e agroindústria da propriedade cafeeira familiar

Preservação Ambiental e Desenvolvimento Econômico e Social
Influência da biodiversidade no manejo da lavoura cafeeira Impacto de fertilizantes, herbicidas e defensivos sobre pragas (insetos, doenças, nematóides, etc.) e inimigos naturais e ambiente Mapeamento, caracterização e monitoramento de ambientes cafeeiros por geotecnologias
Café e Saúde
Metabolismo de ácidos clorogênicos no organismo humano Consumo do café e sua relação com ensino e aprendizado, com adolescentes e trabalhadores
Novos Produtos à base de Café
Desenvolvimento de novos produtos à base de café
Agregação de Qualidade ao Produto
Aproveitamento econômico de defeitos (PVA) e utilização de grãos defeituosos Estabelecimento de métodos para avaliação da qualidade e padrões de identidade do café Manejo da lavoura visando a qualidade do café Interação ambiente X genótipo X qualidade Desenvolvimento de equipamentos e processos de colheita, preparo e armazenamento do café visando qualidade
Aperfeiçoamento dos processos industriais
Desenvolvimento e avaliação de sistemas de embalagem Influência das técnicas de industrialização na qualidade
Informação para formulação de estratégias e políticas
Gerenciamento da propriedade cafeeira Gestão integrada da propriedade cafeeira com ênfase nas normas de mercado (ISO 9001, ISO 14001, OSHAS 18001, SA 8000, APPCC, etc) Aspectos socioambientais e socioeconômicos da cafeicultura regional Estudo dos fatores que influenciam o consumo do café

Cafeicultura Irrigada
Sistemas de manejo e colheita para a cafeicultura irrigada Tecnologias para racionalizar o consumo de água na cafeicultura
Melhoria dos processos de colheita
Aperfeiçoamento e desenvolvimento de processos e máquinas de colheita Desenvolvimento e análise de sistemas de manejo para eficiência na colheita
Otimização dos sistemas de cultivo
Propagação vegetativa de cafeeiros selecionados Manejo sustentado da fertilidade do solo Recuperação do cafeeiro após estresse Melhoramento genético do cafeeiro Cafeicultura de precisão
Riscos físicos, químicos e biológicos à Cafeicultura
Bioecologia e manejo das pragas do cafeeiro Estudo da comunidade microbiana associada ao cafeeiro Alternativas para o controle de pragas e doenças do cafeeiro Controle biológico de pragas e doenças do cafeeiro
Sistemas Orgânicos
Manejo para a cafeicultura orgânica Qualidade de café em sistemas orgânicos
Usos alternativos para resíduos e subprodutos do Café
Tratamento e uso de resíduos e subprodutos do café
Difusão e Transferência de tecnologias, conhecimentos e informações
Transferência de tecnologia em cafeicultura

2. DOS PRAZOS
Encaminhamento de projetos: até **15 de junho de 2004** (data-limite de postagem).
Divulgação dos resultados: até **30 de outubro de 2004**
Contratação: a partir de **1º de novembro de 2004**, dependendo de disponibilidade financeira.

3. DOS PARTICIPANTES E DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
3.1. Poderão participar desta Seleção Pública de Projetos de P&D e Transferência de Tecnologia:
- Instituições de pesquisa agropecuária em geral e de pesquisa em áreas afins;
- Universidades e outras instituições de ensino superior;
- Entidades de assistência técnica e extensão rural;
- Cooperativas e associações de produtores rurais legalmente constituídas;
- Organizações não-governamentais e fundações de direito privado sem fins lucrativos;
- Organizações de desenvolvimento rural e industrial.

3.2. Para participar da seleção é importante a parceria com instituições que tenham experiência em P&D. Projetos que envolvam parceria, atendidas todas as exigências, terão acolhida preferencial. A parceria deve ser multiinstitucional, ou seja, deve envolver pelo menos duas instituições com personalidade jurídica distinta.
3.2.1. Não haverá repasse de recursos para entidades privadas com fins lucrativos.

3.3. Cada projeto deve compreender a execução de 2 (dois) a 6 (seis) subprojetos e cada instituição parceira deve envolver-se com a execução de pelo menos um subprojeto, ensejando complementaridade na abordagem do problema focalizado no projeto. Só excepcionalmente (como no caso de conhecimento absolutamente restrito do tema) serão selecionados projetos sem subprojetos.

3.4. As instituições envolvidas na parceria (Instituições Executoras) escolherão entre si uma coordenadora técnica e proponente do projeto, que será a Instituição Líder do Projeto.

3.5. Somente instituições brasileiras serão aceitas como líderes. A parceria com instituições estrangeiras é admitida, mas não é permitida a transferência de recursos do Programa para o exterior.

4. DA NATUREZA DOS PROJETOS

4.1. Os projetos deverão ser apresentados em português e obedecer rigorosamente aos termos e disposições deste Edital e o Roteiro para Elaboração de Projeto, ambos editados pela Embrapa e disponíveis na página da Embrapa Café na internet (www.embrapa.br/cafe). São requeridas **3 (três) vias,** ou seja, uma original, uma cópia impressa e uma cópia eletrônica de cada projeto e respectivos subprojetos.

4.2. Os projetos terão duração máxima de 3 (três) anos e deverão, necessariamente, compreender a execução, pelas instituições parceiras, de 2 (dois) a até 6 (seis) subprojetos, conforme item **3.3**.

4.3. O valor máximo estabelecido como limite admissível para cada projeto é de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

4.3.1. Em caráter excepcional, a critério exclusivo da CTP/Café, poderão ser considerados projetos com valor superior ao limite máximo estabelecido.

4.3.2. Não serão considerados projetos com valor inferior a R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais).

4.4. Os projetos deverão conter a discriminação das atividades e orçamentos específicos de cada instituição envolvida e a estratégia de articulação entre as mesmas para atingir seus objetivos.

4.5. Poderão ser admitidas despesas com os seguintes itens:

i. **infra-estrutura/bens**: pequenas obras civis; equipamentos de laboratório e de informática, inclusive respectiva instalação; veículos; máquinas e implementos agrícolas; material bibliográfico (livros, periódicos, base de dados etc.);
ii. **custeios**: passagens e diárias de viagem; insumos técnicos e material de consumo; treinamentos de curta duração, inclusive participação em congressos e eventos similares (inscrição, passagens, diárias); consultoria especializada (consultores nacionais

e estrangeiros), desde que o consultor não ocupe cargo ou emprego na Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

5. DO ENCAMINHAMENTO DOS PROJETOS E DA DOCUMENTAÇÃO
5.1. Os projetos deverão ser remetidos pelo correio, em envelopes lacrados, **um envelope para cada projeto**, para a Secretaria Executiva da CTP/Café, doravante denominada simplesmente Secretaria Executiva, no endereço indicado no item **10.8.** As unidades da Embrapa e outras instituições do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA) poderão remeter os projetos pela rede interna de malote da Embrapa.
5.1.1. No envelope deverá constar claramente a seguinte referência: CONFIDENCIAL. Projeto para o PNP&D/Café.
5.1.2. A remessa pelo Correio deverá ser feita mediante Registro Postal, devendo o formulário de Aviso de Recebimento - AR ser preenchido com o título do projeto e remetido com o mesmo.

5.2. O encaminhamento do projeto deverá ser feito por meio de expediente formal assinado pelo dirigente da Instituição Líder do Projeto.

5.3. Os projetos deverão ser acompanhados de todos os subprojetos que o compõem.

5.4. Não se admitirá modificações ou acréscimos no conteúdo de projetos antes encaminhados, esgotado o prazo fixado no item **2**.

5.5. Não serão considerados os projetos encaminhados depois do prazo fixado no item **2**. (Para efeito de verificação do prazo, será considerada a data de postagem gravada pela Empresa de Correios e Telégrafo nos envelopes e no Aviso de Recebimento – AR, ou a data consignada na Lista de Remessa de Correspondência, no caso de malote da Embrapa).

5.6. Os envelopes remetidos e recebidos fora dos prazos serão mantidos lacrados, rubricados externamente e colocados à disposição dos remetentes na Secretaria Executiva. As instituições remetentes serão notificadas, e o os envelopes não reclamados até 60 (sessenta) dias após a notificação serão incinerados com todo o seu conteúdo.

6. DA HABILITAÇÃO E DO ENQUADRAMENTO DOS PROJETOS

6.1. Encerrado o prazo para encaminhamento e recebimento de projetos, a Secretaria Executiva procederá o enquadramento dos projetos recebidos.

6.2. Serão desqualificados ainda os projetos que:

I. apresentarem linha temática divergente das enunciadas no presente edital;
II. não apresentarem características de projeto de pesquisa e/ou desenvolvimento (P&D) e/ou de transferência de tecnologia;
III. não apresentarem perfeita integração, harmonia e sinergismo entre os subprojetos;
IV. não apresentarem orçamento adequado, compatível com as metas e atividades, e dentro dos limites estabelecidos neste edital;
V. não atenderem à estrutura e às instruções do Roteiro de elaboração de projetos;
VI. não forem encaminhados em 3 (três) vias, sendo uma eletrônica.

6.4. Concluída a verificação da documentação e dos projetos, a Secretaria Executiva preparará relatório discriminando:

I. os projetos qualificados e os não-qualificados;
II. as razões para a desqualificação de projetos.

6.5. Todas as instituições proponentes serão notificadas quanto à habilitação documental e à qualificação de seu(s) projeto(s). Somente os projetos qualificados serão encaminhados às demais instâncias para análise de mérito técnico-científico e julgamento.

7. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DOS PROJETOS

7.1. O processo de análise e julgamento dos projetos, pelas diferentes instâncias do PNP&D/Café, ocorrerá conforme os seguintes procedimentos e critérios:

I. a qualidade geral e o caráter inovador do projeto;
II. a relevância do problema e sua relação com os objetivos do PNP&D/Café;
III. a clareza e pertinência dos objetivos, metas e resultados projetados;
IV. a probabilidade de atingimento dos objetivos no tempo fixado;

V. os impactos sociais, econômicos, tecnológicos e ambientais decorrentes da execução do projeto;
VI. a capacidade de correção de desníveis regionais;
VII. a infra-estrutura, a experiência dos executores e a competência de suas equipes nos temas do projeto e dos subprojetos;
VIII. a adequação do orçamento proposto às atividades a serem desenvolvidas.

7.2. Do processo resultarão duas listas distintas:
(a) projetos aprovados;
(b) projetos não-aprovados.

7.3. A formalização do instrumento de convênio em relação aos projetos aprovados dependerá da disponibilidade de recursos financeiros.

8. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS
8.1. A divulgação dos resultados desta Seleção deverá ocorrer até o dia **30 de outubro de 2004**, conforme item **2.**

8.2. Os resultados serão divulgados por todos os meios disponíveis, inclusive pela Internet. As Instituições Líderes cujos projetos tenham sido aprovados serão ainda notificadas através de carta, na qual será solicitada a documentação para assinatura do convênio se houver de imediato a disponibilidade de recursos financeiros.

9. DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO JURÍDICO ESPECÍFICO
9.1. A assinatura do convênio de que trata o item anterior, será efetuada a partir de **01 de novembro de 2004**, conforme item 2 supra. As instituições envolvidas na parceria poderão, se o quiserem, confiar a condição de gestora do projeto a uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos, desde que ela tenha expresso, em seu estatuto, o objetivo de prestar apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico.
A Instituição Convenente deverá apresentar os seguintes documentos:
a. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
b. prova de regularidade para com a Fazenda Federal (certidão negativa de tributos e contribuições federais), com a Procuradoria Geral da

Fazenda Nacional (certidão quanto à dívida ativa da União) e com a Fazenda Estadual e Municipal (certidão negativa de tributos e contribuições ou certidão de isenção de pagamento desses tributos, quando for o caso);

c. prova de regularidade relativa à Seguridade Social, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
d. prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal.
e. comprovação de regularidade perante o PIS/PASEP;
f. comprovação de não estar inscrito como inadimplente há mais de 30 (trinta) dias no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI;
g. comprovação de não estar inscrito há mais de 30 (trinta) dias no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados – Cadin.

9.1.2. As instituições inscritas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedoras (SICAF) da Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderão apresentar, em substituição aos documentos de habilitação relacionados no item anterior, cópia da publicação de seu cadastramento no Diário Oficial da União. A regularidade do cadastramento será consultada "on line" quando da abertura das propostas.

9.2. A Convenente não pode ter pendência com a Embrapa e deverá apresentar, ainda, quando houver, além dos documentos mencionados no item anterior, a Ata de sua constituição, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrados.

9.3. Além dos documentos dos itens **9.1** e **9.2**, as instituições cujos projetos tenham sido aprovados deverão apresentar os seguintes documentos:

I. ata de eleição registrada em cartório ou ato oficial de designação (ou documento equivalente) dos atuais administradores da instituição proponente (no caso de fundação) ou das instituições executoras (quando a proponente não for fundação).
II. declaração de que a instituição não está em situação de mora ou de inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta e Indireta, que impeça o recebimento de

recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União;

III. Certificado de Qualidade de Biossegurança (CQBio), conferido pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio /MCT), no caso de projetos que envolvam pesquisas tratando de organismos geneticamente modificados (OGMs).

9.4. Excetuando as unidades descentralizadas da Embrapa, a documentação de que tratam os itens **3.6** e **9.2** do presente Edital é requerida de todas as demais Instituições. As unidades da Embrapa estão obrigadas a apresentar apenas prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal (alínea v, inciso b); os demais documentos (únicos para toda a Empresa) serão fornecidos pela administração central da Empresa.

9.5. Os documentos para assinatura do Convênio serão encaminhados em envelope específico e exclusivo no qual deverá constar claramente o nome da Iinstituição Convenente e a seguinte referência: CONFIDENCIAL. Documentos para formalização do Convênio.

9.5.1. Os documentos poderão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório.

9.5.2. As instituições que forem convenetes de mais de um projeto poderão apresentar apenas um conjunto de documentos requeridos para assinatura, o mesmo se aplicando às instituições executoras, quando o caso requerer. No expediente de encaminhamento deverá constar a informação de qual projeto (título) está acompanhado dos documentos.

9.6. O não encaminhamento da documentação, bem como o não comparecimento, comparecimento, a não aceitação do instrumento jurídico ou o não atendimento ao que dispõe o presente Edital implicam na perda de preferência, deixando a Embrapa, a partir de então, livre para, a seu critério:

I. convocar outras entidades cujos projetos tenham sido aprovados para contratação, observando a ordem de prioridade de apoio determinada na lista classificatória, ou

II. instaurar novo processo de seleção de projetos.

9.7. Estará sujeita a suspensão temporária do direito de participação em Seleção de Projetos, e impedida de celebrar convênios ou contratos com a Embrapa, pelo prazo de até 2 (dois) anos, a instituição que:

I. se recusar, injustificadamente, a comparecer e assinar o instrumento jurídico dentro do prazo fixado neste Edital;
II. não iniciar a execução do projeto, após a assinatura do instrumento jurídico, ou abandoná-lo, sem justificativas, no curso de sua execução.

9.8. A liberação dos recursos será feita conforme o cronograma de desembolso aprovado constante no Plano de Trabalho e a disponibilidade financeira do PNP&D/Café.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As disposições deste Edital, bem como o(s) projeto(s) e subprojetos(s), farão, para todos os efeitos legais, parte integrante e complementar de cada instrumento jurídico assinado, independentemente de transcrição.

10.2. Os direitos sobre os resultados do projeto e subprojetos selecionados, inclusive patentes, serão tratados no instrumento jurídico a que se refere o item **9.1.**

10.3. A critério da Embrapa, os valores consignados para este Edital poderão ser alterados em razão de eventuais mudanças ou determinações superiores na ordem econômica do País.

10.4. Nos casos de inabilitação documental, de desqualificação e de não-aprovação de projetos, as instituições terão até 60 (sessenta) dias, após a notificação ou a divulgação dos resultados, para requerer a devolução ou retirar da Secretaria Executiva os projetos e os documentos correspondentes. Findo esse prazo, os projetos e os documentos serão incinerados.

10.5. A autoridade competente para homologar o resultado final da presente Seleção de Projetos, para decidir quanto à inabilitação de proponentes ou desqualificação de projetos, anulação parcial ou total desta Seleção, bem como quanto à sua revogação, é o Diretor-Presidente da Embrapa. As decisões pertinentes à anulação ou revogação, assim

como aquelas relativas à aplicação das penalidades previstas, serão publicadas no Diário Oficial da União.

10.6. A qualquer tempo este edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público, sem que isso implique direito a indenização de qualquer natureza.

10.7. Os termos deste Edital somente poderão ser impugnados mediante pedido formal protocolado na Secretaria Executiva, até 5 (cinco) dias úteis antes da data de encaminhamento de projetos fixada no item **2**. Após essa data, qualquer questionamento não terá efeito impugnatório.

10.8. Informações, manuais e esclarecimentos complementares pertinentes a esta Seleção de Projetos poderão ser obtidos diretamente na Secretaria Executiva, no seguinte endereço:

Secretaria Executiva da CTP/Café
Embrapa Café
SAIN, Parque Estação Biológica, Avenida W3 Norte (final),
Ed. Sede, 3º andar
CEP 70770-901 Brasília, DF
Telefones: (61) 3448-4378 e 3448-4010
Fax: (61) 3448-4073
www.embrapa.br/cafe
E-mail: ctp.cafe@embrapa.br

Brasília (DF), 22 de abril de 2004

CLAYTON CAMPANHOLA
Diretor-Presidente da Embrapa

Anexo 14

MEMÓRIA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DIRETOR DO PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO CAFÉ, REALIZADA EM 15 DE NOVEMBRO DE 2001, EM ANGRA DOS REIS, RJ.

Principais pontos debatidos:

- Foi esclarecido, mais uma vez, o papel deste Comitê como órgão auxiliar/assessor do CDPC, que aprova projetos e aloca recursos;
- Ficou definido que a Embrapa é a prestadora de serviços e a executora do programa de pesquisa, que presta contas ao CDPC, que é o cliente através do Comitê de Pesquisa;
- Que o Consórcio Brasileiro de Pesquisa do Café funcionará como uma instituição auxiliar da Embrapa;
- Foi decidido que os projetos apresentados de socioeconomia não foram aprovados. Os recursos previstos nestes projetos deverão ser redirecionados para outras atividades como o cadastramento da cafeicultura;
- Os recursos previstos para os projetos do Núcleo de Transferência de Tecnologia foram aprovados, mas sujeitos à reavaliação em 2002, na próxima reunião deste Comitê;
- Os recursos financeiros solicitados para aplicação na fazenda de Varginha, do Pró-Café, não foram aprovados;
- Ficou decido que quaisquer projetos, para receber recursos do PNP&D/Café têm que ser submetidos à aprovação, primeiramente, do núcleo de pesquisa específico do Consórcio coordenado pela Embrapa;
- Ficou decido que o cadastramento da cafeicultura foi aprovado para ter inicio em 2002, através de remanejamento de recursos do Consórcio, e que haverá licitação de empresas para executá-lo.

Anexo 15

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DIRETOR DO PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO CAFÉ – PNP&D/CAFÉ REALIZADA NO DIA 28-02-2002.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e oito de fevereiro do ano de dois mil e dois, no edifício Sede da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, sob a presidência de **JAIME JUNQUEIRA PAYNE**, Diretor do Departamento do Café - DECAF, reuniu-se o Comitê Diretor do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café – PNP&D/Café, com a presença dos seguintes membros: **DAVID NAHUM NETO** (Associação Brasileira da Indústria do Café - ABIC), **MAURO MOITINHO MALTA** (Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel - ABICS), **GUILHERME BRAGA DE ABREU PIRES FILHO** (Conselho dos Exportadores de Café Verde do Brasil - CECAFE), **LUCIANO RIBEIRO MACHADO** (Confederação Nacional da Agricultura – CNA), **JOSÉ EDGAR PINTO, SILAS BRASILEIRO** e **ANTÔNIO NAZARENO GUIMARÃES MENDES** (Conselho Nacional do Café - CNC), **ALBERTO DUQUE PORTUGAL, ANTÔNIO DE PÁDUA NACIF** e **JOSÉ LUIS DOS SANTOS RUFINO** (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa), **GILTON SABACK MALTEZ** (Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB), **FLORINDO D'ALBERTO** (Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR). Participaram, ainda, como convidados os senhores IVO NAVES, JOÃO PAULO MORÃES FILHO e ELEDON PERERIA DE OLIVEIRA (CONAB), LUIS TADEU GRAÇA SOARES e MIRIAN EIRA (EMBRAPA), JOÃO BOSCO BAHIA DOS SANTOS e EDUARDO CHACUR LIMA (DECAF/MAPA). **ASSUNTOS DA PAUTA:** **1.** O Sistema Embrapa de Planejamento; **2.** Nova Sistemática de Planejamento do PNP&D/Café; **3.** Programação em execução; **4.** Proposta do CNC e CNA; **5.** Proposta de Cadastramento da Cafeicultura Brasileira; **6.** Definição das prioridades de P&D do Orçamento 2002. **Desenvolvimento dos assuntos da Pauta:** **1. O Sistema Embrapa de Planejamento: O Dr. Alberto Duque Portugal** iniciou a reunião com apresentação sobre a Instituição Embrapa, enfocando o seu Sistema de Planejamento; Item **4. Proposta do CNC e CNA; O Dr. Jaime Junqueira Payne** tomou a palavra fazendo as considerações preliminares à reunião e sugeriu uma inversão na pauta, passando para a manhã a apresentação das Propostas do CNC e CNA enviadas ao DECAF, para a programação a ser desenvolvida ainda em 2002, por conta do orçamento de 2001. Esta sugestão foi indeferida por parte do **Dr. Mauro Malta (ABICS)** alegando que a referida proposta não havia sido encaminhada para a análise prévia do Comitê, sendo, pois, inoportuna a sua discussão detalhada. **O Dr. Portugal (Embrapa)** esclareceu que a Embrapa já tinha implementando as ações discutidas e definidas pelo Comitê na última reunião realizada em Angra–RJ, em 15.11.2001. Foi esclarecido também, que houve uma redução da programação de pesquisa e corte de subprojetos de Socioeconomia, conforme aprovado pelo Comitê, considerando, esta questão como assunto resolvido para os trabalhos de 2002, porém, sujeita a discussão para a programação 2003. **O Dr. David Nahum (ABIC)** ratificou as palavras do Dr. Portugal afirmando que a Embrapa é uma empresa de excelência e a seu modo de ver, atende as demandas na operacionalização de ações de pesquisa. Havendo consenso geral sobre

estas colocações, foi mantida a pauta e a proposta inicial. **2. Nova Sistemática de Planejamento do PNP&D/Café: O Dr. Rufino (Embrapa)** apresentou a Nova Proposta da Embrapa para o Planejamento da Pesquisa do Café para os recursos orçamentários de 2002 e ações a serem desenvolvidas em 2003. Durante a apresentação foram levantadas as seguintes questões; **O Dr. Guilherme Pires (CECAFÉ)** pediu esclarecimentos de como a Embrapa Café havia identificado as demandas. Foi explicado pelo **Dr. Rufino (Embrapa)** que as demandas vieram dos produtores e que cada membro do Comitê, se não o fez, poderá identificar as demandas dos setores que cada um representa e repassá-las a Embrapa, que irá ordená-las e apresentá-las ao Comitê, no momento das definições das ações e do Orçamento; **O Dr. José Edgar e Dr. Nazareno (CNC),** solicitaram explicações relacionadas aos projetos em andamento que serão mantidos e quais os projetos novos que serão implementados para a execução de 2003. O Dr. Nazareno (CNC) solicitou que fossem encaminhados também os relatórios desses subprojetos. O Dr. Rufino (Embrapa) esclareceu que os relatórios seriam recebidos no início do mês de março na Embrapa Café e que a seguir seriam enviados aos Núcleos de Referência para análise e discussão daqueles que seriam mantidos na programação de 2003. Esclareceu ainda que, uma vez que não haveria tempo para análise pelos membros do Comitê antes da próxima reunião, tais relatórios seriam entregues durante a próxima reunião do Comitê, quando ficaria estabelecido um cronograma para a definição da programação em andamento. **O Dr. Nacif (Embrapa)** comprometeu-se a enviar uma relação destes projetos aos membros do comitê, para conhecimento e análise; **O Dr. David Nahum (ABIC)** salientou que não houve recursos para a ABIC dar continuidade à pesquisa "Café Saúde" em 2001 e solicitou para o próximo ano, que estes recursos fossem repassados dentro da programação de pesquisa a Embrapa, e esta se encarregaria de desenvolver o projeto. Questionou também sobre a quem seria imputado o déficit que houve em relação a 2001. **O Dr. Jaime (DECAF)** ponderou dizendo que não era o momento e nem o local para tal discussão e que o Ministério já estava estudando a quem seriam repassados aqueles recursos para a continuação dos trabalhos. **3. Programação em Execução:** Um dos pontos mais polêmicos da reunião ocorreu no momento em que **o Dr. Rufino (Embrapa)** apresentou a programação definida para a execução dos projetos em 2002. No item Recursos para Projetos de Pesquisa foram aprovados pelo Comitê, em Angra dos Reis – RJ, o valor R$ 6,1 milhões, sendo que deveria ter uma redução de R$ 460,0 mil referentes aos subprojetos de Socioeconomia, cortados pelo Comitê, ficando assim, para a distribuição R$ 5,64 milhões. Foi apresentado como distribuição realizada, R$ 6,4 milhões, valor este diferente do que foi acordado e definido pelo Comitê. Esta diferença foi exaustivamente discutida e cobrada uma explicação desta mudança, pelo Dr. José Edgar e Dr. Nazareno. **O Dr. Nacif (Embrapa)** explicou que foi necessária uma realocação de recursos de investimentos para custeio em pesquisa, uma vez que por determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias ficou vetada a realização de investimentos com Fundações e grande parte destes recursos tinha esta destinação. Foi adotada, então, como solução a contratação de serviços, o que onerou o orçamento de custeio, fazendo-o crescer naquela ordem. Mostrou também que houve uma redução na programação de investimento, que caiu de R$ 800,0 mil para R$ 309,0 mil na ação de monitoramento da OTA, resultando nos valores apontados inicialmente.**O Dr. José Edgar (CNC)** questionou sobre a construção do laboratório do Cenargen no valor de R$ 300,0 mil. Foi explicado pelo **Dr. Nacif (Embrapa)** que tal investimento já havia sido aprovado pela CTP – Café e pelo Conselho Diretor do Consórcio. **Dr. Portugal (Embrapa)** reforçou dizendo que tal obra faz parte de um complexo de US$ 4,0 milhões em laboratórios colocados à disposição da pesquisa do café. Outro ponto polêmico da reunião foi o valor de R$ 600,0 mil distribuídos para a execução de subprojetos de difusão de tecnologia, inclusive com convênios já assinados. Houve uma reação negativa por parte do **Dr. José Edgar (CNC)** e do **Dr. Luciano (CNA)** solicitando que os convênios fossem cancelados e os recursos devolvidos ao FUNCAFÉ, uma vez que ficou definido pelo Comitê

que estes recursos fossem colocados como uma reserva para futura aprovação ou não nos subprojetos sem a aprovação do Comitê. O **Dr. Portugal (Embrapa)** esclareceu que devido a origem dos recursos públicos e características das Instituições Convenentes (Fundações/Instituições Públicas) não foi possível alocar todo montante em uma só instituição e que não haveria possibilidade de remanejamento dos recursos uma vez que, o objeto de cada convênio não pode ser mudado e que os procedimentos possíveis foram discutidos e acordados com o Dr. Jaime (DECAF) na ocasião. Explicou, ainda, que a devolução desses recursos causaria grande atrito com as Instituições Convenentes, que são parceiras do Consórcio e da Embrapa em diversas outras atividades, propondo, então, dar continuidade a execução dos convênios celebrados. O **Dr. Mauro Malta (ABIC)** manifestou sua posição para fazer um estudo e aplicar cortes pontuais, devolvendo apenas os recursos de subprojetos recusados pelo Comitê. O **Dr. David Nahum (ABIC)** defendeu a posição da Embrapa, dizendo que o gestor tem certa autonomia para a tomada de decisões, principalmente emergenciais. O **Dr. Guilherme (CECAFE)** acrescentou que devido à exigüidade de tempo e considerando que os recursos foram distribuídos de acordo com a programação técnica, não se caracterizava desvio na programação. O **Dr. Jaime (DECAF)** por sua vez ponderou dizendo que eram esperadas algumas dificuldades na implementação do novo modelo de gestão e que existem diferenças na forma de focar a aplicação de recursos sob a visão pública e a visão privada e que a aproximação dos setores resultaria nos ajustes da programação. O **Deputado Silas Brasileiro (CNC)** ponderou a discussão elogiando a transparência e lisura com que a Embrapa tem conduzido o programa e solicitou aos representantes do setor privado a reavaliação de suas posições. A discussão do assunto resultou em aprovação dos Convênios celebrados. **5. Proposta de Cadastramento da Cafeicultura Brasileira:** Na apresentação da Proposta para o Cadastramento da Cafeicultura Brasileira, feita pelo **Dr. Eduardo Assad (Embrapa)** e **Prof. Hilton Silveira Filho (UNICAMP)** discutiu-se à metodologia aplicada para fazer o cadastramento. O **Deputado Silas Brasileiro (CNC)** demonstrou preocupação com um edital de licitação muito dirigido à proposta apresentada pelo Dr. Eduardo Assad. Foi solicitada também uma planilha de cálculo detalhando o valor de R$ 6,0 milhões, custo este, previsto para o trabalho, segundo Dr. Eduardo Assad. O **Deputado Silas Brasileiro** disse, ainda, que este custo estava muito elevado e, há dois anos atrás, foi apresentada por uma universidade, uma proposta para a execução deste trabalho por R$1,6 milhões. Ficou então acertado que o edital seria o mais aberto possível, inclusive com apresentação de metodologias diferentes, desde que atingisse o mesmo objetivo. A CONAB, através de seu representante, **Dr. Gilton Saback Maltez** manifestou seu interesse de apresentar uma proposta alternativa para o Cadastramento. Após considerações sobre a diminuição gradativa dos recursos do Funcafé, ano a ano, feita pelo Deputado Silas Brasileiro, com a preocupação da boa aplicação dos recursos, deu-se por encerrada a reunião, concluindo que deverão ser encaminhadas à Embrapa Café, no máximo até 21.03.2002, os seguintes documentos: 1. proposta de cadastramento elaborada pela CONAB; 2. planilha de cálculo detalhada sobre o custo estimado da proposta apresentada pelo Dr. Eduardo Assad (Embrapa); 3. minuta do Edital para a Licitação do Cadastramento; e 4. propostas do CNC e CNA para a programação do exercício de 2003. A Embrapa Café enviará aos membros do Comitê, com no mínimo uma semana de antecedência à próxima reunião, os documentos citados acima, acrescidos da relação das novas demandas e, durante a reunião entregará os relatórios dos subprojetos desenvolvidos em 2001 com perspectiva de continuidade em 2003. Ficou também acertada uma reunião do Comitê para a "Definição das ações e do Orçamento", etapa 04 do Fluxograma do PNP&D/Café, apresentado pela Embrapa Café, para o próximo dia 18.04.2002. **6. Definição das Prioridades de P&D do Orçamento 2002.** Este item não foi abordado em função dessas ações serem apresentadas e definidas na próxima reunião. Nada mais havendo para discutir, às 15h30, o **Dr. Alberto Duque Portugal** encerrou a reunião, e nós, João Bosco Bahia dos Santos e

Eduardo Chacur (DECAF/SPC), lavramos a presente ata que será aprovada na próxima reunião do Comitê.

JAIME JUNQUEIRA PAYNE

DAVID NAHUM NETO

MAURO MOITINHO MALTA

GUILHERME BRAGA DE ABREU P. FILHO

LUCIANO RIBEIRO MACHADO

JOSÉ EDGAR PINTO DE PAIVA

SILAS BRASILEIRO

ANTÔNIO NAZARENO G. MENDES

ALBERTO DUQUE PORTUGAL

FLORINDO D'ALBERTO

GILTON SABACK MALTEZ

Anexo 16

MINI TÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

Secretaria Executiva
Subsecretaria de Assuntos Administrativos
Coordenação-Geral de Serviços Gerais

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/97

A Comissão Permanente de Licitação do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, torna público o resultado do julgamento do Edital de **TOMADA DE PREÇOS n.º 002/97. OBJETO**: Aquisição de 01 (um) veículo. **FIRMA VENCEDORA**: ORCA VEÍCULOS LTDA. **CRITÉRIO**: Menor Preço.

CLÁUDIA MARQUES GONÇALVES SOARES
Presidente da Comissão

(Of. nº 35/97)

Delegacia Federal da Agricultura e do Abastecimento em Goiás

AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO

A Delegacia Federal de Agricultura em Goiás, informa para conhecimento dos interessados, que fará realizar leilão público de bens inservíveis e ociosos de sua propriedade, tipo maior lance, de máquinas de escrever e calcular, relógios, circuladores de ar, central PABX, telefones, móveis, material de laboratório, de escritório e de desenho, peças para oficina, sucatas diversas e veículos; Data: 26.03.97; Horário: 09:00 horas; Local: Rua 69-A - Setor Norte Ferroviário; Visitação: A partir do dia 17.03.97. Maiores informações e cópia completa do Edital, poderão ser obtidas gratuitamente no endereço acima mencionado a partir do dia 17.03.97 em horário comercial.

SANDRA REGINA PIMENTA BARBOZA MAGALHAES
Presidente da Comissão de Avaliação e Leilão

(Of. nº 13/97)

Secretaria de Defesa Agropecuária
Departamento de Defesa Animal
Laboratório de Referência Animal
Unidade em Pedro Leopoldo

AVISOS DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/97

OBJETO: Contratação de firma especializada para fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, mediante prévia requisição.
DATA DA ABERTURA: 31 de março de 1997.
HORÁRIO DA ABERTURA: 10:00hs (dez horas).
LOCAL: Edifício Sede do Laboratório de Referência Animal, situado a Av. Rômulo Joviano s/nº, em Pedro Leopoldo/MG. O Edital poderá ser obtido gratuitamente neste Laboratório, nos horários de 08:00 às 11:00 horas e de 13:00 às 16:00 horas e ainda na DFA/MG, nos horários de 08:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 17:00 horas.

TOMADA DE PREÇOS Nº 2/97

OBJETO: Contratação de firma especializada para prestação de serviços de frete e encomendas aéreas mediante prévia requisição.
DATA DA ABERTURA: 31 de março de 1997.
HORÁRIO DA ABERTURA: 14:00hs (quatorze horas).
LOCAL: Edifício Sede do Laboratório de Referência Animal, situado a Av. Rômulo Joviano s/nº, em Pedro Leopoldo/MG. O Edital poderá ser obtido gratuitamente neste Laboratório, nos horários de 08:00 às 11:00 horas e de 13:00 às 16:00 horas e ainda na DFA/MG, nos horários de 08:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 17:00 horas.

MARDOCHEU M. SANTOS FILHO
Presidente da Comissão de Licitação

(Of. nº 54/97)
(DIAS: 13, 14 e 17/3/97)

Secretaria de Desenvolvimento Rural

AVISO DE ANULAÇÃO

Tornamos público o cancelamento da Retificação do Convênio MA/SDR nº 222/96, publicado no DOU de 17 de fevereiro de 1997, página 2.793, Seção 3, que entre si celebram o Ministério da Agricultura e do Abastecimento - CGC: 00.396.895/0001-25 e a Organização e Sindicato das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR - CGC: 75.038.513/0001-90 por ter sido publicado indevidamente.

GENTIL ANTONIO RUY
Diretor do DENACOOP
Substituto

(Of. nº 15/97)

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 040/97 - Inexigibilidade nº 004/97; Favorecido: RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicações S.A.; Objeto: Publicidade de matéria legal em jornais de grande circulação; Valor Global estimado: R$ 12.000,00; Amparo Legal: Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93; Data do ato de ratificação: 11.03.97; Ordenador da despesa: Sérgio Brunale - Chefe do DRM; Autoridade do ato de ratificação: Elza Angela Battaggia Brito da Cunha - Diretora da Embrapa.

(Of. nº 205/97)

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Espécie: Termo de Referência; Partes: Embrapa, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuária - EBDA, Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária - EMCAPA, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG, Empresa de Pesquisa Agropecuaria do Rio de Janeiro - PESAGRO/RIO, Instituto Agronômico - IAC, Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR, Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através de sua Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR/MAA, Universidade Federal de Lavras - UFLA, Universidade Federal de Viçosa - UFV; Objeto: Estabelecer os princípios, normas e procedimentos que nortearão a realização do Programa Nacional de Pesquisa do Café - PNP&D/Café, a ser executado pelo Consórcio Brasileiro de Pesquisa & Desenvolvimento do Café - CBP&D/Café; Modalidade de licitação: Não aplicável; Fonte de recursos: Não aplicável; Valor global: Sem ônus; Vigência: 05 anos; Data da assinatura: 03.03.97; Signatários: Alberto Duque Portugal - Presidente, pela Embrapa, Herminio Maia Rocha - Diretor Presidente, pela EBDA, Margareth Batista Saraiva Coelho - Diretora Presidenta, pela EMCAPA, Guy Torres - Presidente, pela EPAMIG, Otavio Tisseli Filho - Diretor Geral, pelo IAC, Wilson Pan - Presidente, pelo IAPAR, Doracy Pessoa Ramos - Presidente, pela PESAGRO-RIO, Murilo Xavier Flores - Secretário, pela SDR/MAA, Fabiano Ribeiro do Vale - Reitor, pela UFLA e o Sr. Luiz Sérgio Saraiva - Reitor, pela UFV.

Espécie: Termo de Constituição; Partes: Embrapa, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuária - EBDA, Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária - EMCAPA, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG, Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio de Janeiro - PESAGRO/RIO, Instituto Agronômico - IAC, Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR, Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através de sua Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR/MAA, Universidade Federal de Lavras - UFLA, Universidade Federal de Viçosa - UFV; Objeto: Conceber e executar o Programa Nacional de Pesquisa do Café - PNP&D/Café; Modalidade de licitação: Não aplicável; Fonte de recursos: Não aplicável; Valor global: Sem ônus; Vigência: 05 anos; Data da assinatura: 03.03.97; Signatários: Alberto Duque Portugal - Presidente, pela Embrapa, Herminio Maia Rocha - Diretor Presidente, pela EBDA, Margareth Batista Saraiva Coelho - Diretora Presidenta, pela EMCAPA, Guy Torres - Presidente, pela EPAMIG, Otavio Tisseli Filho - Diretor Geral, pelo IAC, Wilson Pan - Presidente, pelo IAPAR, Doracy Pessoa Ramos - Presidente, pela PESAGRO-RIO, Murilo Xavier Flores - Secretário, pela SDR/MAA, Fabiano Ribeiro do Vale - Reitor, pela UFLA e o Sr. Luiz Sérgio Saraiva - Reitor, pela UFV.

Espécie: Comodato; Partes: Embrapa (Comodante) e a Universal Turismo Ltda (Comodatária); Objeto: Cede em regime de comodato uma área medindo 19,05 m², localizada no prédio onde funciona o Setor de Patrimônio e Material do CPATU, para que seja utilizado para prestação de serviços de agenciamento de viagens aéreas; Fonte de recurso: não aplicável; Valor global: Não aplicável; Vigência: 01 ano; Data da assinatura: 07.03.97; Signatários: Alberto Duque Portugal - Presidente da Embrapa, pela Comodante e a Sra. Valéria Vinagre Pires Franco - Gerente Geral, pela Comodatária.

(Of. nº 207/97)

Espécie: Termo Aditivo; Partes: Embrapa/CPAC - CGC - 00.348.003/0001-10 e a Fundação Universidade de Brasília - FUB - CGC 00.038.174/0001-43; Objeto: Inclusão de Cursos de Mestrado e Doutorado em Botânica e Engenharia Florestal; Modalidade de licitação: Não Aplicável; Fonte de recurso: Não aplicável; Valor global: Sem ônus; Vigência: Não alterada a do Convênio original; Data da assinatura: 05.03.97; Signatários: Alberto Duque Portugal - Presidente, pela Embrapa e o Professor João Cláudio Todorov - Reitor, pela FUB.

(Of. nº 204/97)

Departamento de Administração de Materiais e Serviços

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo; Partes: Embrapa (Contratante) e a LGA Engenharia Ltda (Contratada); Objeto: Serviços extras à obra do laboratório de quarentena do CENARGEN; Modalidade de licitação: Concorrência nº 1/96; Fonte de recursos: 2100 empréstimo 671/OC-BR - BID/PROMOAGRO; Valor global: R$ 15.733,96; Vigência: 230 dias consecutivos; Data da assinatura: 11.03.97; Signatários: Sérgio Brunale - Chefe do DRM, pela Contratante e o Sr. Ruy Augusto Lamas Filho, pela Contratada.

(Of. nº 208/97)

AVISO DE ALTERAÇÃO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 2/97

A Embrapa/Sede comunica a alteração do resultado de habilitação da Concorrência nº 02/97, cujo objeto é o fornecimento, instalação e certificado de expansões para as redes locais das Unidades Descentralizadas da Embrapa. **Firmas Habilitadas:** Avatar Informática Sistemas Abertos Ltda; Cdt Comunicação de Dados e Telefonia Ltda; Unisys Brasil Ltda; Netway Datacom Comércio de Sistemas para Informática Ltda e Sitcom Sistemas Integrados de Telecomunicações Ltda. **Firmas Inabilitadas:** Cimcorp Comércio Internacional e Informática Ltda; Conecta Tecnologia em Sistemas de Comunicação Ltda e Multidata Informática Ltda. Comunicamos que a reunião para abertura das propostas de preços (envelopes de nº 02), será realizada no dia 17/03/97, às 10:00 horas, na Sala de Licitações do DRM, localizada ao SAIN-Parque Rural - Edifício Sede da Embrapa, 3º andar - Brasília - DF.

NANCI DE PINHO E SILVA
Presidente da Comissão de Licitação

(Of. nº 210/97)

AVISO DE REVOGAÇÃO
CONVITE Nº 2/97

A Embrapa torna público a revogação do Convite nº 2/97, cujo objeto é aquisição de livros jurídicos para Embrapa/Sede, por interesse público, caracterizado pela não apresentação do número mínimo de propostas.

CLEUBER OLIVEIRA
Chefe Substituto

(Of. nº 205/97)

Anexo 17

Quadro 17 – Totais de recursos financeiros corrigidos* aplicados ao PNP&D/Café, no período de 1998 a 2004, por núcleo de referência.

Núcleo de referência	Anos							Total
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
Agroclimatologia e fisiologia do cafeeiro	989.882	1.247.061	454.652	972.987	280.228	126.685	257.550	4.329.045
Biotecnologia aplicada à cadeia agropecuária do café	0	1.644.168	618.212	2.242.037	433.330	584.608	834.294	6.356.649
Colheita, pós-colheita e qualidade do café	1.514.218	1.244.013	1.279.270	1.079.699	173.962	226.592	362.183	5.879.937
Doenças do cafeeiro	1.536.249	1.626.206	759.865	911.750	198.038	149.721	274.949	5.456.778
Genética e melhoramento do cafeeiro	3.741.943	3.064.952	1.245.472	2.723.857	1.112.941	703.670	1.626.988	14.219.823
Industrialização e qualidade do café	559.054	1.019.329	1.384.772	543.095	153.545	89.445	224.948	3.974.189
Cafeicultura irrigada	1.505.075	998.462	1.073.842	1.235.583	466.454	243.151	489.899	6.012.466
Manejo da lavoura cafeeira	2.305.567	1.040.725	527.179	806.978	204.679	211.533	529.214	5.625.876
Pragas do cafeeiro	873.602	888.634	753.543	771.680	194.235	89.552	247.074	3.818.321
Socioeconomia do café	1.040.642	703.015	546.412	101.866	0	28.392	26.111	2.446.437
Solos e nutrição do cafeeiro	1.718.153	1.534.294	673.355	1.638.556	461.446	223.697	317.039	6.566.541
Difusão de tecnologia	1.904.980	2.100.048	1.540.899	2.619.330	39.859	326.749	68.979	8.600.844
Outros custos**	9.215.202	5.163.141	9.878.902	6.357.869	2.540.511	2.220.285	2.803.733	38.179.644
Total	**26.904.567**	**22.274.050**	**20.736.374**	**22.005.285**	**6.259.230**	**5.224.081**	**8.062.963**	**111.466.550**

* Corrigidos pelo IGP-DI da FGV para agosto de 2005.
** Bolsas, coordenação e PADI.
Fonte: Embrapa Café.

Anexo 18

Quadro 18 – Valor total de recursos financeiros aplicados e da quantidade total de subprojetos em andamento pelas instituições participantes do PNP&D/ Café e os respectivos custos unitários desses estudos, de 1998 a 2004.

Instituição	Anos							Sub-projetos	%	Valor total de recurso (R$)	Custo unitário (R$)
	98	99	00	01	02	03	04				
IAC	33	40	44	37	32	30	19	235	12,75	9.170.654	39.024
Epamig	26	37	38	28	23	30	21	203	11,01	6.573.011	32.379
UFV	21	44	41	29	20	32	26	213	11,56	5.770.249	27.090
Iapar	18	25	31	25	21	17	12	149	8,08	4.896.705	32.864
Incaper	25	31	38	24	19	22	15	174	9,44	4.350.845	25.005
Ufla	27	29	48	42	25	23	16	210	11,39	4.105.128	19.548
Mapa/DFA MG	1	1	3	2	2	2	2	13	0,71	1.430.049	110.004
Cenargen		4	6	7	7	7	6	37	2,01	1.330.556	35.961
Mapa Sarc	16	16	15	9	8	7	6	77	4,18	1.247.092	16.196
Fapesp							1	1	0,05	1.210.000	1.210.000
Ital	9	11	8	5	1	1	1	36	1,95	1.073.665	29.824
CTAA	2	4	4	2	1	3	3	19	1,03	1.064.427	56.022
UFU	4	9	12	8	6	5	2	46	2,50	929.784	20.213
EBDA	3	7	8	13	9	6	3	49	2,66	926.636	18.911
CPAF RO	5	11	15	13	8	7	4	63	3,42	918.189	14.574
IB	1	1	9	9	6	2	2	30	1,63	585.192	19.506
CPAC		7	6	4	3	3		23	1,25	567.265	24.664
Cpatu		5	5	4	4	3		21	1,14	434.905	20.710
Uniube		2	7	8	7	6	2	32	1,74	403.314	12.604
Bio-Rio			1	1				2	0,11	387.500	193.750
Emater MG			2	1				3	0,16	385.000	128.333
Unicamp	1	1	4	4	3	3	3	19	1,03	316.595	16.663
Embrapa Café			1		1	7	7	16	0,87	312.781	19.549
Uesb	3	1	3	6	5	5	3	26	1,41	305.673	11.757
UFRJ			1	1	1	2	2	7	0,38	261.484	37.355
Cati	1	1	1	1				4	0,22	260.526	65.132
IAL		1	3	2	1			7	0,38	223.340	31.906
UFPR		2	2		1	1	1	7	0,38	220.474	31.496
Pesagro	3	4	3	2	1	2	1	16	0,87	216.694	13.543
Emater PR		1	1	1				3	0,16	213.000	71.000
CPAF AC		5	3	1	1	3	2	15	0,81	184.922	12.328
IEA	1	1	3					5	0,27	175.165	35.033
Uenf		1	1	1	1	5	5	14	0,76	143.728	10.266
CNPAB	1	2	2	1	1	2	1	10	0,54	130.533	13.053
UEL		1	2	2	1			6	0,33	101.285	16.881
UFG			3	2	2	2	1	10	0,54	87.094	8.709
Ceplac				3	2	2		7	0,38	84.432	12.062
Ocepar		1	1					2	0,11	80.000	40.000
USP/FFCLRP							3	3	0,16	65.500	21.833
CETCAF								1	0,05	46.304	46.304
Unesp-Botucatu						1	1	2	0,11	45.200	22.600
FGV			1					1	0,05	45.000	45.000
UEM	1	1	1					3	0,16	43.666	14.555
UCB						1	1	2	0,11	38.000	19.000
Agência Rural			1	1	1			3	0,16	37.304	12.435
CPAF AP		1	1	1	1			4	0,22	36.225	9.056
Faro						1	1	2	0,11	33.030	16.515
USP/Esalq					1	1	1	3	0,16	24.742	8.247

Continua...

Quadro 18 – Continuação.

Instituição	Anos							Sub-projetos	%	Valor total de recurso (R$)	Custo unitário (R$)
	98	99	00	01	02	03	04				
Mapa Decaf						1	1	2	0,11	24.400	12.200
SAA-PR/Deral			1					1	0,05	17.920	17.920
IMA				1				1	0,05	17.736	17.736
Ufes				1				1	0,05	12.946	12.946
Emater RJ							2	2	0,11	11.900	5.950
UFMG							2	2	0,11	8.000	4.000
Subtotal	**202**	**308**	**380**	**303**	**226**	**245**	**179**	**1843**	**100,00**	**51.585.765**	**27.990**
Bolsas, (Coordenação)	-	-	-	-	-	-	-	1843	100,00	15.834.235	
Total	**202**	**308**	**380**	**303**	**226**	**245**	**179**	**1843**	**100,00**	**67.420.000**	**36.582**

Fonte: Embrapa Café.

Anexo 19

Quadro 19 – Valor total de recursos financeiros aplicados e da quantidade total de subprojetos executados pelas instituições participantes do PNP&D/Café, e os respectivos custos unitários desses estudos, de 1998 a 2004.

Instituição	Anos							Sub-projetos	%	Valor total de recursos (R$)	Custo unitário (R$)
	98	99	00	01	02	03	04				
IAC	33	10	5	2	1	8		59	8,81	9.170.654	155.435
Epamig	26	13	9	1		19		68	10,15	6.573.011	96.662
UFV	21	33	21	1	1	22		99	14,78	5.770.249	58.285
Iapar	18	9	8	1	2	6		44	6,57	4.896.705	111.289
Incaper	25	10	12	3		11		61	9,10	4.350.845	71.325
Ufla	27	9	25	8	1	11		81	12,09	4.105.128	50.681
Mapa/DFA MG	1		3			1		5	0,75	1.430.049	286.010
Cenargen		4	2	1	3	3		13	1,94	1.330.556	102.350
Mapa Sarc	16	2	3			5		26	3,88	1.247.092	47.965
Fapesp				1				1	0,15	1.210.000	1.210.000
Ital	9	2	5	2		1		19	2,84	1.073.665	56.509
CTAA	2	2	1			4		9	1,34	1.064.427	118.270
UFU	4	4	4	1				13	1,94	929.784	71.522
EBDA	3	4	2	7		1		17	2,54	926.636	54.508
CPAF RO	5	11	5	2		4		27	4,03	918.189	34.007
IB	1		8			2		11	1,64	585.192	53.199
CPAC		7						7	1,04	567.265	81.038
Cpatu		5						5	0,75	434.905	86.981
Uniube		2	4	2		1		9	1,34	403.314	44.813
BIO-RIO			1					1	0,15	387.500	387.500
Emater MG			2	1				3	0,45	385.000	128.333
Unicamp	1		3		1	1		6	0,90	316.595	52.766
Embrapa Café					1	6		7	1,04	312.781	44.683
Uesb	3		1	5		1		10	1,49	305.673	30.567
UFRJ			2			2		4	0,60	261.484	65.371
CATI	1	1		1				3	0,45	260.526	86.842
IAL		1	2					3	0,45	223.340	74.447
UFPR		2			1			3	0,45	220.474	73.491
Pesagro	3	1		1		1		6	0,90	216.694	36.116
Emater PR		1		1				2	0,30	213.000	106.500
CPAF AC		5				2		7	1,04	184.922	26.417
IEA	1	1	3					5	0,75	175.165	35.033
Uenf		1				5		6	0,90	143.728	23.955
CNPAB	1	1				1		3	0,45	130.533	43.511
UEL		1	1					2	0,30	101.285	50.643
UFG			3	1				4	0,60	87.094	21.774
Ceplac				3				3	0,45	84.432	28.144
Ocepar		1						1	0,15	80.000	80.000
USP/FFCLRP					1			1	0,15	65.500	65.500
CETCAF				1				1	0,15	46.304	46.304
Unesp-Botucatu						1		1	0,15	45.200	45.200
FGV			1					1	0,15	45.000	45.000
UEM	1							1	0,15	43.666	43.666
UCB						1		1	0,15	38.000	38.000
Agência Rural	0		1					1	0,15	37.304	37.304
CPAF AP		1						1	0,15	36.225	36.225
Faro						1		1	0,15	33.030	33.030

Continua...

Quadro 19 – Continuação.

Instituição	Anos							Sub-projetos	%	Valor total de recursos (R$)	Custo unitário (R$)
	98	99	00	01	02	03	04				
USP/Esalq			1					1	0,15	24.742	24.742
Mapa Decaf						1		1	0,15	24.400	24.400
SAA-PR/Deral			1					1	0,15	17.920	17.920
IMA				1				1	0,15	17.736	17.736
Ufes				1				1	0,15	12.946	12.946
Emater RJ		1			1			2	0,30	11.900	5.950
UFMG						1		1	0,15	8.000	8.000
Subtotal	**202**	**145**	**139**	**48**	**13**	**123**	**0**	**670**	**100**	**51.585.765**	**76.994**
Bolsas e Coordenação	-	-	-	-	-	-	-	670	100	15.834.235	
Total	**202**	**145**	**139**	**48**	**13**	**123**	**0**	**670**	**100**	**67.420.000**	**100.627**

Fonte: Embrapa Café.

Anexo 20

Quadro 20 – Valores total e anuais aplicados aos subprojetos Programa Café, por instituição consorciada.

Instituição	Nº do subprojeto	Valor anual (R$)							Valor total (R$)
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
AGENCIARURAL	19.2000.305.01			19.996	11.458	5.850			37.304
AGENCIARURAL									37.304
BIO-RIO	19.1999.366.01			297.500	80.000	10.000			387.500
BIO-RIO									387.500
Cati	19.1998.450.04	106.526							106.526
Cati	19.1999.452.02		45.000	64.000	45.000				154.000
Cati									260.526
Cenargen	19.1998.054.07				4.400				4.400
Cenargen	19.1998.058.03		7.000		16.900	6.800			30.700
Cenargen	19.1999.075.02		24.300	19.000	15.300				58.600
Cenargen	19.1999.078.03		47.100	27.000	14.800				88.900
Cenargen	19.2001.652.06				376.000				376.000
Cenargen	19.2002.176.01		22.500	32.000	12.300	8.500	8.372	8.372	92.044
Cenargen	19.2002.561.01		20.200	20.750	23.370	13.340			77.660
Cenargen	19.2002.562.01			19.880	13.600	12.800			46.280
Cenargen	19.2002.564.01					15.000	6.375	21.251	42.626
Cenargen	19.2002.565.03					28.500	11.270	33.810	73.580
Cenargen	19.2002.567.01					21.590	10.625	31.875	64.090
Cenargen	19.2003.178.05						7.980	31.452	39.432
Cenargen	19.2003.571.01						23.000	62.370	85.370
Cenargen	19.2003.573.01						10.000	24.000	34.000
Cenargen	19.2004.653.02							216.874	216.874
Cenargen	TOTAL								1.330.556
Ceplac	19.2001.466.03				21.805				21.805
Ceplac	19.2002.087.04				14.123	8.473	5.726	5.726	34.048
Ceplac	19.2002.131.03				11.846	8.325	4.204	4.204	28.579
Ceplac	TOTAL								84.432
CETCAF	19.2001.460.03				34.040				34.040
CETCAF	TOTAL								34.040
CNPAB	19.1998.103.07		3.304	2.300					5.604
CNPAB	19.2000.602.01			50.000					50.000
CNPAB	19.2002.123.01	24.000	7.996	5.750	9.000	8.330	4.675	4.675	64.426
CNPAB	19.2003.266.06						7.589	15.178	22.767
CNPAB	TOTAL								142.797
CPAC	19.1998.004.04		48.204						48.204
CPAC	19.1998.110.19		3.548	9.000					12.548
CPAC	19.1998.402.09		23.216	5.440					28.656
CPAC	19.1999.007.06		9.000	16.000	21.100				46.100
CPAC	19.2001.652.07				96.000		63.000		159.000
CPAC	19.2002.128.04		13.666	8.000	11.740	10.871	7.289	7.289	58.855
CPAC	19.2002.314.02		64.052	18.680	11.440	8.640	3.500	3.500	109.812
CPAC	19.2002.316.03		43.829	21.415	12.470	11.822	7.277	7.277	104.090
CPAC	TOTAL								567.265
CPAFAC	19.1998.110.23		11.891	8.200					20.091
CPAFAC	19.1999.405.01		16.646						16.646
CPAFAC	19.1999.405.02		29.176						29.176
CPAFAC	19.1999.457.01		10.835	18.000					28.835
CPAFAC	19.2001.652.04				8.000				8.000

Continual...

Quadro 20 – Continuação.

Instituição	Nº do subprojeto	Valor anual (R$)							Valor total (R$)
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
CPAFAC	19.2002.091.02		12.931	7.367	7.972	4.872	3.388	3.388	39.918
CPAFAC	19.2003.267.05						3.554	10.662	14.216
CPAFAC	19.2003.267.06						7.010	21.030	28.040
CPAFAC	TOTAL								184.922
CPAFAP	19.2002.061.04		19.700	6.014	4.888	5.623			36.225
CPAFAP	TOTAL								36.225
CPAFRO	07.1.94.010.01	2.000							2.000
CPAFRO	07.1.94.010.02	3.000							3.000
CPAFRO	07.1.94.010.05	4.000							4.000
CPAFRO	07.1.94.010.06	4.000							4.000
CPAFRO	07.1.94.010.07	3.000							3.000
CPAFRO	19.1998.112.25		15.680	8.000	9.314				32.994
CPAFRO	19.1998.202.13		30.580	7.640	14.955				53.175
CPAFRO	19.1998.254.07		10.861	5.889					16.750
CPAFRO	19.1999.062.02		21.580	8.400					29.980
CPAFRO	19.1999.457.02		18.406	11.135					29.541
CPAFRO	19.1999.457.03		29.603						29.603
CPAFRO	19.2000.208.03			11.807	9.592				21.399
CPAFRO	19.2000.406.06			9.700					9.700
CPAFRO	19.2000.602.12			86.000					86.000
CPAFRO	19.2000.651.02			68.000	33.000				101.000
CPAFRO	19.2001.466.01				14.927				14.927
CPAFRO	19.2001.466.02				17.595				17.595
CPAFRO	19.2002.091.01		30.561	8.590	14.358	6.068	6.113	6.113	71.803
CPAFRO	19.2002.124.03		9.781	9.300	8.436	7.550			35.067
CPAFRO	19.2002.125.04		9.536	8.000	7.092	5.360	3.400	3.400	36.788
CPAFRO	19.2002.126.02		10.661	10.000	9.310	6.870			36.841
CPAFRO	19.2002.171.05			19.000	10.705	6.486	3.901	3.901	43.993
CPAFRO	19.2002.173.03			16.000	11.865	7.006	4.388	13.164	52.423
CPAFRO	19.2002.223.01			13.780	11.600	8.255			33.635
CPAFRO	19.2002.261.03		14.751	8.894	7.089	4.820			35.554
CPAFRO	19.2002.472.05						11.650		11.650
CPAFRO	19.2003.217.05						5.005	15.017	20.022
CPAFRO	19.2003.267.01						10.887	32.662	43.549
CPAFRO	19.2003.267.02						9.550	28.650	38.200
CPAFRO	TOTAL								918.189
CPATU	19.1998.104.11		12.300	9.318					21.618
CPATU	19.2000.602.03			80.000					80.000
CPATU	19.2001.652.05				1.560				1.560
CPATU	19.2002.091.03		27.780	26.000	15.965	13.670			83.415
CPATU	19.2002.122.04		9.323	15.710	30.132	16.620	12.806	12.806	97.397
CPATU	19.2002.126.03		13.300	9.250	15.140	13.874	6.434	6.434	64.432
CPATU	19.2002.262.03		24.672	19.351	16.770	13.152	6.269	6.269	86.483
CPATU	TOTAL								434.905
CTAA	19.1998.353.02	80.000	47.000						127.000
CTAA	19.1998.354.02	14.500	66.800	41.110					122.410
CTAA	19.1999.366.03		6.000	5.400	6.100				17.500
CTAA	19.1999.367.01		94.600	14.420					109.020
CTAA	19.2000.602.02			80.000					80.000
CTAA	19.2000.651.03			40.000	80.653		10.000		130.653
CTAA	19.2002.391.01			27.500	59.040	61.600			148.140
CTAA	19.2002.513.01						74.845		74.845
CTAA	19.2003.393.02						500	1.000	1.500

Continua...

Quadro 20 – Continuação.

Instituição	Nº do subprojeto	Valor anual (R$)							Valor total (R$)
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
CTAA	19.2003.394.02						13.990	41.970	55.960
CTAA	19.2003.519.01						6.100	21.900	28.000
CTAA	19.2003.519.06						43.356	126.043	169.399
CTAA	TOTAL								1.064.427
EBDA	19.1998.102.05	39.955	16.901	10.000					66.856
EBDA	19.1998.104.08	50.671	29.413	10.000					90.084
EBDA	19.1998.450.05	23.067	7.593						30.660
EBDA	19.1999.456.01		19.952	12.600					32.552
EBDA	19.1999.456.02			32.534					32.534
EBDA	19.2000.304.07			16.291	5.000				21.291
EBDA	19.2000.305.04				5.000				5.000
EBDA	19.2001.465.01				25.795				25.795
EBDA	19.2001.465.02				13.427				13.427
EBDA	19.2002.085.02			8.600	26.545	10.995	5.454	5.454	57.048
EBDA	19.2002.085.04				43.090	12.875			55.965
EBDA	19.2002.085.05				20.065	6.464			26.529
EBDA	19.2002.124.04				5.916	5.250		11.377	22.543
EBDA	19.2002.125.01		46.927	29.140	25.000	8.211	28.300		137.578
EBDA	19.2002.129.01				121.910	4.920	4.777	18.633	150.240
EBDA	19.2002.131.05					4.260	7.725	7.619	19.604
EBDA	19.2002.263.01		29.464	4.000	28.090	11.400	7.619	8.525	89.098
EBDA	19.2002.263.06			19.142	4.765	10.800	8.525	3.300	46.532
EBDA	19.2002.472.06						3.300		3.300
EBDA	TOTAL							926.636	926.636
Emater MG	19.1999.453.06			177.000					177.000
Emater MG	19.2000.406.03			30.036					30.036
Emater MG	19.2001.458.04				177.964				177.964
Emater MG	TOTAL								385.000
Emater PR	19.1999.451.01		66.000	87.000					153.000
Emater PR	19.2001.463.02				60.000				60.000
Emater PR	TOTAL								213.000
Emater RJ	19.1999.454.03		11.900						11.900
Emater RJ	TOTAL								11.900
Epamig	19.1998.004.06	24.449	16.100	2.032	2.968				45.549
Epamig	19.1998.051.06	73.840	15.500	3.044	11.943		12.750		117.077
Epamig	19.1998.051.08	67.522	7.500	308.000	32.217		93.500		508.739
Epamig	19.1998.101.07		366.286	10.866	93.415		9.340		479.907
Epamig	19.1998.101.08		45.000	108.745	20.901				174.646
Epamig	19.1998.101.09		310.704	16.501	5.893	18.755			351.853
Epamig	19.1998.102.01	18.445	40.735	4.297	4.327	17.710	6.114		91.628
Epamig	19.1998.102.06	48.347	16.530	2.023	2.874	8.700	3.370		81.844
Epamig	19.1998.106.06	82.549	8.000	5.126	3.920				99.595
Epamig	19.1998.106.07	60.729	12.235	3.194	5.768				81.926
Epamig	19.1998.106.09	28.960	4.350	3.232	3.917	5.756			46.215
Epamig	19.1998.110.22		13.420	3.267	11.061		2.975		30.723
Epamig	19.1998.112.18	81.802	14.402	17.771	3.804				117.779
Epamig	19.1998.112.21			8.809	2.969	13.616	4.911		30.305
Epamig	19.1998.112.26			2.031	18.485	4.500			25.016
Epamig	19.1998.152.03	26.186		11.032	21.732				58.950
Epamig	19.1998.152.04	40.510		16.134	17.803				74.447
Epamig	19.1998.203.02	264.696		3.812					268.508
Epamig	19.1998.204.01	753.438		5.337					758.775
Epamig	19.1998.205.01	59.866		5.028	39.471				104.365
Epamig	19.1998.251.12	180.448	43.781	6.731	14.308				245.268

Continua...

Quadro 20 – Continuação.

Instituição	Nº do subprojeto	Valor anual (R$)							Valor total (R$)
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
Epamig	19.1998.254.05		76.040	14.882	14.343	9.496	4.250		119.011
Epamig	19.1998.354.05		21.250	5.746	22.322	15.842			65.160
Epamig	19.1998.400.01		30.550						30.550
Epamig	19.1998.401.06		44.660	3.451					48.111
Epamig	19.1998.401.19			5.042					5.042
Epamig	19.1998.402.03		22.108	3.675					25.783
Epamig	19.1998.402.04		16.390	3.779					20.169
Epamig	19.1998.403.02		24.091	2.593					26.684
Epamig	19.1998.450.06		39.498						39.498
Epamig	19.1998.601.03		36.607						36.607
Epamig	19.1999.453.01			2.440	13.149				15.589
Epamig	19.2000.207.01				13.172	22.373	4.530		40.075
Epamig	19.2000.207.02				24.254	22.586	6.749		53.589
Epamig	19.2000.256.01				18.975	3.585	3.500		26.060
Epamig	19.2000.407.02				20.198				20.198
Epamig	19.2000.602.07				3.325				3.325
Epamig	19.2001.458.03					20.700			20.700
Epamig	19.2002.014.01			3.695	30.972	196.561	16.781	13.498	261.507
Epamig	19.2002.082.01		33.927	10.486	35.391	18.985	9.451	21.485	129.725
Epamig	19.2002.085.01		78.475	5.325	33.890	10.900	17.729	21.434	167.753
Epamig	19.2002.123.03			2.666	102.265	6.045	21.909	42.050	174.935
Epamig	19.2002.123.04			4.346	25.515	6.100	15.822	11.906	63.689
Epamig	19.2002.123.05				166.030	8.272	13.965	4.316	192.583
Epamig	19.2002.128.05			15.912	17.296	9.086	5.640	24.030	71.964
Epamig	19.2002.128.06			158.078	26.317	8.650	6.725	106.950	306.720
Epamig	19.2002.129.02			23.022	11.678	11.100	3.337	16.014	65.151
Epamig	19.2002.262.02		29.000	13.110	41.835	5.870	5.113	16.341	111.269
Epamig	19.2002.264.06				16.776	8.725	3.500	10.370	39.371
Epamig	19.2002.265.02				18.219		121.250	13.975	153.444
Epamig	19.2002.472.01						7.087		7.087
Epamig	19.2003.092.03							4.911	4.911
Epamig	19.2003.092.06							4.250	4.250
Epamig	19.2003.093.01							4.530	4.530
Epamig	19.2003.132.02							16.618	16.618
Epamig	19.2003.132.03							9.555	9.555
Epamig	19.2003.133.01							34.444	34.444
Epamig	19.2003.216.03							9.350	9.350
Epamig	19.2003.218.01							7.000	7.000
Epamig	19.2003.218.02							7.087	7.087
Epamig	19.2003.218.04							3.337	3.337
Epamig	19.2003.266.01							187.000	187.000
Epamig	19.2003.266.02							18.680	18.680
Epamig	19.2003.266.03							6.740	6.740
Epamig	19.2003.320.02							18.063	18.063
Epamig	19.2003.515.01							38.597	38.597
Epamig	19.2003.517.01							13.499	13.499
Epamig	19.2003.518.02							22.444	22.444
Epamig	19.2003.519.05							32.442	32.442
Epamig	TOTAL							6.573.011	6.573.011
Fapesp	19.2000.551.04				960.000		250.000		1.210.000
Fapesp	TOTAL								1.210.000
Faro	19.2003.267.03						8.257	24.773	33.030
Faro	TOTAL								33.030
FGV	19.1998.401.33			45.000					45.000

Continua...

Quadro 20 – Continuação.

Instituição	Nº do subprojeto	Valor anual (R$)							Valor total (R$)
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
FGV	TOTAL								45.000
IAC	19.1998.004.02	4.000	56.100	9.021	13.319				82.440
IAC	19.1998.004.07			31.262	28.958				60.220
IAC	19.1998.056.09	35.536	35.300						70.836
IAC	19.1998.056.12	45.147	18.050	18.507	6.073				87.777
IAC	19.1998.152.02	46.580	57.050	15.767	23.343				142.740
IAC	19.1998.153.02	15.712	51.400	5.736	8.364				81.212
IAC	19.1998.155.02	41.479	45.300	9.320	19.475				115.574
IAC	19.1998.156.01	35.000	76.750	10.750	28.450				150.950
IAC	19.1998.157.04	20.000	42.350	10.577	6.273				79.200
IAC	19.1998.205.02	20.000	37.700	4.494	4.426				66.620
IAC	19.1998.255.01	48.112	15.650						63.762
IAC	19.1998.301.01	9.900	5.050	7.323	10.117				32.390
IAC	19.1998.450.07	112.942							112.942
IAC	19.1998.601.05	671.545							671.545
IAC	19.1999.075.05			10.301	46.029				56.330
IAC	19.1999.076.05		44.550	22.615	9.965				77.130
IAC	19.1999.076.09		42.000	5.807	22.598				70.405
IAC	19.1999.452.01		48.600	56.016	78.664				183.280
IAC	19.2000.602.13			570.000					570.000
IAC	19.2001.459.01				105.000				105.000
IAC	19.2002.011.01	38.790	27.250	18.705	38.495	16.700	9.435	28.305	177.680
IAC	19.2002.011.02	28.013	27.800	14.580	45.690	17.000			133.083
IAC	19.2002.012.01	31.585	39.300	15.100	60.040	24.100	12.750	38.250	221.125
IAC	19.2002.013.01	76.500	49.800	15.901	61.439	22.800	12.877	12.877	252.194
IAC	19.2002.014.03		31.850	12.805	50.975	18.400	11.475	34.425	159.930
IAC	19.2002.014.04		69.150	13.655	76.735	21.600	12.750	38.250	232.140
IAC	19.2002.014.05		37.300	13.627	36.463	13.250	9.775	9.775	120.190
IAC	19.2002.081.01	58.868	58.000	24.905	44.860	19.350	17.850	53.550	277.383
IAC	19.2002.082.02	111.250	89.750	32.016	123.174	64.450	34.446	103.338	558.424
IAC	19.2002.082.03	113.632	74.100	33.227	110.263	53.600	30.727	30.727	446.276
IAC	19.2002.083.03	74.138	54.350	31.122	54.878	30.250	20.995	62.985	328.718
IAC	19.2002.084.01	86.380	91.750	33.097	122.453	47.450	27.986	83.958	493.074
IAC	19.2002.084.02	92.408	69.650	33.073	91.637	42.300	25.309	25.309	379.686
IAC	19.2002.084.04	25.200	28.750	11.768	32.882	15.100			113.700
IAC	19.2002.086.01	14.550	7.800	6.244	20.126	7.800	4.675	4.675	65.870
IAC	19.2002.086.02			4.866	26.634	19.170	14.025	14.025	78.720
IAC	19.2002.087.03	49.880	69.550	27.831	98.399	36.650	22.525	67.575	372.410
IAC	19.2002.088.02	82.760	67.550	31.544	80.966	31.050	24.459	73.377	391.706
IAC	19.2002.089.01	11.733	18.050	8.681	21.419	9.050			68.933
IAC	19.2002.089.02		9.100	4.490	26.335	12.150			52.075
IAC	19.2002.090.01		26.450	8.098	22.502	12.493	6.991	6.991	83.525
IAC	19.2002.124.01	16.425	13.750	3.356	28.924	9.800			72.255
IAC	19.2002.128.02	25.020	11.600	6.554	26.046	14.800	8.500	8.500	101.020
IAC	19.2002.130.01				15.000	9.640	6.375	12.750	43.765
IAC	19.2002.171.03		39.750	15.684	31.556	13.944	8.432	8.432	117.798
IAC	19.2002.171.04		34.400	16.309	21.211	10.570	8.848	8.848	100.186
IAC	19.2002.311.01	64.700	33.300	20.166	21.584	12.353			152.103
IAC	19.2002.311.04			11.080	18.520	8.160			37.760
IAC	19.2002.316.01	48.350	36.300	22.380	34.625	15.130	10.680	10.680	178.145
IAC	19.2002.317.01	32.200	32.750	20.040	35.190	15.280			135.460
IAC	19.2002.472.02						40.000		40.000
IAC	19.2002.563.03			2.960	23.590	13.675			40.225
IAC	19.2002.564.02					19.000	8.500	23.374	50.874

Continua...

Quadro 20 – Continuação.

Instituição	Nº do subprojeto	Valor anual (R$)							Valor total (R$)
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
IAC	19.2003.092.01						7.500	24.434	31.934
IAC	19.2003.092.04						3.750	13.184	16.934
IAC	19.2003.093.02						5.000	15.000	20.000
IAC	19.2003.094.02						5.000	15.000	20.000
IAC	19.2003.095.02						7.500	22.500	30.000
IAC	19.2003.570.01						13.750	41.250	55.000
IAC	19.2003.572.02						10.000	30.000	40.000
IAC	TOTAL								9.170.654
IAL	19.1999.366.02		66.800	16.300	5.790				88.890
IAL	19.2000.384.02			52.000	32.900	32.900			117.800
IAL	19.2000.387.01			16.650					16.650
IAL	TOTAL								223.340
Iapar	19.1998.004.01	38.775	61.420						100.195
Iapar	19.1998.103.06		14.970	5.755	28.155				48.880
Iapar	19.1998.105.12			5.630	17.800	9.285			32.715
Iapar	19.1998.111.02	23.816	15.070	1.207	21.173				61.266
Iapar	19.1998.111.12	75.820	21.080	5.078	4.922				106.900
Iapar	19.1998.155.03	16.261	28.550	3.762	6.978				55.551
Iapar	19.1998.157.03	11.445	31.400	18.262	30.578				91.685
Iapar	19.1998.202.01	44.407	21.200	3.141	4.659				73.407
Iapar	19.1998.202.04	141.805	33.400	13.011	10.889				199.105
Iapar	19.1998.202.05	695.410	19.040	7.412	7.528				729.390
Iapar	19.1998.205.03	19.959	28.060	5.041	6.939				59.999
Iapar	19.1998.450.03	75.917							75.917
Iapar	19.1998.450.08	85.807							85.807
Iapar	19.1998.601.02	128.491							128.491
Iapar	19.1999.007.02		45.850	29.516	39.608	24.500			139.474
Iapar	19.1999.061.02		48.300	16.194	26.234	22.500			113.228
Iapar	19.1999.076.02		60.500	27.090	40.581				128.171
Iapar	19.1999.076.03		26.580						26.580
Iapar	19.1999.078.01		61.070	20.352	32.520	16.280			130.222
Iapar	19.1999.078.02		27.280	6.847	25.268				59.395
Iapar	19.1999.451.03		48.330	19.612	7.253				75.195
Iapar	19.2000.009.01			4.261	26.229	9.350			39.840
Iapar	19.2000.113.02			4.778	11.597	6.800			23.175
Iapar	19.2000.206.05			18.876	28.724	5.816			53.416
Iapar	19.2000.213.04			24.377	13.173	5.300			42.850
Iapar	19.2000.551.01			15.345	32.145	11.715			59.205
Iapar	19.2000.602.08			440.500					440.500
Iapar	19.2001.463.01				60.500				60.500
Iapar	19.2002.013.02		15.680	22.538	25.092	9.325	5.812	17.436	95.883
Iapar	19.2002.014.02						15.300	45.900	61.200
Iapar	19.2002.082.04		34.910	26.941	74.644	26.830	21.764	65.292	250.381
Iapar	19.2002.083.01		28.880	17.527	49.153	25.185	13.857	13.857	148.459
Iapar	19.2002.122.03		26.100	5.999	37.556	9.240	4.675	4.675	88.245
Iapar	19.2002.127.02		12.570	4.492	21.448	8.500	4.675	14.025	65.710
Iapar	19.2002.171.02		56.340	14.606	45.274	14.700	8.882	8.882	148.684
Iapar	19.2002.174.02			5.876	15.024	5.250	2.911	2.911	31.972
Iapar	19.2002.174.03			7.437	11.473	7.890	4.590	4.590	35.980
Iapar	19.2002.262.01		78.690	49.372	88.418	26.040	17.994	53.982	314.496
Iapar	19.2002.264.01		17.430	10.655	41.915	4.915	7.735	23.205	105.855
Iapar	19.2002.472.04						29.500		29.500
Iapar	19.2002.566.01					22.500	10.625	31.334	64.459
Iapar	19.2002.567.02					24.740	10.625	31.875	67.240

Continua...

Quadro 20 – Continuação.

Instituição	Nº do subprojeto	Valor anual (R$)							Valor total (R$)
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
Iapar	19.2003.093.04						10.996	32.986	43.982
Iapar	19.2003.094.01						11.200	33.600	44.800
Iapar	19.2003.177.03						8.000	24.000	32.000
Iapar	19.2003.178.04						5.900	20.900	26.800
Iapar	TOTAL							4.896.705	4.896.705
IB	19.2000.206.01			24.500	12.880				37.380
IB	19.2000.206.02			24.500	7.050				31.550
IB	19.2000.210.03			19.200	32.414				51.614
IB	19.2000.602.09			54.563					54.563
IB	19.2002.171.06			34.340	5.870	7.550			47.760
IB	19.2002.173.02	41.479	52.000	20.900	8.950	6.920			130.249
IB	19.2002.222.03			17.175	31.352	11.580			60.107
IB	19.2002.222.04			23.780	17.370	8.800			49.950
IB	19.2002.225.02			13.482	14.747	9.510			37.739
IB	19.2002.226.01			17.560	17.428	13.700			48.688
IB	19.2003.218.05						6.683	20.049	26.732
IB	19.2003.218.06						2.215	6.645	8.860
IB	TOTAL								585.192
IEA	19.1998.401.26			22.835					22.835
IEA	19.1998.402.07	35.203							35.203
IEA	19.1998.404.02		42.952						42.952
IEA	19.2000.406.04			19.635					19.635
IEA	19.2000.407.01			22.500					22.500
IEA	19.2000.602.10			32.040					32.040
IEA	TOTAL								175.165
IMA	19.2001.458.01				17.736				17.736
IMA	TOTAL								17.736
Incaper	19.1998.054.04	11.718	6.742	5.714	23.958	10.952			59.084
Incaper	19.1998.103.20	10.685							10.685
Incaper	19.1998.103.21	6.985							6.985
Incaper	19.1998.104.04	25.000	20.000	6.152	9.142				60.294
Incaper	19.1998.104.06	19.788							19.788
Incaper	19.1998.104.07	19.904	5.987	3.919	14.328	7.800			51.938
Incaper	19.1998.104.09	25.000	17.000	4.277	4.655				50.932
Incaper	19.1998.105.09	21.388	13.757	3.088	13.528	7.800			59.561
Incaper	19.1998.108.04	18.220	12.405	6.535	22.923	7.118			67.201
Incaper	19.1998.110.20		6.858	2.354	3.646				12.858
Incaper	19.1998.110.21		3.157	1.581	1.603				6.341
Incaper	19.1998.202.06	34.856	17.428						52.284
Incaper	19.1998.202.08	9.350	3.191	1.511	2.419				16.471
Incaper	19.1998.202.09	7.074	2.899						9.973
Incaper	19.1998.203.01	5.000	7.757						12.757
Incaper	19.1998.251.21		16.288						16.288
Incaper	19.1998.252.01	41.474	12.335	8.154	4.784				66.747
Incaper	19.1998.252.02	3.492	3.116	1.462	2.224				10.294
Incaper	19.1998.252.05	3.309	2.996	1.238	2.380				9.923
Incaper	19.1998.254.01	33.235	19.987	5.071	18.479				76.772
Incaper	19.1998.354.06			36.166	48.568	19.502			104.236
Incaper	19.1998.401.31			4.638	2.362				7.000
Incaper	19.1998.450.02	145.175							145.175
Incaper	19.1998.601.01	498.495							498.495
Incaper	19.1999.075.04		23.265	10.233	6.767				40.265
Incaper	19.1999.076.01		73.580	11.984	28.288				113.852
Incaper	19.1999.077.02		27.929	5.598	4.402				37.929

Continua...

Quadro 20 – Continuação.

Instituição	Nº do subprojeto	Valor anual (R$)							Valor total (R$)
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
Incaper	19.1999.455.01		62.507	53.909	43.091				159.507
Incaper	19.1999.455.02		141.376	29.981	38.019				209.376
Incaper	19.1999.455.03			4.451	6.549				11.000
Incaper	19.1999.455.04		52.392						52.392
Incaper	19.1999.455.05			14.203	13.785				27.988
Incaper	19.2000.209.01			7.457	27.351	7.476			42.284
Incaper	19.2000.209.02			6.256	14.649	6.000			26.905
Incaper	19.2000.406.01			8.891	5.109				14.000
Incaper	19.2000.406.02			9.980	5.030				15.010
Incaper	19.2000.602.06			431.515					431.515
Incaper	19.2000.602.11			72.485					72.485
Incaper	19.2001.460.01				19.228				19.228
Incaper	19.2001.460.02				83.124				83.124
Incaper	19.2001.460.04				17.296				17.296
Incaper	19.2002.084.03	22.153							22.153
Incaper	19.2002.084.03		20.262	8.771	23.648	10.995	6.736	20.208	90.620
Incaper	19.2002.085.03			4.213	19.003	18.620	11.345	11.345	64.526
Incaper	19.2002.087.01	46.876							46.876
Incaper	19.2002.087.01		49.178	33.484	63.386	27.000	13.217	39.651	225.916
Incaper	19.2002.087.02	19.031							19.031
Incaper	19.2002.087.02		30.940	15.063	33.805	15.406	9.489	9.489	114.192
Incaper	19.2002.088.01	32.581							32.581
Incaper	19.2002.088.01		26.158	9.562	25.921	19.360	10.624	31.872	123.497
Incaper	19.2002.123.02		9.370	5.939	45.985	9.742	5.525	5.525	82.086
Incaper	19.2002.261.01	13.977	4.894	1.659	10.341	6.018	3.774	3.774	44.437
Incaper	19.2002.261.02			9.670	16.090	6.196	3.722	3.722	39.400
Incaper	19.2002.264.02	39.385	14.916	10.929	15.451	8.301	4.339	12.839	106.160
Incaper	19.2002.312.01	49.848	8.330	13.935	26.247	13.052	7.204	7.204	125.820
Incaper	19.2002.312.05			18.048	12.529	7.077	3.741	11.223	52.618
Incaper	19.2002.314.06			8.659	18.401	8.220	5.525	5.525	46.330
Incaper	19.2002.472.03						42.000		42.000
Incaper	19.2003.093.03						7.940	23.780	31.720
Incaper	19.2003.093.05						7.473	22.419	29.892
Incaper	19.2003.094.03						7.690	23.070	30.760
Incaper	19.2003.095.01						6.949	20.800	27.749
Incaper	19.2003.095.04						5.108	15.218	20.326
Incaper	19.2003.216.02						5.044	15.132	20.176
Incaper	19.2003.216.04						4.012	12.036	16.048
Incaper	19.2003.267.04						9.264	27.793	37.057
Incaper	19.2003.519.02						6.244	18.732	24.976
Incaper	19.2003.574.03						6.915	20.745	27.660
Incaper	TOTAL								4.350.845
Ital	19.1998.353.11		17.243	6.470					23.713
Ital	19.1998.354.03	5.000	76.000						81.000
Ital	19.1998.360.01	134.500	74.100						208.600
Ital	19.1998.360.02	10.000	34.580						44.580
Ital	19.1998.360.03			27.500					27.500
Ital	19.1998.361.01	21.000	24.000						45.000
Ital	19.1998.361.02	0	81.385	33.740	13.440				128.565
Ital	19.1998.362.01	24.100	29.750						53.850
Ital	19.1998.362.02	16.550	60.680						77.230
Ital	19.1998.362.03	18.200	19.712						37.912
Ital	19.1998.362.04	25.000	28.550						53.550
Ital	19.1999.367.02		29.000	3.500					32.500

Continua...

Quadro 20 – Continuação.

Instituição	Nº do subprojeto	Valor anual (R$)							Valor total (R$)
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
Ital	19.2000.381.03			37.500	7.500				45.000
Ital	19.2000.382.01			32.100					32.100
Ital	19.2000.382.02				11.621				11.621
Ital	19.2000.383.01			18.734	10.010				28.744
Ital	19.2000.383.02			4.500	8.500				13.000
Ital	19.2002.511.02				29.200	30.000			59.200
Ital	19.2003.394.03						17.500	52.500	70.000
Ital	TOTAL								1.073.665
Mapa/Decaf	19.2003.519.03						6.100	18.300	24.400
Mapa/Decaf	TOTAL								24.400
Mapa/DFAMG	19.1998.354.01	148.400	38.900	89.500					276.800
Mapa/DFAMG	19.1998.354.07			400.000	309.398				709.398
Mapa/DFAMG	19.2000.501.01			5.392	9.700	42.622			57.714
Mapa/DFAMG	19.2000.501.02			30.000	104.600	49.620			184.220
Mapa/DFAMG	19.2003.515.03						4.740	14.220	18.960
Mapa/DFAMG	TOTAL								1.247.092
Mapa/Sarc	19.1998.106.15	6.576	11.500	3.500	18.190				39.766
Mapa/Sarc	19.1998.109.22	18.400	13.500	4.500	4.500				40.900
Mapa/Sarc	19.1998.110.01	4.085	13.000	3.000	2.000				22.085
Mapa/Sarc	19.1998.110.14	8.000	14.000	3.000	22.955	2.030			49.985
Mapa/Sarc	19.1998.110.27		21.900	2.000	1.000				24.900
Mapa/Sarc	19.1998.110.28		13.000	2.000	2.000				17.000
Mapa/Sarc	19.1998.112.23			2.400	2.400				4.800
Mapa/Sarc	19.1998.153.05	38.000							38.000
Mapa/Sarc	19.1998.156.02	16.250							16.250
Mapa/Sarc	19.1998.203.03	26.500	14.000						40.500
Mapa/Sarc	19.1998.252.14	31.500	14.300	8.700	20.856	6.992			82.348
Mapa/Sarc	19.1998.252.15	36.900	12.500	8.000	8.000				65.400
Mapa/Sarc	19.1998.252.16	30.000	20.000	8.750	18.080	5.986			82.816
Mapa/Sarc	19.1998.252.18	31.600	26.760						58.360
Mapa/Sarc	19.1998.252.19	22.900	22.800						45.700
Mapa/Sarc	19.1998.252.20	23.700	26.680						50.380
Mapa/Sarc	19.1998.604.00	33.900							33.900
Mapa/Sarc	19.2000.303.03			14.879	12.491	9.610			36.980
Mapa/Sarc	19.2000.305.03			16.849	14.831	7.420			39.100
Mapa/Sarc	19.2002.081.02	24.300	32.600	21.350	35.186	5.892	8.499	8.499	136.326
Mapa/Sarc	19.2002.082.06	55.000	67.579	15.675	34.650	8.310	21.249	63.747	266.210
Mapa/Sarc	19.2002.313.04	20.150		9.729	12.291	10.350			52.520
Mapa/Sarc	19.2003.092.05						9.505	30.332	39.837
Mapa/Sarc	19.2003.095.03						13.065	39.195	52.260
Mapa/Sarc	19.2003.133.02							22.480	22.480
Mapa/Sarc	19.2003.319.03						7.500	23.624	31.124
Mapa/Sarc	19.2003.321.04						9.900	9.900	19.800
Mapa/Sarc	19.2003.321.04							20.322	20.322
Mapa/Sarc	TOTAL								1.430.049
Ocepar	19.1999.451.02		36.000	44.000					80.000
Ocepar	TOTAL								80.000
Pesagro	19.1998.104.05	20.000	12.063	6.845					38.908
Pesagro	19.1998.450.01	83.008							83.008
Pesagro	19.1999.454.01		14.963	12.200					27.163
Pesagro	19.2001.464.01				12.921				12.921
Pesagro	19.2002.263.04	14.186	9.074	4.750	5.425	3.113	2.592	7.776	46.916
Pesagro	19.2003.178.01						3.889	3.889	7.778
Pesagro	TOTAL								216.694

Continua...

Quadro 20 – Continuação.

Instituição	Nº do subprojeto	Valor anual (R$)							Valor total (R$)
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
SAA-PR/Deral	19.2000.406.05			17.920					17.920
SAA-PR/Deral	TOTAL								17.920
SAPC	19.1998.601.08	1.266.000	1.510.000	1.800.000	140.000				4.716.000
SAPC	19.1998.601.10		787.219						787.219
SAPC	19.1998.650.01	227.888		315.004	1.236.932	250.000	152.155		2.181.979
SAPC	19.2000.602.05			408.747					408.747
SAPC	19.2001.603.01				502.800				502.800
SAPC	19.2001.611.01					820.000			820.000
SAPC	19.2001.611.02				1.570.000	1.000.000	800.000		3.370.000
SAPC	19.2002.565.01					5.000	7.500	22.500	35.000
SAPC	19.2002.568.01					23.000	10.625	31.875	65.500
SAPC	19.2002.611.02							1.200.000	1.200.000
SAPC	19.2003.218.03						7.590	22.770	30.360
SAPC	19.2003.411.01						7.500	7.500	15.000
SAPC	19.2003.411.02						17.500	17.500	35.000
SAPC	19.2003.514.02						1.970	5.910	7.880
SAPC	19.2003.516.02						2.450	7.350	9.800
SAPC	19.2003.569.01						22.500	57.741	80.241
SAPC	19.2003.574.01						7.250	26.750	34.000
SAPC	19.2003.612.01						179.889	45.589	225.478
SAPC	19.2003.613.01						400.000		400.000
SAPC	19.2003.614.01							220.000	220.000
SAPC	19.2004.615.01							370.800	370.800
SAPC	19.2004.615.02							150.000	150.000
SAPC	19.2004.615.03							853.086	853.086
SAPC	19.2004.653.01							83.126	83.126
SAPC	19.2005.616.01							207.000	207.000
SAPC	TOTAL								16.809.016
UCB	19.2003.573.02						8.000	30.000	38.000
UCB	TOTAL								38.000
UEL	19.1999.076.04		35.000	20.600	10.800				66.400
UEL	19.2000.213.01			22.865	8.350	3.670			34.885
UEL	TOTAL								101.285
UEM	19.1998.051.10	18.666	14.000	11.000					43.666
UEM	TOTAL								43.666
Uenf	19.1998.301.06		38.800	31.500	8.500	5.920			84.720
Uenf	19.2002.317.02						3.612	10.836	14.448
Uenf	19.2003.178.02						4.083	10.323	14.406
Uenf	19.2003.178.03						2.068	5.198	7.266
Uenf	19.2003.319.04						3.500	5.808	9.308
Uenf	19.2003.320.03						3.395	10.185	13.580
Uenf	TOTAL								143.728
Uesb	19.1998.155.05	18.764	33.304	10.339					62.407
Uesb	19.1998.155.09				7.008				7.008
Uesb	19.2000.602.14			57.000					57.000
Uesb	19.2002.131.04				75.985	5.800	3.660	3.660	89.105
Uesb	19.2002.174.01			10.000	5.320	5.350	3.081	3.081	26.832
Uesb	19.2002.224.03				4.519	4.844			9.363
Uesb	19.2002.264.03				1.952	2.832	2.106	6.318	13.208
Uesb	19.2002.264.04				13.166		2.696	8.088	23.950
Uesb	19.2003.177.02						4.200	12.600	16.800
Uesb	TOTAL								305.673
Ufes	19.2001.460.05				12.946				12.946
Ufes	TOTAL								12.946

Continua...

Quadro 20 – Continuação.

Instituição	Nº do subprojeto	Valor anual (R$)							Valor total (R$)
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
UFG	19.1998.401.29			18.000					18.000
UFG	19.1998.401.32			9.180					9.180
UFG	19.2002.314.03			16.040	10.438	5.300	3.527	3.527	38.832
UFG	19.2002.314.05				6.245	3.085	2.938	8.814	21.082
UFG	TOTAL								87.094
Ufla	19.1998.006.03	37.998	10.481	5.974	16.646	5.575			76.674
Ufla	19.1998.056.01	67.500	16.479						83.979
Ufla	19.1998.104.01	13.570	5.144	2.600	3.210				24.524
Ufla	19.1998.107.13	20.860	4.286	3.187	603				28.936
Ufla	19.1998.107.14		2.376	1.704	10.797				14.877
Ufla	19.1998.112.08	11.500	9.119	1.517	6.567				28.703
Ufla	19.1998.112.24		6.103	2.428	572				9.103
Ufla	19.1998.151.01	28.010	23.221	10.964	25.374				87.569
Ufla	19.1998.151.01	0							0
Ufla	19.1998.155.01	136.524	41.354	14.060	29.441	15.182			236.561
Ufla	19.1998.157.01	20.000	36.564	17.889	18.095				92.548
Ufla	19.1998.202.07	8.000	6.857						14.857
Ufla	19.1998.252.09	18.441	7.749	2.423	8.057	2.695			39.365
Ufla	19.1998.252.21			12.060	14.940				27.000
Ufla	19.1998.253.01	80.000	48.237	25.675	20.774				174.686
Ufla	19.1998.254.03	6.000	7.938						13.938
Ufla	19.1998.254.04	20.173							20.173
Ufla	19.1998.255.02	12.710	8.374						21.084
Ufla	19.1998.301.10	53.450	12.417	5.707	37.576	14.397			123.547
Ufla	19.1998.301.11	35.544	1.714	7.248	16.049	3.852			64.407
Ufla	19.1998.301.21		18.566						18.566
Ufla	19.1998.351.01	63.045							63.045
Ufla	19.1998.353.01	14.400	28.996						43.396
Ufla	19.1998.353.03		38.651	9.271	23.159				71.081
Ufla	19.1998.353.12		24.917						24.917
Ufla	19.1998.354.04	60.187	31.323	1.962	538				94.010
Ufla	19.1998.401.12	19.100							19.100
Ufla	19.1998.401.13	21.140							21.140
Ufla	19.1998.402.05	21.100							21.100
Ufla	19.1998.404.03	17.825							17.825
Ufla	19.1998.601.06	286.955							286.955
Ufla	19.1999.077.04			20.651	29.197	13.596			63.444
Ufla	19.1999.160.02		9.588	7.118	16.938				33.644
Ufla	19.1999.453.02		64.629	25.229	49.832				139.690
Ufla	19.2000.113.03			4.435	1.065				5.500
Ufla	19.2000.114.01				7.500				7.500
Ufla	19.2000.114.02				7.500				7.500
Ufla	19.2000.114.03				7.500				7.500
Ufla	19.2000.161.01			11.583	10.057	3.716			25.356
Ufla	19.2000.161.02			2.396	4.594	3.080			10.070
Ufla	19.2000.162.01			2.936	12.241	5.338			20.515
Ufla	19.2000.162.02			4.024	16.851	6.270			27.145
Ufla	19.2000.213.03			9.476	9.114	2.982			21.572
Ufla	19.2000.214.01			6.005	4.447				10.452
Ufla	19.2000.214.02			7.282	12.302				19.584
Ufla	19.2000.258.01			3.685	18.427	3.900			26.012
Ufla	19.2000.384.04			29.125	20.777	20.608			70.510
Ufla	19.2000.385.01			6.360	17.140				23.500
Ufla	19.2000.386.01			7.347	10.883				18.230

Continua...

Quadro 20 – Continuação.

Instituição	Nº do subprojeto	Valor anual (R$)							Valor total (R$)
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
Ufla	19.2000.386.02			7.412	5.788				13.200
Ufla	19.2000.408.01			11.525	3.475				15.000
Ufla	19.2000.408.02			8.401	2.599				11.000
Ufla	19.2000.503.01			5.530	11.745				17.275
Ufla	19.2000.504.03			2.186	2.764				4.950
Ufla	19.2000.505.01			8.501	10.739				19.240
Ufla	19.2000.508.01			5.433	5.887				11.320
Ufla	19.2000.508.02			14.400	13.964				28.364
Ufla	19.2000.508.03			4.703	10.597				15.300
Ufla	19.2000.508.05			7.526	9.960				17.486
Ufla	19.2000.602.04			379.000					379.000
Ufla	19.2000.602.15			165.000					165.000
Ufla	19.2001.458.05				97.760				97.760
Ufla	19.2002.125.05		20.800	9.500	7.360	5.060	3.935	3.935	50.590
Ufla	19.2002.131.01				5.000	4.000	2.550	2.550	14.100
Ufla	19.2002.131.02				5.000	4.000	2.550	2.550	14.100
Ufla	19.2002.171.01			12.311	31.949	9.580	5.861	5.861	65.562
Ufla	19.2002.172.03			11.373	21.976	10.213	5.097	5.097	53.756
Ufla	19.2002.173.01						11.390	34.170	45.560
Ufla	19.2002.263.02	33.035	5.472	3.021	6.289	1.746	742	742	51.047
Ufla	19.2002.263.03	11.421	6.483	3.450	23.272	5.190	3.396	10.188	63.400
Ufla	19.2002.312.03	36.619	8.259	11.472	43.192	12.054	7.843	7.843	127.282
Ufla	19.2002.313.02				9.632	6.612	4.091	12.273	32.608
Ufla	19.2002.316.02		32.215	23.701	29.411	10.499	5.989	17.967	119.782
Ufla	19.2002.317.05	27.144	2.488	4.748	24.067	10.350	6.332	6.332	81.461
Ufla	19.2002.565.02					14.000	2.500	7.500	24.000
Ufla	19.2003.133.03						4.960	14.880	19.840
Ufla	19.2003.177.01						6.810	20.431	27.241
Ufla	19.2003.216.01						5.350	16.050	21.400
Ufla	19.2003.216.05						2.760	8.280	11.040
Ufla	19.2003.216.06						1.460	4.380	5.840
Ufla	19.2003.319.01						2.799	10.087	12.886
Ufla	19.2003.319.02						2.636	9.786	12.422
Ufla	19.2003.516.01						3.130	9.390	12.520
Ufla	19.2003.517.02						3.602	10.806	14.408
Ufla	19.2003.519.04						6.099	21.899	27.998
Ufla	TOTAL								4.105.128
UFMG	19.2003.217.04						2.000	6.000	8.000
UFMG	TOTAL								8.000
UFPR	19.1999.079.01		44.100	24.000					68.100
UFPR	19.1999.079.02		85.500	16.000					101.500
UFPR	19.2002.564.04					19.000	8.500	23.374	50.874
UFPR	TOTAL								220.474
UFRJ	19.1999.366.04			28.870	4				28.874
UFRJ	19.2000.384.03			24.400	41.530				65.930
UFRJ	19.2003.393.01						20.300	40.600	60.900
UFRJ	19.2003.394.01						26.470	79.310	105.780
UFRJ	TOTAL								261.484
UFU	19.1998.101.06	13.260	21.500	9.510					44.270
UFU	19.1998.152.06		12.461	5.600					18.061
UFU	19.1998.155.08			13.000					13.000
UFU	19.1998.157.02	20.000	33.100	17.000	7.800				77.900
UFU	19.1998.601.09		147.800						147.800
UFU	19.1999.453.04		14.570	15.200					29.770

Continua...

Quadro 20 – Continuação.

Instituição	Nº do subprojeto	Valor anual (R$)							Valor total (R$)
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
UFU	19.2000.303.08			11.510	18.680	7.480			37.670
UFU	19.2000.304.05			2.969					2.969
UFU	19.2000.602.16			55.000					55.000
UFU	19.2001.458.07				17.747				17.747
UFU	19.2002.121.01	49.170	22.584	6.000	13.278	8.370	6.870	20.610	126.882
UFU	19.2002.128.01	41.129	11.830	7.692	22.545	12.459	7.225	7.225	110.105
UFU	19.2002.175.01		21.758	5.600	7.875	6.975	6.152	6.152	54.512
UFU	19.2002.312.04		56.760	18.900	19.080	9.100	6.196	6.196	116.232
UFU	19.2002.313.03			13.200	20.080	10.450	8.534	25.602	77.866
UFU	TOTAL								929.784
UFV	19.1998.001.04	10.170	4.965						15.135
UFV	19.1998.004.03	53.550	11.600						65.150
UFV	19.1998.104.03	27.567	32.856						60.423
UFV	19.1998.109.01			4.736	3.149				7.885
UFV	19.1998.112.22		12.390	1.423	2.177				15.990
UFV	19.1998.152.07		31.225	3.703	27.693				62.621
UFV	19.1998.153.03		40.890	2.271	12.659	3.320			59.140
UFV	19.1998.153.06			7.055	11.225	3.521			21.801
UFV	19.1998.155.06	28.260	15.355						43.615
UFV	19.1998.201.01	60.050	15.400						75.450
UFV	19.1998.201.02	26.983	18.952						45.935
UFV	19.1998.201.03	33.730	30.175						63.905
UFV	19.1998.201.05		9.275						9.275
UFV	19.1998.201.06		14.560	6.833	9.027				30.420
UFV	19.1998.201.07		7.310						7.310
UFV	19.1998.201.09		20.250	703	297				21.250
UFV	19.1998.201.10		23.425						23.425
UFV	19.1998.202.10		29.345						29.345
UFV	19.1998.202.11		22.085						22.085
UFV	19.1998.301.08	143.580	23.575	23.962	35.428	20.139			246.684
UFV	19.1998.301.22		36.805	20.704	28.396	13.600			99.505
UFV	19.1998.351.02	96.690							96.690
UFV	19.1998.352.01	79.615							79.615
UFV	19.1998.352.02	58.270							58.270
UFV	19.1998.353.05	17.986							17.986
UFV	19.1998.401.09	93.000							93.000
UFV	19.1998.401.11	17.030							17.030
UFV	19.1998.401.16		31.680						31.680
UFV	19.1998.401.17		69.220	28.424	13.576				111.220
UFV	19.1998.401.18		71.865	31.285	14.154				117.304
UFV	19.1998.401.22			9.771	15.229				25.000
UFV	19.1998.402.01	26.300							26.300
UFV	19.1998.402.02	57.210							57.210
UFV	19.1998.403.05		25.890						25.890
UFV	19.1998.404.01	60.500							60.500
UFV	19.1998.601.07	120.190	336.590						456.780
UFV	19.1999.075.03		60.265	11.910	20.390	9.750			102.315
UFV	19.1999.076.07		81.930	21.222	54.128	13.390			170.670
UFV	19.1999.076.08		30.540	10.898	9.382				50.820
UFV	19.1999.077.01		70.096	6.712	3.288				80.096
UFV	19.1999.368.01		25.362						25.362
UFV	19.1999.368.02		27.894						27.894
UFV	19.1999.368.03		23.065						23.065
UFV	19.1999.370.01		66.395						66.395

Continua...

Quadro 20 – Continuação.

Instituição	Nº do subprojeto	Valor anual (R$)							Valor total (R$)
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
UFV	19.1999.370.02		13.935						13.935
UFV	19.1999.370.03		28.840						28.840
UFV	19.1999.380.01		21.485						21.485
UFV	19.1999.380.02		14.000						14.000
UFV	19.1999.380.03		18.850						18.850
UFV	19.1999.380.04		21.360						21.360
UFV	19.1999.453.03		52.050	19.252	30.988				102.290
UFV	19.1999.453.05				30.000				30.000
UFV	19.2000.009.03			6.178	3.922				10.100
UFV	19.2000.206.03			13.853	9.877	3.295			27.025
UFV	19.2000.206.04			13.853	8.557	3.295			25.705
UFV	19.2000.207.03			2.796	3.024				5.820
UFV	19.2000.210.02			13.208	3.792				17.000
UFV	19.2000.212.01			9.098	21.362	8.380			38.840
UFV	19.2000.212.02			7.760	5.090	3.450			16.300
UFV	19.2000.214.04			6.341	11.274				17.615
UFV	19.2000.503.02			10.304	8.019				18.323
UFV	19.2000.503.03			4.651	18.839				23.490
UFV	19.2000.504.01			17.801	20.045				37.846
UFV	19.2000.504.02			3.231	3.769				7.000
UFV	19.2000.505.02			11.393	12.000				23.393
UFV	19.2000.505.04			8.863	10.637				19.500
UFV	19.2000.602.17			203.000					203.000
UFV	19.2001.458.06				89.932				89.932
UFV	19.2001.611.04						350.000		350.000
UFV	19.2002.015.01		37.315	6.502	27.098	12.929	8.627	8.627	101.098
UFV	19.2002.125.02	50.241	4.415	2.278	18.242	13.350	13.445	13.445	115.416
UFV	19.2002.127.01			1.384	12.916	5.400	2.975	2.975	25.650
UFV	19.2002.313.01		18.010	13.302	22.418	12.230	7.641	7.641	81.242
UFV	19.2002.314.04			16.581	24.213	13.219	7.784	7.784	69.581
UFV	19.2002.315.01	127.670	21.840	13.571	33.427	20.385		15.282	232.175
UFV	19.2002.315.02	22.140	16.855	18.173	34.819	19.049	10.835	32.505	154.376
UFV	19.2002.318.01			23.451	23.474	10.140	5.098	15.294	77.457
UFV	19.2002.471.01			49.302	166.349	32.477	22.015	66.045	336.188
UFV	19.2002.564.03					14.500	6.374	21.248	42.122
UFV	19.2003.092.02						4.835		4.835
UFV	19.2003.095.05						3.474	10.422	13.896
UFV	19.2003.095.06						3.960	11.880	15.840
UFV	19.2003.132.01						4.524	17.280	21.804
UFV	19.2003.132.04						580	9.537	10.117
UFV	19.2003.177.04						7.000	21.000	28.000
UFV	19.2003.217.01						3.000	9.000	12.000
UFV	19.2003.217.02						3.000	9.000	12.000
UFV	19.2003.217.03						3.000	9.000	12.000
UFV	19.2003.266.04							28.000	28.000
UFV	19.2003.266.05							40.000	40.000
UFV	19.2003.320.01						6.072	18.217	24.289
UFV	19.2003.320.04						3.645	10.935	14.580
UFV	19.2003.321.01						11.447	34.341	45.788
UFV	19.2003.321.03						9.787	29.361	39.148
UFV	19.2003.514.01						2.900	8.700	11.600
UFV	19.2003.514.03						2.836	8.508	11.344
UFV	19.2003.515.02						5.826	17.467	23.293
UFV	19.2003.518.01						6.625	6.625	13.250

Continua...

Quadro 20 – Continuação.

Instituição	Nº do subprojeto	Valor anual (R$)							Valor total (R$)
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
UFV	19.2003.569.02						12.850	48.850	61.700
UFV	19.2003.571.02						6.685	26.685	33.370
UFV	19.2003.574.02						7.250	21.750	29.000
UFV	TOTAL							5.770.249	5.770.249
Unesp-Botucatu	19.2003.570.02						11.300	33.900	45.200
Unesp-Botucatu	TOTAL								45.200
Unicamp	19.1998.004.05	51.000							51.000
Unicamp	19.2000.009.02			10.000	15.795	12.100			37.895
Unicamp	19.2000.381.01			75.000	7.000				82.000
Unicamp	19.2000.381.02			35.500	7.500				43.000
Unicamp	19.2002.566.02					18.700	10.625	31.875	61.200
Unicamp	19.2003.572.01						10.500	31.000	41.500
Unicamp	TOTAL								316.595
Uniube	19.1998.301.16		15.000	20.076	8.735	7.000			50.811
Uniube	19.2000.602.18			21.000					21.000
Uniube	19.2001.458.02				13.060				13.060
Uniube	19.2002.313.05			10.040	7.490	7.230			24.760
Uniube	19.2002.313.06			14.100	5.708	5.468	4.171	4.171	33.618
Uniube	19.2002.314.01		11.000	18.311	9.780	7.340	7.973	7.973	62.377
Uniube	19.2002.315.05			10.000	10.570	4.840	3.272	3.272	31.954
Uniube	19.2002.316.04			22.000	8.930	8.040	7.051	21.153	67.174
Uniube	19.2002.318.02			29.838	7.274	7.362	5.342	5.342	55.158
Uniube	19.2003.321.02						10.981	32.421	43.402
Uniube	TOTAL								403.314
USP/Esalq	19.2000.215.02			9.540	8.252	6.950	0		24.742
USP/Esalq	TOTAL								24.742
USP/FFCLRP	19.2002.568.02					23.000	10.625	31.875	65.500
USP/FFCLRP	TOTAL								65.500
								Total	68.082.000

Anexo 21

Quadro 21 – Valor total de recursos financeiros aplicados e quantidades anuais de subprojetos iniciados pelos Núcleos de Referência do PNP&D/Café e os respectivos custos unitários desses estudos, no período de 1998 a 2004.

Núcleo	Ano								Valores/núcleo (R$)	Valor unitário (R$)	%
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Total			
Agroclimatologia e fisiologia do cafeeiro	23	9	4	0	0	1	0	37	2.581.958,00	69.782,65	5,52
Biotecnologia aplicada à cadeia agropecuária do café	0	19	5	1	13	13	0	51	4.336.600,00	85.031,37	7,61
Cafeicultura irrigada	12	10	17	3	0	13	0	55	3.679.956,00	66.908,29	8,21
Colheita, pós-colheita e qualidade do café	18	14	16	1	0	18	0	67	3.460.842,00	51.654,36	10,00
Doenças e nematóides do cafeeiro	18	8	14	1	0	10	0	51	3.137.551,00	61.520,61	7,61
Genética e melhoramento do cafeeiro	28	9	3	4	0	20	0	64	8.858.113,00	138.408,02	9,55
Industrialização e qualidade do café	0	4	17	1	0	5	0	27	2.364.636,00	87.579,11	4,03
Manejo da lavoura cafeeira	28	5	7	2	0	12	0	54	3.267.237,00	60.504,39	8,06
Pragas do cafeeiro	17	8	26	1	0	16	0	68	2.269.093,00	33.369,01	10,15
Socioeconomia do café	16	9	17	0	0	2	0	44	1.273.906,00	28.952,41	6,57
Solos e nutrição do cafeeiro	36	31	9	10	0	7	0	93	3.901.569,00	41.952,35	13,88
Transferência e difusão de tecnologia	6	19	4	24	0	6	0	59	4.925.439,00	83.482,02	8,81
Subtotal	202	145	139	48	13	123	0	670	44.056.900,00	65.756,57	100,00
Outros									23.363.100,00		
Total	**202**	**145**	**139**	**48**	**13**	**123**	**0**	**670**	**67.420.000,00**	**100.626,87**	

Fonte: Embrapa Café.
* Coordenação e bolsas.

Anexo 22

Quadro 22 – Valor total de recursos financeiros aplicados e quantidades anuais de subprojetos em andamento, conduzidos pelos Núcleos de Referência do PNP&D/Café, e os respectivos custos unitários desses estudos, no período de 1998 a 2004.

Núcleo	Ano								Valores/núcleo (R$)	Valor unitário (R$)	%
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Total			
Agroclimatologia e fisiologia da cafeeiro	23	19	19	15	14	10	6	106	2.581.958,00	24.358,09	5,75
Biotecnologia aplicada à cadeia agropecuária do café	0	19	23	17	21	26	26	132	4.336.600,00	32.853,03	7,16
Cafeicultura irrigada	12	22	40	42	39	36	22	213	3.679.956,00	17.276,79	11,56
Colheita, pós-colheita e qualidade do café	18	10	22	18	4	18	16	106	3.460.842,00	32.649,45	5,75
Doenças e nematóides do cafeeiro	18	25	37	30	21	22	10	163	3.137.551,00	19.248,78	8,84
Genética e melhoramento do cafeeiro	28	37	38	39	38	46	32	258	8.858.113,00	34.333,77	14,00
Industrialização e qualidade do café	0	22	22	15	4	5	5	73	2.364.636,00	32.392,27	3,96
Manejo da lavoura cafeeira	28	32	30	24	23	28	22	187	3.267.237,00	17.471,86	10,15
Pragas do cafeeiro	17	25	38	27	19	17	17	160	2.269.093,00	14.181,83	8,68
Socioeconomia do café	16	13	20	1	0	2	2	54	1.273.906,00	23.590,85	2,93
Solos e nutrição do cafeeiro	36	67	73	55	43	35	11	320	3.901.569,00	12.192,40	17,36
Transferência e difusão de tecnologia	6	19	20	23	1	1	1	71	4.925.439,00	69.372,38	3,85
Subtotal	202	310	382	306	227	246	170	1843	44.056.900,00	23.904,99	100,00
Outros*									23.363.100,00		
Total	**202**	**310**	**382**	**306**	**227**	**246**	**170**	**1843**	**67.420.000,00**	**36.581,66**	

Fonte: Embrapa Café.
* Coordenação e bolsas.

Anexo 23

EMBRAPA CAFÉ
PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (PNP&D/CAFÉ)

MANUAL DE BOLSAS

Brasília 2002

Introdução

O Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café) é constituído por Projetos Temáticos multidisciplinares e multinstitucionais, concebidos com o objetivo de gerar e transferir conhecimentos e tecnologias que ampliem a competitividade da cadeia produtiva do café brasileiro, contribuam para sua maior sustentabilidade e promovam melhor eqüidade social e econômica.

Assim, o Programa Café instituiu, inicialmente em 1997/1998, dez subprogramas, 47 projetos e 215 subprojetos de P&D que começaram a ser executados em cinco unidades descentralizadas da Embrapa e em 20 instituições convenentes em dez unidades da Federação. Em 1999, foram constituídos os subprogramas de Biotecnologia Aplicada e o de Industrialização e Qualidade do Café, e contratados novos subprojetos de pesquisa, elevando-se a um total de 312.

O número de pesquisadores inicialmente envolvidos com o PNP&D/Café foi de 220 no período 1997/1998. Em 1999, esse número foi de 238. Atualmente, verifica-se um aumento considerável no corpo técnico e científico do Programa. A área de abrangência expandiu-se para 12 campos de conhecimento: Agroclimatologia e Fisiologia do Cafeeiro; Genética e Melhoramento do Cafeeiro; Solos e Nutrição do Cafeeiro; Doenças e Nematóides do Cafeeiro; Pragas do Cafeeiro; Manejo da Lavoura Cafeeira; Cafeicultura Irrigada; Colheita, Pós-Colheita e Qualidade do Café; Transferência e Difusão de Tecnologia; Biotecnologia Aplicada à Cadeia Agroindustrial do Café; Industrialização e Qualidade do Café, acrescido de um subprojeto de Administração de Programas de Ciência e Tecnologia destinado a incorporar recursos novos ao Programa e capacitação de novos profissionais para o Agronegócio Café.

E é neste Programa que você, bolsista, está vinculado juntamente com o seu orientador. Portanto, o sucesso desse Programa também depende de sua motivação e desempenho em cada vez mais desenvolver pesquisas e projetos para o progresso do agronegócio café brasileiro.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Convênio Embrapa Café X Fagro possui um programa de Bolsas no País que visa o desenvolvimento e aperfeiçoamento da cadeia produtiva do Café em várias linhas de pesquisa.

Atualmente este Convênio contempla 3 modalidades distintas de Bolsas, a saber:

- Bolsas de Iniciação Científica: INI.
- Bolsas de Desenvolvimento: DES.
- Bolsas de Administração de Programas de Ciência e Tecnologia: ADM.

A) Duração das Bolsas:

As bolsas terão a duração de 1 ano com apresentação semestral de relatório. Esse relatório será avaliado por uma Comissão de Técnicos que dará parecer acerca das atividades desenvolvidas pelo bolsista e do seu desempenho.

B) Informações ao Candidato/Bolsista:

- É vedado ao bolsista acumular bolsas com outras Instituições de Pesquisa no Brasil ou no Exterior.
- O bolsista não pode ter vínculo empregatício com nenhuma Instituição pública ou privada.
- Os bolsistas deverão dedicar-se às atividades previstas no Plano de Trabalho (Formulário 3), respeitando a carga horária específica para cada modalidade de bolsa.
- Para legitimar a concessão de bolsas, a documentação exigida deverá estar completa e todos os documentos que comprovem o cumprimento das atividades devem ser datados e assinados pelo bolsista e pelo orientador.

C) Informações ao Coordenador:

- A concessão de bolsas está vinculada unicamente a subprojetos ou projetos do PNP&D/Café administrados pela Embrapa Café,

- As bolsas somente serão concedidas sob responsabilidade de um coordenador, que, obrigatoriamente seja responsável por subprojetos do PNP&D/Café e tenha vínculo empregatício com a Instituição que acolherá o bolsista.
- Não serão concedidas bolsas, de qualquer modalidade, nas situações em que o coordenador tenha relação de parentesco de primeiro ou segundo grau com o candidato.
- O coordenador assinará juntamente com o bolsista, o Termo de Concessão de Bolsa e demais documentos pertinentes, encaminhando-os à Supervisão de Bolsas da Embrapa Café dentro do prazo estipulado.
- Em toda e qualquer publicação ou manifestações públicas baseadas em atividades desenvolvidas ou em resultados, ainda que parciais, de subprojetos apoiados por este Programa de Bolsas, os beneficiários se obrigam a fazer referência expressa e destacada ao apoio recebido, do PNP&D/Café.
- O número de bolsas, de qualquer modalidade passível de ser concedida em um dado subprojeto de pesquisa, não será superior a 2 (duas) bolsas. Somente em casos excepcionais e plena justificativa da Gerência Técnica da Embrapa Café, o Convênio Embrapa Café X Fagro concederá bolsas além desse limite, para um dado subprojeto.
- O conjunto de participações do Coordenador nas atividades do PNP&D/Café será levado em consideração para a Concessão de Bolsas.

D) Como se informar:

Todas as informações acerca de bolsas como calendário, documentação necessária para se candidatar a uma bolsa, documentação para renovação de bolsa, lista de aprovados, formulários e o próprio Manual são encontrados na homepage da Embrapa Café – www.embrapa.br/café/.

O usuário encontrará no "calendário" as informações sobre as datas para solicitações de bolsa, renovação, período de análise e mês de divulgação dos resultados.

E) Documentação Necessária para Solicitação de Bolsa Nova:

- Carta de Solicitação de Concessão de Bolsa;
- Formulário 1 (Dados do Candidato à Bolsa);
- Formulário 2 (Dados do Coordenador);
- Formulário 3 (Plano de Trabalho – assinado pelo Coordenador, pelo Representante Institucional e pelo Candidato à Bolsa);
- Curriculum Vitae do Coordenador;
- Curriculum Vitae do Candidato à Bolsa;
- Declaração de Vínculo do Coordenador;
- Declaração de Não Vínculo do Candidato à Bolsa;
- Xerox do CPF, RG e Comprovante de Residência do Candidato à Bolsa;
- Histórico Escolar do Candidato à Bolsa de Iniciação Científica.

P.S.: Não serão recebidas as solicitações que ocorrerem fora dos prazos estipulados.

F) Documentação Necessária para solicitação de renovação de bolsa:

A renovação deverá ser solicitada 30 dias antes do término da bolsa anterior.

- Carta de Solicitação de Renovação de Bolsa;
- Formulário 3 (Plano de Trabalho, do novo período de bolsa, assinado pelo Coordenador, Representante Institucional e Bolsista);
- Relatório Parcial das atividades realizadas pelo bolsista, assinado pelo Coordenador e pelo bolsista: encaminhado através do Formulário próprio de Relatório (vide anexo).

P.S.$_1$.: Os bolsistas de Iniciação Científica deverão encaminhar também o Histórico Escolar atualizado.

P.S.$_2$.: No caso de não apresentação do Relatório dentro prazo estipulado, a bolsa ficará suspensa até que o relatório seja enviado a Embrapa Café e submetido a avaliação por uma Comissão Técnica.

G) Processo de Análise e Julgamento:

Os processos serão avaliados por uma Comissão técnica em datas previamente estabelecidas.

Para a concessão de bolsas novas leva-se em consideração a demanda do Subprojeto, a participação do Coordenador nos trabalhos de P&D do Consórcio e o Plano de Trabalho apresentado pelo Candidato à Bolsa.

Para a renovação leva-se também em consideração o Desempenho e o Relatório de Atividades do bolsista. Esse relatório deverá apresentar os resultados obtidos e os comentários devidos ao desenvolvimento do Trabalho em compatibilidade com o Plano de Trabalho apresentado no pedido inicial de bolsa. Juntamente com esse documento é também importante o Plano de Trabalho para o próximo período.

Os processos serão classificados segundo critérios decrescentes de A, B, C e Reprovado (R) e serão implementados nessa ordem de prioridade, na dependência dos recursos disponíveis.

Os Representantes Institucionais e os Coordenadores serão comunicados dos resultados da avaliação, via e-mail ou fax. Além disso, uma lista das bolsas concedidas estará disponível, na homepage da Embrapa Café, na data estabelecida pelo calendário.

H) Pagamento das Bolsas:

Os valores das bolsas são fixados de acordo com a modalidade, o nível de instrução do candidato à bolsa e o Plano de Trabalho.

O valor estabelecido será depositado mensalmente em conta do Bolsista, preferencialmente no Banco do Brasil S.A., até o décimo dia útil do mês ao período aquisitivo.

I) Obrigações dos Bolsistas:

- Executar as atividades programadas, constantes no Plano de Trabalho aprovado.
- O bolsista deverá ressarcir à concedente todo pagamento indevido que lhe for acidentalmente concedido, podendo, a critério do concedente serem deduzidos das mensalidades

posteriores. Caso contrário, serão adotados procedimentos com vistas à cobrança administrativa ou judicial.

- É obrigação do bolsista em conjunto com o Coordenador, avisar imediatamente à Supervisão de Bolsas da Embrapa Café, qualquer modificação no Plano de Trabalho inicial, que estará sujeito a aprovação pelo concedente.
- Emitir relatórios semestrais, devidamente aprovados pelo Coordenador ou pela Instituição junto à qual está desenvolvendo suas pesquisas.
- É obrigação do bolsista remeter o Relatório de Atividades do período trabalhado.
- Desempenhar as atividades previstas no seu Plano de Trabalho, de acordo com a orientação do Coordenador.
- É obrigação do bolsista manter seus dados cadastrais atualizados.

J) Obrigações dos Coordenadores:

- Comunicar imediatamente à Embrapa Café qualquer alteração relativa à mudança ou descontinuidade do Plano de Trabalho ou da própria bolsa.
- O Coordenador responsável pelo Subprojeto compromete-se a participar do desenvolvimento do projeto de maneira contínua e sistemática.
- Comunicar imediatamente à Supervisão de Bolsas da Embrapa Café qualquer modificação de coordenador e/ou bolsista. Caso isso ocorra é necessário o envio de toda a documentação essencial a solicitação de bolsa.
- O Coordenador deverá comunicar imediatamente à Embrapa Café qualquer substituição de bolsista através do Formulário de Cancelamento e Substituição de Bolsa. A substituição, sendo acatada, o Coordenador deverá remeter a documentação completa do novo bolsista para a Embrapa Café, que tomará as atitudes cabíveis.
- O Coordenador deverá solicitar o cancelamento do pagamento ao bolsista que descumprir o Plano de Trabalho, obtiver bolsa

de outras fontes ou não puder se dedicar ao Plano de Trabalho conforme a exigência fixada para a modalidade de bolsa.

K) Obrigações das Instituições que abrigam os bolsistas:

- Fornecer condições para que o bolsista desenvolva, da melhor maneira possível, as atividades acordadas no seu Plano de Trabalho.
- Autorizar o acesso do bolsista aos laboratórios, uso de equipamentos e de todo material necessário para que o mesmo venha a desenvolver sua pesquisa.

L) Acompanhamento e Avaliação:

O desempenho do Coordenador e de seus Bolsistas será acompanhado pela Embrapa Café principalmente através da análise dos relatórios, semestral ou final, das atividades dos Bolsistas.

O relatório semestral deve ser apresentado por ocasião do pedido de renovação da bolsa, que servirá como subsídio ao julgamento. Deve ser encaminhado através do Formulário de Relatório.

O Relatório Final deve ser apresentado até 30 dias após o término da bolsa. Conforme Formulário específico (vide Formulário 04).

A suspensão ou cancelamento da bolsa pode ocorrer a pedido do Coordenador. Deve ser comunicado via preenchimento do Formulário de Cancelamento e, ou, de substituição de Bolsista (vide Formulário 5).

A substituição de bolsista estará condicionada ao envio do relatório final do bolsista que está se desligando do Programa.

É importante que o Bolsista envie a síntese dos principais resultados obtidos com a execução da pesquisa incluindo publicações, teses, etc.

M) Reenquadramento:

Em caso de reenquadramento deve ser solicitado pelo Coordenador, à Supervisão de Bolsas da Embrapa Café, e será concedido mediante a apresentação do Certificado de Conclusão do Curso (graduação, mestrado ou doutorado).

Os reenquadramentos não serão concedidos após 2 meses do início da Concessão da Bolsa.

O reenquadramento será efetivado no mês subsequente ao mês da aprovação.

Informações Específicas

O Programa contempla atualmente três modalidades distintas de bolsa, subdivididas em níveis que correspondem à qualificação acadêmica e, ou, experiência e produção científica do Candidato.

As bolsas são concedidas individualmente a estudantes, profissionais e pesquisadores que satisfaçam os pré-requisitos da modalidade e do nível estabelecido pelo PNP&D/Café.

O Programa fundamenta-se em duas premissas básicas:

- Suporte técnico e administrativo aos trabalhos do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café);
- Incentivo e apoio à formação de recursos humanos qualificados para cadeia produtiva do café.

Modalidades de Bolsa

As modalidades de bolsa disponíveis no âmbito do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café) são as seguintes:

A) Bolsa de Iniciação (INI)

As bolsas de Iniciação destinam-se a estudantes de escola profissionalizante de segundo grau, graduação (terceiro grau) ou Pós-Graduação (mestrado ou doutorado), de acordo com as seguintes modalidades:

INI 01

Destinada a estudantes de escola técnica de segundo grau.

Objetivo: Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de nível médio.

Requisitos para se candidatar:

- Estar regularmente matriculado em escola técnica e apresentar desempenho escolar compatível com a finalidade da bolsa, mediante avaliação do Histórico Escolar e do Curriculum Vitae atualizados;
- Ser selecionado e indicado por Coordenador que possua subprojeto(s) vinculado(s) ao Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café – PNP&D/Café;
- Não ter vínculo empregatício e não acumular bolsas.

INI 02

Destinada a estudantes de graduação (terceiro grau).

Objetivo: Possibilitar ao bolsista a aprendizagem de técnicas e metodologias de pesquisa bem como estimular o desenvolvimento do pensar e do criar cientificamente.

Requisitos para se candidatar:

- Estar regularmente matriculado em curso de graduação e apresentar desempenho acadêmico compatível com a finalidade da bolsa, mediante avaliação do Histórico Escolar e Curriculum Vitae atualizados;
- Ser selecionado e indicado por Coordenador que possua subprojeto(s) vinculado(s) ao Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café – PNP&D/Café;
- Não ter vínculo empregatício e não acumular bolsas.

INI 03

Destinada a estudantes em curso de Mestrado.

Objetivo: Formar recursos humanos de alto nível mediante a participação em programas de pós- graduação "Stricto Sensu" em nível de mestrado, visando atender ao desenvolvimento científico/ tecnológico da cadeia produtiva do Café.

Requisitos para se candidatar:

- Estar regularmente matriculado em curso de pós-graduação;
- Ser relacionado e indicado por Coordenador que possua subprojeto(s) vinculado(s) ao Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café – PNP&D/Café;
- Não ter vínculo empregatício e não acumular bolsas;

INI 04

Destinada a estudantes em curso de Doutorado.

Objetivo: Formar recursos humanos de alto nível mediante a participação em programas de pós- graduação "stricto sensu" em nível de doutorado, visando atender o desenvolvimento científico/ tecnológico da cadeia produtiva do Café.

Requisitos para se candidatar:

- Estar regularmente matriculado no curso de pós- graduação;
- Ser selecionado e indicado por Coordenador que possua subprojeto(s) vinculado(s) ao Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café – PNP&D/Café;
- Não ter vínculo empregatício e não acumular bolsas;

B) Bolsa de Desenvolvimento (DES)

As bolsas de Desenvolvimento destinam-se a técnicos formados, sejam eles de nível médio, superior ou pós- graduados (mestres ou doutores). O tempo de dedicação é de 40 horas semanais. Guardando a proporcionalidade em termos de valor, as bolsas de DES podem ser concedidas para 20 e 30 horas semanais, segundo as seguintes modalidades:

DES 01

Destinada a Técnico de Nível Médio com até 3 anos de atividades profissional.

DES 02

Destinada a Técnico de Nível Médio com 3 a 6 anos de atividade profissional.

DES 03

Destinada a Técnico de Nível Superior com menos de 3 anos de atividade profissional, ou Técnico de Nível Médio com mais de 6 anos de atividade profissional.

DES 04

Destinada a Técnico de Nível Superior com 3 a 6 anos de atividade profissional, ou Técnico de Nível Médio com mais de 6 anos de atividade profissional e 6 anos de experiência em café.

DES 05

Destinada a Técnico Pós-Graduado com menos de 3 anos de título de Mestre, ou Técnico de Nível Superior com mais de 6 anos de atividade profissional e Técnico de Nível Médio com mais de 12 anos de experiência em café.

DES 06

Destinada a Técnico Pós-Graduado com 3 a 6 anos de Mestrado, ou Técnico de Nível Superior com mais de 6 anos de atividade profissional e 6 anos de experiência em café, ou Técnico de Nível Médio com mais de 12 anos em café e que tenha exercido cargo de gerenciamento ou 10 pontos em publicações e qualidade do plano de trabalho e/ou relatórios.

DES 07

Destinada a Técnico Pós-Graduado com menos de 3 anos de título de Doutor, ou com mais de 6 anos de Mestrado, ou Técnico de Nível Superior com mais de 6 anos de atividade profissional e 12 anos de experiência em café.

DES 08

Destinada a Técnico Pós-Graduado com 3 a 6 anos de Doutorado, ou com mais de 6 anos de Mestrado e 6 anos de experiência em café, ou Técnico de Nível Superior com mais de 6 anos de atividade profissional e 12 anos de experiência em café e 10 pontos em publicações e qualidade do plano de trabalho e, ou, relatórios.

DES 09

Destinada a Técnico Pós-Graduado com mais de 6 anos de Doutorado, ou com mais de 6 anos de Mestrado e 12 anos de experiência em café, ou Técnico de Nível Superior com mais de 6 anos de atividade profissional e 12 anos de experiência em café e 20 pontos em publicações e qualidade do plano de trabalho e, ou, relatórios.

DES 10

Destinada a Técnico Pós-Graduado com mais de 6 anos de Doutorado e com 6 anos de experiência em café, ou com mais de 6 anos de Mestrado e 12 anos de experiência em café e 10 pontos em publicações e qualidade do plano de trabalho e, ou, relatórios.

DES 11

Destinada a Técnico Pós-Graduado com mais de 6 anos de Doutorado, 12 anos de experiência em café e 10 pontos em publicações e qualidade do plano de trabalho e, ou, relatório, ou com mais de 6 anos de Mestrado e 12 anos de experiência em café e 20 pontos em publicações e qualidade do plano de trabalho e, ou, relatórios.

DES 12

Destinada a Técnico Pós-Graduado com mais de 6 anos de Doutorado, 12 anos de experiência em café e 20 pontos em publicações e qualidade do plano de trabalho e, ou, relatório.

C) Bolsa de Administração de Programas de Ciência e Tecnologia (ADM)

As bolsas de Administração destinam-se a Técnicos formados, sejam eles de nível médio, superior ou pós-graduados (mestres e doutores). O tempo de dedicação é de 40 horas semanais. O Coordenador deverá ter subprojeto(s) de Administração vinculado(s) à Embrapa Café.

ADM 01

Destinada a Técnico de Nível Médio com menos de 3 anos de atividade profissional.

ADM 02

Destinada a Técnico de Nível Médio com mais de 3 anos de atividade profissional.

ADM 03

Destinada a Técnico de Nível Superior com menos de 3 anos de atividade profissional.

ADM 04

Destinada a Técnico de Nível Superior com mais de 3 anos de atividade profissional.

ADM 05

Destinada a Profissional com Mestrado com experiência profissional.

ADM 06

Destinada a Profissional com Doutorado com experiência profissional.

Formulário 1

FAGRO

FORMULÁRIO 1

DADOS DO CANDIDATO À BOLSA

DO PNP&D/Café

Embrapa Café

1 – DADOS PESSOAIS DO CANDIDATO À BOLSA:		
NOME COMPLETO:		
DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____	SEXO: ( ) MASC. ( ) FEM.	
IDENTIDADE:	ÓRGÃO EMISSOR:	UF:
DATA DE EMISSÃO: ____/____/____	CPF:	
ENDEREÇO RESIDENCIAL:		
BAIRRO:	CIDADE:	UF:
CEP:	DDD:	FONE:
E-MAIL:		

2 – DADOS BANCÁRIOS:		
BANCO:	CIDADE:	UF:
CÓDIGO DA AGÊNCIA:	Nº DA CONTA:	
( ) CONTA CORRENTE	( ) POUPANÇA	

3 – FORMAÇÃO DO CANDIDATO À BOLSA:
☐ ESTUDANTE CURSO TÉCNICO (2º GRAU)
☐ ESTUDANTE GRADUAÇÃO (3º GRAU)
☐ ESTUDANTE DE MESTRADO
☐ ESTUDANTE DE DOUTORADO
☐ TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
☐ GRADUADO
☐ MESTRE
☐ DOUTOR

4 – INFORMAÇÕES SOBRE O SUBPROJETO AO QUAL A BOLSA ESTÁ VINCULADA:
CÓDIGO do SUBPROJETO:
TÍTULO:
COORDENADOR:

5 – INFORMAÇÕES SOBRE A BOLSA:
CARGA HORÁRIA SEMANAL DE DEDICAÇÃO:
MODALIDADE DE BOLSA: ( ) INICIAÇÃO ( ) DESENVOLVIMENTO ( ) ADMINISTRAÇÃO
VIGÊNCIA DA BOLSA: INÍCIO: ____/____/____ TÉRMINO: ____/____/____
NÍVEL: VALOR MENSAL: R$

Formulário 2

FAGRO

FORMULÁRIO 2

DADOS DO COORDENADOR DE BOLSA DO PNP&D/Café

Embrapa Café

1 – DADOS PESSOAIS DO COORDENADOR DA BOLSA:		
NOME COMPLETO:		
DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____	SEXO: ( ) MASC. ( ) FEM.	
IDENTIDADE:	ÓRGÃO EMISSOR:	UF:
DATA DE EMISSÃO: ____/____/____	CPF:	
ENDEREÇO RESIDENCIAL:		
BAIRRO:	CIDADE:	UF:
CEP:	DDD:	FONE:
E-MAIL:		

2 – FORMAÇÃO:
☐ GRADUADO ☐ MESTRE ☐ DOUTOR ☐ OUTRA: _____

3 – INSTITUIÇÃO A QUE PERTENCE:		
NOME DA INSTITUIÇÃO:		
CARGO/FUNÇÃO:		
ENDEREÇO INSTITUCIONAL:		
BAIRRO:	CIDADE:	UF:
CEP:	E-MAIL:	
DDD:	FONE:	FAX:

4 – SUBPROJETO(S) APROVADO(S) PELO PNP&D/CAFÉ EM QUE PARTICIPA:			
CÓDIGO:		PARTICIPAÇÃO(*)	
		MEMBRO	RESPONSÁVEL

(*) Assinale com "X" a alternativa correspondente.

5 – MENCIONAR A(S) ATIVIDADE(S) DE PESQUISA OU DIFUSÃO EM CAFÉ EM QUE PARTICIPA E QUE TENHA SIDO APROVADA(S) EM OUTRO PROGRAMA:			
NOME DA ATIVIDADE	PROGRAMA/INSTITUIÇÃO	PARTICIPAÇÃO(*)	
		MEMBRO	RESPONSÁVEL

(*) Assinale com "X" a alternativa correspondente.

6 – CARACTERIZAÇÃO DA(S) BOLSA(S) SOLICITADA(S):		
SUBPROJETO	NOME DO CANDIDATO DE BOLSA	MODALIDADE

Formulário 3

FAGRO

FORMULÁRIO 3

PLANO DE TRABALHO DO BOLSISTA DO PNP&D/Café

Embrapa Café

1 – DADOS DO SUBPROJETO:
CÓDIGO DO SUBPROJETO:
TÍTULO DO SUBPROJETO:

2 – VIGÊNCIA DA BOLSA:	
INÍCIO: ____/____/____	**TÉRMINO:** ____/____/____

3 – PLANO DE TRABALHO:
INTRODUÇÃO: (Caracterizar a importância e os objetivos do trabalho)

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES: (Descrever as atividades a serem desenvolvidas pelo bolsista no período de vigência, considerando sua compatibilidade com o andamento do subprojeto)

4 – CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES: (por mês)

Meses	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Atividades						
1	☐	☐	☐	☐	☐	☐
2	☐	☐	☐	☐	☐	☐
3	☐	☐	☐	☐	☐	☐
4	☐	☐	☐	☐	☐	☐
5	☐	☐	☐	☐	☐	☐

NOME DA ATIVIDADE:

1)

2)

3)

4)

5)

5 – CONCORDÂNCIA DO REPRESENTANTE INSTITUCIONAL:

NOME:

, ____/____/____ _____

Assinatura do Representante

6 – CONCORDÂNCIA DO COORDENADOR:

NOME:

, ____/____/____ _____

Assinatura do Coordenador

7 – TERMO DE COMPROMISSO DO BOLSISTA:

DECLARO EXPRESSAMENTE CONHECER E CONCORDAR, PARA TODOS OS EFEITOS E CONSEQUÊNCIAS DE DIREITO, COM AS NORMAS GERAIS PARA A CONCESSÃO DE BOLSAS, FIXADAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE E PELO CONCEDENTE, E ASSUMO O COMPROMISSO DE CUMPRI-LAS, DEDICANDO-ME ÀS ATIVIDADES DE PESQUISA E/OU DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, DESCRITA NO PLANO DE TRABALHO DURANTE A VIGÊNCIA DA BOLSA.

NOME:

, ____/____/____ _____

Assinatura do Bolsista

Formulário 4

FAGRO

Embrapa Café

FORMULÁRIO 04
RELATÓRIO SEMESTRAL OU FINAL

MODALIDADE DE BOLSA

☐ ADMINISTRAÇÃO ☐ DESENVOLVIMENTO ☐ INICIAÇÃO

1 – BOLSISTA

NOME:

2 – SUBPROJETO EM QUE O BOLSISTA DESENVOLVEU SUAS ATIVIDADES

CÓDIGO do SUBPROJETO:

COORDENADOR DO SUBPROJETO:

INSTITUIÇÃO EXECUTORA:

INÍCIO: / / **TÉRMINO:** / /

3 – DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES NO PERÍODO (máximo 30 linhas). Descreva os tópicos que foram desenvolvidos durante os meses de vigência da bosa, comparando-os com as atividades propostas em seu Plano de Trabalho.

4 – RESULTADOS OBTIDOS (máximo 30 linhas)
Descreva os resultados obtidos e analise-os em função dos objetivos propostos em seu Plano de Trabalho.

5 – PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA GERADA PELO SUBPROJETO, COM A PARTICIPAÇÃO DO BOLSISTA

Quantificar:

- ☐ Trabalhos apresentados em eventos técnico-científicos
- ☐ Artigos publicados em revistas especializadas
- ☐ Relatórios
- ☐ Outra (especificar)

Listar a referência bibliográfica completa de todos os trabalhos apresentados. Os trabalhos completos devem ser enviados em anexo.

6 – PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS

NOME DO EVENTO	DATA	APRESENTOU TRABALHO?		QUAL?*
		SIM	NÃO	
	___/___/___a___/___/___			
	___/___/___a___/___/___			
	___/___/___a___/___/___			
	___/___/___a___/___/___			

* Cite o número correspondente na lista de referência bibliográfica apresentada anteriormente.

7 – NO GERAL, EM TERMOS DE SUA CAPACITAÇÃO, AMADURECIMENTO E CRESCIMENTO PROFISSIONAL, COMO VOCÊ AVALIA AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS? (A ser respondida pelo Bolsista)

☐ Acima das expectativas ☐ Correspondeu às expectativas ☐ Acrescentou pouco

AVALIE, NUMA ESCALA DE 1 A 5 (SENDO 1 = MUITO FRACA E 5 = EXCELENTE), OS SEGUINTES ITENS:

( ) Orientação recebida
( ) Infra-estrutura da instituição
( ) Relacionamento com a equipe de pesquisa
( ) Quantidade e qualidade do trabalho desenvolvido
( ) Oportunidades para conseguir emprego numa instituição de renome

Aprecie os progressos que você obteve, tendo em vista sua formação/capacitação profissional:

8 – GANHOS OBTIDOS PELO PROGRAMA, ADVINDOS DA PARTICIPAÇÃO DO BOLSISTA. (A ser respondido pelo Coordenador) – (máximo 18 linhas)

Aprecie o desempenho e a contribuição do bolsista, tendo em vista o desenvolvimento do subprojeto específico, a linha de pesquisa, a equipe da instituição e outros ganhos para o Programa:

9 – GANHOS OBTIDOS PELO BOLSISTA. (A ser respondido pelo Coordenador) – (máximo 10 linhas)

Aprecie os progressos obtidos pelo bolsista, tendo em vista sua formação/capacitação profissional e a contribuição que poderá dar ao agronegócio Café:

10 – PERSPECTIVA DE CONTINUIDADE OU DESDOBRAMENTO DO TRABALHO. (máximo 20 linhas) – A ser respondida pelo bolsista

11 – DATA E ASSINATURA:

, ____/____/____ _____

Assinatura do Bolsista

12 – DATA E ASSINATURA:

, ____/____/____ _____

Assinatura do Coordenador

Formulário 5

FACRO

FORMULÁRIO 05
SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO/SUBSTITUIÇÃO DE BOLSISTA DO PNP&D/Café

Embrapa Café

1 – CANCELAMENTO:	
NOME DO BOLSISTA:	
CÓDIGO do SUBPROJETO:	**INSTITUIÇÃO:**
MODALIDADE DE BOLSA:	**NÍVEL:**
NOME DO COORDENADOR:	

DATA PARA O CANCELAMENTO: ____/____/____

Indique o motivo para o cancelamento:

( ) **Obtenção de Bolsa por outro órgão;**
( ) **Não revelou bom desempenho;**
( ) **Obtenção de emprego;**
( ) **Outro.**

Deverá acompanhar este formulário o Relatório Final (Form. 04) correspondente à bolsa que está sendo cancelada. O Cancelamento e Substituição do bolsista estará condicionada a entrega desse relatório.

2 – SUBSTITUIÇÃO:

DATA PARA INÍCIO DA SUBSTITUIÇÃO (mês e ano): ____/____

ANEXAR AO FORMULÁRIO:

– TODA A DOCUMENTAÇÃO PARA SOLICITAÇÃO DE BOLSA NOVA.

3 – IDENTIFICAÇÃO DO BOLSISTA SUBSTITUTO:
NOME COMPLETO:
CÓDIGO do SUBPROJETO: **INSTITUIÇÃO:**
TÍTULO do SUBPROJETO:
MODALIDADE DE BOLSA:
FORMAÇÃO: ( ) **ESTUDANTE DE NÍVEL MÉDIO** ( ) **ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO** ( ) **ESTUDANTE DE MESTRADO** ( ) **ESTUDANTE DE DOUTORADO** ( ) **TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO** ( ) **TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR** ( ) **TÉCNICO PÓS-GRADUADO DE MESTRADO** ( ) **TÉCNICO PÓS-GRADUADO DE DOUTORADO**

4 – DATA E ASSINATURA:
, ____/____/____ _____ **Assinatura do Bolsista Cancelado**

5 – DATA E ASSINATURA:
, ____/____/____ _____ **Assinatura do Bolsista Substituto**

6 – DECLARAÇÃO DO COORDENADOR:
, ____/____/____ _____ **Assinatura do Coordenador**

Anexo 24

Quadro 24 – Quantidade e valor das bolsas concedidas pelo PNP&D/Café, por categoria e ano.

Categoria	Ano								Total	
	2001		2002		2003		2004			
	Valor (R$)	Qtde.	Valor (R$)	Qtde.	Valor (R$)	Qtde.	Valor (R$)	Qtde.	Valor (R$)	Qtde.
ADM/01	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ADM/02	0	0	3.900	1	11.700	2	27.560	5	43.160	8
ADM/02 + 30%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ADM/03	0	0	7.830	2	20.532	5	18.792	2	47.154	9
ADM/04	0	0	26.670	2	8.890	1	19.812	1	55.372	4
ADM/05	0	0	6.570	1	3.040	1	26.280	1	35.890	3
ADM/06	0	0	0	0	5.520	1	22.080	1	27.600	2
ADM/06 + 19%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ADM/08	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	44.970	6	49.682	10	114.524	10	209.176	26
DES/01	19.680	8	47.040	12	51.840	13	62.880	14	181.440	47
DES/02	16.800	5	41.400	9	25.800	7	40.800	7	124.800	28
DES/03	139.680	36	211.680	44	182.160	36	274.320	51	807.840	167
DES/03 (1/2)	0	0	0	0	4.320	2	0	0	4.320	2
DES/04	73.080	16	140.940	18	85.260	13	42.630	6	341.910	53
DES/05	136.500	25	269.850	35	204.645	29	233.730	29	844.725	118
DES/06	110.490	15	199.390	17	166.370	16	167.640	14	643.890	62
DES/07	72.960	10	145.920	13	92.720	7	183.920	13	495.520	43
DES/07 (1/2)	0	0	0	0	4.560	1	0	0	4.560	1
DES/08	49.680	5	93.840	5	33.120	2	22.080	1	198.720	13
DES/09	13.140	1	50.370	2	56.940	3	78.840	3	199.290	9
DES/10	15.120	1	30.240	1	27.720	2	70.560	3	143.640	7
Subtotal	647.130	122	1.230.670	156	935.455	131	1.177.400	141	3.990.655	550
INI/01	1.440	2	4.160	3	1.760	1	1.920	1	9.280	7

Continua...

Quadro 24 – Continuação.

Categoria	Ano								Total	
	2001		2002		2003		2004			
	Valor (R$)	Qtde.	Valor (R$)	Qtde.	Valor (R$)	Qtde.	Valor (R$)	Qtde.	Valor (R$)	Qtde.
INI/02	57.120	43	108.480	63	60.000	37	46.560	27	272.160	170
INI/03	15.630	5	25.350	5	43.550	10	33.215	9	117.745	29
INI/03 + 30%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INI/04	0	0	13.600	2	6.400	1	9.600	2	29.600	5
Subtotal	74.190	50	151.590	73	111.710	49	91.295	39	428.785	211
Total	**721.320**	**172**	**1.427.230**	**235**	**1.096.847**	**190**	**1.383.219**	**190**	**4.628.616**	**787**

Fonte: Embrapa/Café-CTP/PNP&D/Café, Brasília-DF, 2005.

Impressão e acabamento
Embrapa Informação Tecnológica

Embrapa
Café

O Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café), ao longo dos seus 7 primeiros anos de execução, conduziu quase 700 estudos, realizou três simpósios de âmbito nacional para discutir os rumos da sua programação, além de realizar inúmeros eventos de difusão e transferência de resultados para os agentes do agronegócio café, envolvendo diretamente mais de 1.500 pesquisadores e técnicos em 12 estados brasileiros.

Esses indicadores só foram possíveis graças a um arranjo institucional inovador proposto para sua execução, que reuniu, no Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café), as principais intuições de pesquisa e de extensão que trabalham com a cadeia produtiva do café.

Com o objetivo de oferecer uma visão dessa experiência ímpar de concepção e gestão de P&D&I e de transferência de tecnologias no agronegócio brasileiro, este livro descreve fatos históricos vinculados à pesquisa cafeeira e expõe os aspectos relevantes da implantação do Programa e sua condução pelo Consórcio, a evolução, o volume de recursos financeiros investidos e a programação executada, destacando os arranjos de planejamento e administração que se fizeram necessários para a sua condução.

Pretende-se, assim, proporcionar ao leitor um relato analítico que seja útil como fonte de informações para a correção de rumo do Programa e como subsídio para novas intervenções que visem promover a inovação tecnológica no agronegócio brasileiro.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

ISBN 85-7383-336-X
9 788573 833362
CGPE 5641